

Agroecologia

PRÁTICAS, MERCADOS E POLÍTICAS
PARA UMA **NOVA AGRICULTURA**



Conselho Editorial

Adriana Espíndola Corrêa

Janaina Rigon Santin

José Antônio Peres Gediel

José Juliano de Carvalho Filho

Eduardo Faria Silva

Myrian Del Vecchio de Lima

Wilson da Costa Bueno

Agroecologia

PRÁTICAS, MERCADOS E POLÍTICAS
PARA UMA **NOVA AGRICULTURA**

Paulo André Niederle

Luciano de Almeida

Fabiane Machado Vezzani

(Organizadores)

© Paulo André Niederle, Luciano de Almeida e Fabiane Machado Vezzani (Orgs.) 2013

Depósito legal junto à Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994 de 14 de dezembro de 2004.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Index Consultoria em Informação e Serviços Ltda.
Curitiba-PR

A281 Agroecologia : práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura / organizadores Paulo André Niederle, Luciano de Almeida, Fabiane Machado Vezzani.— Curitiba : Kairós, 2013.
393 p.

ISBN nº 978-85-63806-16-1

1. Agroecologia. 2. Ecologia agrícola. 3. Agricultura sustentável. 4. Agricultura orgânica. 5. Desenvolvimento sustentável. I. Niederle, Paulo André. II. Almeida, Luciano de. III. Vezzani, Fabiane Machado. IV. Título.

CDD (20.ed.) 630.2745

CDU (2.ed.) 631.95

IMPRESSO NO BRASIL/PRINTED IN BRAZIL



Antônia Schwinden - Coordenação • *Glauce Midori Nakamura* - Capa e Projeto Gráfico
Stella Maris Gazziero - Tratamento de imagens • *Ivonete Chula dos Santos* - Editoração Eletrônica

PREFÁCIO

AGROECOLOGIA: PRÁTICAS, MERCADOS E POLÍTICAS PARA UMA NOVA AGRICULTURA

Renato S. Maluf

Por caminhos e em circunstâncias diversas tenho tido interlocução frequente, nos últimos anos, com integrantes do já amplo e crescente campo da agroecologia, principalmente, com os que se dedicam à formulação e representação política. Embora estimuladora, essa interlocução, por vezes, gera alguma inquietude em face de argumentações que parecem excessivas no recurso a princípios gerais ou compreensões holísticas. No caso, princípios e compreensões utilizados como contraponto radical ao modelo dominante de agricultura, por sua vez, objeto de críticas contundentes (e justas).

É possível que a inquietude seja provocada, em parte, pelo meu distanciamento da prática agroecológica, já que pouco interajo com as experiências vivenciadas pelos que a praticam. Como se sabe, mas nem sempre se considera devidamente nos modelos analíticos, a prática obriga a decifrar interações complexas e escolher caminhos nem sempre pré-delineáveis, para o quê dicotomias e dualismos oferecem ajuda limitada. Seja como for, parafraseando Albert Hirschman, costumo olhar com suspeição para proposições que se pretendem portadoras de finalidades últimas e soluções integrais, anunciadas como “soluções fundamentais ou integrais” para “fracassos totais”.

Este não é o caso do livro que tenho a prazerosa honra de prefaciar. Ao contrário, ele é parte dos melhores esforços para nos dotar de uma compreensão sobre as possibilidades da agroecologia como referencial e campo de ação. E o faz de um modo que procura dar conta da complexidade da adoção desse referencial ou, mais propriamente, da promoção da chamada transição agroecológica entendida, por sua vez, como um processo ao mesmo tempo social e técnico que articula múltiplos atores, mercados, tecnologias, instituições e formas de conhecimento. Igualmente relevante é a identificação dos requisitos para que a agroecologia possa se apresentar como uma das respostas aos desafios colocados pelo contexto crítico em que vivemos desde as óticas do abastecimento alimentar e do futuro da agricultura familiar e camponesa.

As três partes que compõem o livro congregam um conjunto de artigos com a perspectiva de inscrever a agroecologia no debate sobre desenvolvimento rural sustentável, analisar as dinâmicas envolvidas na construção social de mercados e no estabelecimento de novas relações entre produção (produtor) e consumo (consumidor), e enfrentar a desafiadora questão da certificação de produtos. Sem pretender recuperar os conteúdos abordados, gostaria de ressaltar a relevância do livro como foi concebido e a qualidade dos capítulos que o compõem. Alguns pontos me chamaram a atenção os quais menciono a seguir visando estimular a leitura e, espero, contribuir para valorizar os debates propostos pelos autores.

Desde logo, o livro nos ajuda a pensar a questão preliminar sobre quem demanda a adoção da agroecologia. Dois fatores impulsionadores nessa direção sobressaem das várias abordagens contidas no livro. Um deles é a crítica social ao uso de agrotóxicos no Brasil – abusivo, descontrolado e, pior, estimulado. Porém, essa crítica não se converte, diretamente, em apoio à necessária transição agroecológica. O forte apelo dos produtos orgânicos se interpõe nesse caso, não sendo por acaso que

alguns capítulos se veem obrigados a entrelaçar as trajetórias da produção orgânica e a da produção oriunda de modelos agroecológicos, com suas superposições e diferenciações. Não obstante, eu mesmo tenho a expectativa de que a crítica sobre o modelo agrícola dominante derivada da recente percepção dos danos que ele causa à saúde humana pode vir a ser mais efetiva para modificá-lo do que a que se baseia nos há muito conhecidos danos ambientais.

Noções que remetem às políticas públicas são, como se sabe, objeto de disputa permanente quanto aos seus significados e meios de concretização, conforme seja o ator social que a utiliza. Não é diferente no caso da agroecologia, com o agravante da necessidade de ela ter que se diferenciar para se fazer entender. Ao referido entrelaçamento com o movimento na direção da produção orgânica, acrescenta-se a emergência de duas outras referências que nascem fortes e turvam os debates, a saber, as de economia verde e de economia de baixo carbono. Menos mal que o modelo dominante ou convencional de agricultura, caso as adote, se torne menos danoso ao ambiente. Contudo, permanecem as dimensões sociocultural e territorial – para alguns, também a filosófica – invocadas como diferencial pelo enfoque agroecológico. Noto que essas dimensões diferenciadoras se expressam, fundamentalmente, nos alimentos. É dito que a apreensão holística da agroecologia traria consigo o “re-encamentamento” da comida.

O segundo fator impulsionador da produção agroecológica é a alavanca propiciada pelo Estado demandante de alimentos, notadamente, pela ação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Fica registrado o importante papel que pode e deve ser desempenhado pelas políticas públicas. A propósito, mais de um exemplo nos é dado de um componente essencial ao papel de alavanca que é se valer das compras públicas para impulsionar o ingresso da produção agroecológica nas formas e

equipamentos convencionais de comercialização. Não são pequenos os desafios na concepção e implementação desse tipo de política pública, os principais deles apontados nos vários capítulos que analisam os dois programas e experiências com eles relacionadas. Ainda mais considerando o lugar conferido ao protagonismo das famílias rurais e organizações da agricultura camponesa.

O elemento faltante ou, digamos, o elo mais frágil nesse quadro é a demanda social pela agroecologia, carência análoga a que se verifica com outras referências de políticas públicas para o meio rural. Pode-se afirmar que o “campo agroecológico” – a comunidade ou rede de política dedicada à “incorporar os valores e princípios da agroecologia aos instrumentos de políticas públicas” – constitui uma construção impulsionada, principalmente, por movimentos sociais do campo e por organizações e técnicos a eles vinculados, todavia em busca de legitimação social. Mesmo no interior de seu próprio campo, não é um detalhe que essa construção passe, muitas vezes, pela incorporação da agenda ambiental no discurso de dirigentes sindicais rurais com forte apelo econômico, por exemplo, ao valorizar a alternativa econômica representada pelo pagamento por serviços ambientais.

Permitam-me ressaltar o reconhecimento feito ao papel articulador cumprido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), certamente secundado por seus congêneres estaduais e municipais, sendo este um importante sinal de que a efetividade dos conselhos de políticas públicas se mede também, talvez principalmente, pela capacidade de incidir na agenda pública.

Ainda no campo econômico, a referida fragilidade da demanda social pela agroecologia está presente entre os fatores que compõem o pano de fundo da abordagem da construção social de mercados para produtos agroecológicos, questão bastante bem explorada em vários dos capítulos do livro. Essa fragilidade é tão mais importante quando os

autores propõem que a qualidade dos produtos (alimentos), tema central no livro, seja entendida como “valor socialmente compartilhado”. Várias referências ao longo dos capítulos são indicativos do que venho de dizer: o requisito da organização dos consumidores em face da ausência de espaços regulares de comercialização, mesmo admitindo que ela venha a ser enfraquecida pela instituição desses espaços; o papel esperado dos consumidores na certificação participativa; as esperanças depositadas no chamado consumo politizado e no surgimento de novas identidades de consumo; a visão de uma agricultura apoiada pela comunidade ou consumidores.

Por fim, chama a atenção o fato de este processo de institucionalização – construção de mercados, conformação de sistemas de produção e comercialização, estabelecimento de normas como as da certificação etc. – seja marcado pela heterogeneidade, portanto, com tensões, conflitos e disputas. Nada surpreendente em face da pretensão de reconstruir ou formatar o que o sistema alimentar mundial desfez ou deformou, na direção de (re)aproximar a produção (os produtores) e o consumo (os consumidores) e de ampliar o grau de autonomia dos agricultores familiares ou camponeses.

Boa leitura.

Rio de Janeiro, fevereiro de 2013

SUMÁRIO

PREFÁCIO - AGROECOLOGIA: PRÁTICAS, MERCADOS E POLÍTICAS PARA UMA NOVA AGRICULTURA _____	5
<i>Renato S. Maluf</i>	

INTRODUÇÃO _____	13
<i>Paulo André Niederle, Luciano de Almeida, Fabiane Machado Vezzani</i>	

PARTE 1 AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A NOVA ARQUITETURA DOS MERCADOS PARA PRODUTOS ORGÂNICOS: O DEBATE DA CONVENCIONALIZAÇÃO _____	23
<i>Paulo André Niederle, Luciano de Almeida</i>	

AGROECOLOGIA E A SUPERAÇÃO DO PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO _____	69
<i>Paulo Petersen</i>	

SINDICALISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR, MODELOS DE DESENVOLVIMENTO E O TEMA AMBIENTAL _____	105
<i>Everton Lazzaretti Picolotto, Alfio Brandenburg</i>	

PARTE 2 MERCADOS LOCAIS, CIRCUITOS CURTOS E NOVAS RELAÇÕES PRODUÇÃO-CONSUMO

CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS ECOLÓGICOS: RECONECTANDO PRODUTORES E CONSUMIDORES _____	139
<i>Moacir Roberto Darolt</i>	

AGROECOLOGIA, CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS
E A CONSTITUIÇÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES
ALTERNATIVOS: UMA LEITURA A PARTIR DA REDE ECOVIDA
DE AGROECOLOGIA _____ 171

Julian Perez-Cassarino, Angela Duarte Damasceno Ferreira

AGROECOLOGIA, MERCADOS E POLÍTICAS PÚBLICAS:
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS INSTRUMENTOS DE
AÇÃO GOVERNAMENTAL _____ 215

Claudia Job Schmitt, Catia Grisa

O CONSUMO POLITIZADO COMO RESPOSTA À CRISE
SOCIOAMBIENTAL: AS JUSTIFICATIVAS SOCIAIS DA COMPRA
DE PRODUTOS ORGÂNICOS EM FEIRAS-LIVRES DE CURITIBA ____ 267

Patrícia Betti, Eduardo Feniman, Thaís Schneider, Paulo André Niederle

PARTE 3 AGROECOLOGIA E CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS

CERTIFICAÇÕES, SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA E
AGRICULTURA ECOLÓGICA: ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE
AGRICULTORES E CONSUMIDORES _____ 297

Guilherme F. W. Radomsky

OBSTÁCULOS À CONSTRUÇÃO SOCIAL DA QUALIDADE: O CASO
DA TENTATIVA DE IMPLANTAÇÃO DE UM SPG ANDALUZ _____ 327

Nádia Velleda Caldas, Flávio Sacco dos Anjos

CERTIFICAÇÃO NA PRÁTICA: A REDE ECOVIDA E
OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS
PARTICIPATIVOS DE GARANTIA _____ 363

Marcelo Passos, Katya R. Isaguirre-Torres

SOBRE OS AUTORES _____ 389

INTRODUÇÃO

Paulo André Niederle

Luciano de Almeida

Fabiane Machado Vezzani

Em todo o mundo, a recente conjunção das crises alimentar, econômica e ambiental reavivou preocupações relativas às condições de garantia da segurança alimentar e nutricional, compreendida não apenas em relação à disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade adequadas, mas também às formas de distribuição e apropriação dos mesmos. Isso tem levado diferentes grupos sociais a promover mudanças significativas nos sistemas de produção e consumo alimentar. Uma das mudanças mais evidentes diz respeito ao crescimento das agriculturas de base ecológica, envolvendo um amplo conjunto de formas de produção que se estruturam sob a insígnia da agroecologia. A importância que essas formas inovadoras de agricultura têm adquirido chama atenção para uma nova agenda de pesquisas relacionadas à capacidade da agroecologia de reestruturar as práticas agrícolas e as formas de distribuição, duas questões centrais em face das preocupações da segurança e soberania alimentar. Ao mesmo tempo, renova-se o interesse acerca do papel que o Estado pode cumprir no desenvolvimento desses sistemas, gerando um interessante foco de investigação sobre as políticas públicas para as agriculturas ecológicas. É nessa interface de temáticas que se encontra este livro.

Os capítulos que compõem a coletânea foram escritos a partir de um eixo articulador em torno do qual se situam questões emergentes do

debate sobre mercados e políticas públicas para a agroecologia. O livro propõe-se a ir além das discussões que tradicionalmente marcaram o “debate agroecológico”, embora se apoie substancialmente nelas. Nesse sentido, há um entendimento comum de que os desafios contemporâneos para o crescimento de novas formas de agricultura ecológica envolvem fundamentalmente o desenvolvimento das práticas produtivas com a urgência de investimentos substanciais em inovações tecnológicas e organizacionais adequadas à realidade dos agroecossistemas locais; na estruturação de novos mercados que reconectem produtores e consumidores; e na criação de regulamentações e políticas públicas que incentivem novos modelos de produção, distribuição e consumo.

Na primeira parte, *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, a coletânea apresenta três textos que analisam o lugar da agroecologia em face da problemática do desenvolvimento rural na sociedade brasileira. O primeiro capítulo, *A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização*, assinado por Paulo André Niederle e Luciano de Almeida, discute um crescente processo de hibridização de valores decorrentes do processo de convencionalização da produção orgânica. Os autores também apontam para o surgimento de novos mercados que, a partir da reconexão entre agricultores e consumidores, oferecem sustentação a práticas e valores específicos, os quais são mais dificilmente apropriados pelos atores dominantes nos sistemas convencionais de agricultura. Finalmente, o capítulo discute a regulamentação da agricultura orgânica e o papel do Estado na construção de instituições que garantam as condições necessárias para o desenvolvimento das agriculturas de base ecológica.

No segundo capítulo, *Agroecologia e a superação do paradigma da modernização*, Paulo Petersen apresenta uma excelente reflexão sobre os rumos da modernização da agricultura, analisando fatos, características e razões que levaram à irracionalidade do moderno modelo produtivista, e

apontando os papéis que o Estado cumpriu nesse processo. A partir desse capítulo, o leitor pode compreender a construção histórica da agricultura familiar que, fundamentada na agroecologia, pode resgatar e valorizar saberes e formas de coprodução entre homem e natureza. Essa reconexão é responsável por produzir as condições para que a agricultura desempenhe suas funções social e ecológica. O autor encerra propondo alguns elementos analíticos que podem estruturar o desenvolvimento da Agroecologia Política como campo de estudos dedicado à análise e ao desenho de marcos institucionais adequados para que a agroecologia seja incorporada como referência das ações públicas voltadas à promoção do desenvolvimento rural.

A primeira parte é finalizada pelo texto de Everton Lazzaretti Picolotto e Alfio Brandenburg, intitulado *Sindicalismo da agricultura familiar, modelos de desenvolvimento e o tema ambiental*. Nesse texto os autores apresentam um importante resgate histórico de como o tema ambiental foi considerado ao longo da trajetória do sindicalismo rural na Região Sul do Brasil. A discussão é enriquecida com depoimentos e fatos que conduzem o leitor ao entendimento da complexidade subjacente ao desenvolvimento da agroecologia do ponto de vista das organizações sociais mais diretamente implicadas nas lutas dos agricultores familiares. Ao mesmo tempo em que a agricultura familiar apresenta-se como o segmento que tem a oportunidade de produzir alimentos com qualidade diferenciada e, ainda, prestar serviços ecossistêmicos para a sociedade, notam-se as dificuldades de rompimento com o modelo agrícola dominante, amplamente consolidado nas práticas e no imaginário dos próprios agricultores depois de quatro décadas de modernização conservadora da agricultura.

A segunda parte do livro, *Mercados locais, circuitos curtos e novas relações produção-consumo*, é dedicada ao escrutínio da dinâmica de uma diversidade de mercados que emergiram como símbolos de novas

configurações sociais que favorecem a reconexão entre produtores e consumidores e, desse modo, contribuem para sustentar um novo conjunto de significados sociais para os alimentos agroecológicos. De fato, nesses mercados, além de uma preocupação fundamental com a saúde, que sempre predominou entre os alimentos orgânicos, nota-se a emergência de valores associados, por exemplo, à sustentação da agricultura familiar e dos modos tradicionais de produção, à solidariedade e ao comércio justo e ético, à preservação ambiental e à revalorização da diversidade e dos usos sociais e simbólicos da comida.

O quarto capítulo, *Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores*, analisa as diferentes modalidades de circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos, suas características, restrições e vantagens em diferentes dimensões, a partir de estudos sobre a realidade da Região Sul do Brasil e da França. Moacir Roberto Darolt dedica especial atenção à aproximação entre produtores e consumidores em mercados locais como caminho para potencializar a comercialização de produtos de base ecológica, redirecionar os sistemas de produção para atividades mais sustentáveis, redefinir padrões de consumo e impulsionar o desenvolvimento local. Protagonismo e autonomia de produtores e consumidores estariam no centro das relações econômicas, sociais e ambientais que os circuitos curtos possibilitam. Destaca-se, ainda, a importância que o autor atribui às políticas públicas na promoção da agroecologia, seja na criação de mercados institucionais, seja na construção das condições que estimulem os mercados locais e os circuitos curtos.

O capítulo escrito por Julian Perez-Cassarino e Angela Duarte Damasceno Ferreira, *Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de Agroecologia*, amplia o debate sobre os mercados alternativos e a relação entre agricultores e consumidores no campo da

agroecologia. A partir de uma reflexão sobre as estratégias de construção social de mecanismos diferenciados e alternativos de mercados locais, os autores se propõem a discutir essas experiências sob a guarda dos conceitos de soberania e segurança alimentar e nutricional. A Rede Ecovida de Agroecologia e as organizações que a integram constituem o universo a partir do qual os autores discutem e afirmam que essa experiência aponta caminhos para a reconstrução de sistemas agroalimentares alternativos, sem deixar de mostrar contradições e dificuldades. O texto referencia-se na tese de doutorado do primeiro autor, o que revela o exaustivo e brilhante trabalho de pesquisa de campo e de sistematização de diferentes experiências no quadro da Rede Ecovida de Agroecologia.

No sexto capítulo, *Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental*, Claudia Job Schmitt e Catia Grisa analisam o papel do Estado na promoção da agroecologia, sobretudo por meio dos mercados institucionais. A partir de uma análise de três programas governamentais (PAA, PNAE e PGPM-Bio), as autoras discutem a construção de alternativas efetivas e incisivas de ação pública que permitem, por um lado, contornar os problemas decorrentes dos desequilíbrios da oferta e demanda de alimentos e, por outro, criar medidas efetivas e coordenadas de acesso a alimentos em quantidade e qualidade para um amplo segmento da população. As autoras também discutem os efeitos desses programas no que tange à inserção econômica para os agricultores familiares, promoção de dinâmicas locais de desenvolvimento, criação de novos espaços de comercialização, valorização dos circuitos curtos de produção e consumo, promoção de sistemas diversificados e sustentáveis de produção, e fortalecimento de estratégias mais autônomas de reprodução social das unidades familiares de produção.

A segunda parte do livro encerra com um capítulo centrado na emergência de novas identidades de consumo vinculadas à expansão dos

mercados para produtos orgânicos e agroecológicos. A partir de desdobramentos de uma literatura recente sobre o fenômeno do “consumo politizado” em circuitos alternativos de distribuição, Patrícia Betti, Eduardo Feniman, Thaís Schneider e Paulo André Niederle exploram as justificativas sociais para a compra de produtos orgânicos em feiras-livres. O capítulo discute o papel do consumo no enfrentamento da crise socioambiental, situando o consumidor como sujeito político ativo na sociedade hipermoderna. Os autores demonstram que o consumo politizado ainda não é um movimento completamente consolidado nos espaços pesquisados, mas demonstra seus sinais nas justificativas construídas pelos consumidores no que tange à escolha por produtos orgânicos, seja no que diz respeito ao local onde os adquirem, seja no reconhecimento de sua origem social, o que reflete posicionamentos políticos relativos à problemática socioambiental inerente à agroecologia.

A coletânea é finalizada com a terceira parte, *Agroecologia e Certificação de Produtos Orgânicos*, inteiramente dedicada ao debate sobre os sistemas de certificação e, em particular, aos Sistemas Participativos de Garantia (SPG), os quais representam a face mais inovadora da institucionalização da agroecologia no Brasil, possuindo implicações diversas à construção dos mercados e à ação do Estado. O capítulo assinado por Guilherme Radomsky, *Certificações, sistemas participativos de garantia e agricultura ecológica: aspectos da relação entre agricultores e consumidores*, apresenta elementos analíticos e empíricos provenientes de sua pesquisa de doutoramento acerca da constituição dos SPGs em face dos regimes de propriedade intelectual. Nesse capítulo especificamente, o autor concentra sua atenção na análise das práticas e dos discursos em torno da certificação participativa, tanto por parte dos agricultores ecológicos como por parte dos consumidores organizados. A partir do caso da Rede Ecovida de Agroecologia o autor descreve o processo coletivo que concretiza e sustenta a certificação.

Em relação aos consumidores, revela as preocupações que envolvem a certificação, a agricultura ecológica e a economia solidária, demonstrando, ainda, os posicionamentos acerca de questões como segurança e qualidade dos alimentos.

Igualmente voltado aos processos de certificação participativa, mas, neste caso, no contexto da agricultura espanhola, o capítulo de Nádía Velleda Caldas e Flávio Sacco dos Anjos discute os obstáculos econômicos, políticos e institucionais à construção de um SPG. Como sugerem os autores, a certificação foi e segue sendo uma arena política em que atuam interesses públicos e privados. Muito mais do que um mero procedimento técnico, a implementação das certificações impõe a construção de acordos que se formam com base nos interesses e valores compartilhados entre as organizações e grupos sociais envolvidos. Neste capítulo fica evidente que os obstáculos que se impuseram à construção de um SPG na Andaluzia estão associados ao fracasso definitivo de estratégias do tipo “*top down*” (de cima para baixo) na implantação deste tipo de iniciativa, a qual deve partir do envolvimento dos agricultores e de suas organizações.

A coletânea é encerrada com um texto de Marcelo Passos e Katya Isaguirre-Torres, *Certificação na prática: a Rede Ecovida e os desafios da implementação de sistemas participativos de garantia*, o qual busca desvendar os potenciais e limites da certificação participativa, questionando em que medida ela poderá manter a sua essência se integrada à racionalidade estatal. Segundo os autores, a metodologia desenvolvida pela Rede Ecovida pauta-se em uma lógica de aprendizagem concentrada na multidimensionalidade da agroecologia, que procura valorizar a autonomia da agricultura familiar. Contudo, os controles impostos pela lei representam obstáculos à manutenção da fluidez que caracteriza o sistema participativo, exigindo procedimentos técnicos e administrativos que se distanciam da dinâmica utilizada pelos agricultores familiares para

a organização de suas unidades de produção. De todo modo, o capítulo encerra afirmando que, apesar desse tipo de pressão institucional, a implantação dos SPGs tem se revelado um passo importante para a afirmação da proposta política da agroecologia no desenvolvimento dos sistemas agroalimentares e na manutenção da agricultura familiar.

Finalmente, queremos sublinhar que esse amplo conjunto de temáticas sintetiza as discussões em curso no Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia (NEPEA) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a partir do qual se originou a organização dessa coletânea. Dentre seus projetos e ações prioritários, o NEPEA trabalha a formação de estudantes em nível de graduação e pós-graduação, a capacitação de agricultores, a estruturação de espaços de comercialização em parceria com organizações ecologistas (feiras-livres) e diversos tipos de pesquisa aplicada à agroecologia e produção orgânica. Essas atividades, inclusive a publicação deste livro, foram apoiadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio de uma chamada pública de projetos publicada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Edital 58/2010 CNPq/MDA). Ademais, como desdobramento mais recente das ações do NEPEA, cabe citar a execução do projeto denominado “A institucionalização da agroecologia e os novos mercados para a agricultura familiar no Vale do Ribeira-PR”, desenvolvido igualmente sob os auspícios do CNPq, e cujos resultados parciais suscitaram as discussões que serviram como eixo estruturante da problemática que orienta este livro.

Parte 1

AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO
RURAL **SUSTENTÁVEL**

A NOVA ARQUITETURA DOS MERCADOS PARA PRODUTOS ORGÂNICOS: O DEBATE DA CONVENCIONALIZAÇÃO

Paulo André Niederle

Luciano de Almeida

Introdução

Desde meados dos anos 1990, a agricultura orgânica tem se revelado um dos segmentos agroalimentares com maior expansão mundial, com taxas de crescimento anual entre 15 e 20%, enquanto o setor da indústria alimentar como um todo cresceu entre 4 e 5% nesse mesmo período (SCIALABBA, 2005; DE SCHUTTER, 2010). No Brasil, esse crescimento tem sido acompanhado por uma intensa reestruturação institucional dos diferentes mercados nos quais circulam esses produtos (SCHULTZ, 2007; BLANC e KLEDAL, 2012). Trata-se de um processo multifacetado cujas causas e implicações são diversamente percebidas, mas que, de modo geral, reflete três mudanças principais: o reconhecimento inédito dos sistemas de produção de base ecológica no âmbito do Estado e, portanto, o direcionamento de políticas públicas específicas para o segmento; a entrada em cena de novos atores em diferentes elos das redes de produção, comercialização e assessoria; e uma reformulação substancial do arranjo normativo, com a criação de novos mecanismos de controle e a ampliação da ação dos organismos certificadores.

Essas mudanças têm incorrido em um rápido movimento de institucionalização da agroecologia, compreendido aqui pela conjunção

entre a crescente inserção nos mercados e a formatação de um quadro específico de normas e regras de produção. Como decorrência disso, novos desafios e oportunidades apresentam-se para o conjunto dos atores implicados nos processos de transição agroecológica, sobretudo para a agricultura familiar, segmento social que ainda se configura como principal ofertante de alimentos orgânicos no Brasil (SCHMITT, 2009; BUAINAIN, 2006; SAUER e BALESTRO, 2009). Segundo dados da Associação Brasileira de Orgânicos, entidade que reúne os produtores, processadores e certificadores, 80% dos produtores de alimentos orgânicos no país são agricultores familiares (BRASILBIO, 2012). Informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento indicam cerca de 15 mil agricultores trabalhando com produção orgânica certificada no país, correspondendo a uma área cultivada de 1,7 milhão de hectares (BRASIL, 2012).

O predomínio da agricultura familiar neste mercado é decorrência de uma série de fatores histórico-culturais (ALTIERI e TOLEDO, 2012), mas também está associado ao fato de, até recentemente, as empresas e os produtores patronais não vislumbrarem na produção orgânica uma alternativa atraente para direcionar seus investimentos, seja pela inexpressividade da demanda, seja pela carência de tecnologias adaptadas aos sistemas de produção da agricultura orgânica, ou, ainda, e talvez de modo mais acentuado, em virtude da ausência de um quadro institucional que garantisse estabilidade à dinâmica do mercado, criando as condições para seu desenvolvimento. Essa situação tem se alterado rapidamente e, embora se desconheçam dados definitivos para uma análise agregada dessas mudanças, é notória a incursão desses novos atores no mercado.

Alguns autores referem-se a uma trajetória de “convencionalização” da produção de alimentos orgânicos no Brasil em termos similares àquilo que já se presenciou em outros países (STASSART e JAMAR, 2012; FARINA, 2002; CANUTO, 2001). A noção de convencionalização busca dar conta de

um processo de apropriação dos valores e práticas agroecológicos, reduzindo-os a procedimentos de manejo dos agroecossistemas (a agricultura orgânica) que podem ser conduzidos em moldes muito similares àqueles encontrado na agricultura convencional. Especialização, aumento de escala e substituição de insumos constituem os preceitos básicos deste processo (BUCK *et al.*, 1997; GUTHMAN, 2004; LOCKIE e HALPIN, 2005). A rigor, a convencionalização não transcorre apenas no âmbito da produção (com a participação crescente de empresas privadas na agricultura orgânica), mas também na proliferação de organismos certificadores, no reposicionamento dos mediadores políticos¹ (inclusive com a entrada em cena de atores que, agora adeptos da “economia verde”, promovem aquilo que outrora julgavam ser mera “utopia camponesa”) e, principalmente, no aumento da participação das grandes redes varejistas na distribuição desses alimentos, antes concentrados em circuitos curtos locais e regionais.

Os desafios e as oportunidades que esse cenário define para os agricultores familiares são significativos. Por um lado, eles se deparam com o aumento da demanda por produtos orgânicos e agroecológicos, o que tem incentivado processos de reconversão produtiva e organização social. A criação e consolidação de novas associações, grupos e redes é reflexo dessas mudanças e tem revelado a capacidade renovada de articulação dos agricultores familiares com outros atores sociais para fazer frente às transformações em curso nesse mercado. O principal exemplo disso pode ser encontrado na criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a qual passou a constituir uma rede de organizações da agricultura familiar em torno da construção de estratégias

1. Exemplo disso é a criação de entidades como a *Associação do Agronegócio Certificado Orgânico* (AECO), e o Centro de Inteligência em Orgânicos, este último vinculado à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA).

de desenvolvimento para produção e comercialização de produtos agroecológicos.² Estreitamente vinculada à ANA, outra experiência amplamente reconhecida e tratada em mais detalhe neste livro é aquela da Rede Ecológica de Agroecologia, a qual articula agricultores, técnicos e consumidores da Região Sul do Brasil em torno da construção de circuitos alternativos de comercialização baseados nos preceitos da economia solidária (RADOMSKY, 2011; PEREZ-CASARINO, 2012).

Por outro lado, as exigências para manter-se no mercado revelam-se cada vez mais estritas, sobretudo no que se refere à inserção em grandes redes varejistas, empresas de processamento e circuitos de exportação – embora não menos significativos sejam os desafios para operar nos mercados institucionais (SCHMIDT e GUIMARÃES, 2008). De fato, o que caracteriza este mercado atualmente é um processo de diversificação e segmentação de canais de comercialização, cada qual impondo um conjunto mais ou menos específico de exigências aos produtores: escala de produção, diversificação dos produtos, regularidade de entrega, padrões de qualidade etc. A implementação desses circuitos envolve uma complexa engenharia social de modo que, como a sociologia econômica contemporânea tem se esforçado em revelar, o funcionamento desses mercados é claramente o resultado das “mãos visíveis” de atores sociais que articulam redes e dispositivos institucionais para possibilitar a efetividade das transações econômicas (GRANOVETTER, 2005). Esses dispositivos impactam diretamente as práticas, os processos e as formas de organização, redefinindo, desse modo, as próprias estratégias de desenvolvimento local e territorial.

Este capítulo inicial introduz algumas questões abordadas ao longo do livro. Inicialmente, discute o lugar da agroecologia em face do

2. No âmbito acadêmico, a articulação em torno dessa temática tem sido capitaneada pela igualmente recém-constituída Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), filiada à Sociedade Científica Latinoamericana de Agroecologia (SOCLA).

desenvolvimento daquilo que a literatura denomina “novos mercados de qualidade”. Em seguida, apresenta elementos conceituais para analisar a controversa dinâmica de apropriação da agroecologia por novos segmentos sociais que ingressam no mercado de produtos orgânicos. A seção subsequente aborda a construção de uma arquitetura institucional para o mercado de produtos orgânicos, processo que se revela indispensável para a estabilização do mercado e, desse modo, para a apropriação dele por novos atores econômicos. O texto é finalizado com uma discussão acerca da dinâmica das novas arenas nas quais se desenvolve o debate sobre a institucionalização deste mercado. Ao longo de todo o capítulo o foco volta-se à intrincada dinâmica de apropriação e reapropriação de valores que está na base das disputas acerca da convencionalização das agriculturas de base ecológica.

Agroecologia, produção de alimentos e mercados de qualidade

Contrariamente ao que imaginaram seus ideólogos, o projeto da modernização conservadora da agricultura, atualmente reinserido com nova vitalidade no referencial de algumas políticas agrícolas (ALVES e ROCHA, 2010), não produziu homogeneidade econômica, sociocultural ou agroecológica. Pelo contrário, a capacidade de os agricultores gerarem respostas ativas aos processos estruturantes da modernização (mercantilização, monetarização, externalização) revelou uma crescente diversidade de “estilos de agricultura”, os quais são parcialmente captados no reconhecimento de uma miríade de segmentos sociais outrora invisíveis aos olhos do Estado e da própria ciência social (PLOEG, 2008; SCHNEIDER, 2006; NIEDERLE, 2006; CONTERATO *et al.*, 2011).

Assim, enquanto o mundo rural contemporâneo revela uma pluralidade cada vez maior de formas sociais, o sistema agroalimentar presencia um importante movimento de crescimento e diversificação dos

circuitos de produção e consumo. Ancorados em mecanismos inovadores de relação econômica e em múltiplos dispositivos de qualificação, em muitas regiões esses circuitos emergentes confluem na construção de uma nova trajetória de desenvolvimento menos dependente da produção de commodities agrícolas controlada por verdadeiros impérios financeiro-industriais que tiveram sua origem associada às antigas políticas de modernização (DELGADO, 1985; FRIEDMAN, 2004).

Muitos desses mercados favorecem a reinserção econômica de categorias sociais em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar, reconectando produção e consumo e facilitando a circulação de produtos que carregam consigo um forte apelo sociocultural (GOODMAN e DUPUIS, 2002; MALUF, 2004). Em determinados contextos, esses circuitos revelam um potencial inédito de redinamização dos territórios, onde a agricultura familiar recupera capacidade produtiva e catalisa a criação de novas de atividades, dentro ou fora das unidades de produção (ELLIS, 2000).

Dentre os mercados que têm revelado maior pujança nesse processo de reconfiguração dos territórios, pode-se destacar aqueles associados à produção de alimentos orgânicos ou agroecológicos. Trata-se, na realidade, de uma vasta gama de canais de comercialização que englobam desde pequenas redes varejistas atraídas pela ampliação da demanda por produtos orgânicos até circuitos locais ancorados em um processo de revalorização do vínculo direto entre produtores e consumidores (caso emblemático das feiras de produtos agroecológicos), envolvendo ainda a presença crescente do Estado como demandante de alimentos a partir de políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Esses mercados são expressão da emergência de uma nova economia de qualidades que se exprime, no âmbito da produção e do consumo, por um amplo e diversificado conjunto de valores redefinindo o conteúdo das relações econômicas (KARPIC, 2009; ALLAIRE, 2004; GOODMAN,

2003). Expressão daquilo que Boltansky e Chiapelo (1999) definem como uma crítica ética e estética ao padrão alimentar fordista, esses valores ressurgem concomitantemente à consolidação de novos movimentos sociais econômicos que entram em cena nos anos 1980 e afirmam-se ao longo da década seguinte, impulsionando a emergência de redes alternativas de produção e consumo (GOODMAN, DUPUIS e GOODMAN, 2012; WILKINSON, 2007; McMICHEL, 2009).

A legitimação dessas críticas foi potencializada por transformações que se processaram no âmbito do consumo alimentar associadas ao aumento das expectativas sociais e demandas por produtos com características qualitativas específicas: preservam o meio ambiente, promovem equidade social, valorizam a artesanidade da produção, destacam tradições e práticas vinculadas à origem etc. Uma das explicações para essas transformações está associada à emergência de novas práticas e identidades de consumo, as quais foram vinculadas ao surgimento do que a literatura denomina “consumo político” (STOLLE, HOOGHE, MICHELETTI, 2003; PORTILHO, 2009). Trata-se de uma tentativa analítica de caracterizar formas emergentes de crítica e contestação por meio das quais transfere-se para a esfera do consumo um conjunto de valores e significados, constituindo um novo tipo de arena política.

No caso da agroecologia e da produção orgânica isso se tornou ainda mais evidente em face do movimento de crítica que, em especial no contexto brasileiro, tem se constituído ao uso indiscriminado de agrotóxicos na produção alimentar. Após décadas de campanhas alertando para a irracionalidade promovida pela indústria química, que levou o Brasil ao posto de maior consumidor mundial de agrotóxicos, as reivindicações dos movimentos sociais ambientalistas parecem finalmente legitimar-se perante o conjunto da sociedade. De modo mais evidente do que qualquer outra problemática do mundo rural contemporâneo, a regulamentação do uso de agrotóxicos tem se revelado uma questão civilizatória, com

força para constituir-se no principal catalisador de novas mudanças no sistema agroalimentar.

Para além das reivindicações dos setores organizados da sociedade civil, contribuiu neste sentido o apelo que o tema obteve junto à comunidade acadêmica, que produziu um conjunto de estudos acerca do impacto dos agrotóxicos (PELAEZ, TERRA e SILVA, 2010). Dentre eles, os resultados de recentes pesquisas publicadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a respeito da contaminação de alimentos e pessoas por resíduos de agrotóxicos talvez tenham sido aqueles com maior repercussão midiática e social. Pela primeira vez, a agência conseguiu chamar atenção para as consequências da precariedade do quadro regulamentar desse mercado.

Mas esse entendimento não teria sido gestado de tal modo, envolvendo diferentes grupos da sociedade brasileira, sem a atuação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o qual efetivamente capitaneou essa discussão colocando-a na agenda política do país. Vinculando a questão dos agrotóxicos à temática emergente da segurança alimentar e do direito humano à alimentação, o Conselho foi o principal responsável por articular determinados segmentos sociais em torno de políticas emergentes, dentre as quais a própria discussão acerca da agroecologia. Essa articulação é manifesta, por exemplo, na declaração de Renato Maluf, presidente do CONSEA entre 2007 e 2012, em entrevista ao jornal O Globo, de 13 de junho de 2012: “É preciso desestimular o uso de agrotóxico e iniciar uma transição na direção da produção orgânica e, preferencialmente, agroecológica”.³

Seguramente essa posição não se estabelece de modo hegemônico. A legitimação da crítica aos agrotóxicos repercutiu de modo diverso, não

3. “O modelo agrícola atual não se sustenta, afirma Renato Maluf”. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio20/o-modelo-agricola-atual-nao-se-sustenta-afirma-renato-maluf-5187050#ixz2CDQHfWtA>>. Acessado em 12/08/2012.

apenas nas diferentes mídias sociais, mas no conjunto dos diferentes grupos de interesse organizados na agricultura brasileira. A realização da Rio+20 sob o mote da “economia verde” colocou em evidência a heterogeneidade de concepções que cercam o tema da sustentabilidade e, conseqüentemente, pautam as ações relacionadas ao desenvolvimento das agriculturas de base ecológica. A economia verde comporta compreensões que, na sua maioria, apontam no sentido da transição para sistemas de agricultura com reduzido uso de insumos industriais, contribuindo, assim, para a diminuição do uso de agrotóxicos, mas não necessariamente para a consolidação das formas familiares de produção que configuram o esteio da agroecologia como modelo de agricultura. A construção de uma política para “agriculturas de baixo carbono” (Programa ABC) no âmbito do MAPA, talvez seja a principal expressão do entendimento que tem sido gestado junto a esses setores. Financiando práticas como o plantio direto na palha, a recuperação de áreas degradadas, os sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, o plantio de florestas comerciais, a fixação biológica de nitrogênio e o tratamento de resíduos animais, o Programa indubitavelmente contribui para minimizar os impactos gerados pelos modelos convencionais de produção agrícola herdados da “revolução verde”. Mas, para além da economia verde, essas ações têm dificuldade de incorporar uma mudança mais significativa no modelo de produção, em direção à agroecologia.

Assim, se, por um lado, a crítica aos agrotóxicos contribui para legitimar valores que são essenciais para o desenvolvimento da agroecologia, por outro, ela inevitavelmente também está na base de uma explicação mais ampla para o processo de convencionalização do mercado de orgânicos. Inserida na lógica da economia verde, a produção de orgânicos responde às preocupações que a sociedade tem legitimado acerca do seu padrão de consumo alimentar. No entanto, frequentemente os sistemas de produção limitam-se a processos de substituição de

insumos químicos industriais por outros de origem “orgânica”, como biofertilizantes, esterco, compostos e caldas para controle de pragas e doenças. Em sua maioria adquiridos nos novos mercados para os insumos orgânicos, esses produtos podem ser incorporados a sistemas de produção que mantêm, contudo, o uso intensivo de práticas convencionais com forte impacto ambiental e energético, com destaque para o manejo e a degradação do solo, o uso e a contaminação da água, além da especialização e intensificação produtivas para além da capacidade de regeneração dos agroecossistemas.

Agriculturas de base ecológica: dinâmicas de apropriação e reapropriação

A crítica que atingiu o modelo agroalimentar fordista a partir do final da década de 1980 condenou a padronização, artificialização e industrialização da produção e consumo alimentar. O surgimento dos movimentos de “agricultura alternativa”, as crises alimentares associadas à segurança dos alimentos e o desenvolvimento de novos sistemas de produção baseados nos preceitos da “agroecologia” (ALTIERI, 1989; GLIESMANN, 2000; CAPORAL e COSTABEBER, 2000; SEVILLHA GUZMÁN, 2006) foram definidores da introdução de um amplo questionamento sobre os limites do modelo vigente (MURDOCH, MARSDEN e BANKS, 2000). As justificativas emergentes colocaram em xeque o regime sociotécnico e legitimaram novos valores que, aos poucos, tornaram-se inseparáveis do discurso sobre a moderna agricultura. Em especial, a sustentabilidade tornou-se uma espécie de mantra repetido pelos mais diversos atores sociais (VEIGA, 2010).

A reação dos “impérios alimentares” (PLOEG, 2008) ocorreu pela tentativa de endogeneização desses valores, sendo talvez o caso

paradigmático aquele dos produtos orgânicos. Originalmente associados a circuitos diretos estabelecidos entre agricultores familiares e consumidores, em vários países esses produtos foram rapidamente incorporados pelo setor de agricultura empresarial (WILKINSON, 2008; HINRICHS, 2003). Sua circulação passou para redes controladas pelos grandes distribuidores que determinam normas e padrões de produção cada vez mais estritos, levando os produtos a perderem sua associação com o local e com as práticas tradicionais.

Por sua vez, em resposta a essa situação ganha força uma crítica ética que denuncia este movimento de apropriação. Ela emerge associada aos valores da agroecologia que fundamentam a reconstrução de vínculos mais estreitos entre as práticas específicas de produção (aspectos técnicos), a localidade (aspectos socioculturais) e o ambiente (aspectos ecológicos), visando demonstrar que a indissociabilidade desses componentes impede um novo processo de apropriação pelos circuitos industriais (ALMEIDA, 2003; SEVILLA GUZMÁN, 2006).

Para compreender a dinâmica desse movimento, é fundamental considerar a qualidade como um valor socialmente compartilhado. Não se trata apenas de uma apropriação dos produtos, os quais passam a circular em novos circuitos de comércio. A rigor, a própria mudança na trajetória desses produtos depende de uma reinterpretação da qualidade que eles comunicam, a qual deve ser compreendida a partir de um amplo conjunto de significações culturais.

Como demonstra Allaire (2004), o reconhecimento do caráter holista da qualidade e, principalmente, sua configuração imaterial, revela que um produto é valorizado em virtude da mobilização de representações proporcionadas pelas redes sociais onde ele circula. Nesta perspectiva, o autor aproxima-se da leitura cultural proposta por Arjun Appadurai, para quem é a trajetória social das coisas que determina e transforma suas qualidades: “Temos de seguir as coisas em si mesmas, pois seus

significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias. Somente pela análise destas trajetórias podemos interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida às coisas” (APPADURAI, 2008, p.17). São atributos naturais, sociais, culturais e econômicos, atuando por meio de imagens socialmente construídas que tornam a identidade do alimento reconhecível. Para além do controle de técnicas de produção, isso envolve a manipulação de signos culturais (LASH e URRY, 1994).

Nesse sentido, o processo de apropriação da agroecologia deve ser visto, primeiramente, pela manipulação de signos culturais que, outrora, vinculavam o produto agroecológico à agricultura familiar, à produção diversificada, à coprodução entre homem e natureza, ao bem-estar animal, a consumidores politizados etc. De outro modo, à medida que o produto agroecológico perde a referência a esses princípios, incorporando uma nova gama de valores (muito mais centrados em atributos como saúde e sanidade), uma mudança substancial desenvolve-se nas relações sociais de produção e consumo.

Em grande medida, essas mudanças vieram à tona associadas à emergência de novos atores que se estabeleceram como “intermediários culturais” ante a necessidade de valorar um “bem de crença” – afinal, a qualidade diferencial do produto orgânico não reside em atributos que se revelam ao consumidor na compra (bem de pesquisa) ou no consumo (bem de experiência). O consumidor não tem acesso direto às características que definem o produto orgânico, ou seja, a ausência de determinados componentes químicos sintéticos. Portanto, o consumidor confia em intermediários culturais que asseguram a qualidade do produto e dos processos de produção utilizados. Por um lado, pode-se referir nesse sentido a expansão de diversas mídias que passaram a influenciar decisivamente os hábitos dos consumidores e as estratégias dos produtores. Pesquisas que vimos realizando ao longo dos últimos dois anos junto a feiras de produtos orgânicos em Curitiba revelam uma forte

correlação entre a publicização dos benefícios dos alimentos orgânicos e o aumento das vendas. No dia seguinte a cada nova reportagem sobre produção orgânica nos veículos de comunicação, os feirantes veem aumentar a presença de consumidores atraídos quase instantaneamente (e intermitentemente) pelo medo dos agrotóxicos associado às doenças da modernidade.

Por outro lado, a constituição desses intermediários também envolve a constituição de novos “sistemas peritos” (GIDDENS, 1991), com excelência técnica e competência profissional para sustentar as representações constituídas em torno do consumo dos alimentos orgânicos. Esses sistemas constituem os fundamentos dos mecanismos de certificação, definindo as normas, os procedimentos e padrões daquilo que se convencionou como “produção orgânica”. Para definir a qualidade do alimento orgânico, esses sistemas transformam os atributos qualitativos em um conjunto homogêneo de medidas objetivas passíveis de codificação e mensuração. A qualidade passa a ser percebida como uma característica intrínseca ao bem (ou processo de produção) e, ao fim e ao cabo, transformada em uma quantidade (nível de contaminação, volume, peso, produtividade, índice de matéria seca etc.). Por sua vez, as incertezas qualitativas são transformadas em riscos calculáveis e passíveis de incorporação em uma matriz quantitativa, permitindo ao sistema definir probabilidades para orientar as escolhas dos produtores e consumidores. Esse é o caso envolvendo a autorização da presença de organismos geneticamente modificados (transgênicos) em produtos orgânicos, como veremos à frente.

De outro modo, analisar a qualidade como um valor socialmente compartilhado permite acesso a uma nova chave de leitura para compreender os processos de certificação. Muitos mercados carregam consigo sinais distintivos que traduzem aos consumidores diferentes formas de enraizamento dos alimentos: social (produto da reforma

agrária), ecológico (produto orgânico), cultural (produto colonial), territorial (indicação geográfica) ou científico (padrão ISO). Não obstante, o fato de o produto não contar com uma distinção deste tipo não significa que ele não possua qualidades diferenciadas. Nesses casos, a qualidade está assentada em valores construídos na relação direta entre produtores e consumidores, de modo que sinais institucionalizados, como os selos e as marcas, são substituídos por relações de confiança e reciprocidade derivadas da recorrência das transações econômicas (NIEDERLE e RADOMSKY, 2007).

De modo geral, pode-se identificar certa correspondência entre um formato específico de rede social e um valor distintivo que define o conteúdo das trocas. No entanto, essa é uma situação mais analítica que real, haja vista que é recorrente encontrarmos essas redes de forma sobreposta e valores interagindo de maneiras complexas e contraditórias. Um dos problemas mais evidentes de pesquisa é justamente separar essas redes, o que possibilita estudos mais aprofundados sobre o funcionamento de cada dispositivo de troca, mas sob o risco constante de isolamento excessivo dos mercados. Isso é particularmente emblemático nos mercados de produtos orgânicos ou agroecológicos, onde se encontra uma pluralidade de redes sociais no interior das quais valores ambientais, sociais, econômicos e técnicos sobrepõem-se de maneiras complexas e contraditórias, originando lógicas híbridas de produção e consumo.

Com efeito, existem ao menos três situações empíricas que complexificam a análise destes mercados. Primeiro, a coexistência, não raro no interior do mesmo estabelecimento rural, da produção agroecológica e sistemas convencionais de agricultura. Do ponto de vista da compreensão da racionalidade que orienta a organização dos processos produtivos nas unidades de produção, essa coexistência desafia visões que, durante muito tempo, idealizaram a agroecologia como expressão de uma “racionalidade ambiental” oposta a uma “racionalidade de mercado”. De

outro modo, a noção de “racionalidade situada” (ZAOUAL, 2006) permite explicar mais adequadamente como os agricultores mobilizam diferentes valores e discursos para justificar a coexistência dos diferentes sistemas de produção.

Uma segunda situação diz respeito ao uso de diferentes sinais distintivos para os produtos agroecológicos. Desde 2003, a comercialização de produtos orgânicos está condicionada a processos de certificação que atestam este diferencial qualitativo, geralmente identificado na forma de um selo (BRASIL, Lei n.º 10.831/03). Essa exigência está associada a uma transformação mais ampla que diversos autores definem como um processo de institucionalização da agroecologia (BRANDENBURG, 2008; GUERRA, 2010). Embora não esteja resumido a isto, esse processo reflete o reconhecimento das agriculturas de base ecológica pelo Estado e sua regulamentação em um conjunto de normas e regras de produção e comercialização que redefiniram o estatuto da agroecologia como sistema produtivo. Alguns autores sugerem mesmo que isso tem sido responsável por imprimir uma “lógica de mercado” para um amplo conjunto de agriculturas ou sistemas de produção que, até então, desenvolviam-se ao largo da dinâmica hegemônica nos mercados alimentares (ALMEIDA, 2008; PLOEG, 2008).

Cada sistema de certificação revela uma lógica particular de funcionamento, a qual se manifesta na presença de diferentes atores e organizações, com objetivos específicos e mecanismos de coordenação próprios. Isso deriva em uma diferenciação social no que tange às redes de comercialização utilizadas e, igualmente, ao conjunto de convenções, normas e valores que cada sistema de certificação engendra. Assim, os produtos certificados por diferentes mecanismos diferenciam-se quanto à trajetória que percorrem entre os produtores e consumidores, assim como em relação aos valores sociais que carregam consigo. Enquanto alguns produtos e sistemas de certificação estão mais próximos do que a

economia das convenções denomina mundo de mercado e industrial, outros seriam a expressão de uma lógica patrimonial e cívica de produção e circulação (WILKINSON, 2008; NIEDERLE, 2013). Não obstante, é igualmente necessário reconhecer situações empíricas bastante recorrentes na qual os produtos portam dois ou mais selos de diferentes certificadoras. O fato de os agricultores utilizarem dois sistemas de certificação para o mesmo produto incorre na necessidade de reconhecer a emergência de uma nova situação, a saber, a hibridização entre o que, até recentemente, conjugavam-se como “mundos hostis” (ZELIZER, 2003).

Essa questão remete a uma terceira situação que merece atenção: o fato de os produtos agroecológicos (com o mesmo tipo de certificação ou não) circularem por diferentes mercados, por intermédio de distintos atores e carregando consigo valores heteróclitos. Quais são as implicações de um produto agroecológico certificado pela Rede Ecovida, Ecocert ou Instituto Biodinâmico ser comercializado em uma feira local, em uma grande rede varejista, ou ainda, em programas de compras governamentais? Não raro, a trajetória social deste produto começa na mesma unidade familiar de produção e, partir dela, desdobra-se em diferentes redes (mercados), com intermediários e destinos distintos. Ao longo do caminho que o produto percorre, os valores que ele porta são redefinidos.

Aceitando o pressuposto de que a trajetória social das coisas determina e transforma suas qualidades, os mercados devem ser compreendidos a partir de um significado muito mais amplo. As “mercadorias” possuem o que Kopytoff (1986) chama de “biografia cultural”, uma trajetória que demonstra como sua produção, além de um processo material, é também um processo cultural e cognitivo, principalmente quando a mercantilização avança para novas e mais complexas esferas da vida social. Quando um produto sai do mundo mercantil, ele desvia também do seu “estado de mercadoria” e assume um significado distinto nos demais mundos que percorre ao longo de sua

trajetória social. Quando um alimento agroecológico movimenta-se entre diferentes mercados, suas qualidades são redefinidas. Assim, um produto não pode ser exatamente igual se for comercializado em uma feira-livre, em um supermercado ou por algum programa de compras governamentais.

O interesse do grande varejo por esse tipo de produto tem revelado que, quando o apelo à produção ecológica e tradicional torna-se simplesmente uma estratégia de marketing, as qualidades diferenciadoras do produto podem ser apropriadas pelos atores com maior portfólio de recursos. O patrimônio cultural e natural é mercantilizado e artificializado. Nos termos de Appadurai (2008), os bens são desviados de suas rotas tradicionais de circulação para tomar novas trajetórias sociais, assumindo formas e usos diferenciados, e passando para um novo regime de valor, expressão econômica de uma lógica política de consumo.

Nesses casos, a certificação contribui para uma espécie de desencantamento das relações sociais de consumo alimentar, institucionalizando o vínculo entre produtores e consumidores em um selo que reflete determinados padrões de produção e uma qualidade pensada exclusivamente em termos de uma cesta de atributos objetivos inerente ao produto (LANCASTER, 1966). Rompe-se, assim, com uma concepção mais ampla da agroecologia, de modo que é difícil reproduzir os mecanismos que permitem representar o significado holístico que essa noção sustenta. O reencantamento da “comida” – o alimento reconhecido como agroecológico mediante dispositivos culturais – é um desafio indispensável para a reapropriação desses valores. Os sistemas participativos de garantia atuam parcialmente nesse sentido na medida em que buscam, pelos laços de solidariedade e reciprocidade, integrar dimensões de artesanidade, tradição, saber-fazer e localidade aos sistemas agroecológicos. Mesmo assim, é evidente a impossibilidade de transferir a um selo a amplitude de valores que esses alimentos carregam.

Por isso, mercados diretos como as feiras-livres configuram-se tão importantes na perspectiva de determinados movimentos agroecológicos, porque as múltiplas interfaces culturais estabelecidas nesses espaços sociais facilitam o reencantamento das relações de consumo alimentar.

A institucionalização da agroecologia e a estabilização do mercado de orgânicos

Em *The Architecture of Markets*, Neil Fligstein, um dos autores expoentes da nova sociologia econômica, demonstra que a dinâmica de mercado envolve a ação dos atores econômicos com vistas a criar “mundos estáveis” que lhes permitam transacionar e encontrar soluções ao problema da competição. Segundo o autor, um mercado torna-se estável quando as identidades e as hierarquias de status dos agentes econômicos são conhecidas e existe uma concepção de controle compartilhada. Assim, para possibilitar que os atores envolvidos nos mercados desenvolvam relações de competição e cooperação, são necessárias instituições, entendidas como regras partilhadas (leis, entendimentos ou práticas coletivas) mantidas por hábito, acordo explícito ou acordo tácito. Essas instituições assumem a forma de direitos de propriedade, estruturas de governança, concepções de controle e normas de transação, cada uma dirigida à resolução de distintos problemas de instabilidade (FLIGSTEIN, 2001).

Nos últimos anos, a construção de uma arquitetura institucional para o mercado de produtos orgânicos envolveu diferentes fóruns e espaços públicos, no interior dos quais, atores com interesses os mais distintos construíram o quadro normativo referente à produção, comercialização e certificação. A rigor, no Brasil esse processo remonta, pelo menos, às alterações levadas a cabo na década de 1980 na legislação

referente ao uso de agrotóxicos, as quais manifestaram uma preocupação crescente com o potencial poluidor da atividade agrícola e seus efeitos à saúde humana. Impulsionada pela atuação de uma série de organizações e movimentos sociais que se consolidaram nesse período (ALMEIDA, 1999; EHLERS, 1999), as discussões sobre a regulamentação dos agrotóxicos (retomada com novo vigor no período atual) constituem seguramente o marco inicial da regulamentação da agricultura orgânica.

Na década seguinte, essa discussão ganhou um impulso fundamental com a criação do CNPO (Comitê Nacional de Produtos Orgânicos). Instituído pelo Governo Federal em 1995, este fórum reuniu representantes de ONGs, Ministério da Agricultura, Embrapa, Ministério do Meio Ambiente e Universidades, os quais foram responsáveis por conceber o embrião da atual legislação. Em 1998, o Governo publicou a Portaria 505/98 do Ministério da Agricultura apresentando uma proposta de normatização dos produtos orgânicos. A proposta foi aberta à consulta pública até janeiro de 1999, estabelecendo um período para manifestações da sociedade civil (SOUZA, 2003). Nesse mesmo ano entrou em vigor a primeira regulamentação nacional definindo a produção orgânica e englobando os sistemas de produção ecológico, biodinâmico, biológico, natural, sustentável, regenerativo, agroecológico e a permacultura. Além de estabelecer as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação de qualidade para os produtos orgânicos, a Instrução Normativa 07/99 define:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária e industrial, todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e socioeconômicos respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto-sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais

tóxicos, organismos geneticamente modificados/OGM/transgênicos, ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando transparência em todos os estágios da produção e da transformação (BRASIL, 1999).

Essa regulamentação atendeu a demandas de diferentes segmentos sociais envolvidos com o desenvolvimento da agroecologia, mas, e sobretudo nesse momento, constituiu uma resposta às imposições que alguns países começavam a criar para permitir a entrada dos produtos orgânicos nos seus respectivos mercados (IPARDES, 2007). A União Europeia em especial criou condicionantes de certificação de qualidade ambiental que logo foram identificados a barreiras não tarifárias no comércio internacional. De todo modo, essas barreiras estabilizaram-se e acabaram por constituir um quadro regulamentar com capacidade de forçar os agricultores a alterar seus sistemas de produção. Ademais, além de um conjunto de regulamentações públicas constituídas pelos Estados, neste período consolidaram-se sistemas de certificação de terceira parte capitaneados por setores privados, notadamente, redes varejistas multinacionais que passaram a estabelecer padrões de qualidade responsáveis por rápidas transformações nos sistemas agrícolas locais, inclusive nas agriculturas de base ecológica (HATANAKA, BAIN e BUSCH, 2005).

Ao mesmo tempo, a gradativa expansão do mercado interno passou a demandar mecanismos de certificação para controlar o uso indiscriminado (às vezes ilegal) de selos e nomenclaturas que associavam uma vasta gama de produtos a diferentes sistemas ecológicos de produção, nem todos com regras claramente definidas. Além de gerar disparidades entre os produtores, essas práticas confundiam os consumidores, os quais eram atraídos por distintas expressões que faziam apelo a um conjunto de preocupações sociais emergentes, particularmente

aquelas associadas à saúde e preservação ambiental. Assim, por mais controversa que tenha sido, a definição da qualificação “orgânico” para aglutinar a diversidade de agriculturas de base ecológica foi um fator decisivo à estabilização do mercado, ainda que a referência aos demais sistemas continue presente.

A Instrução Normativa 07/99 estabeleceu igualmente um conjunto de normas relativas ao manejo de pragas e doenças, a proibição do uso de produtos sintéticos, as regras de processamento, armazenagem e transporte, os mecanismos de controle de qualidade e o credenciamento de entidades certificadoras. No entanto, em vista da própria precocidade da regulamentação brasileira, essa Instrução deixou em aberto uma série de lacunas que criaram inúmeras incertezas jurídicas, as quais, ao longo do tempo, catalisaram movimentos de crítica e contestação que desestabilizaram o funcionamento do mercado. Abriu-se, assim, um novo período de intenso debate e negociação envolvendo distintos segmentos sociais com vistas a produzir uma nova regulamentação, adequada à heterogeneidade dos sistemas agroecológicos. Com efeito, volta à cena uma discussão sobre a própria capacidade de a designação “orgânico” aglutinar as diferentes agriculturas de base ecológica. Ainda hoje essa qualificação é objeto de críticas recorrentes, as quais não se mostram, contudo, capazes de promover um novo movimento de contestação que possa levar a uma alteração substancial do referencial normativo.

A construção da qualidade “orgânica” envolveu um compromisso coletivo que está na base da estabilidade de todo o sistema. Esse compromisso envolve uma complexa organização de artefatos técnicos, instrumentos institucionais e princípios qualitativos, e não tem absolutamente nada a ver com uma situação hipotética de equilíbrio, tal qual encontramos na formulação econômica *mainstream* sobre o funcionamento do mercado. A estabilidade é uma situação provisória em que os atores sociais exibem um grau relativamente elevado de concordância com as regras do jogo. Um acordo estabelecido pode ser

questionado pela introdução de um novo objeto, de um ator externo ou de um argumento inédito, cuja presença pode obstar o movimento sistemático do mercado. No entanto, não é qualquer outsider que impulsionará esse movimento de crítica. A introdução de uma nova norma ou técnica pode ser simplesmente apropriada pelo sistema sem que isto produza uma contestação capaz de desestabilizá-lo (NIEDERLE, 2013).

Uma situação de maior estabilidade institucional somente foi alcançada após a promulgação da Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003⁴ e, sobretudo, na construção do Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007, que, quatro anos após a publicação da Lei, regulamentou-a e estabeleceu regras mais precisas, em especial no que tange à criação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISOrg).

Dentre uma série de ajustes normativos que se faziam necessários⁵, o principal mérito do Decreto nº 6.323 foi regulamentar a existência de

4. A chamada “Lei dos Orgânicos” insere pequenas modificações na redação que define os sistemas orgânicos de produção, sem alterar substancialmente aquilo já especificado na Instrução Normativa de 1999: “Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente” (BRASIL, 2003).

5. À título de exemplo, enquanto a IN 07/99 estabelecia períodos fixos de “conversão” das unidades produtivas para os sistemas orgânicos (12 ou 18 meses para cultivos anuais ou perenes, respectivamente), o Decreto n.º 6.323, em seu art. 6º, determina que “o período de conversão variará de acordo com o tipo de exploração e a utilização anterior da unidade, considerada a situação socioambiental atual” e “as atividades a serem desenvolvidas durante o período de conversão deverão estar estabelecidas em plano de manejo orgânico da unidade de produção”. Essa flexibilização foi alcançada após uma longa discussão envolvendo diferenças conceituais e políticas acerca dos processos de “conversão” ou “transição” agroecológicas.

diferentes mecanismos de avaliação da conformidade. Assim, após um amplo e controverso processo de negociação, o sistema brasileiro inovou ao definir a existência de três mecanismos de controle. Primeiro, aquele tradicionalmente utilizado em todo o mundo baseado em auditoria externa, o qual transfere o controle a um organismo público ou privado de avaliação da conformidade. Esse sistema reconheceu e regulamentou o trabalho das empresas certificadoras que, desde então, apresentaram um crescimento significativo no mercado brasileiro. Segundo, os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) nos quais o controle é exercido por entidade jurídica credenciada junto ao MAPA (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica - OPAC) que utiliza, nos processos de monitoramento e avaliação de conformidade, a participação direta de produtores, comerciantes, transportadores, armazenadores, consumidores e técnicos. Finalmente, o decreto também prevê a existência de mecanismos de controle social na venda direta sem certificação. Ainda pouco conhecidas e utilizadas, as Organizações de Controle Social (OCS) permitem aos agricultores familiares comercializar seus produtos sem certificação quando esse processo ocorre por meio de venda direta aos consumidores.

A institucionalização desses três mecanismos reflete a heterogeneidade de sistemas de produção e comercialização de produtos orgânicos/agroecológicos existentes no Brasil, criando um quadro regulamentar *sui generis* que tem despertado crescente interesse de outros países, sobretudo no que tange à construção dos sistemas participativos de garantia (CALDAS *et al.*, 2012). De fato, é justamente sobre essa particularidade da regulamentação brasileira (e os condicionantes a ela associados) que cabe uma análise mais minuciosa, uma vez que disso deriva uma compreensão específica sobre as possibilidades e os limites do processo de convencionalização ao qual vimos fazendo referência neste capítulo.

Para compreender as justificativas mobilizadas pelos diferentes atores envolvidos na construção da regulamentação da produção de orgânicos, as quais sustentaram a existência dos sistemas participativos e a própria possibilidade de venda direta sem certificação, é necessário retomar brevemente o contexto no qual se desenvolveu a agroecologia no Brasil. Esses mecanismos refletem nada menos que as lutas por reconhecimento e legitimação perante o Estado e a Sociedade desencadeadas por uma série de movimentos sociais organizados que, desde o auge da “revolução verde”, contrapuseram o discurso da modernização da agricultura com práticas inovadoras no campo da agroecologia e da produção de alimentos. Nos espaços abertos deixados pelo modelo homogeneizador da agricultura convencional, essas práticas deram origem a sistemas produtivos locais diversificados, os quais reproduziram-se apesar da omissão das políticas públicas. Assim, eles deram origem não apenas a múltiplas e variadas formas ecológicas de “fazer agricultura”, mas também a diferentes mercados, em particular circuitos alternativos de produção e consumo fortemente enraizados nos territórios rurais. À despeito das pressões exercidas pelas impérios alimentares, as feiras-livres, as associações de produtores, o pequeno varejo, a produção para autoconsumo, as trocas não mercantis de alimentos, subsistiram e, em algumas regiões, passaram a impulsionar novos modelos de desenvolvimento rural endógeno (PLOEG, 2008).

A partir de meados dos anos 1990, o reconhecimento da agricultura familiar perante o Estado, efeito (e causa) do fortalecimento das organizações sociais do meio rural, possibilitou a dinamização dessas alternativas, não mais percebidas como um resquício da agricultura tradicional, mas como expressão do que havia de mais inovador no sistema alimentar contemporâneo. Desse modo, ainda que as principais políticas para a agricultura familiar tenham mantido um viés centrado na produção de commodities agrícolas (GRISA, 2012, ALTIERI *et al.*, 2012), é

inegável que elas contribuíram para viabilizar algumas iniciativas vinculadas à produção orgânica, seja diretamente por meio do financiamento de atividades de produção e agroindustrialização, seja indiretamente pelo fortalecimento das organizações sociais, ou ainda por meio do incentivo ao consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos.

Também é fato que a pauta ambiental tardou a aparecer na agenda da maioria dos movimentos sociais do campo, os quais mantiveram uma ação centrada no crédito agrícola do PRONAF, o que dificulta o rompimento com os modelos convencionais de produção de alimentos e faz com que a própria agricultura familiar contribua para tornar o Brasil o principal consumidor mundial de agrotóxicos. Mesmo assim, a ação desses movimentos mostra-se indispensável para o desenvolvimento da agroecologia e, seguramente, o processo de regulamentação da produção de orgânicos, tal como ele foi empreendido, está intimamente relacionado ao papel que eles desempenharam em defender as formas familiares de produção ecológica. Em outras palavras, ainda que muitas vezes exista um descolamento entre as práticas empreendidas pelos agricultores (que podem reproduzir o modelo hegemônico) e os discursos empreendidos pelos seus representantes (em defesa da agroecologia), é inegável que a dinâmica desses movimentos contribuiu decisivamente para formatar a arquitetura institucional desse mercado.

As mudanças no âmbito da produção confluíram com transformações igualmente importantes no meio urbano e, em especial, dentre um segmento de “consum-atores” (STASSART, 2010) ávidos não apenas por consumir alimentos orgânicos, mas por algum tipo de engajamento político em face da emergência da sustentabilidade como novo paradigma societário. Isso fez com que a institucionalização da agroecologia fosse ao mesmo tempo tributária da emergência de movimentos e organizações de consumidores que começaram a pautar a necessidade de práticas e políticas voltadas ao incentivo ao consumo de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos e sem transgênicos.

A confluência desses movimentos foi responsável, dentre várias outras coisas, pela proliferação de redes alternativas de produção e consumo. Primeiro, as cidades voltaram a conviver com as feiras-livres, outrora identificadas a um modelo arcaico de relações mercantis cuja extinção inevitável dependeria do ritmo de expansão das grandes redes varejistas.⁶ Hoje, apenas Curitiba possui mais de setenta feiras-livres em diferentes pontos da cidade, duas dezenas delas comercializando produtos orgânicos. Nos últimos anos, nota-se igualmente um crescimento expressivo das lojas especializadas em produtos orgânicos e naturais; pontos de comercialização que, mesmo sem constituir um vínculo direto entre produtor e consumidor, encurtam a cadeia de comercialização e valorizam produtos locais, às vezes utilizando como estratégia de marketing a identificação do produto com o nome do agricultor e de sua família. Já a mais nova fronteira do consumo de orgânicos é a internet, sobretudo com lojas que trabalham com vendas online, mas também produtores que começam a criar sistemas de entrega em domicílio, sem mencionar a recente inserção de cestas de produtos orgânicos em sites de compra coletiva.⁷

Ainda no que tange à construção de novos mercados, um evento particularmente importante diz respeito à entrada em cena do Estado como demandante de produtos orgânicos. O fortalecimento dos mercados

6. Outro aspecto a salientar em relação a essas mudanças nos regimes de produção e consumo alimentar diz respeito à recente expansão da “agricultura urbana”, a qual também passa a ser reconhecida e legitimada perante a Sociedade e o Estado, reivindicando ações e políticas públicas específicas (BOUKHARAEVA *et al.*, 2005).

7. Um mercado que tem revelado crescimento importante em muitos países e que apenas mais recentemente começa a ganhar adeptos no Brasil são aqueles formados a partir da constituição de grupos de consumidores, os quais estabelecem diferentes tipos de relação comercial com agricultores ecologistas. Nesse sentido, veja nesta coletânea o capítulo de autoria de Moacir Darolt.

institucionais⁸ reflete o reposicionamento do Estado em face das políticas de abastecimento e segurança alimentar e nutricional, ratificando não apenas a importância da agricultura familiar, mas a imprescindibilidade de políticas que articulem produção e consumo de alimentos. Os programas de compra governamental como o PAA e o PNAE têm gerado uma demanda importante por alimentos locais e incentivado sistemas agroecológicos de produção, sobretudo, mas não exclusivamente, em decorrência de um diferencial de preço da ordem de 30% pago aos produtos orgânicos (GRISA *et al.*, 2011).

Um aspecto importante a destacar em relação aos mercados institucionais diz respeito à regulamentação que estende o mecanismo de controle social para venda direta por meio de OCS para comercialização de produtos ao PAA e PNAE. Desse modo, reconhecem-se os mercados institucionais como circuitos de venda direta em que a qualidade do produto é assegurada pela confiança produzida na recorrência das relações entre os agricultores familiares e consumidores beneficiários.⁹ Essa é a situação considerando que esses mercados tenham uma fronteira territorial claramente delimitada, incentivando a produção e o consumo de alimentos locais e regionais e fortalecendo os laços sociais entre os agricultores e as comunidades. No entanto, as recentes discussões sobre a ampliação das compras governamentais para mercados mais extensos, visando suprir a demanda crescente de produtos que não consegue ser atendida pela oferta regional (mas com o risco de romper com a lógica

8. Um “mercado institucional” é definido aqui como uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem uma estrutura particular previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações no qual o Estado assume um papel central, notadamente por meio da execução de compras públicas (FLIGSTEIN, 2007; BECKERT, 2007).

9. Contudo, a maior parte das OCS (associações, cooperativas) parece desconhecer esse mecanismo e deixam de utilizá-lo em benefício de sistemas de certificação participativa ou por auditoria (SCHMITT, 2011).

localizada de desenvolvimento destes circuitos de comércio), leva a indagar sobre a efetividade desse sistema e a obrigatoriedade da certificação.

Igualmente, isso remete novamente à discussão sobre o uso de cada um desses mecanismos de avaliação da conformidade nos diferentes mercados para produtos orgânicos. Embora igualmente reconhecidos pelo decreto que regulamenta a produção e comercialização, o controle social, a certificação participativa e a certificação por auditoria possuem espaços específicos de mercado. Na realidade, este é um fator fundamental para a estabilidade do sistema porque confere flexibilidade para os atores agirem de acordo com contextos específicos. Por um lado, permite aos agricultores que atuam nas feiras-livres e mercados institucionais utilizar mecanismos de controle social sem certificação (menos custosas), embora, na prática, a maioria dos agricultores acabe recorrendo à certificação participativa para comercialização nesses mercados. Por outro lado, também permite aos atores interessados em circuitos de comércio mais convencionais estabelecer padrões específicos de produção, complementares à normatização nacional. Isso ocorre, por exemplo, em relação às exigências impostas aos agricultores no que tange ao uso de certificação por auditoria. Empresas, supermercados e exportadores definem padrões qualitativos e existem sistemas de certificação específicos tendo em vista os mercados que pretendem atingir, condicionando a compra dos produtos ao agricultor adequar-se às normas da certificação utilizada (IBD, TECPAR, ECOCERT, IMO etc.). Essa exigência cria uma série de constrangimentos à ampliação dos mercados alternativos, uma vez que muitas empresas condicionam a certificação e a compra do produto a uma relação de exclusividade com o agricultor.

Essa dinâmica consolidou modelos que variam de acordo com o tipo de produto em questão, os atores envolvidos e o arranjo institucional que orienta as relações de troca. Os diferentes mercados revelam, primeiro, redes sociais envolvendo atores distintos e, segundo, valores sociais que diferenciam os processos de qualificação. Como aludido

outrora, são esses valores que definem as diferentes formas de qualificação dos bens que circulam nas redes. Em uma feira-livre o espaço de mercado é definido por uma rede de proximidade em que produtores e consumidores interagem por meio de produtos que possuem um forte apelo valorativo associado à artesanidade da produção. As normas e regras estabelecidas à circulação desses produtos são regidas a partir desta pressuposição valorativa, ainda que em conflito permanente com outros princípios qualitativos (técnicos e mercantis, por exemplo). Por sua vez, os mercados de economia solidária envolvem redes construídas com base em um princípio cívico de “justa remuneração”. Os próprios mercados institucionais para a agricultura familiar podem ser compreendidos deste modo, considerando o governo como um ator central da rede e a origem social do produto (agricultura familiar) como valor distintivo fundamental. Já nas grandes redes varejistas (e nos sistemas de certificação por elas utilizados) predominam valores industriais e mercantis que sustentam concepções qualitativas que destacam a sanidade e a inocuidade do produto.

Uma mudança que começa a desafiar a estabilidade do sistema diz respeito à coexistência desses mecanismos de garantia da qualidade orgânica. Para atender diferentes mercados, muitos agricultores utilizam mais de um mecanismo, o que, além de encarecer os procedimentos de monitoramento, faz emergir dinâmicas conflitivas entre diferentes ordens valorativas. O conflito entre o “mundo de mercado” e o “mundo cívico” estabelece-se quando o uso da certificação por auditoria exigida por uma rede varejista colide com a pressão social exercida pela associação de produtores para a valorização do selo de certificação participativa. As explicações para isso são diversas, podendo, por exemplo, estar vinculadas às dificuldades de essa associação atender a determinados mercados institucionais, o que faz que ela demande toda a produção de seus membros.

O desenvolvimento dos mercados institucionais poderá constituir fator decisivo à trajetória futura da comercialização de alimentos orgânicos, pelo menos no que tange à participação da agricultura familiar neste segmento. Atualmente, os desafios organizacionais e produtivos para acessar esse mercado ainda fazem com que a proporção de orgânicos comercializada via mercados institucionais seja pequena, alcançando apenas 2% do total de alimentos adquiridos da agricultura familiar. No entanto, a possibilidade de ampliação desse mercado traz consigo expectativas diversas em relação à participação das organizações da agricultura familiar no mercado. Vários estudos já dedicaram esforços em analisar as dinâmicas sinérgicas e concorrentes entre os mercados institucionais e outros circuitos de comércio. Em algumas regiões, a demanda por produtos da agricultura familiar parece ter fortalecido outros mercados preexistentes, ou mesmo levado à formação deles (GRISA, 2009; GUARESCHI e SCHNEIDER, 2009). Em outras, a necessidade de atender aos mercados institucionais pode contribuir para desestruturar experiências mais tradicionais de comercialização como as feiras-livres, decorrência não apenas da concorrência por produto, mas também do uso das estruturas de comercialização e transporte e, principalmente, do trabalho dos agricultores e técnicos na construção desses mercados (LOUREIRO *et al.*, 2012). Os efeitos que essas mudanças têm ocasionado no trabalho das organizações sociais da agricultura familiar já são evidentes. Dentre outras coisas, Perez-Casario (2012) destaca como o trabalho dos técnicos volta-se cada vez mais à operacionalização das políticas públicas de aquisição de alimentos, em detrimento das atividades de formação e organização social, essenciais para o processo de transição ecológica.¹⁰

10. Uma das consequências da reorientação do trabalho dos técnicos é a dificuldade de fazer avançar o processo de “transição agroecológica” (GLIESMANN, 2000) no que tange ao desenvolvimento de conhecimentos, práticas e tecnologias voltados à produção agroecológica. Assim, se muitos agricultores permanecem em um estágio de simples

A ampliação das compras governamentais é um dos objetivos que se almeja alcançar a partir da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), recentemente publicada pelo Governo Federal (Decreto n.º 7.794 de 20 de agosto de 2012). Além dos instrumentos tradicionais de política agrícola (crédito, seguro rural, preços mínimos, assistência técnica, pesquisa), a PNAPO institucionaliza o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), o qual, até o momento, constitui apenas uma “carta de intenções” para a criação de instrumentos de ação do Estado que devem ser implementados pelos diferentes órgãos e entidades que participam da gestão da política de agroecologia. Com efeito, o decreto também estabelece a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) – constituída paritariamente por representantes do governo e da sociedade civil – e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) – constituída por dez ministérios e coordenada pelo MDA –, transferindo a elas a responsabilidade de efetivar as diretrizes da PNAPO.

As novas arenas da disputa institucional

Como vimos até aqui, a institucionalização da agroecologia possibilitou a construção de um quadro normativo que estabilizou o mercado, criando as condições necessárias para a ação dos agentes econômicos. No entanto, uma vez que, no Brasil, esse processo é muito recente, as mudanças na estrutura de mercado ainda estão em curso e não há como apontar com clareza como a agricultura orgânica deverá se

substituição de insumos, sem alterações substanciais na organização dos sistemas de produção, também o fazem em virtude da insuficiência da pesquisa e extensão rural em conceber respostas criativas aos problemas encontrados nos sistemas ecológicos de produção e manejo.

consolidar nos próximos anos. Se, por um lado, o interesse crescente dos setores agroindustriais de grande porte parece corroborar uma trajetória de convencionalização; por outro, as especificidades do contexto brasileiro, a começar pela própria importância que assumiram os Sistemas Participativos de Garantia, complexificam o cenário, nada permitindo afirmar de forma apriorística que este segmento será completamente dominado pelos segmentos empresariais (STASSART e JAMAR, 2012). Ao contrário, a heterogeneidade de circuitos de comércio, sistemas de certificação, unidades de produção e atores envolvidos parece ser a marca fundamental das agriculturas de base ecológica no Brasil, o que, em alguma medida, reproduz a própria diversidade do meio rural contemporâneo.

De todo modo, a coexistência de atores com interesses distintos está catalisando um amplo debate público sobre as implicações do crescimento e da regulamentação do mercado de orgânicos. Os últimos dois anos revelam um verdadeiro movimento midiático em torno da produção orgânica. O interesse nesse tipo de produto tem pautado os mais importantes veículos de comunicação, o que está servindo de propulsor para a ampliação da produção e do consumo. Como a demanda tem crescido em um ritmo mais expressivo que a produção, os preços se mantêm em um patamar elevado, garantindo uma lucratividade expressiva ao segmento e atraindo a atenção de novos entrantes, em especial empresas e certificadoras, mas também organizações de pesquisa, extensão rural e assistência técnica.

Assim, a diversificação dos atores no mercado pode gerar uma dinâmica de renegociação dos aspectos normativos. Como vimos argumentando, a Lei dos Orgânicos de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 6.323 de 2007, criou as condições mínimas para o desenvolvimento do mercado. A partir de então, os debates sobre a institucionalização da agroecologia passaram a envolver diversas disputas valorativas acerca das normas de produção. Até o momento essas disputas assumiram

basicamente um caráter incremental em face do quadro regulamentar vigente. Os diversos decretos e instruções normativas produzidos entre 2007 e 2012 resultaram de acordos produzidos com vistas a sanar as lacunas da lei. Desse modo, as modificações que se processaram nesse período não questionaram os compromissos outrora estabelecidos. Ao contrário, elas reforçaram esses compromissos e garantiram estabilidade ao mercado.¹¹

Grande parte das normas construídas nesse período diz respeito à regulamentação das práticas produtivas para a agricultura orgânica. Algumas introduzem uma questão particularmente importante para este setor relativas aos produtos permitidos para manejo de sistemas orgânicos de produção. Em vista da importância desse tipo de norma, vamos nos deter um pouco mais nessa questão.

Em 2011, o Brasil presenciou o primeiro registro de produto fitossanitário para a agricultura orgânica. Trata-se do Biotesia, uma pequena vespa utilizada para o controle biológico da broca da cana-de-açúcar, registrado pela empresa Biotech. Desde então, outras seis marcas já obtiveram registro para produtos com três princípios ativos diferentes: *Cotesia flavipes*, Flavonas saponínicas, *Trichogramma galloi*.¹² Dentre os

11. Analisando a dinâmica de políticas públicas, Fouilleux (2000) alude que a vida de uma política pública é ritmada pela alternância entre fases de estabilidade e conjunturas críticas, constituindo dois tipos de dinâmicas: a) uma configuração fórum quando a controvérsia é colocada em latência e há a produção rotineira da política pública, com mudanças marginais e incrementais: novas ideias são institucionalizadas, mas não questionam a economia geral do compromisso e; b) uma configuração *arena* quando o compromisso é colocado em xeque e as controvérsias são expostas (conjuntura crítica do fórum). Neste caso, a instabilidade institucional é mais suscetível de traduzir-se em mudanças de magnitudes maiores ou na criação de uma nova política pública. A estabilidade é retomada somente quando há a renovação ou a criação de um novo compromisso.

12. Além desses produtos, informações de setembro de 2012 revelam uma lista de onze produtos com “especificação de referência” já publicada e 224 em análise junto ao MAPA. Precedendo a demanda de registro, uma “especificação de referência” estabelece especificações e garantias mínimas acerca dos produtos fitossanitários.

demandantes de registro estão empresas que buscam estabelecer-se como primeiros entrantes em um mercado que deve expandir-se rapidamente nos próximos anos, inclusive com o ingresso de multinacionais do setor de agrotóxicos que possuem linhas de produtos específicas para controle biológico. O desenvolvimento deste mercado de insumos para a produção orgânica seguramente constituirá uma questão-chave da regulamentação desse segmento.

As disputas normativas referentes ao uso de insumos na agricultura orgânica têm pautado a construção desse mercado em vários países. Nos Estados Unidos, extensa reportagem recentemente publicada pelo jornal *New York Times* (7 de julho de 2012) enfatizou os conflitos envolvendo aquilo que pode ser definido como a nova fronteira do processo de convencionalização da produção orgânica, para além da já reconhecida apropriação dos princípios agroecológicos e dos circuitos de comércio pelos setores empresariais. A reportagem alerta para os conflitos envolvendo as definições do National Organic Standards Board relativas à permissão do uso de substâncias não orgânicas para controle e manejo de pragas: “Inicialmente, a lista era predominantemente composta de coisas como bicarbonato de sódio, o qual não é orgânico, mas essencial para produzir algumas coisas como pão orgânico. Hoje, mais de 250 substâncias não orgânicas aparecem na lista, face a 77 presentes em 2002”. As decisões relativas à inclusão de novos produtos refletem as pressões exercidas tanto pelos representantes de corporações da indústria química quando de empresas que se especializaram na produção orgânica intensiva e em larga escala, que, ao romper com os “preceitos científicos da agroecologia” (CAPORAL, 2009), exigem um “pacote químico” para manter níveis elevados de produção e produtividade.

Composto por quinze membros de diversos segmentos sociais, o National Organic Standards Board exige uma maioria de dois terços para aprovar regras referentes à inclusão de novos insumos à lista de

substâncias permitidas. Uma das discussões mais recentes envolveu a tentativa de inclusão de *ammonium nonanoate*, um herbicida derivado de amônia e ácido nonanoico utilizado para controle de determinadas ervas. Seis votos a favor da liberação do produto foram concedidos por representantes de empresas como General Mills, Campbell's Soup, Organic Valley, Whole Foods Market e Earthbound Farms. No entanto, essa batalha foi vencida por representantes de organizações de agricultores que se colocaram contra o que, segundo eles, representaria o “primeiro herbicida” presente na lista de substâncias permitidas. A guerra, contudo, está longe do fim e outras substâncias são colocadas na mesa de discussão, como a caragenina, um polissacarídeo derivado de algas marinhas com efeitos controversos sobre a saúde humana.

Esse processo tem gerado um intenso movimento de crítica e contestação em relação ao sistema de certificação. Muitos movimentos alegam que os consumidores desconhecem o que efetivamente estão colocando em suas mesas. A associação entre alimentos orgânicos, ausência de agrotóxicos e saúde começa a ser corroída pelas mudanças em curso nos sistemas de manejo e, sobretudo, nos processos de beneficiamento e industrialização. Ao mesmo tempo, há produtores que, após décadas trabalhando com sistemas agroecológicos e participando ativamente da construção da regulamentação, começam a criticar o sistema. Nesse caminho, alguns agricultores deixam de certificar seus produtos e passam a utilizar outras estratégias de diferenciação baseadas no enraizamento local e territorial da produção ou na venda direta, apoiando-se nos vínculos de confiança construídos entre produtores e consumidores.

Na França, onde o mercado de orgânicos tem assistido a um crescimento da ordem de 10% ao ano desde o final da década de 1990, discussão similar tem se processado em relação à regulamentação. A demanda das grandes redes varejistas tem impulsionado produtores e cooperativas agrícolas a lançarem-se em uma ampliação frenética da

escala de produção. Alguns produtores chegam a colocar no mercado 75 mil frangos orgânicos por ano. Em 2008, a produção de aves orgânicas no país teve um aumento de 17%. Mesmo assim, a oferta tem se mostrado muito aquém das necessidades do mercado, de modo que a exportação torna-se uma alternativa cada vez mais recorrente para as redes de supermercados. Atualmente, a França importa mais de 60% das frutas e legumes orgânicos que consome, com destaque para produtos provenientes da Espanha (18%), Marrocos (13%) e Itália (10%), além de cerca de 40 outros países (BAQUE, 2011). A exportação massiva desses produtos faz emergir outra crítica relativa aos princípios valorativos que sustentam a agricultura ecológica. O desperdício alimentar e o custo energético da circulação global dos alimentos (*food miles*) são alguns dos aspectos ressaltados por movimentos que defendem os sistemas locais de produção e consumo (*Community Supported Agriculture*).

Uma norma particularmente controversa entrou em discussão na União Europeia em 2007, relativa à presença de produtos transgênicos dentre aqueles certificados como orgânicos. Segundo regulamento europeu 1829/2003, um produto alimentar deve ser etiquetado como OGM somente a partir da “presença fortuita e inevitável” de 0,9% de OGM por ingrediente. Ou seja, se o produto contém menos que esse percentual, ele não é sujeito a este tipo de etiquetagem. Seguindo essa norma, a Comissão Europeia aprovou norma que proíbe a “utilização deliberada de OGM”, mas permite a presença fortuita de até 0,9% para todos os produtos, inclusive aqueles certificados como orgânicos, o que até então estava proibido pelo regulamento deste tipo de produção. No Parlamento Europeu, a comissão de agricultura buscou uma medida mais restritiva, que reduzia esse percentual a apenas 0,1%, o que foi aprovado por 59,1% dos deputados. No entanto, o texto aprovado pelo Parlamento possui apenas carácter consultivo, cabendo aos ministros de Estado a última palavra. Estes suprimiram essa parte do texto e ratificaram o limite de 0,9%, em vigor desde janeiro de 2009 (BAQUE, 2011).

No Brasil, as atuais discussões sobre o uso de insumos na agricultura orgânica têm concentrado atenção sobre a regulamentação da utilização de determinados compostos e caldas, dentre as quais a calda bordalesa e a calda sulfocálcica. Produzidas, respectivamente, a partir de sulfato de cobre e enxofre, essas caldas estão entre os insumos de maior utilização na agricultura orgânica, sendo permitidas pela regulamentação vigente. Contudo, o uso incorreto desses produtos pode ter efeitos tão prejudiciais à saúde e ao meio ambiente quanto outros compostos químicos atualmente proibidos (FELIX, 2005). Utilizadas corretamente, essas caldas e outros produtos que atualmente compõem uma espécie de “pacote tecnológico” da agricultura orgânica, são produtos essenciais para iniciar os processos de transição em direção a sistemas ecológicos de produção. Contudo, o uso indiscriminado desses insumos, geralmente associado à tentativa de ampliação de escala e especialização produtiva, pode reproduzir os velhos problemas da agricultura convencional. Enfim, a regulamentação dessas e outras práticas constitui uma discussão fundamental que deverá pautar as preocupações da recém-constituída Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).

Considerações finais

Neste capítulo traçamos um quadro geral a respeito das transformações institucionais nos mercados para produtos orgânicos. O foco voltou-se sobretudo à análise das reconfigurações sociais e regulatórias em curso nos mercados como decorrência de um processo de institucionalização das agriculturas de base ecológica. Após revisitar alguns elementos apontados no “debate da convencionalização”, sugerimos que, diferentemente de outros países, no Brasil a heterogeneidade de trajetórias sociopolíticas tem sido a marca fundamental das organizações envolvidas

com o desenvolvimento da agroecologia e dos mercados para alimentos orgânicos. Com efeito, ao invés de um movimento inequívoco na direção de uma crescente apropriação desses mercados pelo segmento empresarial e industrial, a coexistência de diferentes sistemas de produção e comercialização, cada qual constituído por um conjunto relativamente específico de atores, objetos e práticas relevantes, é a marca fundamental desse processo de institucionalização. Essa heterogeneidade impede traçar um caminho único para o desenvolvimento dos mercados de produtos orgânicos. As diferentes redes sociotécnicas não apenas são formadas por distintos agentes econômicos, como também vinculam-se a quadros regulamentares específicos, o que é possibilitado, dentre outras coisas, pela flexibilização normativa presente na Lei dos Orgânicos, em particular no que tange aos diferentes sistemas de avaliação da conformidade.

Uma análise desses mercados envolve necessariamente a construção de abordagens interdisciplinares que permitam, primeiro, identificar as trajetórias sociais percorridas pelos produtos agroecológicos, mapeando os circuitos de comércio mais relevantes e o uso de diferentes mecanismos de certificação; segundo, analisar o formato e a reconfiguração das redes pelas quais circulam esses produtos, situando os atores mais relevantes em cada mercado e como eles relacionam-se entre si; terceiro, compreender os princípios valorativos e normativos (regras, códigos, convenções, formas de conduta etc.) que orientam as transações nesses mercados e conferem um formato específico às redes; e, finalmente, analisar como os atores coordenam suas ações em face da coexistência de diferentes mercados e sistemas de certificação e quais as implicações disso à emergência de uma nova racionalidade produtiva na agroecologia. Algumas dessas questões foram tratadas ao longo deste capítulo. Outras serão analisadas em maior detalhe nos textos subseqüentes. De todo modo, trata-se de uma contribuição inicial para uma agenda de pesquisas que está se abrindo sobre a nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos.

Referências

ALLAIRE, G. Quality in economics: a cognitive perspective. In: HARVEY, M.; McMEEKIN, A.; WARD, A. (Eds.). *Qualities of food*. Manchester: MUP, 2004. pp. 66-92.

ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. *Ensaio FEE*, v.24, n.2, p.499-520, 2003.

ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

ALMEIDA, L. Elementos para pensar a transição agroambiental: as lógicas da mudança técnica na agricultura familiar. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 14, p. 33-45, 2008.

ALTIERI, M. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ALTIERI, M.; FUNES-MONZOTTE, F.; PETERSEN, P. Agroecologically efficient agricultural systems for smallholder farmers: contributions to food sovereignty. *Agron. Sustain. Dev.*, v. 32, p. 1-13, 2012.

ALTIERI, M.; TOLEDO, V.M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 3, 587--., 2011.

ALVES, E.; ROCHA, D. de P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Orgs.). *A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas*. Brasília, DF: IPEA: Mapa, 2010.

APPADURAY, A. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: APPADURAY, A. (Org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*: Niterói/RJ: EdUFF, 2008. pp.15-88.

BECKERT, J. The great transformation of embeddedness: Karl Polanyi and the New Economic Sociology. *MPIfG Discussion Paper*, n.7, 2007.

BLANC, J.; KLEDAL, P. The Brazilian organic food sector: Prospects and constraints of facilitating the inclusion of smallholders. *Journal of Rural Studies*, v. 28, n.1, p.142-154, 2012.

BAQUE, P. *Um novo sentido para os produtos orgânicos*. Le Monde Diplomatique. 01 de Fevereiro de 2011

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalismo*. Paris: Gallimard, 1999.

BRANDENBURG, A. Mouvement agroécologique au Brésil: trajectoire, contradictions et perspectives. *Natures Sciences Sociétés*, v. 16, p. 142-147, 2008.

BRASIL. *Produto orgânico: melhor para a vida de todos e do planeta*. Brasília: MAPA, 2012.

BRASILBIO. *Agricultura orgânica*. Disponível em <<http://www.brasilbio.com.br>>. Acessado em 13/08/2012.

BUCK D.; GETZ, C.; GUTHMAN, J. From farm to table: the organic vegetable commodity chain of northern California. *Sociologia Ruralis*, v. 37, p. 3-20, 1997.

BUAINAIN, A.M. *Agricultura familiar, agroecologica e desenvolvimento sustentável: questões para debate*. Brasília: IICA, 2006.

CALDAS, N.V.; SACCO DOS ANJOS, F.; BEZZERRA, A.J.A.; AGUILAR CRIADO, E. Certificação de produtos orgânicos: obstáculos à implantação de um sistema participativo de garantia na Andaluzia, Espanha. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, p. 455-472, 2012.

CANUTO, J. C. Política de pesquisa com enfoque agroecológico como resposta aos riscos socioambientais da convencionalização das agriculturas ecológicas no Brasil. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, I. *Anais...* Botucatu: UNESP, 2001.

CAPORAL, F. R. *Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agricultura mais sustentáveis*. Brasília: MDA/SAF, 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 1, n. 1, p. 16-37, 2000.

CONTERATO, M.; NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na

ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). *Os atores do desenvolvimento rural: práticas produtivas e processos sociais emergentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. pp. 67-90.

DELGADO, G.C. *Capital financiero e agricultura no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1985.

DE SCHUTTER, O. *Informe del Relator Especial sobre el derecho a La Alimentación à Asamblea General de las Naciones Unidas*. Ginebra: ONU, 2010.

EHLERS, E. *Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. 2. ed. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária Ltda, 1999.

ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2000.

FARINA, E. (Coord.). *Estudo do sistema agroindustrial de produtos orgânicos no estado de São Paulo*. Relatório de Pesquisa. São Paulo: Sebrae, 2002.

FELIX, F. F. *Comportamento do cobre aplicado no solo por calda bordalesa*. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Piracicaba: ESALQ, 2005.

FLIGSTEIN, N. *The architecture of markets: an economic sociology of twenty-first-century capitalist societies*. Princeton/NJ: Princeton University Press, 2001.

FOUILLEUX, È. Entre production et institutionnalisation des idées: la réforme de la politique agricole commune. *Revue Française de Science Politique*, v.50, n.2, p. 277-306, 2000.

FRIEDMANN, H. Feeding the Empire: the pathologies of globalized agriculture. In: R. Miliband (Ed.). *The socialist register*. London: Merlin Press, 2004. pp. 124-143.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, v.19, n.1, p. 1-7, 2003.

GOODMAN, D.; DUPUIS, M. Knowing food and growing food: beyond the production-consumption debate in the sociology of agriculture. *Sociologia Ruralis*, v.42, n.1, p. 5-22, 2002.

GOODMAN, D.; DUPUIS, M.; GOODMAN, M. *Alternative Food Networks*. New York: Routledge, 2012.

GRANOVETTER, M. The impact of social structure on economic outcomes. *Journal of Economic Perspectives*, v.19, n.1, p. 33-50, 2005.

GRISA, C. *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFPR, 2012.

GRISA, C. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos. *Estudo & Debate*, v. 16, p. 67-92, 2009.

GRISA, C.; SCHMITT, C.; MATTEI, L.; MALUF, R.; LEITE, S. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. *Retratos de Assentamentos*, v.13, p. 137-170, 2011.

GUARESCHI, A.; SCHNEIDER, S. A construção social dos mercados da agricultura familiar: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos em Tenente Portela, RS. In: CONGRESO ARGENTINO Y LATINOAMERICANO DE ANTROPOLOGIA RURAL, 4. *Anais...* Mar del Plata, 2009.

GUTHMAN J. The trouble with 'organic lite' in California: a rejoinder to the 'conventionalisation' debate. *Sociologia Ruralis*, v.44, p. 301-316, 2004.

GUERRA, G.C.M. *A institucionalização das representações sociais da agroecologia na agricultura familiar*. Dissertação (Mestrado em Administração). Maringá: UEM, 2010.

HATANAKA, M.; BAIN, C.; BUSCH, L. Third-party certification in the global agrifood system. *Food Policy*, v.30, n.3, p. 354-369, 2005.

HINRICHS, C.C. The practice and politics of food system localization. *Journal of rural studies*, v.19, p.33-45, 2003.

IPARDES. *O mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências*. Curitiba: IparDES, 2007.

KARPIC, L. Éléments de l'économie des singularités. In: STEINER, P. e VATIN, F. *Traité de sociologie économique*. Paris: PUF, 2009. pp. 165-208.

KOPITOFF, I. The cultural biography of things: commoditization as process. In: APPADURAI, A. *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

LANCASTER, K. A new approach to consumer theory. *Journal of Political Economy*, v.74, n.2, p. 132-157, 1966.

LASH, S.; URRY, J. *Economies of Signs and Space*. London: Sage, 1994.

LOCKIE, S.; HALPIN, D. The “conventionalisation” thesis reconsidered: structural and ideological transformation of Australian organic agriculture. *Sociologia Ruralis*, v.45, p. 284-307, 2005

LOUREIRO, M. O.; IWAMURA, I.; MERGEN, C. V.; NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. Feiras livres e mercados institucionais: a Rede Ecovida e a construção de circuitos de comercialização para produtos agroecológicos. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, *Anais...* Vitória: Sober, 2012.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, v.25, n.1, p. 299-322, 2004.

McMICHEL, P. A food regime genealogy. *Journal of peasant studies*, v.36, n.1, p. 139-169, 2009.

MURDOCH, J.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Quality, nature, and embeddedness: some theoretical considerations in the context of the food sector. *Economic geography*, v.76, n.2, p.107-125, 2000.

NIEDERLE, P. A. Economia das Convenções: subsídios para uma sociologia das instituições econômicas. *Ensaio FEE*, v.34, n.1, 2013.

NIEDERLE, P. A. Mercantilização, diversidade e estilos de agricultura. *Raizes*, v. 25, p. 37-47, 2006.

NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. Atores sociais, mercados e reciprocidade: convergências entre a nova sociologia econômica e o «paradigma da dádiva». *Teoria & Sociedade*, v. 15, p. 146-177, 2007.

PELAEZ, V.; TERRA, F. H. B.; SILVA, L. A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente. *Revista de Economia*, v.36, p. 27-48, 2010.

PEREZ-CASARINO, J. *A construção social de mecanismos alternativos de mercado no âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Curitiba: UFPR, 2012.

PLOEG, J. D. van der. *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. *Revista Política e Sociedade*, v. 8, p. 199-224, 2009.

RADOMSKY, G. F. W. Certificação participativa e agricultura ecológica: rede, processos de inovação e conhecimentos locais. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). *Os atores do desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. pp. 235-250.

SAUER, S.; BALESTRO, M. (Org.). *Agroecologia: os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SCHMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. (Org.). *Agroecologia e os desafios da transição ecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHMIDT, C. J.; GUIMARÃES, L.A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. *Agriculturas*, v.5, n.2, 2008.

SCHULTZ, G. *Relações com o mercado e (re)construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica*. Tese (Doutorado em Agronegócios). Porto Alegre: UFRGS, 2007.

SCIALABBA, N. E. H. *Global trends in organic agriculture markets and countries' demand for FAO assistance*. Rome: Global Learning Opportunity – International Farming Systems Association. Roundtable, Organic Agriculture, 2005.

SEVILLA-GUZMANN, E. *Perspectivas agroecológicas*. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2006.

SOUZA, M. C. Aspectos institucionais do sistema agroindustrial de produtos orgânicos. *Informações Econômicas*, v.33, n.3, 2003.

STASSART, P.; JAMAL, D. Agriculture biologique et verrouillage des systèmes de connaissances. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 25, p. 117-131, 2012.

STOLLE, D; HOOGHE, M.; MICHELETTI, M. Politics in the supermarket: political consumerism as a form of political participation. *International Political Science Review*, v.26, n.3, 2005.

VEIGA, J. E. *Sustentabilidade: a legitimação de um valor*. São Paulo: Senac, 2010.

WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WILKINSON, J. Markets and networks in global social movements. *Gastronomic Science*, v. 1, p. 56-64, 2007.

ZAOUAL, H. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ZELIZER, V. O significado social do dinheiro: dinheiros especiais. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. *A nova sociologia econômica*. Lisboa: Celta, 2033. pp. 125-166.

AGROECOLOGIA E A SUPERAÇÃO DO PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO

Paulo Petersen

Introdução

A retomada da ação do Estado brasileiro sobre as dinâmicas de desenvolvimento rural nos últimos 15 anos, após o desmonte institucional sofrido durante o interregno neoliberal da década de 1990, abriu um campo de oportunidades para a ruptura do paradigma da modernização agrícola que norteou as instituições públicas dessa área a partir dos anos 1960. Em uma conjuntura particularmente favorável, sobretudo com o início do Governo Lula, em 2003, foram criadas condições excepcionalmente propícias para que o enfoque agroecológico fosse admitido, ao menos nominalmente, como referência para a orientação de variadas políticas e programas voltados para a agricultura familiar.

Não obstante, além da poderosa resistência ideológica exercida pelos que se recusam a aceitar a internalização da perspectiva agroecológica nos órgãos oficiais, o avanço nesse campo vem enfrentando significativos bloqueios institucionais, conceituais e metodológicos. Prisioneiras de uma prática operacional e de uma estrutura funcional concebidas segundo o paradigma da modernização, as instituições públicas encontram dificuldades de escapar de rotinas que as mantêm fortemente atreladas ao viés do produtivismo economicista, aos postulados epistemológicos positivistas e ao seu corolário metodológico, o difusionismo tecnológico. Resulta desses obstáculos de natureza paradigmática a forma superficial e por vezes contraditória com que a

Agroecologia vem sendo institucionalizada, sendo muito frequentemente reduzida a uma proposta de produção orientada à exploração do crescente nicho de mercado da agricultura orgânica.

No atual momento, em que o governo federal, por meio de decreto presidencial publicado em agosto de 2012, lança a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), torna-se necessário que o debate sobre o significado e o possível alcance da institucionalização do enfoque agroecológico pelo Estado seja retomado e aprofundado.

Este texto apresenta um ponto de vista crítico com relação às evoluções em curso nessa área. Ao identificar alguns traços característicos da estrutura institucional vigente e sua natureza repulsiva ao paradigma agroecológico, defendo a necessidade do desenvolvimento do ramo disciplinar da Agroecologia Política, um campo de estudos dedicado à análise e ao desenho de marcos institucionais adequados para que a Agroecologia seja efetivamente incorporada como referência de ações públicas voltadas à promoção do desenvolvimento rural (GONZÁLEZ DE MOLINA, 2011).

A emergência do paradigma da modernização

Analiticamente, os dez mil anos de história da agricultura podem ser interpretados como a busca de novas práticas para a intensificação do uso dos solos em resposta às crescentes demandas alimentares decorrentes dos aumentos demográficos (BOSERUP, 1987). As evoluções técnicas foram marcadas pelo encurtamento dos pousios e, finalmente, pela sua completa supressão no final da Idade Média, processo que demarcou a Primeira Revolução Agrícola.¹ Nesse curso histórico, à medida

1. Com exceção das chamadas civilizações hidráulicas, como a egípcia, o pousio foi o método adotado por milênios para a recomposição da fertilidade dos agroecossistemas. A supressão dos pousios na agricultura europeia foi possibilitada pela introdução de espécies forrageiras

que as inovações técnicas permitiam a intensificação produtiva, os agroecossistemas foram se diferenciando estrutural e funcionalmente em relação aos ecossistemas naturais. Mas foi a emergência da química agrícola que, no final do século XIX, abriu o caminho para que essa tendência à artificialização fosse levada a níveis extremos, fazendo com que as dinâmicas de coprodução entre natureza e agricultura, que condicionaram as inovações tecnológicas por milênios, fossem desconsideradas para dar lugar a um padrão produtivo estruturalmente dependente de insumos industriais e de energia não renovável derivada de combustíveis fósseis (PETERSEN *et al.*, 2009). A noção de *progresso técnico*, entendido como o aporte intensivo de insumos e equipamentos industriais nos sistemas de produção, passou a prevalecer e atuou como elemento decisivo para a penetração do capital na agricultura em detrimento do trabalho agrícola moldado culturalmente segundo as peculiaridades dos ecossistemas locais. Como tudo na história, importa ressaltar que essa nova fase, conhecida como Segunda Revolução Agrícola, não deve ser compreendida como um fenômeno inexorável, mas sim como o resultado de um projeto político-ideológico ativamente construído: a modernização agrícola.

O projeto da modernização como uma intervenção planejada

O paradigma da modernização agrícola se impôs dominando a prática, a teoria e a política (PLOEG *et al.*, 2000) e legitimando a ideia de que, quanto mais *moderna* fosse a agricultura, maior seria o potencial produtivo de alimentos e fibras e mais robusto se apresentaria o desenvolvimento do meio rural. O desenvolvimento da agricultura seria uma consequência imediata da incorporação de tecnologias exógenas

e adubos verdes nas rotações de culturas, o que permitiu simultaneamente o aumento da carga animal e o emprego intensivo da adubação orgânica (MAZOYER e ROUDART, 2001).

capazes de superar o *atraso* da agricultura e do meio rural *vis-à-vis* a indústria e o meio urbano (CONTERATO *et al.*, 2011).

Para construir sua legitimidade, a modernização agrícola contou com uma poderosa ofensiva ideológica que foi capaz de associar a teoria econômica ortodoxa com um paradigma científico-tecnológico em construção. Nesse processo de consolidação, a ciência institucionalizada foi convocada a atuar como mecanismo de enfraquecimento do papel da localidade como centro gravitacional dos processos de morfogênese dos sistemas agrícolas. Entre outras razões, essa desqualificação ocorre com a relativização, senão a negação, do conhecimento prático e da capacidade de inovação dos agricultores (PLOEG, 2003).

Tecnicamente falando, o projeto de modernização corresponde à transformação da agricultura em um *ótimo* cientificamente definido que se materializa em torno a duas tendências de desenvolvimento complementares: o aumento de escala e a intensificação da produção.² Entretanto, o que inicialmente foi apresentado como uma previsão converteu-se posteriormente em um resultado inevitável devido à *intervenção planejada*³ dos Estados, que se empenharam na aplicação das regras implícitas ao desenvolvimento tecnológico (apresentadas

2. Vale apontar, no entanto, que, até a modernização, essas duas tendências foram mutuamente excludentes. Afinal, no curso da história da agricultura, a intensificação se fez por meio de um lento processo de encurtamento dos períodos de pousio proporcionado por medidas técnicas que se revestiam de duas características que, por serem interdependentes, colocavam limites ao aumento de escala: o aumento dos fluxos de biomassa nos sistemas agrícolas e a especificidade local.

3. Em seu livro *Sociologia do Desenvolvimento*, Norman Long chamou a atenção para o fato de que os modelos de intervenção do Estado estão baseados implícita ou explicitamente em elaborações teóricas que explicam como as mudanças sociais se processam e como elas devem ser promovidas na direção do desenvolvimento. A política pública seria assim informada por modelos racionais que se fundam na crença de que com mais informação e reflexão analítica sobre o desenho e a implementação das políticas elas serão mais eficazes na condução das mudanças desejadas (LONG, 2007).

como leis naturais) e nas relações e tendências de mercado (apresentadas como leis da sociedade). Dessa forma, as projeções se tornam uma profecia autorrealizada, e a ciência figura cada vez mais como um componente central da retórica legitimadora da ideologia da modernização (PLOEG, 2003).

A modernização agrícola passou então a ser concebida como fruto da ação de instituições e atores externos ao setor agrícola. Essa origem exógena dos vetores modernizantes fundou-se na ideia implícita de que a agricultura era um setor estagnado. A superação da agricultura tradicional converteu-se em um poderoso mantra que abriu espaço para a elaboração de um conjunto de teorias no campo das ciências sociais coerentes com essa proposição. Nesse ambiente ideológico, a noção de *tradicional* passou a ser empregada para rotular tudo o que não fosse considerado moderno, criando-se assim uma visão dicotômica que introduz um viés maniqueísta para a interpretação das sociedades rurais. Por meio desses estereótipos, as práticas que não fossem identificadas com a modernidade eram vistas como conservadoras e arcaicas e, portanto, carregadas de negatividade.

Dentre as várias intervenções dos Estados, destaca-se a atuação na definição dos atores sociais responsáveis por conduzir o projeto modernizante, assim como dos direitos de que são portadores. Nos marcos de um projeto que só reconhece a vigência histórica de modos de produção agrícola orientados exclusivamente por critérios mercantis, os produtores empresariais (patronais ou familiares) foram os mercedores do estatuto de modernos. Para alçá-los ao papel de protagonistas do desenvolvimento rural, as intervenções públicas atuaram vigorosamente no sentido de remover os obstáculos estruturais e políticos que dificultavam a plena realização desse papel. Para tanto, profundas mudanças nos marcos institucionais foram promovidas por meio de ações legislativas, combinadas, muito frequentemente, com o uso da violência física.

Expressões do projeto modernizante no Brasil

A implantação do projeto de modernização agrícola no Brasil se desdobrou no sentido de reproduzir as condições estruturais que sustentam o modelo de desenvolvimento agrícola ambientalmente predatório e socialmente excludente cujas raízes remontam aos nossos primórdios coloniais (PÁDUA, 2002). A grande propriedade monocultora de vocação agroexportadora foi reafirmada por meio do estabelecimento de um novo pacto político-ideológico que associou os interesses de setores oligárquicos tradicionais aos de novos grupos do agronegócio presentes no setor industrial, financeiro e agrário. Verifica-se, assim, que a agricultura que emerge da junção entre o projeto modernizante e a estrutura social e fundiária arcaica não elimina completamente as marcas nefastas desse passado, ao qual acrescenta ainda as contradições específicas do padrão produtivista adotado. As relações entre *moderno* e *atrasado*, portanto, não se expressam como polos opostos, ou como termos de uma evolução, mas como um processo de reprodução recíproca (WANDERLEY, 2009a).

Dolorosa e *conservadora* foram adjetivações recebidas pela modernização agrícola no Brasil (GRAZIANO da SILVA, 1983) exatamente porque ela foi promovida para perpetuar o atraso. Para Maria Nazareth Wanderley (2009b), essa permanência do atraso se deve ao fato de que o projeto modernizante da agricultura brasileira foi concebido *sob o comando da terra*, ou seja, mediante um *pacto de amparo à grande propriedade*.

Fruto da implantação desse projeto, o atual setor do agronegócio se insere na estrutura econômica brasileira cumprindo um papel central no modelo de desenvolvimento dominante. Junto a outros setores que igualmente dependem da exploração intensiva e predatória de recursos naturais, ele reproduz o perverso padrão de desenvolvimento baseado no acesso restrito a esses recursos pelo conjunto da população e na dispensa

do trabalho humano como fonte de geração de riquezas. O perfil distributivo desse padrão é igualmente perverso, uma vez que as riquezas assim produzidas são convertidas em renda da terra e do capital, capturadas privadamente pelos proprietários de terras e demais grupos do agronegócio.

Mas a penetração do projeto modernizante não se limitou à agricultura de grande escala, já que significativa parcela da agricultura familiar foi induzida pelo Estado a ingressar no roteiro do empreendedorismo mercantil que lhe é característico. Embora variadas políticas tenham sido implantadas nessa direção desde a década de 1960, foi sobretudo desde a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em meados dos anos 1990, que os sucessivos governos federais passaram a canalizar volumes crescentes de recursos financeiros para essa categoria social.

Em que pese o fato de essa inflexão histórica na prática do Estado brasileiro resultar de conquistas de movimentos e organizações da sociedade civil que lutam pela democratização do mundo rural, os dados dos últimos censos agropecuários revelam os limites e as contradições das ações públicas instituídas nessa direção.⁴ A continuidade dos processos de concentração da terra e da renda da agricultura familiar nas mãos de um número cada vez mais reduzido de famílias agricultoras está entre algumas das tendências captadas nesses dados (GUANZIROLLI *et al.*, 2010; BOLLIGER e OLIVEIRA, 2010).

Longe de indicar o fortalecimento da agricultura familiar como a base social de um mundo rural econômica e culturalmente dinâmico,

4. Atribuímos os limites à incapacidade de as ações públicas fazerem frente às tendências macroestruturais na agricultura, marcadas pela crescente apropriação corporativa da riqueza social gerada no âmbito dos sistemas agroalimentares. Já as contradições relacionam-se ao fato de essas ações públicas voltadas para a agricultura familiar serem muito frequentemente concebidas para favorecer a inserção da categoria como um elo subordinado às cadeias dominadas pelas corporações do agronegócio.

essas tendências parecem apontar uma espécie de *dualismo dentro do dualismo*⁵ que se reflete na segmentação da produção familiar entre os considerados aptos e inaptos a permanecerem na atividade agrícola. A imagem de uma esteira rolante chegou a ser evocada para ilustrar essa opção estratégica nunca explicitada.⁶ Segundo essa metáfora, ao rolar, a esteira expulsa da atividade agrícola as famílias agricultoras incapazes de se reproduzir em mercados cada vez mais asfixiantes e competitivos. Implícita a essa visão está a conclusão de que a parcela que não logra se equilibrar sobre a esteira dos mercados⁷, denominada de *periférica*, deve encontrar outra forma de inserção na economia nacional que não propriamente a produção agrícola. Diante desse quadro macroeconômico dado como inexorável, as políticas para a agricultura familiar acabaram sendo orientadas para fortalecer a categoria denominada de *consolidada* e a parcela da categoria *em transição* capaz de se consolidar sobre a esteira.⁸

5. Refiro-me aqui às concepções dualistas que historicamente interpretaram a realidade agrária brasileira a partir de polos de oposição entre grandes e pequenos produtores, capitalistas e camponeses, patronais e familiares etc. Agora o dualismo se estenderia ao interior do segmento da agricultura familiar.

6. A imagem da esteira rolante remete ao termo em inglês *treadmill*, cunhado por Chocrane (1979) para se referir ao processo em que os agricultores de vanguarda na adoção de inovações tecnológicas obtêm aumentos de produção, levando ao rebaixamento de preços dos produtos agrícolas, ao aumento do preço da terra e à elevação de custos produtivos. Dessa forma, os agricultores retardatários teriam sua lucratividade reduzida e seriam empurrados para fora da atividade.

7. Ou do *moinho satânico* de que nos fala Karl Polanyi (2000).

8. Esse critério de estratificação da agricultura familiar se fundamenta no nível de renda bruta monetária. O agricultor familiar periférico seria aquele que se encontra em condição de subsistência, com uma inserção insignificante no mercado. O agricultor consolidado é aquele que, além de produzir para o autoconsumo da família e da reprodução do estabelecimento, está inserido no mercado e apresenta rendimentos semelhantes aos da agricultura patronal. Já o agricultor em transição reúne as condições mínimas para se consolidar, desde que apoiado por políticas públicas agrícolas e agrárias (GUANZIROLI *et al.*, 1996).

Ao conceber suas políticas com base em uma tipologia segundo a qual cada tipo corresponde a um grau de alinhamento ao projeto de modernização que pretende implantar⁹, o Estado brasileiro criou as condições para a autorrealização parcial de sua profecia: acelerou a *esteira* da exclusão, sem que tenha fortalecido e consolidado um empresariado de base familiar que, em tese, formaria a classe média rural próspera e dinâmica que idealizou.¹⁰

Induzida pelo Estado a operar pela lógica da economia de escala e a se integrar em cadeias agroindustriais como fornecedora de matérias-primas, fração importante da agricultura familiar foi conduzida a uma crescente subordinação ao capital industrial e financeiro. Diante do ambiente econômico cada vez mais opressivo e instável nos mercados agrícolas globais, os ganhos monetários obtidos por essa via acabam sendo consumidos pelos seguidos aumentos dos custos produtivos e pela contínua queda dos preços pagos ao produtor, levando esse segmento a uma crise financeira aguda que se expressa na redução das rendas familiares e nos crescentes índices de endividamento e inadimplência (PETERSEN, 2011; TEIXEIRA, 2011).

Ante a generalização dos endividamentos, as jornadas de luta de diferentes movimentos sociais do campo convergiram nos últimos anos para a reivindicação prioritária de renegociar os contratos assumidos perante o sistema financeiro. Repete-se, agora no seio das organizações

9. Long (1982) refere-se ao fenômeno do *etiquetamento* como um poderoso mecanismo de promoção e imposição de esquemas interpretativos dos problemas do desenvolvimento e, portanto, de reificação dos diagnósticos sobre a realidade rural, bem como das soluções prescritas pelas políticas de Estado. Da mesma forma, Ploeg (2003) assinalou que os sistemas de classificação que dividem os agricultores em ganhadores e perdedores (ou viáveis e não viáveis) são um veículo por excelência para definição das políticas em direção a um futuro preestabelecido.

10. Esse empresariado agrícola teoricamente concebido corresponde ao que Ploeg denominou agricultor virtual, uma construção imaginária que está brilhantemente ilustrada no caso da agricultura holandesa em seu livro *The Virtual Farmer* (PLOEG, 2003).

da agricultura familiar, a prática já bem conhecida e incorporada estrategicamente na lógica de reprodução econômica adotada desde sempre pelas representações da agricultura patronal perante o Estado.

Muitas são as razões alegadas para o aumento dos níveis de inadimplência em meio à agricultura familiar, um segmento social historicamente conhecido como *bom pagador*. Elas vão desde a flutuação dos preços dos produtos agrícolas até as frustrações de safra resultantes de más condições climáticas. Se essas explicações revelam fatores imediatos do fenômeno emergente, deixam à sombra o fato de que esses aspectos nada mais são do que sintomas interconectados de um modelo agrícola insustentável que articula de forma coerente os padrões produtivos da Revolução Verde e o domínio dos mercados de insumos e de produtos por um conjunto restrito de corporações do agronegócio.

Além de estabelecer as condições estruturais que favorecem a instalação de uma aguda crise financeira associada a elevados níveis de dependência tecnológica, as políticas orientadas para a modernização da agricultura familiar têm gerado um amplo e integrado conjunto de *externalidades negativas*, dentre as quais cabe ressaltar: a) a deterioração da base biofísica dos ecossistemas agrícolas com a erosão da agrobiodiversidade, o desmatamento, a degradação dos solos, a depleção dos corpos hídricos e a poluição ambiental com agroquímicos e transgênicos; b) o aumento da vulnerabilidade às instabilidades climáticas com a simplificação ecológica dos agroecossistemas; c) os agravos à saúde pública pela intoxicação por agrotóxicos e pela queda dos níveis de segurança e soberania alimentar e nutricional; d) a continuidade do êxodo rural que, em algumas regiões, assume um caráter seletivo, com a migração preferencial de jovens e mulheres; e) a desarticulação de economias e culturas locais responsáveis pela coesão social em torno a dinâmicas endógenas de desenvolvimento e pela manutenção de estilos de produção e consumo alimentar ajustados às peculiaridades dos ecossistemas.

Após mais de 15 anos da inauguração das políticas específicas para a agricultura familiar, o Estado brasileiro está desafiado a encontrar soluções para os dilemas vivenciados pela sua parcela mais capitalizada, que foi a que mais acessou recursos dos programas de desenvolvimento, e pela sua parcela mais empobrecida, que permanece estruturalmente dependente das políticas de transferência de renda. Infelizmente, as evidências de insucesso das políticas implantadas até o presente parecem não ser ainda suficientes para que os gestores públicos da área percebam que essas soluções estruturais não serão encontradas no mesmo repertório de instrumentos concebido segundo o paradigma da modernização agrícola.

A modernização e a geração de múltiplas desconexões

A modernização da agricultura é um rico objeto de estudo que vem sendo abordado por diferentes flancos disciplinares há várias décadas. O seu efeito no incremento das produtividades físicas tem sido exaltado por seus entusiastas e defensores, mas multiplicam-se também os críticos que alegam que o paradigma da modernização já atingiu o seu limite intelectual e prático (DIJK e PLOEG, 2005). Para os objetivos deste texto, destaco três aspectos recorrentes desse amplo conjunto de críticas – adaptado de Remmers (1998):

1) A modernização cria um distanciamento, no tempo e no espaço, entre o lugar onde são elaboradas as inovações e os locais em que elas serão efetivamente utilizadas. Esse processo implica uma progressiva exclusão da dimensão humana relacionada ao conhecimento prático local para privilegiar uma perspectiva centrada exclusivamente na eficiência técnica. Essa *descontextualização* do conhecimento supõe, *ceteris paribus*, condições ambientais e econômicas ótimas como referência para o desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, as múltiplas variações socioambientais

deixam de embasar o esforço inovativo, que passa a se orientar por uma realidade hipotética só excepcionalmente encontrada. Isso significa que a modernização atenderá somente a agricultores com interesses e características muito particulares e que podem responder à concepção do trabalho agrícola por ela estipulada. Sendo assim, as trajetórias modernizantes retiram dos agricultores o controle do conhecimento associado ao seu próprio trabalho, criando um mecanismo que expropria o saber-fazer das comunidades rurais e transferindo esse poder para os agentes exógenos dos mercados. A dependência tecnológica converte-se assim em dependência cultural, imobilizando as capacidades autônomas de inovação local (PETERSEN, 2007). Cria-se dessa forma um fenômeno inédito na história da agricultura que é a segregação entre o trabalho mental e o trabalho manual dos produtores diretos, o que afeta sua autonomia relativa e transforma suas condições objetivas de reprodução socioeconômica (PLOEG, 1993).

2) A modernização se inspira em uma concepção de organização do trabalho análoga à de uma indústria, na qual o aumento da eficácia e da rentabilidade se faz segundo o mesmo roteiro do fordismo: divisão do trabalho; ampliação de escala; progressiva integração em cadeias comerciais verticais; substituição dos fatores de produção.

3) A modernização enfatiza a produção em detrimento da reprodução, sendo a substituição dos fatores de produção um exemplo disso. A reprodução passa a ser orientada exclusivamente pela obtenção de rendas monetárias garantidas pela melhor alocação dos fatores de produção segundo as regras dos mercados. É o caso da substituição de métodos orgânicos de fertilização pela compra de adubos químicos e das sementes crioulas pelas comerciais. Dentre outras falhas, essa concepção peca por não considerar a sustentabilidade ecológica dos agroecossistemas.

Além disso, esses mecanismos de *externalização aos mercados*¹¹ retiram importantes margens de autonomia local ao subestimar e bloquear variados dispositivos coletivos de agência social que se materializam nas diversificadas formas de cooperação e solidariedade comunitária (SABOURIN, 2011).

A *criação de desconexões* passa a ser um conceito-chave para que o *modus operandi* do paradigma da modernização agrícola seja compreendido (PLOEG, 2008). A primeira desconexão refere-se ao processo de inovação agrícola, atividade que passa a ser realizada de forma progressivamente *descontextualizada* dos locais em que seus artefatos tecnológicos são aplicados. Em um segundo plano, ocorre a *desterritorialização* da agricultura, que passa a ser cada vez mais governada por regras técnicas e econômicas exógenas.¹² A terceira desconexão se dá com a ruptura nos processos de constituição histórica dos sistemas agrícolas: *o aqui e o agora* passam a ser estruturados a partir de projetos formulados sem nenhuma conectividade com o passado local e sem qualquer referência às perspectivas de futuro de seus agentes no médio ou longo prazo.

Operando dessa forma, o projeto de modernização agrícola gera múltiplos desencaixes¹³ entre a agricultura, a natureza e a sociedade,

11. O processo de externalização está associado à cientificização da agricultura, ou seja, à substituição de práticas endógenas por práticas prescritas pela ciência. Por meio da externalização, um número crescente de tarefas é separado do processo de trabalho agrícola, passando a ser assumido por agentes externos (bancos, casas comerciais, técnicos etc.).

12. Esse nível de desconexão manifesta-se claramente quando analisamos os fluxos entre a produção e o consumo de alimentos no tempo e no espaço: o alimento produzido *aqui e agora* pode ser consumido do outro lado do planeta dentro de muitos meses, o que implica a necessidade de emprego intensivo de energia e produtos químicos entre a colheita e o consumo final para que ele seja processado, acondicionado e transportado.

13. O conceito de desencaixe é um artifício teórico empregado pelo sociólogo Antony Giddens para descrever *o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço* (GIDDENS, 1991, p. 29).

fazendo com que a atividade agrícola se apresente atualmente como uma das principais responsáveis pela geração da *falha metabólica* sem precedentes nas relações sociedade-natureza.¹⁴

Agroecologia: a agricultura reconectada à sociedade e à natureza

A Agroecologia surgiu como enfoque científico resultante da fusão de duas ciências que mantiveram entre si um relacionamento tenso durante boa parte do século XX: a Agronomia e a Ecologia. Enquanto a primeira se ocupou do desenvolvimento de práticas agrícolas cada vez mais desconectadas dos processos naturais, a segunda concentrou-se essencialmente no estudo de sistemas naturais (GLIESSMAN, 2000). A síntese entre as duas ciências se fez a partir de esforços convergentes de ecólogos interessados em estudar os sistemas agrícolas e de agrônomos empenhados em aplicar a perspectiva ecológica para solucionar problemas técnicos e ambientais frequentemente gerados pela industrialização da agricultura.

Wezel e Soldat (2009) realizaram uma análise histórica da Agroecologia como *disciplina científica*, tendo identificado já no final da década de 1920 os primeiros trabalhos acadêmicos que fazem referência à aplicação da perspectiva ecológica ao manejo de cultivos agrícolas. Desde então, a Agroecologia ampliou sua mirada, passando a abordar as interações ecológicas entre subsistemas de produção no âmbito de um

14. A ideia original de *falha metabólica* na relação entre natureza e sociedade se deve à Karl Marx (FOSTER, 2011), uma fecunda intuição posteriormente desenvolvida pelos economistas ecológicos. Pela noção do metabolismo social, a economia é encarada como um organismo que coleta recursos de fora e posteriormente descarta resíduos. Os instrumentos de análise do metabolismo social permitem a conexão entre as ciências naturais e as ciências sociais por meio de uma perspectiva histórica, descortinando a forte correlação entre a insustentabilidade ecológica e a iniquidade social dos modelos de desenvolvimento dominantes (MARTINEZ-ALIER, 2005).

estabelecimento rural e, posteriormente, em uma escala ainda superior, as interações no âmbito dos sistemas agroalimentares (Figura 1).

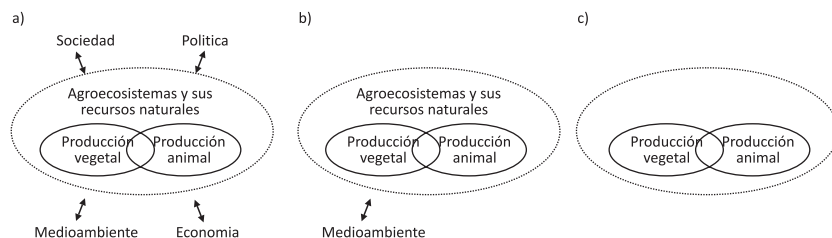


Figura 1 - As diferentes definições e enfoques da Agroecologia nas pesquisas atuais:
 (a) sistemas agroalimentares, (b) agroecossistema, (c) campo de cultivo
 Fonte: Wezel e Soldat (2009).

O principal aporte conceitual e metodológico da Ecologia se deve ao enfoque sistêmico empregado no estudo de fluxos de matéria e energia no *ecossistema*, unidade de análise própria dessa ciência. Quando aplicado à agricultura, por meio da Agroecologia, o enfoque sistêmico se volta para o estudo do *agroecossistema*.

Sob a perspectiva ecológica, o agroecossistema é um ecossistema modificado e mantido artificialmente em estádios intermediários na sucessão biológica a fim de explorar a alta produtividade líquida (biomassa acumulada) característica da situação de imaturidade ecológica. Como sistema em desequilíbrio, o agroecossistema tende a mudanças rápidas, configurando-se um quadro de difícil previsibilidade e controle. Por essa razão, as flutuações populacionais de plantas espontâneas, de herbívoros e de micro-organismos fitopatogênicos costumam ser mais acentuadas nessas condições. O manejo agroecológico atua no sentido de conferir algum controle a essas flutuações (homeostase) por meio de medidas biológicas visando atenuar eventuais perturbações à sua capacidade produtiva (DOVER e TALBOT, 1992).

O princípio fundador do enfoque agroecológico se baseia na manutenção e no manejo de agroecossistemas biodiversificados, nos quais são promovidos efeitos de sinergia e sincronia entre componentes e subsistemas, gerando crescentes níveis de autonomia técnica, estabilidade produtiva e resiliência ecológica (PETERSEN, 2006). Nessa perspectiva, o traço mais característico do paradigma agroecológico está em sua ênfase nas interações positivas que podem ser intencionalmente estimuladas entre as diferentes espécies integrantes do agroecossistema (cultivadas ou não). Por meio dessas interações emergem qualidades que favorecem maior autonomia com relação aos insumos externos, ao mesmo tempo em que são potencializados fluxos e ciclos naturais para que eles interatuem em favor do desempenho produtivo de cultivos e criações.

Já na Agronomia convencional, o enfoque se dirige exclusivamente à população da espécie vegetal ou animal de maior interesse econômico e não para as comunidades bióticas às quais ela pertence. Nesse caso, os agroecossistemas são desenhados para controlar o ambiente agrícola e simplificar suas redes de interações ecológicas por meio do aporte intensivo de insumos externos e energia não renovável (PETERSEN, 2002).

O agroecossistema pode ser apreendido também como um sistema socioeconômico no qual interagem subsistemas de produção de bens e serviços voltados tanto para o mercado quanto para o consumo da família produtora. Essa dupla função, as relações sociais envolvidas e as diferentes formas de renda daí advindas constituem elementos centrais das estratégias de reprodução econômica do agroecossistema em seu conjunto (GOMES de ALMEIDA, 2005). Sendo assim, a eficiência econômica do agroecossistema deve ser avaliada considerando os diversos aspectos desse complexo socioecológico, contabilizando não só seus vínculos com os mercados, em que a família troca parte de sua produção por moeda

corrente, como também a geração de rendas não monetárias consumidas diretamente pela família agricultora.

Como um sistema ecossociológico, o agroecossistema pode ser compreendido como um *ecossistema cultivado, socialmente gerido* (GOMES de ALMEIDA *et al.*, 1996). Gerido *pela e para* a família agricultora, o agroecossistema funciona como um concentrado de placenta cultural, de unidade sociológica de base, de provedor econômico e de reprodutor ecológico. Nesse sentido, pode ser interpretado como o resultado do equilíbrio dinâmico entre várias dimensões da vida material e simbólica das famílias agricultoras e suas comunidades. Em função desse caráter dinâmico e multidimensional, qualquer alteração em uma das dimensões implica o deslocamento do equilíbrio do conjunto. Por essa razão, os processos de transformação dos agroecossistemas encerram grande complexidade, cuja compreensão cobra a mobilização e a integração de conhecimentos oriundos das ciências naturais e das ciências sociais.

Aportes da Agroecologia à prática, à teoria e à política da agricultura camponesa

Em grandes traços, a história das vertentes teóricas do pensamento social agrário pode ser associada à evolução da polêmica sobre a existência e o lugar da agricultura camponesa nas sociedades capitalistas. Até o século XVIII, dada a sua onipresença, o modo camponês de agricultura se apresentava como um elemento evidente da realidade, não suscitando, portanto, qualquer questionamento quanto à sua vigência histórica e ao seu papel social. Mas as grandes transformações sociais, econômicas, técnicas e culturais que se processaram no mundo rural com a emergência e a expansão do capitalismo nos últimos dois séculos motivaram o surgimento e a evolução de um complexo corpo teórico no campo das ciências sociais agrárias.

No quadro desse processo, a agricultura camponesa foi e permanece sendo apresentada pelas teorias dominantes como um obstáculo ao *progresso* e à *modernidade*, duas noções vagas, mas extremamente funcionais como alavancas ideológicas para a legitimação de políticas anticamponesas. Para esse posicionamento, convergiram teóricos liberais e marxistas, o que explica o fato de que até os dias de hoje as formas de produção e de reprodução da agricultura familiar camponesa sejam tão mal compreendidas e tão pouco valorizadas como esteios do desenvolvimento rural.

O economista russo Alexander Chayanov foi um dos poucos autores que, ainda no início do século XX, desviaram do consenso anticamponês que já se consolidava à época. Com sua *Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas*, deu grande contribuição para o discernimento das peculiaridades da economia camponesa, ao descrever um conjunto de princípios que regem o funcionamento interno das unidades agrícolas familiares e que a diferenciam do modo de produção capitalista. O principal aspecto de distinção apontado por Chayanov é que a força de trabalho que aciona o capital envolvido na unidade camponesa é a própria família. Isso significa que a agricultura de base familiar não se organiza para extrair e se apropriar da riqueza gerada pelo trabalho alheio, ou seja, pela extração de mais-valia. Além disso, ao ser a um só tempo proprietário dos meios de produção e trabalhador, o agricultor familiar depende da preservação – e, se possível, da ampliação – do patrimônio produtivo, o que implica uma racionalidade específica na gestão dos recursos locais que lhe assegura relativa autonomia perante os mercados. Essa racionalidade técnica e econômica não pode ser explicada unicamente pelos fatores que determinam a operação de unidades empresariais capitalistas, ou seja, o mercado, o padrão tecnológico disponível, a disponibilidade de terras etc.

Embora tenham sido relegadas por décadas, as contribuições teóricas de Chayanov continuam tendo enorme importância para o

debate contemporâneo sobre sustentabilidade. Como ele mesmo identificou, *o camponês é um sujeito que cria a sua própria existência*.¹⁵ Ao decifrar esses e outros princípios do modo camponês de produção, Chayanov percebeu que os camponeses não poderiam ser interpretados como um resíduo histórico em fase de desaparecimento. Muito pelo contrário, deveriam ser considerados atores protagonistas do futuro.

Apesar desse promissor caminho teórico aberto por Chayanov, as principais orientações intelectuais que seguiram fundamentando os estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura permaneceram amplamente insensíveis aos fenômenos empíricos que, com o decorrer da história, acentuaram as contradições entre a teoria e a prática. Dessa forma, o pensamento social agrário dominante mostrou-se cada vez mais defasado e inoperante para explicar os fenômenos sociais no mundo rural contemporâneo, em particular as estratégias pelas quais a agricultura camponesa persevera e se renova continuamente. Para Wanderley (2009), uma das razões para essa defasagem é que o conceito de camponês ainda frequentemente utilizado é o do camponês feudal. Como ressalta a autora,

[...] a reprodução do camponês sob o capitalismo passa por um novo crivo, o das leis do funcionamento do capital. [E pergunta...] Não seria esta uma pista para considerar que o camponês é algo novo, criado pelo capital e que precisa ser compreendido nesta sua nova condição e não através de referências ao que deixou de ser? (WANDERLEY, 2009).

A implantação do projeto de modernização promoveu um processo acelerado e multifacetado de mercantilização na agricultura, criando as

15. Uma ideia-força que guarda muita identidade com noções adotadas décadas mais tarde pelos teóricos alinhados à *Perspectiva Orientada ao Ator (POA)*. Entre outras características, a POA parte do princípio de que os indivíduos e grupos sociais atuam como sujeitos ativos nos processos de desenvolvimento em que estão implicados (LONG e PLOEG, 2011).

condições para a emergência massiva da agricultura familiar empresarial (PLOEG, 2006). A principal característica que distingue o típico modo camponês de produção do modo empresarial está no fato de que esta última estratégia de reprodução econômica e social coloca a agricultura familiar em posição de permanente e crescente dependência em relação aos mercados. No entanto, essa nova e mais complexa realidade não pode ser interpretada como um novo dualismo que situa o modo empresarial e o modo camponês em campos opostos. A agricultura familiar empresarial retém o essencial da existência camponesa, que é exatamente a centralidade do trabalho na família, a preservação do patrimônio familiar e a busca pela otimização das rendas. Nesse sentido, em vez da visão de polos em oposição, que induz a interpretações empobrecedoras da atual realidade do mundo rural e a enfoques maniqueístas do processo histórico, essa forma de compreender a agricultura familiar com base em seus distintos padrões de desenvolvimento permite que o atual cenário agrário seja analisado a partir de perspectivas mais matizadas referenciadas conforme o grau de mercantilização (ou de inserção no ciclo de reprodução do capital) dos agroecossistemas de gestão familiar (PLOEG, 2006; PETERSEN, 2009).

O conceito-chave para compreender a condição camponesa no passado era *subordinação ao capital*. Entretanto, a caracterização elaborada mais recentemente por Ploeg (2006) ressalta a limitação desse viés. Para o autor, o campesinato contemporâneo só pode ser compreendido a partir de suas múltiplas expressões de existência que enfeixam variadas formas de resistência e luta, todas orientadas a explorar as margens de manobra para aumentar os níveis de autonomia, de renda e de dignidade diante de contextos sociopolíticos e econômicos que o condena à subordinação. Desse ponto de vista, os novos modos de produção e de reprodução da agricultura camponesa são frutos emergentes dessas formas de resistência e de luta cotidiana.

Para Ploeg (2008), um elemento essencial nessas lutas por autonomia é a existência de um processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos autocontrolada composta pela combinação de recursos naturais e sociais endógenos (terra, agrobiodiversidade, recursos hídricos, conhecimentos, redes sociais, força de trabalho, estruturas produtivas etc.).

A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Ela representa o suporte para atingir um certo nível de independência. Ela é, assim como foi, o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado. Daí vem a centralidade da terra em muitas das lutas camponesas do passado e do presente (PLOEG, 2009, p. 19).

Por meio da gestão estratégica desses recursos endógenos, a agricultura camponesa se estrutura estabelecendo dinâmicas de coprodução entre a natureza e as instituições sociais, o que lhe assegura produzir e reproduzir riquezas sociais (valores) de forma relativamente autônoma em relação aos mercados.

A unidade camponesa de produção é precisamente a forma institucional que distancia a atividade agropecuária, de maneira específica e estrategicamente organizada, dos mercados de insumos, ao mesmo tempo em que a vincula (também de maneira específica e estrategicamente organizada) aos mercados de produtos (PLOEG, 2006, p. 21).

A coprodução entre natureza e agricultura é modelada de maneira coerente com as estratégias de reprodução camponesa e é um dos elementos centrais que permite que as relações mercantis deixem de atuar como princípios ordenadores exclusivos do trabalho agrícola. Operando segundo essa lógica, o projeto de futuro da família camponesa pode desvincular-se das tendências dominantes dos mercados, o que

implica a possibilidade de uma reprodução relativamente autônoma e livre das amarras impostas por agentes externos. Assim são criados espaços de manobra para o desenvolvimento de estratégias criativas voltadas à agregação de valor e à redução dos níveis de subordinação ao capital.

Em condições estruturais adequadas, as estratégias fundamentadas na coprodução tendem a alargar a própria autonomia da família agricultora, na medida em que retroalimentam e fortalecem a base de recursos autocontrolada, promovendo um círculo virtuoso de emancipação e desenvolvimento.¹⁶ Além disso, a apreensão das trajetórias de desenvolvimento rural a partir das lutas por autonomia e renda da agricultura camponesa permite que ela seja ressituada no processo histórico ao evidenciar que o sentido desse processo não é unidirecional, como proclamam os arautos da modernização. Por essa razão, a defesa da agricultura camponesa não pode em absoluto ser confundida com uma proposta passadista. Pelo contrário, ela indica caminhos consistentes para que a crise agrária sistêmica que se alastra e se aprofunda em todos os quadrantes do planeta seja estruturalmente enfrentada. Isso porque, diferentemente dos modos de produção capitalista e empresarial, a agricultura familiar camponesa constrói o seu futuro a partir do emprego de seu trabalho e de seus conhecimentos na valorização dos potenciais endógenos aos territórios rurais. Assim construído, o seu progresso contribui diretamente para o progresso da sociedade em que está

16. Importa frisar que a ampliação da base de recursos pode ocorrer em qualidade e em quantidade. No primeiro caso, ela se expressa na melhoria da fertilidade do solo, no aprimoramento da genética das plantas cultivadas e dos animais criados, no aperfeiçoamento das infraestruturas nas propriedades, na aquisição de novos conhecimentos técnicos etc. Já no segundo caso, ocorre com o aumento da área de terra de trabalho (por aquisição nos mercados ou por conquista política), com o incremento da capacidade de trabalho (em função do aumento da família ou pela criação de novos mecanismos sociais para a gestão do trabalho comunitário), com a instalação de novas infraestruturas nas unidades produtivas etc.

inserida, já que desempenha um conjunto de funções de interesse público: além de produzir alimentos em quantidade, qualidade e diversidade, molda estilos de desenvolvimento rural que mantêm relações positivas com os ecossistemas, criando empregos estáveis e dignos, dinamizando as economias regionais por meio da diversificação de atividades e se adaptando com flexibilidade a mudanças climáticas, econômicas e socioculturais. Em suma: induz processos de desenvolvimento triplamente vencedores – social, econômica e ambientalmente –, dando assim concretude ao ideal de desenvolvimento sustentável (PETERSEN, 2009).

Transição agroecológica: o aporte científico a trajetórias de *recampesinização*

Para que a agricultura camponesa seja socialmente reconhecida e promovida, as ciências estão convocadas a exercer uma postura decisiva: abordar a realidade atual por ângulos distintos dos propostos pela teoria da modernização. Felizmente, mudanças nessa direção estão em curso. Em vez de continuar decretando o inexorável desaparecimento da agricultura camponesa, as ciências sociais têm contribuído para o entendimento de que os camponeses estão entre nós para ficar, e que o mundo estaria muito pior se eles houvessem efetivamente desaparecido. As ciências agrárias, por sua vez, em vez de continuar se fiando na crescente capacidade humana de controlar a natureza por meio do aporte intensivo de energia e insumos industriais, já vêm incorporando a compreensão de que a agricultura é a arte da coprodução entre o ser humano e a natureza e que os camponeses são os grandes mestres dessa arte (PETERSEN, 2009).

O surgimento da Agroecologia como enfoque científico tem contribuído para o impulso de trajetórias de *recampesinização* em

várias regiões do mundo. Alguns autores têm designado essas trajetórias como fenômenos de *transição agroecológica* ou de *ecologização da agricultura*, ressaltando o processo de introdução de práticas inovadoras e alternativas, mais respeitosas com o ambiente, em sintonia com o novo paradigma da sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável (COSTABEBER e MOYANO, 2000). O agroecólogo norte-americano Stephan Gliessman (2000) concebeu teoricamente o processo de ecologização dos agroecossistemas a partir de alguns níveis, sendo eles: 1) o aumento da eficiência de práticas convencionais a fim de reduzir o uso e o consumo de insumos escassos, caros e ambientalmente danosos; 2) a substituição de insumos e de práticas convencionais por práticas alternativas; 3) o redesenho dos agroecossistemas de forma que eles funcionem baseados em processos ecológicos.

A transição agroecológica (tal como descrita por GLIESSMAN, 2000) em grande medida pode ser assimilada como um dos elementos integrantes de processos de recampesinização, tal como descritos por Ploeg (2008). No entanto, essa assimilação não é biunívoca por duas razões principais:

a) As transformações tecnológicas nos agroecossistemas, sobretudo nos dois primeiros níveis de transição, não necessariamente atestam estratégias voltadas ao alargamento das suas margens de autonomia, característica que define as trajetórias de recampesinização. Tanto as medidas de racionalização do uso de insumos quanto a substituição de insumos podem ser informadas por estratégias eminentemente empresariais, ou seja, pela busca de melhores resultados econômicos a partir das regras de inserção nos mercados. O crescimento exponencial da agricultura orgânica na última década em resposta ao aumento da demanda por seus produtos reflete claramente essa tendência à manutenção da lógica empresarial de gestão mesmo nos agroecossistemas considerados no segundo nível da transição. Em outras

palavras: a agricultura continua sendo percebida exclusivamente como um *agronegócio*.

b) O esquema teórico de transição agroecológica proposto por Gliessman tomou como referência empírica o contexto da agricultura norte-americana altamente industrializada. Nesse sentido, é natural que conceba a transição como a passagem de agroecossistemas convencionais (geridos pela lógica empresarial e com o emprego do arsenal tecnológico da agricultura industrial) para agroecossistemas alternativos, com a refundamentação da agricultura nos processos ecológicos locais. Embora esse modelo conceitual encerre alto poder pedagógico para a compreensão dos princípios da Agroecologia, ele não pode ser assumido como um padrão universal. Sem a devida contextualização das realidades locais, essa formulação genérica tem sido responsável por uma série de incompreensões conceituais. Ao assumir a transição agroecológica como um processo linear e em etapas sucessivas (o que em absoluto não corresponde à proposição de Gliessman), muitos têm encontrado dificuldade de compreender qual seria a contribuição da Agroecologia para os povos e comunidades tradicionais, bem como para famílias agricultoras que jamais ingressaram nas trajetórias da modernização. De fato, a visão da transição em níveis de crescente complexidade de manejo, tendo como ponto de partida o modo de produção empresarial, não se aplica a essas situações. Nesses casos, a contribuição da Agroecologia se volta para o aumento da base de recursos autocontrolada ao orientar as transformações nos agroecossistemas para que seus processos ecológicos interatuem positivamente com a *geração de valor agregado* e com a sustentabilidade ambiental.

Essa característica do enfoque científico da Agroecologia o distingue em vários sentidos do enfoque dominante das ciências agrárias, mesmo quando este está orientado ao desenvolvimento da agricultura orgânica. Em primeiro lugar porque (1) a construção do conhecimento

agroecológico é contextualizado nas realidades agrárias onde ele será empregado. O enfoque nessa construção é voltado essencialmente para a (2) promoção de equilíbrios ecológicos na escala da paisagem agrícola, de modo a (3) mobilizar recursos do capital ecológico territorial para o processo produtivo. Dessa forma, (4) estimula trajetórias endógenas de inovação técnica que proporcionam, simultaneamente, (5) o aumento da produtividade física dos cultivos e criações e (6) a diminuição dos consumos intermediários, resultando na (7) produção de maior valor agregado, na (8) sua apropriação pelas famílias agricultoras e na (9) sua retenção e circulação no território. A riqueza social assim gerada (10) realimenta a endogeneidade, (11) abrindo novas margens de autonomia para a contínua produção de novidades.

Em segundo lugar, porque (12) o processo social de produção de novidades não depende exclusivamente do aporte do conhecimento científico, o que sinaliza (13) a estruturação de redes sociotécnicas multiatores de âmbito territorial, (14) que criam ambientes fecundos para o diálogo entre os saberes científico-acadêmicos e as sabedorias populares (nichos de inovação). Em meio a esses ambientes, (15) a capacidade de agência social de agricultores e agricultoras, bem como de suas organizações, é valorizada e desenvolvida, (16) fortalecendo o capital social e (17) abrindo espaço para que os arranjos institucionais sejam continuamente aprimorados, o que favorece que (18) a governança local sobre os mercados territoriais seja incrementada e que (19) novas atividades econômicas sejam desenvolvidas.

Mais recentemente, Gliessman incorporou um quarto nível em seu modelo de transição agroecológica exatamente para realçar a interdependência entre os processos de funcionamento interno do agroecossistema e seus vínculos externos, tendo designado esse nível de *mudança de ética e de valores* como a expressão de *uma transição em direção a uma cultura de sustentabilidade* (GLIESSMAN *et al.*, 2007). Com

esse quarto nível, Gliessman e seus pares chamam a atenção para o fato de que a conformação dos atuais sistemas agroalimentares refletem os valores que orientam as decisões sociais sobre os processos de produção e consumo de alimentos. Isso significa que a transição agroecológica resulta não só das medidas técnicas tomadas no âmbito dos estabelecimentos rurais, mas que dependem igualmente do comportamento do conjunto da sociedade em suas definições sobre o padrão agroalimentar adotado.

Assim, ao incorporar os vínculos entre a produção e o consumo de alimentos em seu modelo teórico, Gliessman ressalta o fato de que as transições nos *circuitos operativos* do agroecossistema se dão em função de seu *acoplamento estrutural* aos sistemas agroalimentares.¹⁷ Além disso, ao jogar luzes sobre a dimensão da ética e dos valores culturais, ele explicita que a transição agroecológica não se limita a mudanças na base técnica da agricultura. A consequência imediata dessa constatação é que a Agroecologia não pode ser compreendida unicamente como um novo paradigma científico-tecnológico das ciências agrárias e que a transição agroecológica deve ser apreendida também como um processo de mudança social resultante de estratégias de atores sociais que emergem a partir da confrontação de interesses distintos e contraditórios. Nesse sentido, “[...] antes que um processo unilinear de mudança, mais bem parece, pois, que o conceito de transição se adequaria à noção de multilinearidade, como resultado das intrincadas e complexas relações

17. As noções de *encerramento operativo* e *acoplamento estrutural* derivam da *nova teoria sistêmica*, ou *teoria da autopoiese* (MATURANA e VARELA, 1995; 1997). Tenho defendido a ideia de que os agroecossistemas devem ser concebidos como sistemas autopoieticos exatamente para realçar o fato de que o aumento de escala da aplicação social da Agroecologia só se fará a partir de transformações simultâneas e correspondentes no âmbito das unidades de produção familiares e nos sistemas agroalimentares. Sem essa combinação, a proposta agroecológica permanecerá sendo posta em prática a partir iniciativas promissoras de famílias e pequenos grupos que, em geral, se consolidam isoladamente, formando ilhas de prosperidade com baixa capacidade de irradiação para o entorno imediato (PETERSEN, 2011).

sociais que lhes são subjacentes” (GONZÁLEZ de MOLINA e SEVILLA GUZMÁN, 1993, p. 59-60).

Esse aspecto traz a dimensão política para o centro do debate sobre estratégias de transição agroecológica em âmbitos sociais e geográficos que extrapolem a escala das unidades de produção familiares ou dos grupos locais de produtores ecológicos. Como assinala González de Molina (2012), as transformações em escalas superiores no sentido da promoção da sustentabilidade só se processam a partir de mediações institucionais que regulam o funcionamento dos sistemas agroalimentares e o metabolismo agrário. Essa é a razão pela qual a superação do paradigma da modernização encerra profundos desafios relacionados à necessidade de novas políticas públicas e novos arranjos institucionais capazes de alimentar e dar sustentação à *cultura da sustentabilidade* que reclama Gliessman.

Com a expansão e o aprofundamento da crise sistêmica que se abate sobre a agricultura mundial, os fundamentos econômicos, agrônômicos e sociológicos da modernização vêm sendo radicalmente contestados na teoria e na prática. Mas essa contestação ainda não se traduziu em alterações correspondentes nos marcos político-institucionais, em que pesem as seguidas e cada vez mais contundentes manifestações oficiais emitidas por variados organismos multilaterais internacionais (FAO, 2007; IAASTD, 2009; SCHUTTER, 2011) e as manifestações da sociedade civil em defesa de outro padrão de desenvolvimento rural fundado na agricultura camponesa (ENCONTRO UNITÁRIO..., 2012).

O substrato empírico da renovação na esfera das teorias científicas pode ser identificado nas práticas socioculturais da agricultura camponesa presentes nos campos de todo o mundo, negando o alinhamento ao projeto modernizador. Verifica-se também nos catastróficos resultados ambientais, sociais e econômicos das práticas conduzidas pelos que aderiram a esse projeto e que permanecem sendo sustentadas artificialmente por pesados subsídios públicos.

Seja como for, os postulados científicos cristalizados em dogmas no seio dessas ciências estão postos em xeque. Novos paradigmas científicos vêm emergindo e se legitimando academicamente como respostas adaptativas à crise sistêmica e multifacetada da agricultura mundial, que a posiciona no epicentro da crise civilizacional vigente. No entanto, o desafio de traduzir os conceitos e metodologias desses novos paradigmas científicos para a esfera da ação política reside justamente na criação de novos arranjos institucionais orientados pelo paradigma agroecológico.

A necessidade de uma Agroecologia Política

Graças ao desenvolvimento do enfoque sistêmico aplicado originalmente pela Ecologia, tornou-se possível examinar um conjunto de problemas relacionados às interações dinâmicas entre sociedade e natureza. Não sem razão, em face da percepção das raízes ecológicas da crise civilizacional contemporânea, o movimento ambientalista nasceu da interação entre uma aspiração existencial de parcelas crescentes da sociedade em crise e o conhecimento científico aportado pela Ecologia. Mas, por meio de um processo recursivo, esse mesmo movimento político retorna à ciência, cobrando a elaboração de um novo corpo de conhecimentos que se desenvolva em uma dupla direção: 1) como um campo disciplinar que se ocupa do desenho de arranjos institucionais e normas que regulem o comportamento coletivo, apontando as sociedades em direção à sustentabilidade ecológica e à justiça social; 2) como uma ideologia que entra em confronto com o paradigma hegemônico de desenvolvimento, que tem seu fundamento na ideia de crescimento ilimitado. Por meio desse processo recursivo (eminentemente ecológico) foram criadas as condições para a emergência da *Ecologia Política*.¹⁸

18. Como um Janus moderno, a Ecologia Política possui um perfil bifronte: de um lado, apresenta uma teoria política da crise ecológica; por outro, uma teoria ecológica da ação, das relações e das instituições (GARRIDO PEÑA, 2011).

Parece evidente que a Agroecologia deve seguir os passos da ciência que lhe forneceu os alicerces conceituais e metodológicos, com a abertura do ramo da *Agroecologia Política*. Isso porque, apesar dos notáveis avanços teóricos e práticos da Agroecologia nas últimas décadas, continuam a existir enormes entraves para que seu embasamento conceitual e metodológico seja empregado no desenho de políticas públicas orientadas à promoção da sustentabilidade da agricultura e, em um escopo mais amplo, dos sistemas agroalimentares.

Um dos desafios centrais da Agroecologia Política, portanto, é a transformação dos arranjos institucionais moldados a partir da lógica da intervenção planejada do Estado e das corporações do agronegócio, de forma que sejam criadas as condições para que as famílias e organizações da agricultura camponesa assumam o protagonismo nas dinâmicas de desenvolvimento rural. Sem a superação do paradigma da modernização na esfera das instituições públicas, os potenciais endógenos dos territórios, sejam eles ligados ao mundo natural ou ao mundo social e, principalmente, na interação entre os dois, não serão valorizados como forças propulsoras do desenvolvimento rural.

De forma equivalente à Ecologia Política, as fontes para a construção da Agroecologia Política não estão somente na academia. Elas se encontram também nas práticas inventivas de agricultores e agricultoras em suas lutas cotidianas pela sobrevivência diante de contextos cada vez mais hostis e nos movimentos e organizações que militam em defesa de mundos rurais democráticos e sustentáveis. É nesse sentido que a Agroecologia pode ser compreendida a partir de uma tripla acepção: como ciência, como prática e como movimento social (WEZEL *et al.*, 2009; PLOEG, 2011).

Como ciência, a Agroecologia se afirmou como uma teoria crítica que elabora um questionamento radical à agricultura industrial, fornecendo simultaneamente as bases conceituais e metodológicas para

o desenvolvimento de agroecossistemas alternativos sustentáveis. Como prática social, desenvolvida explícita ou implicitamente em coerência com a teoria agroecológica, a Agroecologia se expressa nas mais variadas e criativas formas de valorização dos capitais ecológico e social por meio de dinâmicas de recampesinização que refundamentam a agricultura na natureza e na sociedade do entorno. Como movimento social, a Agroecologia mobiliza atores envolvidos prática e teoricamente na sua construção, assim como crescentes contingentes da sociedade engajados na defesa da justiça social, da saúde ambiental, da segurança e soberania alimentar, da economia solidária e ecológica, da equidade entre gêneros e de relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades. Em sua essência, a Agroecologia se desenvolveu ao articular sinergicamente essas três formas de compreensão, condensando em um todo indivisível o seu enfoque analítico, a sua capacidade operativa e a sua incidência política. Pode-se dizer, portanto, que as condições sociopolíticas para a emergência da Agroecologia Política estão historicamente dadas.

Referências

- ALTIERI, M.A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura sustentável*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.
- BOLLIGER, F.P.; OLIVEIRA, O.C. *Brazilian agriculture: a changing structure*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- BOSERUP, E. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- CHAYANOV, A.V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- COCHRANE, W.W. *The Development of American Agriculture: a Historical Analysis*. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1979.

CONTERATO, M.A.; NIERDELE, P.A.; RADOMSKY, G.; SCHNEIDER, S. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2011. pp. 67-90.

COSTABEBER, J. A; MOYANO, E.E. Transição agroecológica e ação social coletiva. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.1, n.4, p. 50-60, 2000.

DIJK, G. van; PLOEG, J.D. van der. Is there anything beyond modernization? In: PLOEG, J.D. van der; DIJK, G. van. *Beyond modernization; the impact of endogenous rural development*. Assen: Royal Van Gorcum, 1995. pp. vii-xiii.

DOVER, M.J.; TALBOT, L.M. *Paradigmas e princípios ecológicos para a agricultura*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1992. (Textos para Debate, n. 44).

ENCONTRO UNITÁRIO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS E POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS. *Por terra, território e dignidade*. Brasília, 2012.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Report. In: *International Conference on organic agriculture and food security*. Rome: FAO, 2007.

FOSTER, J.B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GARRIDO PEÑA, F. Ecología Política y Agroecología: marcos cognitivos y diseño institucional. *Agroecología*, v.6, p. 23-28, 2012.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GLIESSMAN, S.R.; ROSADO-MAY, F.J.; GUADARRAMA-ZUGASTI, C.; JEDLICKA, J.; COHN, A.; MENDEZ, V.E.; COHEN, R.; TRUJILLO, L.; BACON, C.; JAFFE, R. Agroecología: promoviendo una transición hacia la sostenibilidad. *Ecosistemas*, v.16, n. 1. p. 13-23, 2007.

GOMES DE ALMEIDA, S.; CORDEIRO, A.; PETERSEN, P. *Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios para a formulação de diretrizes ambientais para a agricultura*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1996.

GOMES DE ALMEIDA, S. Economia familiar: modo de produção e modo de vida. *Agriculturas: experiências em agroecologia*, v.2, n.3, p. 4-6, 2005.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Algunas notas sobre Agroecología Política. *Agroecología*, v.6, p. 9-21, 2011.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA-GUZMÁN, E. Ecología, campesinado e historia; para una reinterpretación del desarrollo del capitalismo en la agricultura. In: SEVILLA-GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (Eds.). *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: La Piqueta, 1993. pp. 23-129.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GUANZIROLI, C.E.; ROMEIRO, R.A.; SHIKI, S.; COUTO, V.A.; WILKINSON, J.; RESENDE, G.; DI SABBATO. *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília: FAO/INCRA, 1996.

GUANZIROLI, C.E.; BUAINAIM, A.; DI SABBATO, A. *Agricultura familiar: uma análise comparativa 1996-2006*. Brasília: MDA/NEAD/IICA, 2010.

INTERNATIONAL ASSESSMENT OF AGRICULTURAL KNOWLEDGE, SCIENCE AND TECHNOLOGY FOR DEVELOPMENT (IAASTD). *Agriculture at a crossroads: global report*. IAASTD Reports. Washington, 2009.

LONG, N. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*. México: El Colegio de San Luis; CIESAS, 2007.

LONG, N.; PLOEG, J.D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2011. pp. 21-48.

MARTINEZ-ALIER, J. Perfis metabólicos dos países e conflitos de distribuição ecológica. In: MIRANDA, A.; BARCELLOS, C.; MOREIRA, J.C.; MONKEN, M. (Orgs.). *Território, Ambiente e Saúde*. Rio e Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. pp. 117-141.

MATURANA, H.R.; VARELA, F. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano*. São Paulo: Whorkshopsy, 1995.

_____. *De máquinas e seres vivos - autopoiese: a organização do vivo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

PÁDUA, J.A. A insustentabilidade da agricultura brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. *Anais...* Rio de Janeiro, ANA, 2002.

PETERSEN, P.; WEID, J.M von der; FERNANDES, G.B. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. *Informe Agropecuário*, v. 30, n. 252, 2009.

PETERSEN, P. Introdução. In: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, edição especial, p. 5-15, 2009.

_____. *Metamorfosis agroecológica: um ensayo sobre Agroecología Política*. Baeza: UNIA, 2011.

PLOEG, J.D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006. pp. 13-54

_____. *The virtual Farmer: past, present and future of the Dutch peasantry*. Assen: Royal Van Gorcun, 2003.

_____. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, edição especial, p. 17-31, 2009.

POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

REMMERS, G. G. A. *Con cojones y maestría: un estudio socio-ecológico acerca del desarrollo rural endógeno y procesos de localización en la Sierra de Contraviesa (España)*. Wageningen: Landbouwniversiteit Wageningen, 1998.

SABOURIN, E. *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre, PGDR/UFRGS, 2011.

SCHUTTER, Olivier De. *Agroecology and the Right to Food*. ONU, 2011 (Report presented at the 16th Session of the United Nations Human Rights Council). Disponível em: <<http://www.srfood.org/index.php/en/documents-issued>>. Acessado em: 28 de out. 2011

TEIXEIRA, G. *As dívidas e as dúvidas da agricultura familiar*. Publicado em 26/07/2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/As-Dividas-e-a-Duvida-para-Agricultura-Familiar>>. Acessado em: 15/10/2011.

WANDERLEY, M.N.B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, edição especial, p. 33-45, 2009a.

WANDERLEY, M.N.B. O camponês, um trabalhador para o capital. In: WANDERLEY, M.N.B. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009b. pp. 71-136

WEZEL, A; SOLDAT, V. A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology. *International Journal of Agricultural Sustainability*, v.7, n.1, p. 3-18, 2009.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DOR, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice: A review. *Agron. Sustain. Dev.*, v.29. p. 503-15, 2009.

SINDICALISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR, MODELOS DE DESENVOLVIMENTO E O TEMA AMBIENTAL

Everton Lazzaretti Picolotto

Alfio Brandenburg

Introdução

As preocupações ambientais do período contemporâneo têm influenciado organizações de agricultores familiares a incluírem em seus projetos a perspectiva de apoio a formas e técnicas de produção causadoras de menores impactos ambientais, resgate de práticas de produção e de conhecimentos tradicionais, diversificação produtiva, práticas de agricultura sob preceitos ecológicos, entre outras. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul), herdeira do sindicalismo rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), é um dos atores que, desde a sua origem, na década de 1980, tem procurado incluir em seu projeto político estas preocupações, ao passo que também tem estimulado e orientado ações práticas desse formato de agricultura entre agricultores e organizações de sua base que trabalham na produção e comercialização agropecuária.

Para promover novas práticas produtivas, tem sido importante a assessoria de organizações não governamentais (ONGs) que vêm construindo críticas aos efeitos perversos do processo de modernização da agricultura promovido no Brasil desde a década de 1960. A construção da pauta ecológica parte de um diagnóstico sobre as consequências negativas da modernização sob vários ângulos: as ambientais, com a

destruição de recursos naturais, a erosão de solos, a contaminação de águas etc.; as socioeconômicas, com o êxodo rural, o empobrecimento e a exclusão dos pequenos agricultores do processo produtivo; e as culturais, com a perda dos conhecimentos tradicionais, do saber-fazer e da etnobiodiversidade (DIEGUES, 2000). Da constatação dos efeitos negativos da modernização surgiram propostas de recuperar formas de produzir e de relação com a natureza do passado dos agricultores, buscando nelas embasamentos para constituir novas formas de produzir mais harmônicas com a natureza.

Essa tentativa de resgate de técnicas de produção e formas de relação com a natureza do passado foi buscada, na Região Sul, em especial nas práticas de um grupo específico de agricultores, os chamados *colonos*, que formam a maior parte da base social da FETRAF-Sul (PICOLOTTO, 2011). Os *colonos* são entendidos como os descendentes de imigrantes europeus (alemães, italianos, poloneses, entre outros) que formaram *colônias* a partir de meados do século XIX e início do XX nas regiões de matas não apropriadas pelas grandes explorações agropecuárias. Nessas regiões, desenvolveu-se a pequena propriedade e um formato de exploração agropecuária diversificada, dedicada à subsistência familiar e ao comércio de alguns produtos agropecuários (ROCHE, 1969).

Com o processo de modernização da agricultura promovido pelo Estado nas décadas de 1960-70, os *colonos* foram incentivados a abandonar as formas tradicionais de produção, a adotar novas técnicas, consideradas mais modernas e eficientes, e acabaram se especializando na produção de poucas culturas e criações (como soja, trigo, uva, suínos, frangos, entre outras). Com a crise econômica do final da década de 1970 e início da de 1980, que atingiu fortemente a agricultura, muitos desses *colonos* que haviam seguido as orientações do Estado (mesmo que parcialmente) enfrentaram grandes dificuldades para se manter na

atividade e muitos não encontraram outra alternativa que não fosse migrar para as cidades ou entrar na luta pela terra (BRUM, 1988).

Foi neste contexto de desgaste do modelo de produção agrícola considerado moderno, de construção de oposição às grandes obras realizadas em nome do desenvolvimento nacional (barragens, estradas etc.), de crise do regime militar, do processo de abertura política e redemocratização do país consolidado com a Constituição de 1988 e de realização da II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil (Eco-92) em 1992, que foram propiciadas as “oportunidades políticas” (TARROW, 2009) para se constituírem no país diversos “novos atores”¹ questionadores da situação vigente. Dentre eles, o movimento ambientalista e a emergência da pauta ambiental (ALONSO; COSTA e MACIEL, 2007).

Acompanhando esses processos mais amplos e visando gerar respostas às necessidades dos pequenos agricultores, surgiram iniciativas de diversificação da produção, tecnologias alternativas, experiências de agricultura de base ecológica, uso de sementes e insumos próprios etc. Surgiam como uma forma de reação às consequências negativas de modernização da agricultura e como forma de encontrar novos caminhos para os pequenos agricultores. Algumas formas de desenvolver práticas agrícolas de maneiras mais autônomas e equilibradas com a natureza puderam ser buscadas nas suas experiências do passado, do período anterior à modernização da agricultura. Aparentemente, a partir de uma síntese entre o resgate de práticas antigas, novas preocupações com o ambiente e conhecimentos técnico-científicos, foram formadas as bases do que se chamou de *agricultura alternativa* ou *tecnologias alternativas*

1. Para Brandenburg (2011, p. 184), “novos atores” são aqueles que “ao mesmo tempo em que constroem novas formas de relação ou organização social, reconstróem novas formas de convívio com a natureza. Nesse sentido, constituem atores que, por sua definição, agem segundo múltiplas racionalidades que envolvem o natural e o social.”

na década de 1980 e vêm sendo associadas no período mais recente à *agricultura ecológica* (também chamada pelas organizações de agricultores de *agricultura orgânica* ou *agroecológica*²).

Nessa forma de entender, as experiências de *tecnologias alternativas* e de *agricultura ecológica* dos agricultores no Sul do Brasil, na medida em que foram buscar formas de produzir do passado dos *colonos* e são pensadas a partir das dificuldades enfrentadas no período contemporâneo, podem ser lidas como formas de reinterpretar ou dar novos sentidos às formas tradicionais de produzir do grupo social, atualizando-as positivamente. Ao resgatar práticas do passado, ressignificadas com questões do tempo presente (preocupações ambientais), os agricultores buscaram alcançar um espaço na sociedade atual para os *pequenos agricultores* (ou *agricultores familiares* como passaram a ser chamados a partir da década de 1990) e pensar, a partir de sua “experiência” como grupo social (THOMPSON, 1987), um novo modelo de agricultura com menores impactos no ambiente.

Da confluência entre a experiência social e produtiva do grupo e as preocupações ambientais contemporâneas constituíram-se articulações entre organizações de representação (como a FETRAF/CUT), setores da Igreja Católica e Luterana e ONGs que buscavam formas de reinserir os *colonos* na sociedade nacional ao mesmo tempo em que se preocupavam com as questões ambientais. Como a FETRAF é herdeira desses processos, nos seus documentos a *agricultura familiar* é apresentada

2. Neste texto não se objetiva discutir as diferenças conceituais entre os termos tecnologias alternativas, agricultura orgânica, ecológica e agroecologia. Ressalta-se apenas que enquanto a agroecologia, sob o ponto de vista acadêmico, deve ser entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis (SEVILLA GUZMÁN, 2000), para as organizações de agricultores os sentidos atribuídos ao termo *agroecologia* ou *agricultura ecológica* (usados em sentidos semelhantes) normalmente são mais amplos e aplicados às suas próprias experiências de agricultura que rompem, em alguma medida, com os modelos convencionais.

como o setor social que pode constituir uma relação mais harmoniosa entre homem e natureza, produzir alimentos diversificados e com qualidade para o povo brasileiro e conjugar as intenções de desenvolvimento agrícola com o respeito à natureza e às culturas locais (FETRAF-Sul, 2004; 2007a; 2010). Para a FETRAF, o *agricultor familiar* passa a ser o personagem que pode consolidar um novo modelo de desenvolvimento para a agropecuária brasileira, na qual as preocupações com inclusão social, desenvolvimento agrícola e preservação das culturas locais e do ambiente constituem eixos centrais.

Com este texto visa-se analisar o processo de incorporação da dimensão ambiental no sindicalismo da FETRAF no Sul do país. Interessa particularmente analisar como a incorporação do tema ambiental ajudou a redefinir o projeto de agricultura deste sindicalismo ao longo de sua trajetória.

Crítica à modernização da agricultura e formação de uma rede agroambientalista

Na década de 1970 ocorreram profundas transformações no meio rural brasileiro, conduzidas centralmente pela ação estatal. Segundo Gonçalves Neto (1997, p. 224-225), de um lado, ocorreu a “transformação da base técnica em boa parte do setor agrário, no que se convencionou chamar de *modernização desigual*”, privilegiando os grandes proprietários de terras; as culturas voltadas para o mercado externo; as regiões mais desenvolvidas do Centro-Sul. De outro lado, este processo promoveu a formação dos complexos agroindustriais, constituídos por um conjunto de empresas de produção de insumos modernos, máquinas, equipamentos, fertilizantes, defensivos, medicamentos veterinários etc. situadas a montante do setor agropecuário; e empresas para compra, transformação

e comercialização da produção agrícola, antes de atingir o consumidor, situadas a jusante do setor.

A política de modernização beneficiou, sobretudo, as culturas denominadas dinâmicas, aqueles produtos mais diretamente ligados à indústria e à exportação (soja, trigo, cana etc.), em detrimento dos cultivos de subsistência. Muitas áreas destinadas ao cultivo de produtos alimentícios básicos foram substituídas por lavouras de monocultura, para o suprimento de agroindústrias ou do mercado externo. Esse formato de agricultura passou a produzir, em grande escala, aquelas culturas cujos preços altos no mercado garantiam lucro certo em tais empreendimentos. O Estado estimulou esses setores competitivos, praticamente abandonando culturas como feijão, mandioca e arroz quem compunham a base da alimentação dos brasileiros (MARTINE e GARCIA, 1987; BRUM, 1988).

Esse processo de modernização técnica da agricultura passou a ser fortemente contestado a partir do final dos anos 1970, seja por agricultores dele excluídos e suas organizações de representação, seja por técnicos e estudiosos da questão agrária. Sindicatos, Igrejas, ONGs e academia produziram críticas ao modelo de desenvolvimento autoritário, excludente e insustentável constituído pelas políticas de modernização da agricultura no período do regime militar (ALMEIDA, 1989; BRANDENBURG, 1997). O modelo de agricultura da modernização mostrava a sua face mais perversa para os agricultores de base familiar do Sul na década de 1980. Schmitt (2002) destaca a situação insustentável e os impasses em que se encontravam: a especialização excessiva, a dependência em relação a insumos externos, a fraca integração entre os diferentes sistemas de cultivo e criação, a perda das variedades localmente adaptadas, a erosão do conhecimento sobre o manejo da biodiversidade local, a degradação da qualidade do solo e da água e a crescente desvalorização das atividades e dos produtos destinados à subsistência das famílias agricultoras.

As ações de questionamento a essa situação também resultaram em iniciativas de construção de alternativas organizativas e formas de produzir para pensar novos horizontes para os pequenos produtores com dificuldades de manterem-se na atividade agrícola e pensar um novo modelo para o campo. Nesse sentido, foram importantes as ações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na Região Sul e um conjunto de ONGs que formaram a Rede de Tecnologias Alternativas/Sul (Rede TA/Sul).

A Rede TA/Sul surgiu de uma articulação de ONGs ambientalistas que iniciaram a organização de um “movimento contestatório ao processo de modernização da agrícola” (REDE TA/SUL, 1997, p. 177). A origem dessa articulação se deu com a criação do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE), em 1983. Em 1989, este Projeto deu base para a criação de uma organização independente, a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), realizando trabalhos nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país. Especificamente na Região Sul, criou-se a Rede TA/Sul como “uma rede de entidades não governamentais, sem fins lucrativos e de caráter não partidário ou religioso, que desenvolve trabalhos de pesquisa, assessoria, formação e difusão na área de tecnologias alternativas para a agricultura.” (REDE TA/SUL, 1997, p. 170). A rede foi formada por conjunto heterogêneo de organizações no três estados do Sul, tais como: a Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (RURECO) e a Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) no Paraná; o Centro Vianei de Educação Popular e Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO) em Santa Catarina; o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e o Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP) no Rio Grande do Sul, entre outras.

As organizações que compõem a Rede identificam-se como construtoras de um “novo modelo de desenvolvimento rural” que prioriza

os pequenos e médios produtores familiares livremente associados no processo de produção, beneficiamento e comercialização; leva em conta o potencial de cada agroecossistema; regionaliza as estruturas de beneficiamento e transformação dos produtos (REDE TA/SUL, 1997).

Ao analisar as ações deste conjunto de ONGs articuladas em uma rede, Brandenburg (2002) chama atenção para a importância do trabalho para sobrevivência dos agricultores e a reconstrução da relação com a natureza:

Essas organizações desenvolveram um serviço de assistência aos agricultores numa perspectiva política crítica à modernização da agricultura. Sob o ponto de vista técnico, resgatam-se práticas tradicionais e já conhecidas dos agricultores, visando compor um conjunto de estratégias que permitiriam a reprodução social dos agricultores no campo. A agricultura alternativa representa uma opção de sobrevivência para o agricultor familiar e significa a reconstrução de uma relação socioambiental cuja raiz tem origem na condição camponesa (BRANDENBURG, 2002, p. 2).

Na região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, por exemplo, destacou-se a atuação principalmente do CETAP no assessoramento das organizações de agricultores. O CETAP, segundo é apontado por seu jornal informativo, *Agricultura Alternativa*, surgiu para suprir as necessidades de “buscar alternativas concretas aos agricultores” em um momento de crise:

É neste contexto de graves consequências geradas pelo processo de modernização e investida do capitalismo no campo e pela necessidade de buscar alternativas concretas aos agricultores que os movimentos sociais, sindicatos e entidades ligadas ao meio rural passaram a discutir, em meados da década de 80, a necessidade de se criar um órgão de pesquisa e assessoria aos pequenos produtores. [...] os Movimentos Sociais organizados, durante o I Encontro

Estadual de Tecnologias Alternativas, ocorrido em Passo Fundo, de 23 a 25 de janeiro de 1986, decidem criar o CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares (AGRICULTURA ALTERNATIVA, 1991, p. 3).

Desde o seu surgimento, o CETAP teve por “função desenvolver atividades de resgate, experimentação e difusão de Tecnologias Alternativas que fortaleçam a pequena produção e preservem o meio ambiente” (id., 1991, p. 3). Da mesma forma, nas regiões Centro-Oeste e Sudoeste do Paraná, a RURECO e a ASSESOAR constituíram-se como organizações de apoio aos pequenos agricultores. Brandenburg (1997, p.125), ao analisar o caso da RURECO (uma organização formada em 1986 com apoio dos *setores progressistas* da Igreja para assessorar associações de agricultores), chama atenção que as associações de agricultores surgem com o objetivo inicial de “assistir os pequenos agricultores familiares até então marginalizados pelo serviço de assistência técnica, tanto do Estado como das cooperativas”, mas com o desenvolvimento da rede de associações ligadas à RURECO, ao mesmo tempo em que estas “executam projetos que são formulados por esta instituição, desenvolvem atividades e projetos próprios, elaborados a partir das discussões com os agricultores associados.” (id. p.125-126). Dessa forma, a RURECO acabou promovendo novas formas de pensar os usos sociais das tecnologias e propiciou aos agricultores tornarem-se sujeitos de seu próprio processo de formação de consciência de sua condição social e da construção de novas tecnologias sustentáveis e adaptas às suas necessidades.

Essas organizações de assessoria estiveram no centro dos debates e da construção de experiências práticas relacionados à temática da *agricultura alternativa* ou *ecológica* desenvolvida pelo sindicalismo rural da CUT, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) na Região Sul do país.

A formação do sindicalismo rural cutista e o debate sobre um novo modelo de desenvolvimento

O sindicalismo rural da CUT tem sua origem articulada com o surgimento dos outros movimentos sociais do campo no final dos anos de 1970 e no início da década de 1980 (como MST, MAB e MMTR, que nasceram no mesmo caldo cultural). Nos três estados do Sul, teve início a formação de *oposições sindicais* aos sindicatos municipais ligados às Federações Estaduais dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG-RS, FETAEP e FETAESC). Em alguns municípios em que os pequenos agricultores enfrentavam fortes dificuldades relacionadas a preços baixos de produtos agrícolas, falta de terras para as novas gerações, situações de agricultores que seriam atingidos por obras de barragens, entre outras, surgiu um movimento contestador das linhas políticas assumidas pelo sindicalismo e das diretorias dos sindicatos. Conformou-se uma concorrência em torno do sindicalismo, um “campo político” (BOURDIEU, 2007) onde os agentes desafiantes, que se articulavam nas chamadas *oposições sindicais*, acusavam as direções estabelecidas de serem *acomodadas* diante dos problemas dos agricultores, de serem *antidemocráticas* por centrarem-se nas figuras dos presidentes sem haver mecanismos de discussão com as bases sobre os seus problemas, de serem *órgãos assistencialistas* ligados aos governos para prestação de serviços de saúde, previdência, entre outras críticas. Além disso, alguns sindicatos e as próprias Federações eram acusados de serem corresponsáveis pelos problemas causados pelas políticas de modernização da agricultura e que afetavam os pequenos agricultores naquele momento, na medida em que as Federações e seus sindicatos haviam apoiado e (ou) continuavam apoiando as políticas de modernização mantendo relações próximas com os governos (PICOLOTTO, 2011). As *oposições sindicais*, que viriam a formar a CUT rural, combatiam esse tipo de postura e argumentavam que queriam constituir um *novo sindicalismo* surgido dos interesses coletivos

dos agricultores, “um sindicalismo ‘autêntico’, ‘combativo’, capaz de representar efetivamente as ‘bases’” (SCHMITT, 1996, p.193).

A conquista dos primeiros sindicatos pelas *oposições* se deu no início da década de 1980 principalmente nas regiões do Alto Uruguai do RS, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, regiões próximas entre os três estados e com presença de muitos *colonos* de origem europeia. Com novas conquistas de sindicatos e aproximação de outros considerados mais atuantes, foi se formando um *movimento* de renovação do sindicalismo em outras regiões dos estados, gerando tencionamentos e disputas dentro da estrutura sindical das Federações oficiais. Este movimento de renovação sindical seria chamado de Articulação Sindical Sul a partir de 1984. Após tentativas frustradas de conquistar as direções das Federações, no final da década de 1980 os cutistas decidem formar uma estrutura organizativa paralela nos estados com a formação dos Departamentos Estaduais de Trabalhadores Rurais (DETRs), seguindo uma orientação nacional da CUT que, em 1988, já tinha formado o seu Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR).

Desde a sua origem, em meados dos anos de 1980, alguns sindicatos cutistas já procuravam tratar não apenas de reivindicações dos agricultores, mas também de problematizar questões relacionadas à produção e às tecnologias usadas na agricultura. Como aponta Almeida,

No Rio Grande do Sul, alguns sindicatos de trabalhadores rurais localizados na região do Alto Uruguai (norte do Estado), iniciaram a discussão sobre a questão tecnológica, colocando o problema da inadequação da pesquisa agrícola, da assistência técnica e da extensão rural, inadequadas que são aos pequenos agricultores e voltadas especialmente para os “produtos de exportação”. Juntamente com essa crítica, fazem a condenação da “agricultura insumista”, ou seja, aquela que usa intensamente corretivos de solo, adubos e agrotóxicos, encarecendo o custo de produção e poluindo o meio ambiente (1989, p. 204-205).

Essa posição mais genérica e difusa de condenação da agricultura insumista pelo sindicalismo foi aprofundada a partir do início da década de 1990 e deu origem à ideia de construir um projeto próprio de agricultura para o país. Para isso, alguns fatores contribuíram.

A realização da II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil (Eco-92) em 1992 no Rio de Janeiro, propiciou a oportunidade para os movimentos sociais do campo também discutirem a situação da agricultura e o tema ambiental. Com a realização deste evento no país, foi organizada uma conferência paralela na cidade de Vitória, Espírito Santo, com a participação de diversas organizações de pequenos agricultores da América Latina, da Europa, da África e da Ásia. Entre os atores do campo brasileiros estavam presentes: DNTR/CUT, MST, CPT, CETAP, Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, entre outros. No final da Conferência os movimentos do campo lançaram um documento para mostrar sua discordância com o modelo de desenvolvimento vigente e sugeriram mudanças no que se refere ao “manejo dos recursos naturais” visando assegurar “a biodiversidade e a ampla autonomia de pesquisa sobre a utilização desses recursos”. Também afirmavam sua posição contrária ao “patenteamento que converte as descobertas da vida em negócio privado” e defendiam o princípio de que os recursos da biodiversidade deveriam ser preservados para “garantir a vida das gerações futuras” (DECLARAÇÃO DE VITÓRIA, 1992, p. 13).

Os debates realizados na Conferência foram aprofundados nos anos seguintes e deram base para o sindicalismo abandonar sua prática reivindicatória perante o Estado e passar a construir e propor à sociedade um projeto próprio de agricultura. Nesse sentido, o ano de 1993 é um marco. Nesse ano foram realizados amplos debates no DNTR e nos estados do Sul sobre o tema. A I Plenária Nacional do DNTR, realizada em

agosto de 1993, apontou que um dos principais desafios do movimento sindical cutista seria: “a construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Econômico para o campo, articulado com toda a Central e setores aliados.” (DNTR, 1993, p.1).

Dando seguimento a esse debate, o Fórum Sul dos DETRs determinou que o sindicalismo cutista na região daria prioridade à construção de um projeto alternativo para o campo. Nas resoluções do II Congresso Estadual DETR-RS, realizado novembro de 1993, encontramos uma síntese desse debate. A partir desse momento, o sindicalismo cutista tomava a decisão política de partir para uma etapa de organização da produção e de formulação de um projeto para o campo com base “no resultado das experiências concretas vivenciadas pelos trabalhadores desde a base e da reflexão política articulada do conjunto da CUT e de seu campo de alianças” (DETR-RS, 1993, p. 11). Com a formulação deste projeto para o campo, pretendia partir para uma tática de ação sindical não mais somente de “caráter reivindicatório e contestatório” (id.), mas tratava-se de elaborar uma “proposta alternativa de desenvolvimento rural” que servisse para “definição de pautas concretas de reivindicação e negociação” (id.). Este novo modelo de agricultura a ser construído, além de ter por metas fortalecer os *agricultores familiares* e apoiar a reforma agrária, implicava fazer escolhas tecnológicas que levassem em conta preocupações ecológicas e culturais. Como expresso:

Um Projeto Alternativo de Desenvolvimento que garanta a viabilização da Agricultura Familiar implica em: a) um *novo modelo tecnológico que leve em conta as questões sociais e ecológicas da produção agrícola*; b) novas formas de organização da produção, comercialização, beneficiamento da produção e abastecimento; c) reforma agrária enquanto instrumento para transformação do atual modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira; d) política agrícola diferenciada para o pequeno agricultor;

e) pesquisa e extensão rural voltados para o interesse dos trabalhadores; f) *construir as bases culturais de um desenvolvimento alternativo, resgatando valores* como a solidariedade, a cooperação e estabelecendo uma *nova relação homem-natureza* (DETR-RS, 1993, p. 14-17, grifos nossos).

Com a decisão de unificar o sindicalismo rural brasileiro mediante a entrada do DNTR na estrutura da CONTAG (e os DETRs dos estados nas FETAGs) e a filiação da Confederação à CUT em 1995, essa proposta de construção de *projeto alternativo de desenvolvimento rural*, que vinha sendo construída no interior do sindicalismo cutista, passou a ser adotada pelo conjunto do sindicalismo dos trabalhadores rurais em nível nacional.

A construção de um projeto alternativo para o campo esteve no centro das preocupações do sindicalismo na segunda metade da década de 1990. As atenções sindicais se concentraram na realização de um ambicioso projeto de pesquisa e formação entre os anos de 1996 e 1999, o chamado Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical. Boa parte do acúmulo de pesquisa e reflexão que este Projeto propiciou foi remetida para o VII Congresso da CONTAG de 1998 e guiou o debate sobre a construção do projeto alternativo de desenvolvimento e possíveis alterações na estrutura sindical. Se, de um lado, as sugestões sobre o projeto alternativo de desenvolvimento tiveram boa acolhida junto ao movimento sindical, as sugestões de reformulações da estrutura sindical tiveram menor aceitação e foram motivo de grandes discórdias no final da década de 1990.

No que tange ao projeto alternativo, o VII Congresso decidiu que o movimento sindical adotaria as formulações do Projeto CUT/CONTAG e passaria a assumir oficialmente a construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS). Destacando que o ponto de partida para construção desse projeto devia ser a “concepção de desenvolvimento”, “o qual deve incluir crescimento econômico, justiça,

participação social e preservação ambiental. Este desenvolvimento privilegiaria o ser humano na sua integralidade, possibilitando a construção da cidadania.” (CONTAG, 1998, p.29).

Nesse sentido, são apresentados os elementos centrais que devem fazer parte deste projeto nos seguintes itens: a luta por reforma agrária como forma de promover uma ruptura com o modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de terra, renda e poder e como forma de expansão e consolidação da agricultura familiar; defesa da *agricultura familiar* como modelo de exploração agropecuária nacional, que, na óptica sindical, além de propiciar um desenvolvimento mais descentralizado e democrático, teria maior capacidade de produzir alimentos, com menores custos e de uma forma mais equilibrada com o meio ambiente; aos assalariados rurais, as alternativas de desenvolvimento devem criar novos postos de trabalho (de preferência na agricultura familiar), reduzir o desemprego e possibilitar melhores condições de vida e trabalho; deveriam ser criadas novas políticas sociais para o campo, tais como: educação, saúde, lazer, previdência e assistência social, formação profissional, pesquisa e assistência técnica etc.; e serem repensadas as relações de gênero e geração com vistas a valorizar os diversos sujeitos presentes no campo (mulheres, homens, jovens, crianças e idosos) (CONTAG, 1998).

No que se refere ao debate sobre mudanças na estrutura sindical, ocorreram dinâmicas diferenciadas em cada parte do país. Na Região Sul, com a adoção da categoria de identificação *agricultura familiar* e com a conquista do PRONAF, ocorreu um processo de (re)organização e fortalecimento dos atores da agricultura familiar e um novo rompimento com a estrutura sindical da CONTAG. No Estado de Santa Catarina, devido à dificuldade de os cutistas trabalharem em conjunto com a federação sindical vinculada ao sistema CONTAG (FETAESC), decidiram criar uma organização própria, com a fundação da Federação dos Trabalhadores na

Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina (FETRAFESC), em 1997, como representante específica dos sindicatos de agricultores familiares no estado. A FETRAFESC solicitou filiação à CONTAG, mas não foi aceita. Seguindo esta experiência autônoma, considerada exitosa, e o relativo fortalecimento que a identidade política da agricultura familiar tinha alcançado, o sindicalismo rural da CUT na região Sul decidiu criar em 1999 uma nova organização coordenadora regional dos agricultores familiares. Tratava-se da Frente Sul da Agricultura Familiar que congregava sindicatos, cooperativas e ONGs da região.

O processo de fortalecimento da dinâmica organizativa e da identidade da *agricultura familiar* na Região Sul, aliado com o sentimento de falta de perspectiva de mudança na correlação de forças nas FETAGS e na CONTAG, colocava o debate sobre a possibilidade de formar uma estrutura sindical específica dos agricultores familiares na região. A fundação oficial da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul) ocorreu durante o I Congresso Sindical da Agricultura Familiar, realizado entre os dias 28 e 30 de março de 2001, em Chapecó-SC. A FETRAF surgia como uma estrutura sindical específica de agricultores familiares e como uma organização concorrente da CONTAG e das suas federações estaduais. A partir de 2005 esta organização sindical seria nacionalizada com a fundação da FETRAF-Brasil.

O programa de agricultura da FETRAF e o tema ambiental

Na FETRAF-Sul, por ser herdeira de uma parcela desse sindicalismo, desde a sua fundação o tema ambiental aparece com certa relevância em seu programa político. Ao analisar as resoluções dos congressos da Federação e o depoimentos das suas lideranças, pode-se levantar algumas pistas de como o tema ambiental foi construído e qual o sentido

que ele tem para a Federação. Primeiramente, aparece associado de forma genérica ao tema da construção do *projeto alternativo de desenvolvimento rural*, herdado dos debates anteriores da CUT e da CONTAG. Nas resoluções do Congresso de fundação da Federação é apontado que o seu objetivo estratégico seria “priorizar a elaboração e implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS) em toda a região Sul” (FETRAF-Sul, 2001, p.13). Com essa linha política objetivava “responder adequadamente à problemática econômica da categoria, por meio de uma intervenção afirmativa na organização da produção, com base em princípios agroecológicos, desde o financiamento até a comercialização.” (2001, p.22). Como se percebe, as preocupações ambientais estavam no centro de seu programa para a agricultura.

O depoimento de Altemir Tortelli (integrante do antigo DNTR na década de 1990 e coordenador geral da FETRAF-Sul entre 2004 e 2010) complementa a descrição de como foi construído e o que seria o Projeto Alternativo de Desenvolvimento:

Então nós ficamos, depois de grandes pesquisas, diagnósticos, intercâmbios com parceiros de outros países, com debates com universidades, nós decidimos construir um arcabouço de uma visão de desenvolvimento que se chamou Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável, que tinha uma boa fundamentação crítica ao modelo neoliberal, ao modelo do agronegócio, que tinha dois grandes pilares que sustentavam uma outra visão de desenvolvimento que era a partir do fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária, como ações que interagem e se complementam. [...] o debate apontou para estes dois pilares importantes e não só ficando no tema da questão das políticas agrícolas, daí nós começamos a acumular que precisávamos de políticas de todas as frentes. Aí se fortalece o tema da educação, fortalece o tema da saúde, da habitação. [...] O agricultor não precisa só produzir comida pra si e pro mercado, ele tem outras

necessidades. Então, essas outras necessidades passaram a fazer parte de uma visão de desenvolvimento, partes de uma visão de sociedades, partes de uma frente de várias políticas públicas. (Tortelli, entrevista 2010).

A FETRAF se reivindica herdeira do debate sobre a construção de um novo modelo de agricultura, centrada na realização da reforma agrária e no fortalecimento da agricultura familiar, e da construção de uma relação mais harmônica entre o homem e a natureza; de mudança de concepção sobre como era percebido o espaço rural. Este não podia mais ser percebido somente como espaço de produção, de exploração predatória dos recursos da natureza, mas como um espaço social, de vida, de uso consciente dos recursos naturais e de diferentes sujeitos que têm necessidades que vão muito além das da produção.

Nos congressos seguintes da FETRAF seria detalhado como ela incorporaria o tema ambiental no seu projeto de agricultura. No I Congresso, realizado em 2004, foi definido que um de seus temas centrais de atuação seria: “avançar na organização socioeconômica da agricultura familiar como elemento fundamental para a implantação de um desenvolvimento sustentável e solidário” (FETRAF-SUL, 2004, p.29). Nesse sentido, foram traçadas diretrizes para que o sindicalismo em conjunto com as organizações parceiras na área do crédito (como a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL), as cooperativas e associações de produção (que são diversas, de âmbito local nos municípios e regionais), as redes de certificação solidária (como a Rede Ecovida que articula organizações de agricultores ecologistas em toda a região Sul) e as ONGs de apoio, conseguissem ter ações concretas para a realização do projeto de desenvolvimento da Federação, tais como: produção agroecológica, agroindustrialização familiar, comercialização direta e iniciativas de economia solidária. Para isso, seria preciso construir uma estratégia de “intervenção na organização da produção” com papéis

claros e estabelecidos entre a “organização sindical” com papel político e coordenador geral e a “organização econômica” da agricultura familiar que teriam papel de estimular e oferecer alternativas concretas de produção aos agricultores.

O II Congresso da FETRAF (realizado em 2007) voltou a estabelecer diretrizes claras de apoio à produção sustentável. Dentre seus itens principais estão a construção da agroecologia como modelo de produção agropecuário; a transformação de produtos pelas agroindústrias familiares; organização da comercialização pelos canais institucionais (como o Programas de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA), da comercialização direta e dos canais da economia solidária e do comércio justo; o estímulo à produção para autoconsumo das famílias e à produção de sementes próprias, entre outras (FETRAF-Sul, 2007a).

O tema ambiental estava permeando por diversas dessas diretrizes, seja na perspectiva de construção da agroecologia como modelo de produção, no estímulo à produção para autoconsumo das famílias e na produção de sementes próprias que causaria menores gastos monetários e menor dependência de recursos externos às propriedades, seja nas orientações para que os produtos transformados nas agroindústrias familiares e os comercializados por meio do PAA seguissem os princípios agroecológicos.

A perspectiva de construção da agroecologia aparece como central na estratégia de organizar a produção desde a fundação da FETRAF (e mesmo antes, como mostrado nas seções anteriores), entretanto, muda significativamente de sentido ao logo dos anos. Se nos primeiros anos de fundação da Federação a agroecologia tendia a ser entendida como uma técnica de produção, cujas orientações nesta área eram “reforçar os processos que objetivem o avanço de um novo modelo tecnológico que tenha por base a agroecologia e a soberania na qualidade das sementes, de forma articulada com a Rede Ecovida e com as entidades e organizações

que atuam diretamente nesta perspectiva” (FETRAF-Sul, 2004, p.34), com o avançar do debate no interior da Federação, ela passou a ser entendida de uma forma mais ampla e conjugada intimamente com o projeto de agricultura familiar do sindicalismo. Uma definição mais ampla e elaborada aparece nas resoluções do II Congresso:

A FETRAF-SUL/CUT adota a agroecologia como base de um novo processo da agricultura familiar no sentido de construção de um novo modo de fazer e viver a agricultura. *Não apenas como tecnologia sem a utilização de agrotóxicos, mas como nova concepção de agricultura, fundada em uma nova relação dos(as) agricultores(as) familiares com a terra, com a produção, com o ambiente e com a vida.* Buscaremos, nos fundamentos da agroecologia, os princípios para adotar uma concepção de agricultura familiar pautada na diversificação e na policultura, associando a produção para autoconsumo (FETRAF-Sul, 2007a, p.57, grifos nossos).

O tema da construção de uma agricultura ecológica aparece normalmente contraposto ao do modelo da grande agricultura de exportação, do chamado *agronegócio*. Esse modelo de exploração agropecuária é visto como causador de degradação ambiental, de dependência tecnológica e da exclusão social no campo. Por outro lado, a *agricultura familiar* é vista não somente como um espaço de produção agrícola. É um espaço de vida que preserva as culturas locais e os recursos naturais, dinamiza as economias locais etc.

O III Congresso da FETRAF-Sul, realizado em 2010, reforça essa oposição entre os modelos da agricultura familiar e o do agronegócio, ao mesmo tempo em que agrega novos temas relacionados ao tema ambiental no seu programa para agricultura. As resoluções do Congresso apontam que a Federação “vê o tema ambiental numa perspectiva multidimensional, dentro do enfoque do desenvolvimento humano e

sustentável” (FETRAF-Sul, 2010, p.14). Nessa perspectiva, objetiva cobrar dos governos políticas públicas para a “recuperação e preservação do meio ambiente, fortalecendo a agricultura familiar na perspectiva da sustentabilidade, orientando sua estratégia produtiva a partir dos seguintes princípios: agroecologia, diversificação, preservação da biodiversidade, policultivo e proteção às águas.” (id.).

Nesse sentido, a *agroecologia* é associada ao modelo de produção da *agricultura familiar*, resgatando e valorizando o saber-fazer tradicional que a diferencia das grandes empresas do agronegócio. Seguindo esses preceitos, a Federação propõe, nas resoluções de seu III Congresso, a *agroecologia* como “um novo modelo de fazer e viver na agricultura” que leve em conta os saberes tradicionais dos agricultores e a sua cultura local, que estimule a diversificação de atividades, a produção para autoconsumo das famílias e para o mercado e que propicie maior autonomia aos agricultores nos processos produtivos ante as corporações transnacionais do setor agropecuário (FETRAF-SUL, 2010).

O tema ambiental como *oportunidade*: pagamento por serviços ambientais e diferenciação dos produtos coloniais/agroecológicos

O tema ambiental não é visto pelas organizações de agricultores familiares apenas pelo viés das restrições às formas de produção convencionais ou como necessidade de adequar os modelos de produção agropecuária a novos padrões de uso dos recursos naturais de forma sustentável. Ao contrário disso, os dirigentes da FETRAF-Sul têm afirmado que o tema ambiental aparece com uma “grande oportunidade” para a agricultura familiar. Uma oportunidade pelo fato de a agricultura familiar, em sua óptica, poder se adequar mais facilmente às necessidades de formatos de produção menos impactantes na natureza do que as grandes

explorações agropecuárias. A agricultura familiar guardaria um grande potencial de produzir alimentos de qualidade e, ao mesmo tempo, preservar os recursos naturais. Como afirma Altemir Tortelli (coordenador geral da FETRAF-Sul entre 2004-2010):

Está provado que o agronegócio não conseguiu resolver o problema da fome no mundo; o atual modelo de desenvolvimento contaminou a natureza, concentrou renda, enriqueceu muitas pessoas e expulsou muitas mais. *Esse modelo fracassado coloca a agricultura familiar diante de grandes oportunidades*. A população do mundo todo quer discutir a qualidade do seu alimento, participar do debate, influenciar nas decisões e nós agricultores familiares temos a oportunidade de sermos os grandes interlocutores com a população. Só nós podemos pensar numa produção de comida com uma qualidade maior, num sistema de produção em equilíbrio com o solo, a água, as florestas e sem veneno. (Tortelli *in*: FETRAF-Sul, 2007b, p.23).

Celso Ludwig (atual coordenador geral da FETRAF-Sul) também vê “grandes oportunidades” para a agricultura familiar:

A questão ambiental é uma *grande oportunidade*, uma janela de oportunidade para o nosso agricultor, porque nós não precisamos mais produzir só o arroz e o feijão, nós podemos produzir água, nós podemos produzir serviços ambientais também. Então os agricultores, especialmente os agricultores de economia familiar, ele também poderá ter esta função. Então passou a existir o debate, já é de longa data, a questão da agroecologia, da produção mais sustentável, mais ele começa a ser mais uma preocupação geral da entidade. (Celso Ludwig, entrevista ao autor, 2012).

Essas oportunidades se concentraram nos pontos fortes que o modelo de produção da agricultura familiar pode oferecer. Dentre essas oportunidades, dois temas têm merecido grande atenção da FETRAF nos

últimos anos: o pagamento por serviços ambientais e a diferenciação dos produtos *coloniais* e (ou) *agroecológicos*.

A possibilidade de pagamento por serviços ambientais³ é inovadora e está atraindo muita atenção da sociedade civil e de setores dos Estados em todo o mundo. Um dos aspectos mais discutidos e mencionados na recente literatura sobre a conservação de florestas, biodiversidade e recursos hídricos é a “possibilidade de utilizar o Pagamento pelos Serviços Ambientais (PSA) como instrumento econômico para auxiliar na gestão ambiental desses serviços ecossistêmicos” (JARDIM, 2010, p.26). Como se trata de um tema novo, nos últimos anos tem ocorrido uma ampla experimentação sobre mecanismos para que os beneficiários de serviços ambientais efetuem pagamentos aos provedores, no sentido de compensá-los pelos custos de oportunidade associados à restrição de uso dos recursos naturais (JARDIM, 2010). Nesse sentido, os agricultores estão entre os agentes que mais podem contribuir para a preservação de recursos naturais (como a preservação de águas, florestas e biodiversidade) e, portanto, serem beneficiários de pagamentos por tais serviços.

O debate sobre pagamentos por serviços ambientais é relativamente recente no sindicalismo. Com base em depoimento de lideranças e a análise de documentos da FETRAF, percebe-se que o tema aparece mais claramente a partir do ano de 2009. Segundo o depoimento de Diego Kohwald (secretário geral da FETRAF-Sul), o debate sobre pagamento por serviços ambientais surgiu na Federação com a execução de um projeto na região sudoeste do Paraná sobre a preservação das “minas naturais de águas”. Durante a realização desse projeto, foi conhecida a experiência desenvolvida pela prefeitura de Umuarama,

3. Para o economista alemão Sven Wunder, pagamentos por serviços ambientais devem ser entendidos como “transferências financeiras de beneficiários de serviços ambientais para os que, devido a práticas que conservam a natureza, fornecem esses serviços, de forma segura e bem definida, por meio de uma transação voluntária.” (*apud* JARDIM, 2010, p.29).

região norte do Paraná, que paga um incentivo financeiro aos agricultores que preservam matas que circundam as fontes de água que formam o rio que abastece a cidade. Com base nessas experiências teria se construído o debate sobre a necessidade de a agricultura familiar ter-se-ia uma política de remuneração por serviços ambientais prestados. Como relata Diego Kohwald:

Aí a gente precisa inclusive dialogar para que isto seja uma política de desenvolvimento e não de assistência social. Esta é um pouco a preocupação de como a gente dialoga com a sociedade pra que isso seja uma política de desenvolvimento da agricultura familiar, de promoção da agricultura familiar, de promoção do meio ambiente e não como política assistencial. Porque daqui a pouco é aquele negócio: “o agricultor tá deixando virar mato, não trabalha mais só pra receber do governo”. Não é isso! Por isso que há a necessidade de além dele fazer a preservação da questão ambiental ele também precisa cultivar para a subsistência, ele precisa ter a sua produção. (Diego Kohwald, entrevista ao autor, 2012).

A construção da pauta sobre os pagamentos por serviços ambientais na FETRAF-Sul difere da concepção corrente sobre a importância dos serviços ambientais na atualidade. Difere da concepção ambientalista que tem por objetivo prioritário promover a preservação dos recursos, para isso busca formas de incentivar os proprietários de terras e os agricultores a preservarem as matas e águas de suas propriedades. Como a Federação representa agricultores, que podem oferecer esses serviços ambientais, esta procura inserir os serviços ambientais como mais uma opção para viabilizar a agricultura familiar, ao lado da produção de alimentos. Em sua óptica, esta política não pode fazer com que os agricultores abandonem a produção agropecuária, mas deve ser incluída no conjunto de atividades que o agricultor desenvolve.

Seria apenas mais uma forma de estimular os agricultores a preservarem parte dos recursos de suas propriedades e com isso receberem uma compensação financeira da sociedade. Uma atividade que pode ser integrada facilmente com a produção agropecuária ecológica.

Entretanto, mesmo com essas diferenças na forma de conceber o tema ocorre certa aproximação em alguns aspectos entre as pautas das organizações de agricultores familiares e as pautas ambientalistas de preservação da natureza. As lideranças de agricultores nos dão algumas indicações do porquê desta aproximação. O modelo de exploração agropecuária de grande escala (do chamado *agronegócio*) teria menor comprometimento com a preservação dos recursos naturais do que o modelo da agricultura familiar. É o que relata o coordenador geral da FETRAF-Sul:

No agronegócio o cara tem na terra um negócio. Ou seja, se não der lucro ele vende, ele muda o procedimento, não quer saber. A qualquer custo tem que produzir e ponto final. Se é com agrotóxico que tá com prazo de carência ou não tá, o empresário não quer saber. E o agricultor tem na terra o seu modo de vida, ou seja, é muito mais fácil que parta dele uma visão integrada da questão ambiental porque ele precisa da água pra beber. O empresário tá na cidade tomando água mineral e ele não tá lá. O agricultor tá lá enxergando o bichinho dele tomar água. Então ele consegue com muito mais facilidade integrar a produção e ele se integrar, porque ele faz parte daquela paisagem. O *agricultor familiar faz parte da natureza*, ele não é um estranho lá. O perfume dele é o perfume da terra. E já o empresário tem o perfume da cidade, é outro perfume. Ele chega de caminhonete e não quer saber... Ele quer saber se dá lucro, se não der ele vende e compra ações na Petrobras. Ele quer saber se aquilo que ele aplicou vai retornar. Já o agricultor não, ele tem ali um modo de vida, um jeito de criar os filhos, é ali que ele mora, ele mora na natureza, é diferente, o outro não mora na natureza. (Celso Ludwig, entrevista ao autor, 2012).

O agricultor familiar tem uma maior necessidade de preservar os recursos naturais, manejar adequadamente os insumos que utiliza para a produção, pois se não tomar os devidos cuidados estará comprometendo a saúde dos seus animais, dos filhos e da sua própria. Da mesma forma, a continuidade da sua exploração familiar estará comprometida (corre risco de acabar) se não houver uma preocupação constante com o uso sustentável dos recursos. Isso pode afetar diretamente as possibilidades de sua continuidade e de seus filhos na agricultura⁴. Esse envolvimento direto dos agricultores familiares nos processos de gestão e produtivos do estabelecimento econômico é visto como uma vantagem no manejo adequado dos recursos quando comparado com o modelo patronal (impessoal) das grandes explorações do agronegócio. Este último tende a ter menos preocupação com a forma como é realizada a produção. O importante, para este último modelo, é que dê retorno financeiro, independentemente a forma com que é realizada a produção e os impactos socioambientais que causa.

Outro tema que tem merecido a atenção especial da FETRAF nos últimos anos é a criação de certos diferenciais para os produtos da agricultura familiar. Essa diferenciação pode ocorrer pelo fato de a forma de produção ser realizada de maneira ecológica, situação em que os produtos recebem o qualificativo de *agroecológicos* ou *orgânicos*. Mas, também pode ocorrer associada ao apelo a formas tradicionais de

4. É interessante observar que conjuntamente com essa construção das vantagens ambientais do modelo de exploração familiar existe certa vinculação teórica do discurso do dirigente sindical com elementos da teoria da “unidade econômica camponesa” do agrônomo social russo do início do século XX, Alexander Chayanov (1975). Para este, a racionalidade econômica trazida pelo capitalismo não submete completamente outras racionalidades camponesas, como o balanço entre o trabalho e o consumo da família, a perspectiva de garantia continuada de reprodução social da família e a posse sobre os recursos da natureza. Nesse sentido, a preservação dos recursos naturais e manutenção de adequadas formas de sua exploração são fatores decisivos para a continuidade da família agricultora.

produzir do grupo social dos *colonos*, sendo neste caso os produtos qualificados como *produtos coloniais*.⁵

A valorização recente dos produtos elaborados de maneira artesanal (tradicionalmente feitos para o autoconsumo das famílias) evidencia uma das formas de dar “valores positivos” (HONNETH, 2009) para a agricultura familiar, para suas raízes e seus produtos típicos que passam a encontrar mercados locais e regionais em consumidores que, muitas vezes, têm ou tiveram alguma relação com o meio rural e também valorizam ou passam a dar valor a esses produtos. Longhi e Santos (2003) apontam que as feiras locais de produtos ecológicos e (ou) coloniais, realizadas em muitos municípios da Região Sul pelos próprios agricultores, cumprem o papel de resgatar e estimular o consumo de produtos artesanais típicos do grupo dos colonos. Essas iniciativas se contrapõem à tendência contemporânea “da artificialização e alienação consumista promovida pelos sistemas de comercialização mercantis” (LONGHI e SANTOS, 2003, p.9).

Lideranças de agricultores familiares também chamam atenção para esse diferencial dos produtos *coloniais* e (ou) *orgânicos* e para o seu potencial de se estabelecer como um “produto diferenciado” perante os produtos industrializados:

Temos que abrir mais espaços para a produção orgânica, até porque a tendência agora é de que as pessoas cada vez mais valorizam a saúde, então, pra mim, hoje vai ter muito espaço no mercado de produtos orgânicos pra se vender. [...] Porque vai ser o diferencial, senão nós não vamos conseguir competir né... Se eu

5. Segundo Dorigon e Renk (2011, p. 102), “por ‘produtos coloniais’ entende-se um conjunto de produtos tradicionalmente processados no estabelecimento agrícola pelos ‘colonos’ para o autoconsumo familiar, tais como derivados da carne suína (salames, dentre outros embutidos), derivados do leite (queijo colonial, dentre outros), doces e geleias de frutas, conservas de hortaliças, massas e biscoitos, açúcar mascavo, sucos e vinho, dentre outros.”

vou fazer um salame convencional, eu vou comprar da Sadia, da Perdigão, da Seara, de outras empresas, muda o que? Só se vender com preço mais barato né. *Agora se eu produzir um produto diferenciado, colonial, orgânico, eu acho que daí vamos ter mercado, vai ter um mercado muito bom* (Adir Lazzaretti, dirigente de cooperativa em Constantina-RS, entrevista ao autor, 2010).

O depoimento ressalta as diferentes qualidades de cada produto e o potencial que os produtos da agricultura familiar podem ter desde que se diferenciem daqueles das grandes empresas. A forma de produzir da agricultura familiar se diferenciaria tanto por ser produzida de forma ambientalmente correta quanto por resgatar positivamente elementos culturais do grupo social dos *colonos*. A valorização dos produtos elaborados de maneira artesanal (segundo formas tradicionais de produzir herdadas dos antepassados, os *colonos*) evidencia uma das formas de dar valores positivos para a agricultura familiar, para suas raízes e seus produtos típicos que encontram mercados locais e regionais em consumidores que, muitas vezes, têm ou tiveram alguma relação com o meio rural e também valorizam ou passam a dar valor a esses produtos.

Dorigon e Renk (2011, p.109) chamam atenção que “a aquisição de um queijo, um doce de figo ou um pé de moleque é mais que uma simples compra de algo diferenciado: trata-se de um ato cultural, repleto de representações e significados, de uma volta ao passado, à infância, de valorização de um modo de vida e de resgate ao sentido de pertencimento àquela tradição”. Nesse sentido, se (re)constrói vínculos de pertencimento a certa cultura e também de valorização da forma de produzir dos agricultores, que passam a dar novo valor às formas tradicionais de elaboração de determinados produtos típicos. Da mesma forma, essa revalorização dos produtos coloniais pode ser interpretada como uma forma de promover “atitudes positivas” (HONNETH, 2009) dos próprios agricultores perante hábitos, formas de produzir e produtos que estes

sempre realizavam para o seu autoconsumo, mas que nunca (ou quase nunca) tiveram um valor específico no mercado. A partir do momento em que o salame ou o queijo colonial passa a ter um valor diferenciado no mercado por ter sido elaborado por uma família de agricultores de forma tradicional, o agricultor como sujeito também passa a ser valorizado pelos consumidores e a assumir atitudes positivas diante de si próprio, a sua história e aos produtos que elabora.

O consumo de produtos coloniais e orgânicos também pode estar associado a uma opção política de engajamento, de “consumo responsável” (PORTILHO, 2008), com causas ambientais, com a busca e o estímulo à produção de alimentos saudáveis ou mesmo de apoio aos agricultores familiares (um apoio financeiro visando contribuir para mantê-los na atividade, produzindo alimentos saudáveis e de forma tradicional). Nesse sentido, segundo caracterizam Dorigon e Renk (2011, p.105): “o produto colonial, quando consumido por urbano, pode constituir-se em elemento de resistência, uma recusa à padronização dos produtos industrializados”.

Por fim, é importante destacar que o debate sobre desenvolvimento rural promovido pela FETRAF tem se ampliado para outras dimensões que vão muito além da esfera produtiva. A atenção ao tema ambiental, além de ter propiciado abrir uma reflexão sobre os usos sustentáveis dos recursos naturais e a construção de um modelo de agricultura ecológica, também tem propiciado pensar em novas formas de renda complementares, como os pagamentos por serviços ambientais prestados. Os produtos elaborados de forma tradicional e (ou) de forma *agroecológica* têm adquirido um valor diferenciado nos mercados locais e regionais propiciando novas possibilidades de inserção econômica dos agricultores familiares. As qualidades diferenciadas dos *produtos coloniais* e o seu apelo às origens e às tradições do grupo social dos colonos, além de ter se constituído em uma trincheira de resistência cultural, podem também

dar base para um repensar das formas de produção da agricultura familiar, agregando preocupações ambientais e com a qualidade dos alimentos. Nesse sentido, o modelo de produzir da agricultura familiar ganha um novo valor quando comparado com o modelo de produção da grande exploração agropecuária na medida em que é no modelo familiar que se percebe maior potencial para agregar a dimensão ambiental e a preocupação com a qualidade dos alimentos produzidos.

Referências

- AGRICULTURA ALTERNATIVA. *CETAP, alternativa popular*. v.1, n.2, 1991.
- ALMEIDA, J. Propostas tecnológicas “alternativas” na agricultura. *Cadernos de Difusão Tecnológica*, v.6, n.2/3, 1989.
- ALONSO, A; COSTA, V.; MACIEL, D. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos estudos CEBRAP*, n.79, 2007.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRANDENBURG, A. Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n.6, p. 11-28, 2002.
- BRANDENBURG, A. *ONGs e a Agricultura familiar: a experiências da RURECO no desenvolvimento da agricultura familiar na região Centro-Oeste do Paraná*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 1997.
- BRANDENBURG, A. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. *Ruris*, v.4, n.1, 2011.
- BRUM, A.J. *A Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CHAYANOV, A. *La organización de la unidad economica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CONTAG. *Anais do VII Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais*. Brasília, 1998.

DECLARAÇÃO DE VITÓRIA. Em defesa da vida e dos povos. In: *Jornal Sem Terra*. v.11, n.117, 1992.

DETR-RS. II Congresso Estadual: organizando a produção e construindo um novo sindicalismo. Passo Fundo, 1993.

DNTR. *Resoluções da I Plenária Nacional*. Praia Grande, 1993.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza dos trópicos*. São Paulo: NAPAUB, 2000.

DORIGON, C.; RENK, A. Técnicas e Métodos Tradicionais de Processamento de Produtos Coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. *Revista de Economia Agrícola*, v.58, n.1, 2011.

FETRAF-SUL. *Documento Base do III Congresso da FETRAF-Sul/CUT*. Erechim, 2010.

FETRAF-SUL. *Resoluções do II Congresso da FETRAF-Sul/CUT*. Francisco Beltrão, 2007a.

FETRAF-SUL. A agricultura familiar está diante de grandes oportunidades. *Revista Semear*, n.2, mar. 2007b.

FETRAF-SUL. *Resoluções do I Congresso da FETRAF-Sul/CUT*. Chapecó, 2004.

FETRAF-SUL. *Resoluções do I Congresso Sindical da Agricultura Familiar*. Chapecó, 2001.

GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

JARDIM, Mariana H. *Pagamentos por serviços ambientais na gestão de recursos hídricos: o caso do município de Extrema-MG*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília: UnB, 2010.

LONGHI A.; SANTOS, M. S. *O CETAP e a biodiversidade*. Passo Fundo: CETAP, 2003. Disponível em: <<http://cetap.org.br/wp-content/uploads/2008/11/o-cetap-e-a-biodiversidade.pdf>>. Acessado em: 15 mar. 2010.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. *Impactos sociais da modernização da agrícola*. São Paulo: Ed. Caetés, 1987.

PICOLOTTO, E.L. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais): Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

PORTILHO, F. Consumidores de produtos orgânicos: discursos, práticas e auto-atribuição de responsabilidade ambiental. Congresso da ANPPAS. *Anais...* Porto Seguro: ANPPAS, 2008

REDE TA/SUL. Interconectando ideias e ideais na construção da agricultura do futuro. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHMITT, C. J. Transição para a agroecologia na região Sul. In: Encontro Nacional de Agroecologia. *Anais...* Rio de Janeiro, 2002.

SCHMITT, C. J. A CUT dos colonos: história da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Z. (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

SEVILLA GUZMÁN, E. *Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latino América*. XI Curso Intensivo em Agroecologia: Princípios y Técnicas Ecológicas Aplicadas a la Agricultura. Rosario, 2000.

TARROW, S. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Parte2

MERCADOS LOCAIS, CIRCUITOS CURTOS E
NOVAS RELAÇÕES **PRODUÇÃO-CONSUMO**

CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS ECOLÓGICOS: RECONECTANDO PRODUTORES E CONSUMIDORES

Moacir Roberto Darolt

Introdução

Reinventar os mercados locais, aproximar produtores e consumidores, e estimular a compra de alimentos de base ecológica em circuitos curtos de comercialização são alguns desafios para se criar um modelo de consumo alimentar ecologicamente correto.

A venda direta de produtos locais para alimentação é uma atividade milenar que sofreu uma transformação radical a partir do século XX com a intensificação e especialização agrícola (novas tecnologias, mecanização, introdução de agroquímicos, monoculturas). Segundo Amemiya (2011), a agroindustrialização alimentar (transformação, alimentos pré-prontos, congelamento) aliado ao progresso dos meios de transporte e de conservação de alimentos (caminhões e containers refrigerados e rápidos) modificaram o modo de distribuição dos produtos alimentares.

Na Europa e particularmente, na França, houve uma forte concentração de propriedades e especialização dos sistemas de produção nas últimas décadas do século XX, mudando as relações sociais no meio rural (LAMINE, 2008). Os agricultores começaram a trabalhar prioritariamente para abastecer as grandes redes agroindustriais. Paralelamente, a concentração da população nas cidades e o êxodo rural

criaram um distanciamento entre a cidade e o campo. O comércio massivo para grande distribuição, aliado ao hábito de comer fora de casa num estilo de vida considerado “moderno”, criou um modelo de produção-distribuição-consumo concentrado em circuitos longos, afastando cada vez mais produtores e consumidores.

A partir dos anos de 1990 com o crescimento da produção e do mercado de alimentos orgânicos nos países desenvolvidos, os supermercados¹ passaram a ter um papel dominante em relação aos canais alternativos de comercialização (GUIVANT, 2003). No Brasil, a maioria dos consumidores de produtos orgânicos (72%) ainda compra em supermercados, mas uma boa parte complementa suas compras em pequenos varejos (42% compram em lojas especializadas e 35% nas feiras) (KLUTH *et al.*, 2011).

Na França, 83% dos produtos biológicos são comercializados por via indireta em supermercados e lojas especializadas, enquanto 17% dos produtos são comercializados diretamente pelos produtores em feiras do produtor e cestas entregues em domicílio (AGENCIA BIO, 2011). No Brasil, de acordo com Guivant (2003), as feiras de produtores e as lojas de produtos naturais ainda têm um papel secundário, mas passam a coexistir com novas estratégias de comercialização em circuitos curtos ou locais, como cestas entregues em domicílio, mercados especializados e compras pela internet. Na França, Chiffolleau (2008) considera que os circuitos curtos e mercados locais continuam a se desenvolver com novas formas de distribuição inventadas a cada ano, com destaque para a entrada de produtos ecológicos (conhecidos como “bio”) em restaurantes coletivos e na alimentação escolar.

1. Super e hipermercados fazem parte de circuitos longos de comercialização que, na maioria das vezes, envolvem mais de um intermediário entre o produtor e o consumidor.

Em nível mundial, a falta de investimentos em formação de agricultores, serviços e infraestrutura para comercialização em circuitos curtos como mercados locais e regionais, tem debilitado o setor da agricultura de pequena escala em muitos países (IAASTD, 2008). A opção pela agricultura industrial tem padronizado a cadeia alimentar e homogeneizado algumas paisagens rurais, e isso tem afetado pequenos agricultores que não podem competir com grandes produtores e importações em grande escala. O relatório do IAASTD (2008) informa ainda que em muitos países houve diminuição da produção de alimentos para o mercado interno com volatilidade de preços e redução da diversidade alimentar.

A hipótese deste trabalho é que aproximar a comunidade rural e a urbana pode ajudar a impulsionar a comercialização da produção de base ecológica e redirecionar os sistemas de produção para atividades mais sustentáveis. Para os produtores, o desafio é redesenhar o sistema produtivo sob princípios agroecológicos e buscar novas atividades de renda para o meio rural.

Nesse sentido, a questão central deste capítulo é analisar se os circuitos curtos são viáveis para os agricultores familiares de base ecológica e em que condições. Um dos objetivos é discutir as particularidades dos circuitos curtos de comercialização e dos mercados locais de produtos ecológicos. Para isso, toma-se como referência a experiência francesa e a do Sul do Brasil, analisando-se o que e quais são esses canais, como funcionam, quais as vantagens e desvantagens para produtores e consumidores, os desafios e as perspectivas futuras. O texto destaca ainda alternativas para aproximar produtores e consumidores como o movimento da “Agricultura Apoiada pelo Consumidor”, mostrando o funcionamento e a estruturação desse modelo em alguns países, bem como os limites e as oportunidades dessas iniciativas.

Em síntese, o trabalho procura destacar que os mercados locais e a comercialização em circuitos curtos associada à agroecologia podem ser a chave para reconectar produtores e consumidores de alimentos ecológicos e uma forma de impulsionar o desenvolvimento local.

Circuitos curtos: definição, tipologia e características

Ainda não existe uma definição oficial no Brasil sobre circuito curto (CC), mas os representantes do setor agroalimentar na França tem utilizado o termo para caracterizar os circuitos de distribuição que mobilizam até – no máximo – um intermediário entre produtor e consumidor, segundo Chaffotte e Chiffolleau (2007). Dois casos podem ser distinguidos: a venda direta (quando o produtor entrega em mãos próprias a mercadoria ao consumidor) e a venda via um único intermediário (que pode ser um outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno supermercado local). Outras denominações como “circuitos de proximidade” (AUBRI e CHIFFOLEAU, 2009) ou “circuitos locais” têm sido utilizadas para reforçar a proximidade geográfica e o aspecto social/relacional como a ligação entre consumidor e produtor, o desenvolvimento local e a territorialização da alimentação (MARECHAL, 2008).

A Figura 1 apresenta uma tipologia da diversidade de circuitos curtos de alimentos ecológicos no Brasil. Em seguida, o Quadro 1 complementa com as definições e as características principais de diversas iniciativas no Brasil e também na França.

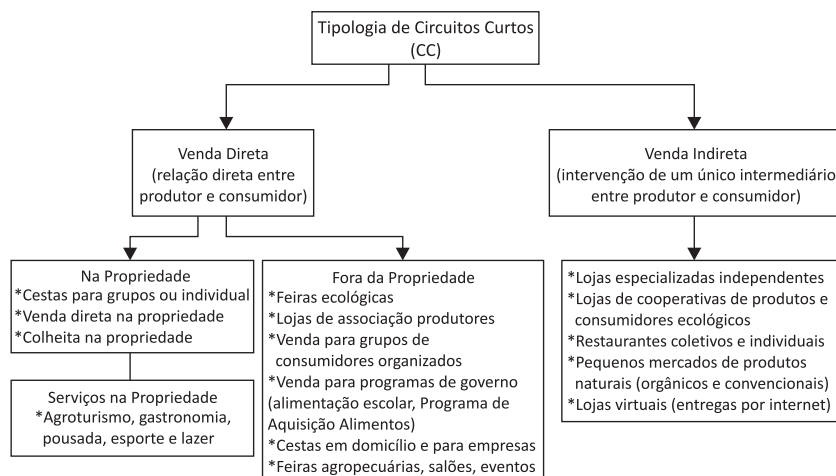


Figura 1 – Tipologia de circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos no Brasil.

Fonte: Adaptado de Chaffotte e Chiffolleau (2007) e Mundler (2008)

QUADRO 1 – TIPO DE VENDA, DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS PRINCIPAIS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ECOLÓGICOS NO BRASIL E NA FRANÇA

continua

TIPO DE VENDA*	DEFINIÇÃO	CARACTERÍSTICAS
VD VENDA NA PROPRIEDADE (BR e FR)	Venda de forma direta ao consumidor final sem intermediários no local de produção.	Venda direta no local de produção (produtos brutos ou transformados da propriedade) pelo produtor em espaço próprio; Venda no sistema “colha-e-pague”, onde os produtos são colhidos diretamente pelo consumidor; Venda de serviços em circuitos de turismo rural (gastronomia, pousada, lazer e esporte).

QUADRO 1 – TIPO DE VENDA, DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS PRINCIPAIS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ECOLÓGICOS NO BRASIL E NA FRANÇA

continuação

TIPO DE VENDA*		DEFINIÇÃO	CARACTERÍSTICAS
VD	VENDA EM CESTAS (BR e FR)	Cestas ou sacolas (Associação de produtores, grupos de consumidores organizados, empresas privadas, vendas por internet) com diversificação de produtos “in natura”.	Embalagens na forma de cestas, engradados ou sacolas com diferentes tamanhos e preços (produtos como verduras e legumes, frutas, carnes, queijos, ovos, pães, leite e derivados e outros transformados); Comodidade e praticidade, com preços de venda intermediários entre feira e supermercado; Entregas em domicílio ou em locais previamente acertados com os consumidores.
VD	FEIRAS DO PRODUTOR (BR e FR)	A feira ecológica vende somente produtos do produtor ou de sua rede de comercialização diretamente ao consumidor. A presença do produtor ou um representante da família é uma exigência. Normalmente, não é permitida a presença de atravessadores.	As feiras são normalmente administradas por uma parceria entre o poder público local, as associações de produtores e de consumidores, e instituições de apoio à agricultura ecológica (extensão rural, universidades, institutos de pesquisa, ONGs), baseadas num regulamento que exclui atravessadores e valoriza os produtos regionais; A maioria dos produtos é certificada de forma participativa; Espaço social, cultural e educativo. Traz a diversidade, resgata valores, crenças, possibilita a troca de informações sobre alimentação, saúde e qualidade de vida.

QUADRO 1 - TIPO DE VENDA, DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS PRINCIPAIS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ECOLÓGICOS NO BRASIL E NA FRANÇA

continuação

TIPO DE VENDA*		DEFINIÇÃO	CARACTERÍSTICAS
VD	PONTOS DE VENDA COLETIVA (PVC) (FR)	Pequenas lojas administradas por produtores de uma região, que se encarregam da venda de produtos de um grupo de produtores membros.	Os PVC possuem uma produção diversificada em legumes, frutas, leite e derivados (iogurtes, creme de leite, queijos), carnes, cereais - que vendem produtos preferentemente de um território onde se encontram os produtores (raio de até 80 km); Os PVC se desenvolvem em particular em torno de pequenas cidades do meio rural, mas também em zonas periurbanas de grandes cidades.
VD	AMAP (FR)	Associação para Manutenção de uma Agricultura Camponesa (Associations pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne - AMAP) é dirigida por consumidores que organizam a compra e a distribuição das cestas, colocando agricultores e consumidores em contato direto.	Sistema AMAP é um sistema de aliança entre um ou mais produtores e um grupo de consumidores que se engajam e pagam antecipadamente (seis meses ou um ano) pelos produtos, recebendo posteriormente os produtos da estação na forma de cestas semanais.
VD	BEIRA DE ESTRADA (BR e FR)	Barracas para venda direta ao longo de rodovias com movimento constante de turistas.	Barracas/estande que vendem produtos regionais destacadamente durante períodos de férias de verão ou feriados.

QUADRO 1 – TIPO DE VENDA, DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS PRINCIPAIS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ECOLÓGICOS NO BRASIL E NA FRANÇA

continuação

TIPO DE VENDA*		DEFINIÇÃO	CARACTERÍSTICAS
VD	FEIRAS, SALÕES, EVENTOS (BR e FR)	Eventos organizados por instituições públicas e privadas para divulgação de um determinado produto ou processo.	Eventos esporádicos em datas predeterminadas que permitem boa divulgação e venda de produtos ecológicos.
VD	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RISCO ALIMENTAR (BR)	Trata-se de produtos ecológicos da região entregues para alimentação escolar e entidades de assistência social.	Os produtos certificados recebem um adicional de 30% no valor final pago ao produtor.
VI	LOJAS ESPECIALIZADAS EM ORGÂNICOS (BR e FR)	Empreendimentos particulares para venda de produtos orgânicos (certificados).	Predominam em cidades maiores; Depende de um número grande de fornecedores.
VI	RESTAURANTES COLETIVOS E TRADICIONAIS (BR e FR)	Restaurantes coletivos públicos ou empresas privadas que incluem produtos orgânicos no cardápio;	Normas de vigilância sanitária dos produtos são rígidas; Quantidade escoada é significativa; Os restaurantes públicos atendem creches, escolas, casas de repouso, hospitais, asilos; Empresas privadas atendem funcionários e consumidores em geral;

QUADRO 1 - TIPO DE VENDA, DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS PRINCIPAIS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ECOLÓGICOS NO BRASIL E NA FRANÇA

conclusão

TIPO DE VENDA*		DEFINIÇÃO	CARACTERÍSTICAS
VI	LOJAS DE ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE PRODUTORES E CONSUMIDORES (BR e FR)	Lojas que vendem produtos orgânicos (certificados) e coloniais (transformados sem certificação) de uma região, trabalhando em rede na forma de pequenas cooperativas e (ou) associação de produtores e consumidores locais.	Possuem um estatuto e regulamento de participação, oferecendo benefícios e estimulando a participação dos associados; Predominam em cidades menores.
VI	LOJAS VIRTUAIS PARA VENDA DE PRODUTOS ECOLÓGICOS (BR e FR)	É um site que permite a comercialização de alimentos e produtos ecológicos via internet, oferecendo a descrição dos itens, geralmente com fotos, formas de pagamento e condições de entrega; A maioria das lojas virtuais é originária de estabelecimentos que também possuem uma loja física.	Lojas que trabalham com diferentes produtos (orgânicos, naturais, light, diet, sem glúten), nas diversas categorias (alimentos, beleza, limpeza), com pedidos programados feitos pela internet com antecedência (dois dias antes da entrega, normalmente); Cada vez mais comuns nas grandes cidades; Oferecem facilidade de pagamento via internet e entregas programadas para diferentes regiões.

Legenda*: VD=venda direta; VI=venda indireta (máximo de um intermediário); BR=Brasil; FR=França.

Fonte: Autor a partir de Darolt e Constanty (2008); Marechal (2008); Chiffolleau (2008) e Delhomeau (2009).

No Brasil, a maioria dos produtores de base ecológica com bons resultados de comercialização em circuitos curtos tem utilizado pelo menos dois canais de venda (feiras e programas de governo), mas há uma gama de alternativas que se desenvolvem junto com o crescimento da demanda (Quadro 1). Entre elas existe a opção de cestas em domicílio, vendas na propriedade associadas a circuitos de turismo rural, restaurantes, lojas especializadas e cooperativas de consumidores, além de vendas em lojas virtuais pela internet.

Na França e na Europa é bem difundida a venda em Pontos de Venda Coletiva (PVC) que são lojas administradas pelos próprios agricultores que vendem produtos de uma determinada região com características e tradições comuns (produtos do *terroir*). Outra modalidade alternativa são as cestas diversificadas para grupos organizados de consumidores (AMAP² e grupos de compra solidária) ou para famílias individuais que podem ser encomendadas por telefone ou internet, entregues em domicílio, empresas ou outros espaços previamente acordado entre consumidores e produtores.

Segundo Chaffotte e Chiffolleau (2007), o apoio governamental aos circuitos curtos na França permitiu uma aproximação entre consumidores e produtores, uma melhor remuneração do produtor, preços justos ao consumidor, incentivo à produção local, gerando empregos e dinamizando a economia local.

Características das propriedades em circuitos curtos

Tanto no Brasil como na França, as propriedades que vendem em circuitos curtos nos mercados locais são majoritariamente provenientes

2. Segundo a MIRAMAP (2011), existem 1600 AMAP na França atingindo um público aproximado de 270 mil pessoas.

da agricultura familiar, com áreas menores (menor que 20 hectares) quando comparadas àquelas em circuitos longos (DAROLT e CONSTANTY, 2008; MUNDLER, 2008). Um dos pilares de sustentação é a mão de obra familiar, que tem uma carga de trabalho intensa e deve aliar diferentes competências (produção, transformação, comercialização) no intuito de diminuir custos e agregar valor ao produto.

Na França, a maior parte das propriedades que vendem em circuitos curtos tende a se especializar em um determinado sistema de produção (fruticultura, olericultura, leite, ovos, queijo) (MUNDLER, 2008). No Brasil, segundo Darolt e Constanty (2008), as propriedades agroecológicas em circuitos curtos são mais diversificadas e trabalham simultaneamente com sistemas vegetais e animais integrados. Por um lado, isso é desejado pois atende aos princípios agroecológicos, mas, por outro, torna o planejamento produtivo muito mais complexo. Nos dois casos, a gama de produtos é, em geral, diversificada, mesmo se algumas propriedades se especializam em determinados sistemas (como é o caso da olericultura e fruticultura, que utilizam diferentes variedades de plantas para atender à demanda). Existe ainda uma tendência à diversificação em serviços desenvolvendo a pluriatividade da propriedade – agroturismo, gastronomia, lazer e descoberta; propriedades pedagógicas; alojamentos. (DAROLT e CONSTANTY, 2008; MUNDLER *et al.*, 2007)

Outra característica a destacar em circuitos curtos é a maior autonomia do agricultor em relação aos circuitos longos. O agricultor ecológico que vende em circuitos longos, normalmente, está ligado a empresas que controlam o que, quanto e como produzir. Segundo Darolt e Constanty (2008), os agricultores que trabalham integrados com empresas têm menor autonomia na gestão, sendo o planejamento de produção e a comercialização realizados por elas. Ademais, o sistema de produção é simplificado e especializado em um ou dois produtos.

É comum nesses casos uma repetição da lógica comercial e industrial utilizada em sistemas convencionais com produção em grande escala.

A Figura 2 resume diferentes características das propriedades que comercializam em circuitos curtos. Segundo Mundler (2008), a combinação entre agricultura ecológica e circuitos curtos tem impactos positivos em diferentes dimensões como na economia local, trazendo oportunidades de trabalho e de renda; na dimensão social com a aproximação de produtores e consumidores; e na dimensão ambiental, com a valorização da paisagem e dos recursos naturais.

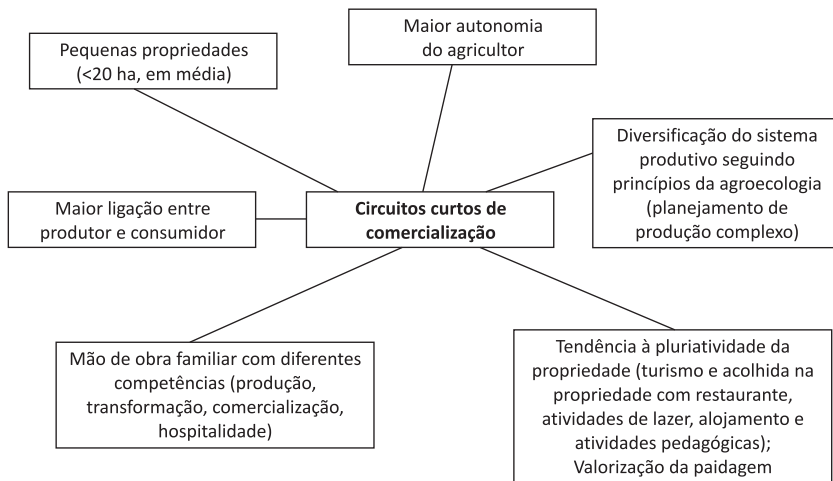


Figura 2 – Características de propriedades que trabalham com circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos.

A organização do trabalho para quem escolhe vender via circuitos curtos se torna mais ou menos complexa em função dos recursos humanos e econômicos disponíveis na propriedade. Para Dedieu *et al.* (1999), em propriedades familiares de pequeno porte é fundamental agregar valor ao produto (com a transformação), vender sempre que

possível de forma direta e potencializar os serviços na propriedade (turismo e acolhida do consumidor na propriedade, por exemplo).

A forma de comercialização mais adequada a cada tipo de produtor pode variar em função da mão de obra, da organização do sistema de produção e da infraestrutura disponível. Segundo Mundler (2008), a lógica de desenvolvimento em circuitos curtos repercute sobre a organização da propriedade. Nesse sentido, as práticas agrícolas utilizadas, os volumes de produção e tipos de produtos, e a organização do trabalho devem adaptar-se para responder às demandas dos consumidores. Assim, normalmente são os agricultores que se adaptam aos circuitos de comercialização e não o contrário. Para atender à demanda dos consumidores em diversidade, quantidade, regularidade e qualidade, novas formas de comercialização têm sido implementadas, como os circuitos em redes.

Circuitos de comercialização em rede

Uma experiência exitosa de comercialização em rede está sendo operacionalizada pelo circuito de comercialização da Rede Ecovida³ de Agroecologia nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, no sul do Brasil. Segundo Magnanti (2008), alguns princípios devem ser seguidos: (a) os produtos comercializados pelo circuito têm de ser agroecológicos com certificação participativa da Rede Ecovida; (b) qualquer organização para participar do circuito deve fazer parte da Rede Ecovida; (c) quem vende deve também comprar produtos dos demais produtores (intercâmbio e circulação de produtos).

3. O circuito de comercialização da Rede Ecovida no sul do Brasil é formado por 23 núcleos regionais, abrangendo 170 municípios, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs, 10 cooperativas de consumidores e mais de 100 feiras agroecológicas. O circuito é formado por oito estações núcleo e quinze subestações (REDE ECOVIDA, 2012).

Esse sistema tem permitido a troca e circulação de produtos entre as regiões, além de atender à diversidade, manter regularidade e qualidade biológica dos produtos, visto que se trabalha exclusivamente com produtos certificados de forma participativa.

Como desafios para esse tipo de comercialização podem ser citados (MAGNANTI, 2008): a padronização de documentos para comercialização entre os estados; a padronização de embalagens, prioritariamente ecológicas; a padronização de produtos entre os núcleos; investimentos em recursos humanos para operacionalização do processo de comercialização; melhoria e investimentos em logística; e planejamento de produção para atender a uma demanda em expansão, destacadamente para alimentação escolar.

Assim, as associações e produtores organizados em rede operam em circuitos mais curtos de comercialização, fortalecendo as feiras, os pequenos varejos, além de atender aos programas de governo, via mercado institucional.

Mercado Institucional: oportunidades para a agroecologia

A comercialização de produtos agroalimentares por meio do mercado institucional surgiu em nível nacional em 2003 com o Programa de Aquisição de Alimentos, porém as primeiras experiências dessa natureza apareceram em 2001 com a merenda ecológica no Sul do Brasil, conforme relataram Schimitt e Guimarães (2008).

O mercado institucional atende ao que podemos chamar de consumidor coletivo dentro de um circuito curto de comercialização, considerado também como venda direta pelo governo brasileiro. Assim, por meio de programas de governo, os alimentos de base ecológica são comprados diretamente dos agricultores familiares ou das associações e

cooperativas de produtores e chegam até a população via entidades de assistência social do governo e escolas públicas. São programas que se inserem nas políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional. Nos últimos anos, no Brasil, dois programas se destacaram na compra de produtos de base ecológica: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PAA é um programa voltado à aquisição de alimentos e produtos da agricultura familiar e é um dos componentes do Programa Fome Zero, destinado a atuar junto a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Os produtos de base ecológica comercializados pelo PAA recebem um prêmio de 30% em relação ao similar da agricultura convencional, valorizando a qualidade nutricional e os demais aspectos socioambientais envolvidos⁴. A aquisição de alimentos pelo PAA é efetuada com isenção de licitação, com preços de referência baseados nos mercados regionais e limite de R\$ 4.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O PNAE⁵ é operacionalizado por meio da alimentação escolar e destinado a atender a crianças do ensino fundamental e pré-escolar, de creches e de instituições filantrópicas. Segundo Maluf (2011), os agentes responsáveis pela aquisição dos alimentos são as Secretarias de Educação, escolas federais ou unidades executoras. Entretanto, o programa prevê ainda a participação de Secretarias de Agricultura de Saúde, Emater, organizações da agricultura familiar, Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), de Desenvolvimento Rural e de Segurança Alimentar e Nutricional

4. Em 2011, segundo a CONAB (2012) cerca de 106 mil famílias de agricultores de base ecológica haviam sido atendidas pelo PAA.

5. A partir de 2010, o valor repassado pela União a estados e municípios foi reajustado para R\$ 0,30 por dia para cada aluno matriculado em turmas do ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos. Mais detalhes, ver <www.fn.de.gov.br>.

(municipais e estaduais). A lista dos alimentos a serem adquiridos se origina da elaboração dos cardápios sob responsabilidade de um profissional de nutrição.

Outro avanço observado nos estados do Sul do Brasil são projetos de lei específicos para a Merenda Orgânica, os quais permitem que sejam incluídos alimentos da agricultura de base ecológica na maior parte do cardápio. Com a Lei Federal n.º 11.947 de 16/6/2009, 30% do valor total do orçamento para a alimentação escolar deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar (cerca de R\$ 930 milhões em 2011)⁶, medida que deve estimular o desenvolvimento econômico das comunidades. Este é um mercado diferenciado para viabilização da agricultura ecológica uma vez que a merenda escolar é distribuída para cerca de 45,6 milhões⁷ de estudantes em todo o país.

Com o recurso de merenda escolar descentralizado a partir de 1999, o orçamento do governo federal brasileiro é repassado diretamente aos estados e municípios. A partir de 2012, uma família de agricultores que fornece alimentos diretamente à merenda escolar, por exemplo, pode receber um montante de até R\$ 20 mil por ano, o que pode representar uma garantia de renda mensal de R\$ 1.666,00 (valor correspondente 2,67 salários mínimos⁸ mensais, em 2012).

Experiências do Reino Unido com alimentação escolar mostram que o Estado tem papel decisivo em relação aos mecanismos de aquisição de alimentos, ao incentivo de determinados modelos de produção sustentáveis e de saúde pública. Segundo Morgan e Sonnino (2008), o Estado pode utilizar o seu poder de regulação, de decisão sobre alocação

6. Informação disponível em <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>>.

7. Informação disponível em <<http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-dados-estatisticos>>.

8. Salário Mínimo = R\$ 622,00 (Ano base 2012)

de recursos e de ator-chave no abastecimento alimentar para promover mudanças no comportamento da sociedade.

Para Schmitt e Guimarães (2008), existem algumas *limitações operacionais* que precisam ser superadas na construção do mercado institucional, como: atraso na liberação dos recursos; problemas de acesso dos agricultores à documentação exigida (necessidade de desburocratização); falta de interação entre diferentes instrumentos de política pública que poderiam dar suporte às ações dos programas; falta de planejamento e problemas de gestão das organizações locais no acompanhamento das entregas e na qualificação dos beneficiários. Triches e Schneider (2010) acrescentam ainda que um dos desafios na aquisição de alimentos da agricultura familiar para programas institucionais é a legalização das agroindústrias familiares com a regulação da qualidade dos alimentos.

Como *potenciais* deve-se destacar que o mercado institucional reforça outras iniciativas de comercialização em circuitos curtos, bem como fortalece as redes de organizações sociais e o diálogo entre os atores envolvidos com a agroecologia. No caso da alimentação escolar, a aquisição de produtos *in natura* colabora com a implementação de uma alimentação saudável, criando novas perspectivas de mercado para a agricultura familiar. Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), os produtos adquiridos em maior escala para a merenda escolar são: feijão, arroz, carnes em geral, tomate, frutas diversas, açúcar, cenoura, cebola, alho e leite bovino.

Outro ponto importante para operacionalização desses programas é a capacitação das pessoas envolvidas no processo. Um exemplo é o treinamento para as merendeiras buscando receitas inovadoras e estratégias para fazer com que os alunos tenham maior aceitação dos produtos ecológicos. A mudança de hábito alimentar é um trabalho paciente. Assim, também os professores e alunos podem se envolver

na organização de hortas ecológicas nas escolas, além de visitar os produtores de base ecológica que abastecem a escola.

Tal situação traz *perspectivas* otimistas para estimular a produção de alimentos ecológicos e saudáveis, contribuir no sentido de potencializar processos de transição agroecológica e promoção da agroecologia, bem como respeitar os modos de vida das populações tradicionais, fortalecer a cultura alimentar regional e promover a valorização da sociobiodiversidade. Ademais, esse cenário estimula a aproximação entre a cidade e o campo, entre consumidores e produtores.

Reconectando produtores e consumidores

Um movimento que vem trazendo respostas à pergunta sobre como aproximar agricultores e consumidores é o da Agricultura Apoiada pela Comunidade ou pelo Consumidor, conhecido nos países de língua inglesa como *CSA – Community Supported Agriculture*.

O termo CSA é mais usado nos países de língua inglesa, como Estados Unidos, Inglaterra, Austrália, Canadá (PERRY e FRANZBLAU, 2010). Todavia, movimentos similares de consumidores que apoiam agricultores de base ecológica se reproduziram em várias partes do mundo, sendo relevante destacar os seguintes: *Association pour le Maintien de l'Agriculture Paysanne* (AMAP – Associação para Manutenção da Agricultura Camponesa) na França (LAMINE, 2008); *Agriculture Soutenue par la Communauté* (ASC – Agricultura Sustentada pela Comunidade) no Québec – Canadá (EQUITERRE, 2007); *Teikei* no Japão (AMEMIYA, 2011); *Reciproco* em Portugal (GUERREIRO e GUERREIRO, 2008); *Gruppi di Acquisto Solidale* (GAS, 1999) na Itália; *ARCO (Agricultura de Responsabilidad Compartida)* na Espanha (AMEMIYA, 2011). No Brasil, a Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica (ADAO) de Fortaleza-CE foi a pioneira no sistema CSA (YAMAMOTO, 2006), todavia outras iniciativas de consumidores ecológicos acontecem no Sul

do Brasil como a Associação de Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná (ACOPA) (DAROLT, 2007; KARAM, 2002); Cooperativa de Produtores e Consumidores de Produtos Ecológicos de Araranguá - SC (ARACOOOPER); Cooperativa de Consumidores de Produtos Ecológicos de Três Cachoeiras - RS (COOPET) e de Torres-RS (ECOTORRES) (SOUZA, 2008).

O surgimento desses movimentos em busca de mercados ecológicos e solidários demonstra uma crescente insatisfação dos consumidores e produtores com as estruturas de mercado dominantes e com os escândalos em torno da segurança alimentar (vaca-louca, dioxina, agrotóxicos, transgênicos, entre outros). De um lado, existem consumidores que desejam adquirir produtos mais saudáveis cultivados de forma ambientalmente correta, a preços justos, conhecendo a origem e quem produz. De outro lado, produtores familiares se encontram insatisfeitos com as estruturas de mercado que privilegiam grandes varejistas. Ao vender os seus produtos localmente, produtores esperam melhorar a renda e diminuir o poder dos intermediários, mantendo a sua autonomia para decidir sobre o que produzir, como produzir e para quem vender. Ao comprar diretamente, os consumidores expressam seu desejo de apoiar a economia local, bem como estreitar o relacionamento com os produtores.

O sistema de agricultura apoiada pelo consumidor é um contrato de parceria que se baseia no pré-financiamento total da produção pelos consumidores. Esse pré-financiamento permite fornecer um crédito antecipado para os agricultores no fomento à produção. No sistema convencional habitualmente o agricultor arca com todo o risco da produção. Esse sistema permite que os riscos dos agricultores sejam diminuídos e compartilhados com os consumidores, com vantagens para os dois lados.

O funcionamento depende da forma como o orçamento agrícola é apoiado pelos consumidores e como os produtores, em seguida, entregam

os alimentos. Existem casos que vão desde a participação dos consumidores nos trabalhos de campo até a colheita pelos consumidores, passando por uma grande diversidade de práticas: coleta de cestas na propriedade pelos consumidores, fornecimento de ingredientes das cestas a granel pelo produtor e, em seguida, preparação das cestas por um grupo de consumidores para os outros membros, pontos de entrega centralizados, e até entrega individual de cestas no domicílio dos consumidores.

A maior parte dos grupos se inicia com poucos produtores (1 a 3) que atendem a um grupo de consumidores. Não há um número mínimo de pessoas para começar um grupo. Segundo Lamine (2008), uma propriedade familiar com duas pessoas trabalhando em tempo integral, com uma área média de cultivo de 2,5 hectares pode atender até 80 pessoas, com uma diversidade de mais de 40 tipos de hortaliças e frutas. Assim, um grupo que comece, por exemplo, com 10 a 20 consumidores, pode ser atendido facilmente por um agricultor familiar, trabalhando parcialmente para o grupo ou associação.

O grupo de consumidores estabelece com o produtor um contrato de trabalho por um período (seis meses, em média), no qual se definem os tipos de produtos, as quantidades e os preços médios das cestas. Assim, dois contratos e duas transações monetárias são normalmente efetuados por ano: uma para o período primavera/verão e outra para o período outono/inverno. No contrato realizado os produtores comprometem-se a fornecer produtos de qualidade e a cumprir os objetivos estabelecidos entre as partes. De outro lado, os consumidores aceitam compartilhar as responsabilidades assumidas pelos agricultores quanto ao respeito e à manutenção da paisagem rural, à produção de determinadas variedades regionais e à prática da agricultura ecológica (que não é uma regra), entre outros. Essa relação de compromisso traduz-se na responsabilidade mútua pelas condicionantes e riscos de produção, assim como pelo esforço na melhoria e garantia de qualidade dos alimentos, contribuindo para a preservação do ambiente.

É importante notar que um produtor inserido nesse sistema raramente vende a totalidade de sua produção para um único grupo de consumidores. Comumente, o produtor também tem outros canais de comercialização: feiras, venda direta na propriedade e venda para pequenos mercados.

Em suas maneiras mais formais e estruturadas, nos Estados Unidos e na Europa, o sistema CSA, baseia-se nas seguintes *características* (PERRY e FRANZBLAU, 2010; AMEMIYA, 2011): na *transparência*, com um orçamento estabelecido por safra/período e para produzir uma ampla gama de produtos especificados; (b) num *sistema de preços definidos*, em que os produtores e consumidores discutem democraticamente e concordam com os preços baseados no orçamento *previamente discutido*. Os preços finais são geralmente competitivos quando comparados com os canais convencionais, em parte porque o custo de distribuição é reduzido; (c) num *risco compartilhado, ou seja*, os consumidores recebem o que os agricultores cultivaram de acordo com os produtos da época. Portanto, no inverno o consumidor não deve esperar receber hortaliças e frutos típicos do verão como o tomate e o pepino, por exemplo. Muitas vezes, a ideia da partilha do risco *cria um senso de comunidade* entre os membros, e entre os consumidores e os agricultores. Se uma chuva de granizo atinge a lavoura, por exemplo, todos ficam prejudicados e a saída da crise é compartilhada.

Perspectivas e desafios para consumidores e produtores

Fazer parte de um grupo de consumidores traz boas *perspectivas* aos seus associados. Do lado do consumidor a parceria garante uma entrega regular de produtos frescos (geralmente, colhidos no dia da distribuição). O sistema facilita o cotidiano dos consumidores, pois a

aquisição dos produtos durante um longo período reduz a quantidade de transações financeiras (pré-financiamento) e poupa os consumidores da escolha das hortaliças (visto que a seleção dos produtos é feita pelo agricultor com base num grupo de variedades da época, previamente acordado com os consumidores).

Graças ao contato direto com o produtor, o consumidor conhece os alimentos que está levando à mesa. Os produtos, além de frescos, são oriundos de processos de produção mais sustentáveis (social e ambientalmente) que alimentos convencionais. A ausência de intermediários entre os consumidores e os produtores é comum a qualquer sistema de comercialização direta e permite aos consumidores um acesso facilitado (preço menor) a produtos de qualidade. Para Bitoun *et al.* (2010), o agricultor pode fornecer produtos com preços mais reduzidos (desde que os custos variáveis e fixos da sua atividade sejam cobertos), pois não conta com custos de manutenção de um local fixo de entrega.

Experiências de grupos organizados no Brasil, citadas por Midori *et al.* (2010), confirmam que esses consumidores cidadãos acabam reduzindo muito as idas aos supermercados, passando a cozinhar mais em casa, e aumentando a diversidade e a qualidade dos alimentos na dieta diária.

É fato que o consumidor crítico pode orientar o mercado e a produção com suas escolhas e, ao se tornar consciente desses processos, assume um novo papel. Para Petrini (2009), o consumo se torna parte de um ato produtivo e o consumidor se torna assim um coprodutor.

Do lado do produtor, o pré-financiamento garante boa parte do escoamento da produção e uma renda antecipada. Além disso, o produtor também ganha tempo na venda e diminui as perdas, pois não precisa selecionar nem embalar os produtos entregues pelas cestas, etapas que são obrigatórias em outros canais de comercialização. Outro ponto positivo para o agricultor é a aproximação e a fidelização da clientela, o

que permite agregar outras funções à propriedade, como um restaurante rústico, uma pousada ou passeios e lazer.

Para os produtores que desejam entrar nesse sistema alguns *desafios* estão colocados, como: busca de informação e treinamento dos envolvidos na produção; adequação à legislação de orgânicos; redesenho do sistema de produção de acordo com os canais de comercialização. Ao atingir a transição, que ocorre normalmente num prazo de dois a quatro anos, os agricultores agregam valor à propriedade e são mais reconhecidos pelo trabalho efetuado. Para atender à diversidade, regularidade e quantidade de produtos, formas de organização coletiva como cooperativas e circuitos de comercialização em rede podem facilitar o intercâmbio de produtos.

Do lado do consumidor, um dos desafios para os grupos e cooperativas de consumo é aumentar o número de associados mantendo os princípios agroecológicos. Segundo Vivas (2010), existem vários problemas que se apresentam. Por um lado, há um considerável aumento dos grupos de compras (consumo). A demanda cresce, mas a porcentagem de pessoas que trabalham no campo e numa perspectiva agroecológica, não cresce no mesmo ritmo. Ademais, há um êxodo, envelhecimento e perda de poder aquisitivo das pessoas do meio rural, situação que deixa nossas necessidades alimentares nas mãos da indústria. Sem um mundo rural vivo, nossa segurança alimentar pode estar ameaçada. Por isso, é fundamental uma aliança estratégica para a segurança alimentar entre campo e cidade.

Os grupos que avançam nesse sentido têm oferecido uma maior variedade de produtos aos associados, dentro de princípios da economia solidária e da agroecologia, mantendo a viabilidade e estabilidade no longo prazo. De acordo com Vivas (2010), isso passa pela profissionalização dos grupos, com gestão democrática e um número equilibrado de pessoas, privilegiando a qualidade e não somente a quantidade. Para atingir um

número maior de pessoas, a alternativa mais adequada é a proliferação de pequenos grupos estabelecendo uma maior representatividade. A criação de coordenações regionais ou federações é uma solução prática para organizar a multiplicação de pequenos grupos, mantendo a autonomia, os princípios e atingindo um número maior de pessoas.

Oportunidades e dificuldades em circuitos curtos de comercialização

Os circuitos curtos requerem proximidade geográfica, participação ativa do consumidor e, quando necessário, apenas um intermediário conhecedor do processo. Chaffotte e Chiffolleau (2007) reforçam que os circuitos curtos permitem uma melhor remuneração do produtor, preços mais justos ao consumidor, aproveitamento da produção local, geração de empregos e dinamização da economia local. Além disso, comprar em circuitos curtos reduz o impacto ambiental pela redução de embalagens (plásticas), pelo menor gasto energético com transporte, além de permitir a obtenção de um preço mais justo para a mercadoria. Optar por comprar alimentos ecológicos em circuitos curtos de comercialização traz oportunidades e dificuldades para produtores e consumidores em diferentes dimensões: técnica, social, econômica e ambiental (Quadro 2).

QUADRO 2 - OPORTUNIDADES E DIFICULDADES PARA PRODUTORES E CONSUMIDORES EM CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

continua

ATORES	OPORTUNIDADES	DIFICULDADES
PRODUTOR	<ul style="list-style-type: none"> *Maior margem de lucro e recebimento do dinheiro no ato da entrega; *Reforça a ligação com o consumidor pelo contato direto; *Diversificação de produtos que permite diminuição de riscos; *No caso de cestas e grupos organizados, há garantia de venda de toda a mercadoria; *Autonomia de trabalho e maior independência financeira (por receber a maior parte do dinheiro no curto prazo e formar uma carteira de consumidores fidelizados); *Redução do risco de comercialização pela possibilidade de diversificar e combinar canais de venda; *Valorização de espécies de plantas (sementes crioulas) e animais locais; 	<ul style="list-style-type: none"> *Falta de mão de obra especializada e tempo para a produção; *Necessidade de múltiplas competências para a gestão do processo de produção, transformação e comercialização (agricultores são preparados mais para a produção do que para a venda); *Necessidade de investimento em estrutura de transformação e treinamento de pessoal para venda direta; *Maior investimento em logística (transporte refrigerado, equipamentos para vendas em feiras, informatização); *Regras restritivas da vigilância sanitária; *Complexidade no planejamento de produção, pela grande diversidade;

QUADRO 2 - OPORTUNIDADES E DIFICULDADES PARA PRODUTORES E CONSUMIDORES EM CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

conclusão

ATORES	OPORTUNIDADES	DIFICULDADES
CONSUMIDOR	<ul style="list-style-type: none"> *Proximidade com o produtor (conhecimento da origem e local de produção); *Oferta de alimentos da estação e da região (melhor sabor, frescor, e educação para o gosto); *Acesso a produtos com qualidade de origem, transparência e preços justos; *Aprendizado de novas receitas pelo contato direto com outros clientes e produtores; *Educação para o consumo (menor uso de embalagens, compra local, reciclagem de materiais); *Ajudar na manutenção da agricultura familiar e preservação ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> *Necessita de maior disponibilidade de tempo para compra; horários predeterminados e dificuldades de compra com intempéries climáticas (feiras ao ar livre); *Oferta de alguns produtos (tomate, por exemplo) pode ser limitada e concentrada em épocas, conforme a sazonalidade; *Preços um pouco mais elevados do que os convencionais para determinados produtos (batata, tomate); *Falta de diversidade, sobretudo para produtos de origem animal e derivados.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerações Finais

A crise do modelo agroalimentar abre espaço para a discussão de novas proposições de desenvolvimento local que incorporem não apenas variáveis técnico-produtivas, econômicas e ambientais, mas também valores éticos, sociais e culturais. Princípios como autonomia, solidariedade, segurança alimentar, justiça social, respeito à cultura e tradição locais podem ser incorporados nas relações entre produção e consumo. Os circuitos curtos de comercialização são iniciativas que buscam retomar o contato entre produtores e consumidores.

A articulação entre os diferentes atores ligados ao mercado local possibilita fortalecer e estruturar a agricultura de base ecológica. Há diferentes formatos e combinações de circuitos curtos que podem ser seguidos, com características, vantagens e desvantagens que precisam ser avaliadas. As iniciativas bem-sucedidas em circuitos curtos acontecem, normalmente, em locais onde se verifica a formação de uma rede com estreita interação entre o poder público, entidades não governamentais, organizações de agricultores e participação de consumidores.

O Estado tem papel decisivo no desenvolvimento dos circuitos curtos e pode ajudar na implementação e fortalecimento de redes de comercialização, bem como promover e ampliar o mercado institucional (merenda escolar, compra antecipada para programas sociais). As ações devem ser direcionadas para superar problemas de reduzido volume de produção; pouca diversidade e regularidade na oferta de produtos ecológicos; desarticulação entre oferta e demanda; problemas de infraestrutura e logística; bem como campanhas com informação qualificada sobre alimentos orgânicos aos consumidores. Para tanto, os desafios passam pela criação de estruturas de apoio à produção, distribuição e comercialização, com suporte institucional e financeiro, especialmente nos casos que envolvem grupos organizados de produtores familiares, na fase inicial do processo de transição agroecológica.

A realização de campanhas informativas permanentes sobre as qualidades intrínsecas do alimento orgânico, valores e processos envolvidos, bem como os aspectos positivos de sua produção para o meio ambiente e para a saúde dos consumidores, tende a melhorar a percepção do consumidor em relação ao valor do produto. A evolução de mercados baseados em circuitos curtos pode contribuir para mudança de hábitos de consumo dos consumidores em relação à alimentação saudável ao mesmo tempo em que cria novos mercados para a produção de base ecológica.

A compra em circuitos curtos é uma forma de fugir da padronização imposta pelo sistema agroalimentar industrial que uniformiza modos de vida e direciona o consumo. A combinação de circuitos curtos com as características da produção ecológica (pequenas áreas, mão de obra familiar, produção diversificada em menor escala, autonomia dos agricultores, ligação forte com o consumidor, preservação da biodiversidade, valorização da paisagem, qualidade alimentar e saúde) estão bem sintonizadas com o conceito de sustentabilidade.

A lógica de desenvolvimento em circuitos curtos se repercute nas propriedades. Assim, a viabilidade das propriedades depende da melhor combinação entre as práticas produtivas, a escolha dos produtos, os volumes e a organização do trabalho que devem se adaptar as demandas dos consumidores e ao canal de comercialização escolhido. São os agricultores que se adaptam aos circuitos de comercialização e não o contrário.

Formas de comercialização em rede com certificação participativa e presença de consumidores no processo devem se desenvolver, pois além do aspecto social conseguem atender a aspectos econômicos como bom preço, diversidade, regularidade, quantidade e qualidade demandadas pelos consumidores. Além disso, as redes fortalecem os circuitos curtos como as feiras, os pequenos varejos, os restaurantes e os programas de governo.

Os circuitos curtos continuam a se desenvolver com novas formas de distribuição inventadas a cada ano (lojas virtuais por internet; cestas diversificadas; feiras de produtores noturnas; vendas e degustação na propriedade; restaurantes com cardápios orgânicos, merenda escolar orgânica, entre outros), o que demanda treinamento e informação qualificada para produtores e consumidores.

O consumidor consciente busca nos mercados locais produtos com a cara do produtor, nos quais sejam ressaltadas as características

locais das comunidades, como as tradições, o modo de vida, a valorização do saber-fazer, o cuidado com a paisagem, além de produtos ecológicos, de época e com preços justos. Esse conjunto de características singulares pode ser a marca local que os consumidores procuram. Não se trata apenas de um ganho em escala (quantidade), mas, sobretudo, em qualidade. Isso cria novas relações sociais, novos valores e resgate da autonomia dos agricultores.

O ato de comprar não é apenas uma ação sem sentido, um ato privado, que envolve apenas o consumidor, seus gostos e seus desejos. Pode envolver valores sociais, econômicos, ambientais e políticos. Assim, para se criar um modelo alimentar ecologicamente correto será preciso reinventar os mercados locais apoiando os circuitos curtos, aproximar produtores e consumidores, e tornar os consumidores protagonistas e conscientes do seu futuro.

Referências

AMEMIYA, H. *Du Teikei aux AMAP: le renouveau de la vente directe de produits fermiers locaux*. Collection Économie et Société. Rennes: Presses universitaires, 2011.

AGENCIA BIO. *L'Agriculture Biologique: chiffres clés*. Agence Bio. Édition 2011.

AUBRI, C.; CHIFOLLEAU, Y. Le développement des circuits courts et l'agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. *Innovations Agronomiques*, v.5, p. 53-67, 2009.

BITOUN, P.; CARMILLET, C.; LEFEBVRE, C. *Qui sont les consommateurs-citoyens de l'AMAP Terre de Mer?* INRA-MONA, nov. 2010, 15 p. Disponível em <<http://www.ivry.inra.fr/mona/publications>>. Acessado em 07 de fevereiro de 2011.

CHAFFOTTE, L. & CHIFFOLEAU, Y. Circuits courts et vente directe: définition, typologie et évaluation. *Cahiers de l'Observatoire CROC*, n. 1 et 2, février/mars, 2007.

CHIFFOLEAU, Y. Les Circuits courts de commercialisation en agriculture: diversité et enjeux pour le développement durable. In: MARECHAL, G. (Org.). *Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires*. Educagri éditions, 2008. pp. 21-30.

CONAB. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. *Resultados das ações da Conab em 2011*. 18p. Disponível em <www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1402&t=2>. Acessado em 13 set de 2012.

DAROLT, M.R. *Alimentos Orgânicos: um guia para o consumidor consciente*. 2.ed. Londrina: IAPAR, 2007.

DAROLT, M.R.; CONSTANTY, H. Estratégias de Fortalecimento entre Produtores e Consumidores Orgânicos. In: ORGÂNICA 2008 – Fórum Internacional do Complexo Agroindustrial Orgânico e Biotecnologias. *Anais...* Curitiba-PR: Orgânica, 2008.

DEDIEU, B.; LAURENT, C.; MUNDLER, P. Organisation du travail dans les systèmes d'activités complexes: intérêt et limites de la méthode BT. *Economie rurale*, n. 253, p. 28-35, 1999.

DELHOMMEAU, T. Circuits courts et circuits de proximité. *Les cahiers de la Solidarité*, n. 20, p. 57-61, 2009.

EQUITERRE. Le Marché de L'ASC au Québec. *Rapport Final*. 118 p. Avril 2007.

GAS. *Documento Base dei GAS*. I Gruppi di Acquisto Solidale. Un modo diverso di fare la spesa, Luglio 1999. 14 p.

GUERREIRO, H.; GUERREIRO, T. Rede Nacional Recíproco. In: COLÓQUIO IBÉRICO DE ESTUDOS RURAIS, 7. *Anais...* Coimbra: CIER, 2008.

GUIVANT, J. S. Os Supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. *Ambiente e Sociedade*, v.4, n.2, p. 62-82, 2003.

IAASTD. *Reports from the International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development, 2008*. Disponível em <<http://www.agassessment.org/>>. Acessado em 09 de fevereiro de 2012.

KARAM, K.F. O consumo de alimentos saudáveis: a experiência da Associação de Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná – ACOPA. In: ENCONTRO DA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 5. *Anais...* Florianópolis: IESA/SBSP, 2002.

KLUTH, B.; BOCCHI JR., U.; CENSKOWSKY, U. *Pesquisa sobre o comportamento e a percepção do consumidor de alimentos orgânicos no Brasil – 2010*. München, Germany: Organic Services e Jundiaí-SP: Vitalfood, 2010.

LAMINE, C. *Les AMAPS: un nouveau pacte entre producteurs et consommateurs*. Paris: Edition Yves Michel, 2008.

MALUF, R. S. *Compras para a alimentação escolar e a promoção da agricultura familiar*. Artigo de opinião. Disponível em <www.conselhos.mg.gov.br/uploads/1/compras_alimentacao.pdf>. Acessado em 02 de fevereiro de 2012.

MAGNANTI, N.J. Circuito sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. *Agriculturas*, v.5, n.2, p. 26-29, 2008.

MARECHAL, G. *Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires*. Ed. Educagri, 2008.

MIDORI, C.; CARAVITA, R.; VERGUEIRO, J.; VON ZUBEN TASSI, M.E. Compras Coletivas e a Construção de Novas Relações entre Consumidores e Produtores: a Experiência do Grupo Trocas Verdes, Campinas-SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 6. *Anais...* Curitiba: ABA, SOCLA, 2009.

MIRAMAP. Mouvement Inter-Régional des AMAP. *Evolutions des AMAP em France, 2011*. France: MIRAMAP, 2012. Disponível em: <<http://miramap.org/Evolution-des-AMAP-en-France-maj.html>>. Acessado em: 26 jun. 2012.

MORGAN, K.; SONNINO, R. *The school food revolution*. London: Earthscan, 2008.

MUNDLER, P.; GUERMONPREZ, B.; PLUVINAGE, J. Les logiques de fonctionnement des petites exploitations agricoles, *Pour*, n. 194, p. 55-62, 2007.

MUNDLER, P. (Org.). *Petites exploitations diversifiées en circuits courts. Soutenabilité sociale et économique*. Lyon: ISAARA, 2008.

PERRY, J.; FRANZBLAU, S. *Local Harvest: a multifarm CSA handbook*. Northeast Region Sustainable Agriculture Research and Education Program (SARE), 2010.

PETRINI, C. *Slow Food: princípios da nova gastronomia*. São Paulo: SENAC, 2009.

REDE ECOVIDA. *Alguns números da Rede*. Disponível em <<http://www.ecovida.org.br/a-rede/>>. Acessado em 12 de setembro de 2012.

SCHIMITT, C.L.; GUIMARÃES, L.A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. *Agriculturas*, v.5, n.2, p. 7-13, 2008.

SOUZA, J.Z.C. *Comércio solidário na prática do núcleo litoral solidário da rede ecovida de agroecologia*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: UFRGS, 2008.

TRICHES, R.M.; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade*, v.19, n.4, p. 933-945, 2010.

VIVAS, E. Consumo agroecológico: una opción política. *Viento Sur*, n.108, p. 45-63, 2010.

YAMAMOTO, A. *Por que continuamos juntos?* Reciprocidade, mudança cultural e relações de poder entre o urbano e o rural. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Fortaleza: UFC, 2006.

AGROECOLOGIA, CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS E A CONSTITUIÇÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES ALTERNATIVOS: UMA LEITURA A PARTIR DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA¹

Julian Perez-Cassarino

Angela Duarte Damasceno Ferreira

Introdução

O presente capítulo busca apresentar uma reflexão sobre as estratégias de construção de mecanismos alternativos de mercados desenvolvidas pelas organizações que integram a Rede Ecovida de Agroecologia e sua contribuição para a constituição de sistemas agroalimentares alternativos ou localizados (SAAA/SIAL). O estudo apoia-se em trabalho de campo realizado junto a seis núcleos regionais da Rede Ecovida, analisando as estratégias de construção social de mercados desenvolvidas em cada local. A partir de uma leitura do papel da agroecologia como ferramenta para o redesenho dos sistemas agroalimentares, incluindo na sua própria proposta a ideia de construção de formas de mercado diferenciados e alternativos, busca-se fazer uma aproximação desta abordagem com os conceitos de soberania e

1. O presente capítulo foi elaborado com base na tese de doutoramento do primeiro autor que foi orientada pela segunda autora, e que se intitula “A construção social de mecanismos alternativos de mercado no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia”. Sua elaboração contou com o apoio do CNPQ (bolsa de doutorado) e da CAPES, por meio de concessão de bolsa de estágio no exterior (PDEE).

segurança alimentar e nutricional. Dessa articulação, pretende-se extrair os elementos que possibilitem uma reflexão sobre a reconfiguração das atividades agroalimentares, no sentido de se contraporem ao sistema agroalimentar hegemônico. É fundamental tal reflexão em curso nos estudos acadêmicos sobre a temática e no círculo de organizações de agricultores e suas assessorias: a história desse sistema está ligada à expropriação e exclusão da agricultura familiar e camponesa e ao estabelecimento de uma condição de insegurança alimentar em escala global, seja pela precariedade de acesso aos alimentos por parcelas significativas da população, seja pela produção e comercialização de alimentos de baixa qualidade nutricional.

A agroecologia e a construção social de mercados a ela associada se apresentam como uma das formas de reconstrução desses sistemas agroalimentares. Partindo de um olhar crítico e aprofundado sobre os mecanismos de mercado construídos pelos grupos vinculados à Rede Ecovida de Agroecologia, este estudo traz elementos para análise da efetividade desta proposta, contribuindo, espera-se, para sua compreensão e aperfeiçoamento.

O artigo está organizado em uma primeira seção que apresenta uma breve revisão teórica sobre as temáticas da agroecologia, sua perspectiva de construção de mercados e a relação que esta discussão possui com a perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional. Segue-se a segunda seção em que se apresenta a metodologia para a realização do estudo e são descritos os mecanismos de mercados construídos pelos grupos pesquisados. A partir da terceira seção busca-se fazer uma análise desta realidade, retomando-a sob o enfoque da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e analisando seu potencial para a reconfiguração dos sistemas agroalimentares.

Agroecologia e construção social de mercados: uma leitura a partir da soberania e segurança alimentar e nutricional

A construção teórica em torno da agroecologia, bem como o discurso das organizações que a promovem, tem ampliado sua abordagem para uma leitura a partir do sistema agroalimentar em sua totalidade, colocando em questão a necessidade de, ao lado do desenvolvimento de formas ambientalmente sustentáveis de produção, desenvolver mecanismos diferenciados de comercialização.

Resgatando o debate em torno da multidimensionalidade da agroecologia (SEVILLA-GUZMÁN, 2006; CAPORAL e COSTABEBER, 2002), plasmada em um enfoque ampliado sobre a produção agrícola, procura-se, então, no âmbito da ciência e da práxis agroecológica, construir um arcabouço teórico e uma vivência prática e cotidiana de iniciativas que configurem mecanismos alternativos de mercado. Constrói-se, nesse sentido, uma abordagem que supera a perspectiva reducionista, de orientar a produção agroecológica a um mercado orgânico de nicho, centrado na busca de um público diferenciado e da necessária diferenciação do preço dos produtos. Pelo contrário, uma abordagem crítica da proposta da agroecologia, pressupõe, conforme afirma Leff (2002, p. 44), que “objetivo da agroecologia não é, simplesmente, contribuir para uma produção mais sustentável, dentro dos mecanismos do desenvolvimento limpo, ou para ocupar nichos de mercado de produtos “verdes” dentro das políticas da globalização econômico-ecológica”.

Dentro dessa concepção incorporam-se com particular relevância o *estudo* e a *ação* no âmbito da crítica ao sistema agroalimentar global e a proposição de sistemas agroalimentares locais/alternativos, ampliando o foco da abordagem agroecológica da produção primária para os espaços de processamento e comercialização dos alimentos. Conforme destacam Sevilla-Guzmán e Soler (2009, p. 205),

[...] tanto a práxis como o objeto de estudo da Agroecologia têm se ampliado nos últimos anos para o sistema agroalimentar em seu conjunto, cobrando cada vez maior importância à análise das relações intersetoriais e especialmente a articulação entre a produção e o consumo através de redes sociais [...] e canais curtos de comercialização em mercados locais [...]. A estabilidade das formas de produção e vida camponesas e rurais depende de uma inserção estável em um sistema agroalimentar onde o equilíbrio de poder não subordine a produção agropecuária aos setores industriais e de distribuição comercial, em contraposição ao modo dominante na globalização.

Assim, o que se procura desenvolver são iniciativas que estruturem processos diferenciados de desenvolvimento rural, baseados na construção de sistemas agroalimentares alternativos em escala local, que visem e realizem articulações regionais, nacionais e internacionais, tendo como um dos pilares de sustentação a construção de circuitos de proximidade de comercialização e a valorização dos mercados locais.

A agroecologia passa, então, a integrar nas suas propostas a busca de formas alternativas de comercialização dos produtos, que objetivam, por um lado, permitir melhores condições de construção de mercados por parte dos agricultores e, por outro, possibilitar maiores condições de acesso aos alimentos ecológicos por parte dos consumidores. Pretende, dessa forma, construir processos alternativos aos padrões dominantes no sistema agroalimentar contemporâneo (MEIRELLES, 2004; PEREZ-CASSARINO, 2004; ANA, 2006; REDE ECOVIDA, 2007; SCHMITT e GUIMARÃES, 2008; SOLER e CALLE, 2010; SEVILLA-GUZMÁN e SOLER, 2010). Nesse sentido,

[...] a práxis socioeconômica da Agroecologia avança na construção de sistemas agroalimentares alternativos que se caracterizam por reequilibrar as relações de poder entre produção e consumo, aproximando aos agricultores e criadores aos espaços de consumo

estabelecendo relações cooperativas equilibradas e negociadas com os consumidores sobre bases comuns que transcendem as exclusivamente mercantis, atualizando assim valores historicamente vinculados ao campesinato na construção de sociedades mais justas e sustentáveis no contexto atual da globalização (SEVILLA-GUZMÁN e SOLER, 2010, p. 205).

No âmbito específico da organização em estudo, a Rede Ecovida de Agroecologia, o debate em torno das formas de comercialização está nas origens de seu processo de formação, bem como na construção de seus princípios e objetivos. Em grande parte, a demanda concreta em torno da necessidade de certificação dos produtos – por exigências legais ou de mercado – que consolidou a metodologia e proposta política diferenciadas que a Rede propôs, mediante a certificação participativa, origina-se na construção de formas alternativas de comercialização dos produtos, notadamente por meio das feiras ecológicas (REDE ECOVIDA, 2007). Já quando da sua constituição como rede, a Ecovida estabelecia entre seus princípios, como elemento estrutural da proposta agroecológica, “trabalhar na construção do comércio justo e solidário”, tendo como objetivo “aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores” (REDE ECOVIDA, 2000, p. 4).

Pode-se, então, falar de uma construção social dos mercados de alimentos orientada por uma concepção apoiada na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)² e da Soberania Alimentar

2. A compreensão do conceito de SAN proposta neste artigo está apoiada na definição estabelecida pela II Conferência Nacional de SAN, “A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, cultural, econômica e ambientalmente sustentáveis” (CONSEA, 2004, p. 2).

(SOBAL)³, buscando-se a garantia do acesso universal aos alimentos, disponibilidade e regularidade de oferta, sustentabilidade ambiental dos mecanismos de comercialização, redesenho das relações sociais e, inclusive, a participação social nos mercados (GRAVINA, 2004).

Nesse sentido, a abordagem parte de uma crítica aos padrões hegemônicos de estruturação e organização do sistema agroalimentar global, os quais configuram um contexto gerador de insegurança alimentar e que, conforme a crítica realizada pelos movimentos sociais reforça, confronta-se com os preceitos da Segurança e Soberania Alimentar. Ou seja, a forma como o mercado de alimentos estrutura-se na atualidade acaba por excluir atores importantes da produção e distribuição de alimentos, devido, basicamente, ao intenso processo de concentração corporativa e aos padrões hegemonicamente definidos como necessários à inserção no mercado agroalimentar (PEREZ-CASSARINO, 2012).

Assim, a implementação de propostas de mercados agroalimentares alternativos, bem como a reflexão e sistematização de ideias em seu entorno, torna-se importante tarefa para demonstrar quais os caminhos possíveis para a reorganização de um sistema agroalimentar que tem sido particularmente ineficiente no que se refere à realização do direito humano à alimentação e, conseqüentemente, à soberania e segurança alimentar e nutricional. Conforme afirma Schmitt (2011, p. 6),

[...] o que está em jogo, na verdade, é o papel dos mercados como um instrumento de orientação, ou melhor, na reorientação dos fluxos de energia e materiais que dão sustentação às atividades

3. Da mesma forma, assume-se, aqui, o conceito de Soberania Alimentar construído originalmente pela Via Campesina, que a define como sendo: "O direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental." (VIA CAMPESINA, 2009).

econômicas, reorientação esta que implica, também, formas mais equitativas de apropriação e distribuição da riqueza gerada pelo setor agroalimentar.

Nessa perspectiva, a proposta da agroecologia torna-se uma ferramenta relevante para a consecução dos objetivos da SAN e SOBAL. Ambos os conceitos sugerem um programa em que a agricultura familiar e camponesa, a sustentabilidade ambiental e a equidade nas relações de mercado – para falar dos aspectos diretamente vinculados à pesquisa aqui realizada – tornem-se pré-condições para a estruturação de sistemas agroalimentares que garantam o direito humano à alimentação adequada (SEVILLA-GUZMÁN, 2006; SEVILLA-GUZMÁN e SOLER, 2010).

Uma das vertentes mais relevantes da agroecologia afirma que a principal finalidade da estratégia agroecológica encontra-se centrada na busca pela promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional. Conforme apontado por Sevilla-Guzmán e Soler (2010), a soberania alimentar se realiza mediante a redefinição de sistemas agroalimentares com princípios agroecológicos. Ou seja, a práxis agroecológica se efetiva quando esta se encontra inserida em uma perspectiva ampla de contraposição e redefinição da atual forma de organização e funcionamento do sistema agroalimentar global. É nesse sentido que a construção social de mercados situa-se como elemento integrante da proposta agroecológica e estratégia central para o redesenho dos sistemas agroalimentares e sua busca pela sustentabilidade. Dessa forma, conforme assevera Gliessman (2009, p. 595),

Se a agricultura como um todo deve tornar-se verdadeiramente sustentável, todos os aspectos da produção, distribuição e consumo de alimentos precisam estar incluídos nesse quadro. Isto significa transformar os sistemas globais de produção, processamento e distribuição de alimentos, os quais se estendem a quase todos os aspectos da sociedade humana e do ambiente construído. Os

sistemas alimentares são muito mais abrangentes do que a atividade agrícola, o que faz da sustentabilidade algo mais do que unidades de produção agrícola (BUTTEL, 1993; FAETH, 1993). É a interação complexa entre todas as dimensões, ecológica, técnica, social e econômica, de nossos sistemas alimentares que determinará se estes podem ser sustentáveis a longo prazo.

Na abordagem deste estudo, tais características encontram-se no cerne na proposta da agroecologia que, por sua vez, fornece as ferramentas metodológicas, técnicas e organizacionais que possibilitam a execução concreta de iniciativas de articulação entre produção e consumo em bases sustentáveis e socialmente justas. Ou seja, a agroecologia torna diária a perspectiva da construção de sistema agroalimentares alternativos que gerem as condições para o enfrentamento dos padrões hegemônicos do sistema agroalimentar global. Schmitt (2011, p. 6) adverte que

[...] a transição para novos formatos de produção, processamento e consumo de alimentos, socialmente justos e ambientalmente sustentáveis, coloca em questão, portanto, as estruturas de poder que hoje governam o sistema agroalimentar, apontando para a necessidade de um novo equilíbrio entre agentes econômicos privados, Estados Nacionais, organismos multilaterais e territórios.

A abordagem dos mercados proposta pela agroecologia confere, então, elementos práticos à realização da SAN e da SOBAL, por pressupor a configuração de redes e canais de comercialização que “se constroem através de alianças que redefinem a articulação entre a produção e o consumo de alimentos, baseada em critérios de proximidade, sustentabilidade e equidade” (SOLER e CALLE, 2010, p. 280). Obviamente, esse processo não ocorre ausente de contradições e conflitos, característicos de processos de caráter alternativo e em construção. Principalmente porque esses processos têm de se dar no âmbito do meio

socioeconômico, cultural e nos próprios territórios onde o modelo a que esses processos se opõem é hegemônico. Segundo Marques (2010, p. 83),

Esta proposta de soberania alimentar enfatiza os circuitos locais de produção-consumo [...] a ideia de uma aliança entre agricultores e consumidores é considerada estratégica. Os consumidores devem tomar consciência de que sua qualidade de vida está intimamente associada aos modelos agrícolas e seus múltiplos serviços ambientais. Esta multifuncionalidade só emerge quando as paisagens estão dominadas por unidades produtivas pequenas e biodiversificadas, sendo, no fim das contas, mais produtivas que as grandes monoculturas.

Em síntese, trata-se de configurar processos que articulem as dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais que redesenhem as relações de produção, abastecimento, processamento e consumo dos alimentos. Os conceitos de SAN e SOBAL estabelecem os princípios orientadores de políticas e ações da sociedade civil nesse sentido, bem como constituem-se em ‘bandeiras de luta’ pela garantia de justiça e equidade socioeconômica e adequação cultural e ambiental das atividades agroalimentares, conforme ressaltam Sevilla-Guzmán e Soler (2010, p. 212):

[...] a soberania alimentar centra-se, então, na redefinição do sistema agroalimentar com princípios agroecológicos onde a produção de alimentos resida em sistemas produtivos locais agroecológicos nas mãos de camponeses e agricultores familiares destinados a alimentar a população local através de mercados locais onde prevaleçam relações de poder equilibradas que permitam viver aos camponeses e acessar os alimentos a preços razoáveis.

Ou seja, segundo os teóricos da agroecologia, esta fornece os elementos concretos que possibilitam o redesenho dos sistemas agroalimentares, no sentido de sua descentralização e adequação

ambiental, social, cultural e econômica. Por outro lado, a agroecologia necessita imbuir-se da perspectiva de constituição de sistemas agroalimentares como um todo, superando abordagens puramente técnicas ou centradas em uma leitura essencialmente rural para, a partir do rural, propor formas alternativas de produção, mas também de processamento, abastecimento e consumo de alimentos.

Mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia

Este capítulo foi elaborado a partir de tese intitulada “A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia” (PEREZ-CASSARINO, 2012). O trabalho foi desenvolvido em seis núcleos regionais da Rede Ecovida de Agroecologia, analisando sete organizações de agricultores e dentro destas, realizando entrevistas com gestores dos processos de comercialização, grupos focais com os(as) agricultores(as) ecologistas representantes dos grupos/associações e aplicando questionários individuais junto a todas as famílias de cada organização, conforme descrito no Quadro 1.

A partir das entrevistas e questionários foram sistematizadas as informações sobre o funcionamento dos mecanismos de mercados de cada organização, de forma a identificar os fluxos de circulação e destino dos alimentos ecológicos, bem como os mecanismos de gestão desenvolvidos por cada organização. Os fluxogramas estão organizados em quatro tipos de fluxos, o da produção, das atividades ‘meio’ de preparo e (ou) processamento da produção, de transporte e finalmente os próprios canais de comercialização. Em alguns casos, destacam-se as estruturas regionais, que centralizam todo ou parte do processo de comercialização. Os fluxogramas de seis das sete organizações analisadas podem ser observados na Figura 1.

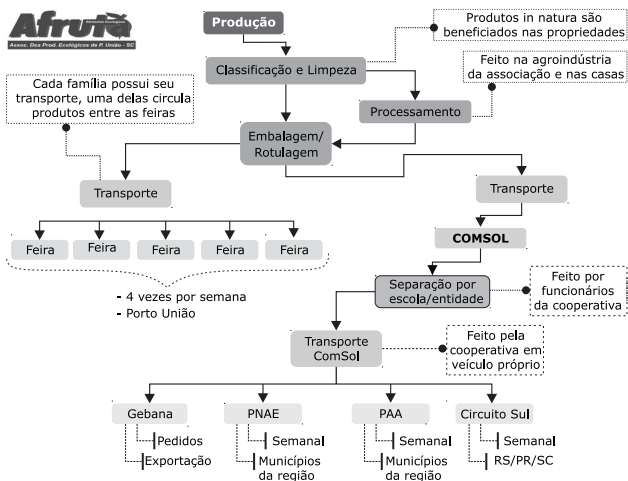
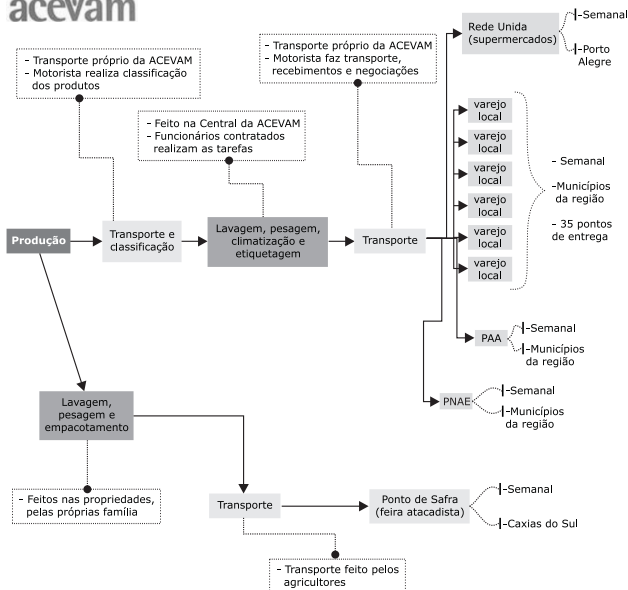
QUADRO 1 - NÚCLEOS E ORGANIZAÇÕES SELECIONADOS PARA O TRABALHO DE CAMPO E ATIVIDADES REALIZADAS

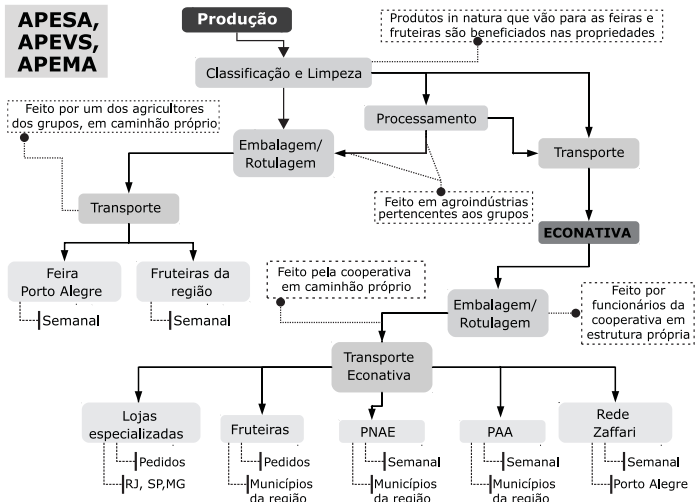
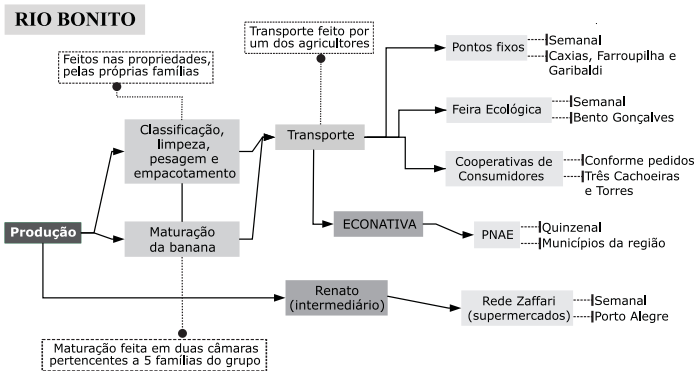
ESTADO	NÚCLEO REGIONAL	GRUPO/ ASSOCIAÇÃO	ENTREVISTAS COM GESTORES	GRUPOS FOCAIS	QUESTIONÁRIOS
RS	LITORAL SOLIDÁRIO	Associação dos Produtores Ecológicos de Morrinhos do Sul (APEMSUL)	2	1	6
		Grupo Rio Bonito		1	15
	SERRA	Associação dos Produtores Ecológicos de Vila Segredo (APEVS)	3	1	11
		Associação dos Produtores Ecológicos da Linha Pereira Lima (APEMA)			
		Associação dos Produtores Ecológicos da Capela Santo Antônio (APESA)			
ALTO URUGUAI	Associação Regional de Cooperação de Agroecologia (ECOTERRA)	1	1	14	
SC	SUL CATARINENSE	Associação dos Colonos Ecológicos do Vale do Mampituba (ACEVAM)	2	1	22
	PLANALTO NORTE	Associação dos Produtores Ecológicos de Porto União (AFRUTA)	1	1	13
PR	AGROFLORESTAL	Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis (COOPERAFLORESTA)	1	1	72
	CIRCUITO SUL		2	-	-
TOTAL	6 (1)	9	12	7	153

Fonte: Perez-Cassarino (2012).

Os fluxogramas buscam apresentar de maneira dinâmica como se dá o processo de comercialização nos grupos pesquisados. Às atividades apresentadas foram agregados quadros explicativos para esclarecer a forma como a atividade se realiza, caso necessário. Os fluxogramas, na maior parte dos grupos pesquisados, foram elaborados com informações extraídas das entrevistas realizadas junto aos grupos e com os gestores do processo de comercialização. A opção por esse formato de sistematização apoiou-se em trabalhos anteriores realizados com grupos de agricultores ecologistas, nos quais se buscou sistematizar, de forma coletiva, o processo de comercialização realizado a fim de identificar suas fragilidades e fortalezas (PEREZ-CASSARINO, 2010).

Da leitura desses procedimentos, bem como da análise das informações quantitativas (questionários) e depoimentos em entrevistas e grupos focais, realizou-se a análise da contribuição dos mecanismos de mercado em construção na Rede Ecovida para a constituição de sistemas agroalimentares alternativos. Apresenta-se a seguir uma análise desta construção social dos mercados de alimentos ecológico à luz dos conceitos da soberania e segurança alimentar e nutricional, de forma a captar dessas iniciativas abordagens que contribuam para uma leitura crítica do sistema agroalimentar hegemonicamente estabelecido, mas, fundamentalmente, que acrescentem elementos à necessária reconstrução desses sistemas agroalimentares em bases mais equânimes e sustentáveis.





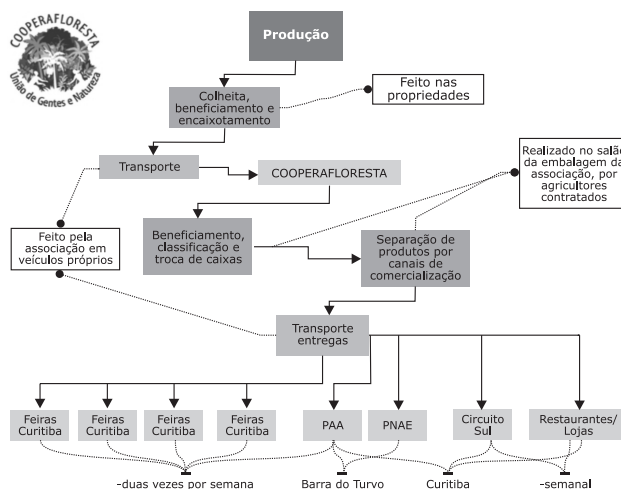
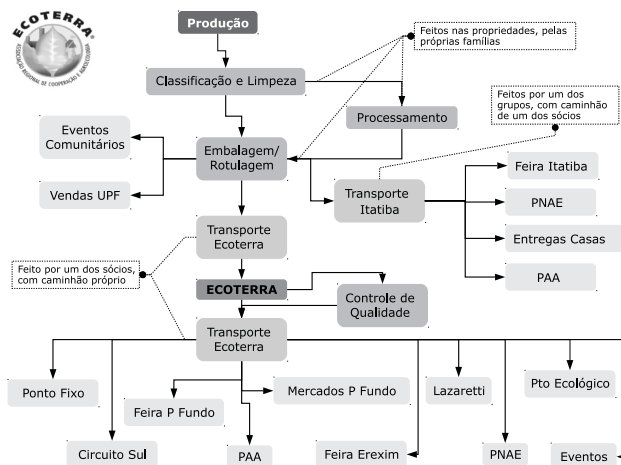


Figura 1 - Fluxogramas de comercialização das organizações pesquisadas.
Fonte: Perez-Cassarino (2012).

A Rede Ecovida de Agroecologia e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos

Nesta seção procura-se realizar uma análise ampla sobre a forma como a construção de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida articula as várias dimensões de promoção da sustentabilidade, de maneira a propor um redesenho dos sistemas agroalimentares que visem à garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional. Assim, busca-se apresentar aqui alguns elementos dessa construção que podem ser compreendidos como avanços na estruturação de sistemas agroalimentares alternativos, bem como seus limites. Conforme a abordagem proposta por Schmitt (2011), os mercados cumprem importante papel na reorientação de fluxos econômicos, materiais e de energia dentro do sistema agroalimentar, assim como nos mecanismos de apropriação e redistribuição de riquezas em seu âmbito.

(a) Os “circuitos de proximidade” como forma de reconfigurar as relações de mercado

A abordagem dos mercados realizada no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia tem possibilitado atingir os objetivos da soberania e segurança alimentar e nutricional, uma vez que parte do princípio básico da produção centrada no fortalecimento da agricultura familiar e camponesa e, dentro dessa perspectiva, na estruturação de sistemas de produção ambientalmente adequados, conforme propõem as abordagens da Via Campesina (2009) e do CONSEA (2004), como organizações e espaços políticos que propugnam esses conceitos. No entanto, conforme exposto por Gliessman (2009), o estabelecimento de sistemas de produção ambientalmente sustentáveis não pode estar restrito em sua própria

função, havendo a necessidade de reformular os mecanismos por meio dos quais estes alimentos são beneficiados, comercializado e consumidos.

Ao centrar sua estratégia de construção de mecanismos de mercados no resgate e reconstrução da autonomia da agricultura familiar e camponesa, bem como na adequação à sua racionalidade socioeconômica, as organizações da Rede Ecovida buscam extrapolar sua ação prática e proposta política para o âmbito mais amplo dos sistemas agroalimentares como um todo. Procura-se estender a influência de sua concepção de sustentabilidade e equidade social para espaços além da realidade rural, por meio da proposição e realização de mecanismos alternativos de mercado, que se propõe a fortalecer as dimensões sociais, culturais e ambientais em relação à primazia da esfera econômica e mercantil, característica do perfil do atual sistema agroalimentar hegemônico.

Assim, um dos gestores dos processos de comercialização da Rede, vinculado ao Núcleo Planalto Norte, reivindica que a agroecologia, em sua concepção, é o “único” caminho para a “salvação” da agricultura. Esse agricultor-gestor enfatiza que a produção sustentável e baseada na agricultura familiar e camponesa deve também estar pautada por outras formas de comercialização e organização do sistema agroalimentar. A fala destaca a importância de se estabelecerem resistências e alternativas ao modelo hegemônico dentro dos princípios propostos pela agroecologia e pela Rede Ecovida, de forma a não reproduzir as situações às quais se propõem combater.

Não é alternativa, é a salvação! A agroecologia é a salvação da fome no mundo. Hoje você consegue produzir ecológico bem mais que o convencional, porque o convencional você vai produzir um hectare de cenoura, claro, vai produzir uma infinidade, muito mais que o orgânico. Mas é um que produz, essa cenoura sai e até chegar no CEASA, até voltar, não sei, ele perde mais de cinquenta por cento do produto, que estraga, que perde, que fica na lavoura.

E os pequenos não, você começa a alimentar o próximo, o local, depois vai para os outros mercados, e vai indo. [...] O mercado local tem que ter como segurança, ele que dá a renda melhor, ali mais próximo, não tem tanta perda mais. No mercado fora você já depende de mais condições ali, de logística, nesse sentido. O mercado fora se fortalece com grupos próximos lá. Que nem Curitiba, tem que estar ligado com os agricultores, os grupos lá, começar trocando com eles produto, não negociar com o atravessador, negociar com o produtor! Com cooperativa lá, com grupo lá, que daí ele negocia com o mercado lá. Que daí o produto chega com qualidade, chega no padrão. Mas a agricultura ecológica claro, é uma alternativa pro pequeno agricultor, é uma alternativa, mas daí vai daquela questão, tem que ter quatro coisas para isso funcionar [*produção, organização, formação e comercialização*]. [...] Isso faz parte da proposta da agroecologia, um dos princípios é esse, tem que ser esse, porque a agroecologia por si só produzir orgânico, vai virar uma capitalista, né? Como tem vários produtores grandes. Lá em Colombo tem gente que vende pra vinte, trinta mil por mês, como agricultor orgânico, isso é um capitalista! Eu concordo que o agricultor ganhe bem também, mas dentro dessa proposta (Gestor 9. Núcleo Planalto Norte. Pesquisa de campo).

Segundo Sevilla-Guzmán e Soler (2010), para se garantir a promoção da soberania alimentar é necessário, entre outros aspectos, que a alimentação seja enfocada como direito humano, que os recursos naturais sejam protegidos e que haja controle democrático dentro do sistema agroalimentar. Da mesma forma, a abordagem da SAN pressupõe o controle social e a participação popular para sua consecução (CONSEA, 2004; MARQUES, 2010). Assim, um dos aspectos em torno da construção de mecanismos de mercados alternativos refere-se à sua condição de possibilitar espaços de diálogo e de participação e intervenção dos atores neles envolvidos em sua organização e funcionamento. Nesse sentido, algumas características desta construção no âmbito da Rede Ecovida de

Agroecologia podem ser destacadas. Inicialmente, os mecanismos de mercados, bem como a estratégia geral de construção de mercados estruturada pelas organizações de agricultores ecologistas, têm possibilitado uma intervenção cada vez maior e mais qualificada dos agricultores nas relações de mercado.

Mais do que isso, a construção de mecanismos alternativos de mercado tem possibilitado a abertura de espaços de comercialização e formas de gestão e organização social, técnica e produtiva que correspondam, reconstruam e fortaleçam a racionalidade socioeconômica característica do campesinato, como forma diferente da capitalista e ambientalmente sustentável de organização da ação econômica. Igualmente, o estabelecimento de formas participativas de controle da qualidade orgânica, portanto de geração de credibilidade, estimula a participação dos agricultores, mas também dos consumidores, como agentes do processo de organização do sistema agroalimentar. O favorecimento do surgimento de sociabilidades no âmbito das relações de mercado também contribui para este controle social sobre os processos de produção, beneficiamento e comercialização dos alimentos.

De fato, a aproximação agricultor-consumidor promovida pelos mecanismos alternativos de mercado estruturados pelas organizações da Rede Ecovida favorece a mediação e transparência nos processos, bem como a circulação e troca de informações. Estabelecem-se, assim, procedimentos socialmente negociados, por exemplo, na definição de padrões de qualidade do produto. De forma geral, há um consenso entre as famílias pesquisadas de que o nível de exigência em relação à qualidade dos produtos têm se elevado, por parte dos consumidores. Da mesma maneira, agricultores têm aperfeiçoado suas técnicas de produção e processamento de forma a atender a essa demanda, bem como às exigências sanitárias legais. Porém, o que se destaca nesse processo é a demonstração frequente por parte de agricultores e gestores da

mediação realizada entre agricultores e consumidores em relação ao padrão do produto.

Ou seja, ao mesmo tempo em que as famílias buscam adequar-se às demandas e aprimorar seus métodos de produção, elas destacam a condição de diálogo junto aos consumidores, no sentido de argumentar os “porquês” de um ou outro produto apresentar tais características ou se encontrarem em determinada condição. Da mesma forma, no que tange à disponibilidade de produtos no decorrer do ano, aos problemas de ordem climática ou de sanidade dos cultivos. Há uma ênfase destacada por parte das famílias em sua condição de intervir e negociar esses padrões junto ao seu público consumidor.

O mesmo pode ser afirmado em relação à circulação de informação sobre o perfil e a origem dos produtos. Há uma “rastreadibilidade” socialmente construída no âmbito destes mecanismos de mercado. E, mais que a técnica ou o controle físico da origem do produto, o diálogo e a transparência no processo de produção e consumo viabilizam esta rastreadibilidade. Produtos identificados com os nomes das famílias produtoras, o controle social possibilitado pela comercialização coletiva, bem como a abertura das unidades de produção a visitas de consumidores, estabelecem formas de controle social sobre a origem dos produtos.

Da mesma forma, no que tange ao controle e à participação social no âmbito desse sistema agroalimentar, verifica-se um elevado grau de transparência na geração e circulação de informações. Ao se estruturarem basicamente a partir de formas de organização social, os mecanismos de mercados construídos pelos grupos e associações definem espaços de comercialização, volumes de produção, formas de gestão e formação de preços – apesar das dificuldades e contradições particulares a este caso – de maneira coletiva e socialmente acordada entre os integrantes das organizações. É evidente que esses processos são mediados por relações e disputas de poder, bem como são frequentemente pressionados

pela necessidade de maior eficiência e agilidade na tomada de decisões. No entanto, sua estrutura e forma de organização objetivam a busca permanente da transparência e circulação de informações entre seus membros.

Destaque-se, ainda, que os processos de comercialização conduzidos pelas organizações da Rede Ecovida têm possibilitado o (re)surgimento de dinâmicas de solidariedade e reciprocidade no âmbito das famílias que as integram. Pode-se afirmar o mesmo da relação junto aos consumidores. A expressão das famílias no que se refere à sua relação com os consumidores manifesta um processo de aproximação, troca e intercâmbio social e material entre agricultores e consumidores que reconfiguram as relações de mercado, apontando indicativos de como, nesse âmbito, pode-se pensar a reconstrução dos sistemas agroalimentares.

Em termos ambientais, a condição da produção ecológica está orientada pela adaptação dos sistemas de produção à dinâmica de funcionamento dos ecossistemas locais, respeitando os processos ecológicos e buscando integrar culturas e estas com as criações, bem como reduzir a dependência de insumos externos às unidades de produção. É grande a diversidade de situações nesse âmbito, havendo desenhos produtivos, tais como os sistemas agroflorestais sucessionais desenvolvidos pelos agricultores da Cooperafloresta, altamente diversificados e orientados pela reprodução da dinâmica sucessional dos ecossistemas locais. Por outro lado, a pesquisa de campo também permitiu observar sistemas de produção simplificados e ainda dependentes de insumos orgânicos importados de fora das unidades.

No entanto, são marcantes as diferenças em termos de diversificação da produção e da própria eliminação de insumos químicos em relação aos sistemas de produção anteriormente desenvolvidos, bem como em relação às famílias vizinhas dos agricultores ecologistas, que

praticam agricultura convencional. São frequentes os relatos de redução de produtividade por cultura, quando comparados os sistemas ecológicos com os convencionais. Porém, também são destacados os aumentos de produtividade por unidade de área, ao englobar toda a diversidade de culturas trabalhadas pelas famílias. Não sem motivo, na grande maioria dos casos o trabalho com a agroecologia levou à elevação dos níveis de renda e à redução da área produtiva, ou seja, há ganhos maiores por unidade de área. A explicação para tal fato pode ser dada pelo aumento no valor agregado aos produtos, ao criar seus próprios processos de comercialização. Não obstante, tanto quanto ou mais relevante que este aspecto, pesa neste aumento de ganho por unidade de área o aumento de produtividade possibilitado pela diversificação de culturas, bem como pelo maior e melhor aproveitamento das áreas no decorrer do ano, proporcionado também pelo aumento da diversidade de cultivos manejados.

Ainda no âmbito das questões ambientais, deve-se destacar a centralidade dos mecanismos de mercado construídos para atender aos mercados locais e aos agrupamentos urbanos mais próximos das organizações em questão. Essa realidade é variável, havendo organizações que realizam feiras em seus próprios municípios, outras em que as oportunidades surgidas levam a percorrer maiores distâncias até centros urbanos maiores, como é o caso de Porto Alegre e Curitiba. No entanto, mesmo no caso das organizações que se voltam a estes centros, há uma perspectiva de que outros mecanismos atendam aos mercados mais próximos, tais como os pontos fixos, entregas domiciliares, cooperativas de consumidores, articulação com o pequeno varejo e até mesmo o mercado institucional. Dessa forma, reduzem-se deslocamentos e os gastos energéticos para viabilizar a logística da comercialização.

Pesa desfavoravelmente nessa balança o aspecto da dispersão da produção ecológica, pois em muitos casos poucas famílias de uma mesma comunidade aderem à proposta e os veículos necessitam

realizar deslocamentos maiores entre famílias, de forma a possibilitar a participação de todas nos processos de comercialização. Destaque deve ser feito à situação do Circuito Sul⁴, onde há a circulação de produtos entre regiões e Estados, gerando maiores deslocamentos dos produtos. Uma análise mais aprofundada desse caso específico mereceria ser feita, o que não foi possível na pesquisa realizada para este trabalho. No entanto, considera-se que alguns aspectos podem ser levantados em relação a essa situação, a partir das entrevistas realizadas e das observações em viagens feitas em algumas rotas, bem como na participação em reuniões do Circuito.

Apesar das distâncias percorridas dentro das rotas do Circuito Sul, seu foco está centrado no fortalecimento dos mecanismos de mercado estabelecidos localmente, de forma a possibilitar maior diversidade e regularidade de oferta de produtos. Por outro lado, essa circulação de produtos tem evitado a busca por escoar parte da produção acessando canais de mercado convencionais, os quais demandariam os mesmos ou maiores deslocamentos da produção. Cabe ainda a reflexão sobre o que se compreende por comercialização local ou regional, ao levar em consideração que as rotas mais distantes percorrem cerca de 600km, pode-se considerar que essa circulação, apesar de distante, é muito menor do que o padrão observado nos espaços hegemonicamente estabelecidos, não apenas pelo deslocamento direto do produto final até o ponto de venda, mas pelos deslocamentos realizados pelos produtos e insumos durante sua produção e (ou) beneficiamento. Deve-se levar em

4. Circuito de circulação e comercialização de produtos ecológicos entre núcleos da Rede Ecovida. Baseia-se na troca de produtos entre organizações de diferentes regiões de forma a ampliar a oferta de produtos em cada região e abastecer as próprias famílias agricultoras. Possui uma série de rotas que comunicam os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Algumas mantêm-se o ano inteiro, funcionando semanalmente, por exemplo, a rota Erechim-Curitiba, outras funcionam em determinadas épocas de acordo com a sazonalidade da produção em cada região.

conta, no caso dos produtos que circulam no Circuito Sul, que grande parte dos deslocamentos de insumos necessários, por exemplo, à produção convencional, bem como de insumos para produção de alimentos industrializados, não compõe o volume total de deslocamentos realizados. No entanto, a presença do Circuito, por outro lado, exemplifica a dificuldade estrutural em termos de abastecimento devido à dispersão da produção ecológica.

Considera-se, porém, que o debate em torno do fortalecimento dos mercados locais e dos circuitos ou canais curtos de comercialização necessita ser ampliado, em termos das várias dimensões necessárias ao cumprimento dos objetivos da soberania e segurança alimentar e nutricional. Inicialmente, cabe apresentar a observação feita por Soler (2009) de que o fortalecimento dos mercados locais não necessariamente significa o fortalecimento de processos sustentáveis de produção e consumo ou a garantia da soberania e segurança alimentar, uma vez que esses mercados locais podem ser, e já estão sendo, ocupados, por exemplo, pelas grandes redes supermercadistas. É comum na Europa e cada vez mais no Brasil a abertura de lojas de pequeno porte, localizadas em bairros e centradas no atendimento às demandas locais, porém, mantendo a estrutura que caracteriza o sistema agroalimentar hegemônico.

Portanto, mais do que se falar em proximidade do consumidor, é necessário se falar na proximidade entre agricultores/produtores e consumidores. Surge a perspectiva dos canais ou circuitos curtos de comercialização, pautada não somente pela perspectiva da comercialização local, mas que se preocupa também com as distâncias percorridas pelos produtos até chegarem aos consumidores. Propõe-se a partir da ideia de canais curtos, a máxima redução de deslocamentos entre produção e consumo, a fim de reduzir gastos energéticos e fortalecer a sustentabilidade dos processos, simbolizadas pelo “comer localmente”. Compartilha-se aqui, no entanto, uma ideia mais ampla de circuitos curtos, em que para

além da proximidade geográfica, pesam no “encurtamento” das relações entre produção e consumo aspectos vinculados à democratização do acesso aos alimentos e da aproximação social e cultural entre os agentes envolvidos (MEIRELLES, 2004; SOLER e CALLE, 2010).

É nesse sentido que se considera – a partir da perspectiva de construção de mecanismos alternativos de mercado desenvolvida no âmbito da Rede Ecovida – falar em “Circuitos de Proximidade”. Em outros termos, a ideia da proximidade necessária ao redesenho dos sistemas agroalimentares não se restringe à dimensão espacial ou geográfica. Trata-se de construir espaços e relações de mercado que priorizem a proximidade espacial, mas que articulados a essa proximidade possibilitem a informação interpessoal, gerem e fortaleçam sociabilidades, bem como as relações de solidariedade e reciprocidade entre os atores envolvidos. Os Circuitos de Proximidade estão orientados pela busca fundamental da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, para o qual considera-se que, atrelada a uma busca permanente pela aproximação geográfica entre produção e consumo, encontra-se a busca pela proximidade social entre seus integrantes e a adequação cultural e ambiental à sua realidade e história de vida. A construção de Circuitos de Proximidade visa à geração de processos autônomos e socialmente enraizados de produção, beneficiamento e circulação de alimentos, que se orientem pela construção coletiva de processos de emancipação social no âmbito dos sistemas agroalimentares, baseados na solidariedade, transparência, horizontalidade e confiança.

A articulação entre as diferentes dimensões presentes na concepção dos Circuitos de Proximidade pode se dar com maior ou menor intensidade de acordo com a realidade social, cultural, econômica e ambiental de cada região. Ou seja, é possível pensar em Circuitos de Proximidade nos quais a distância espacial não corresponda à dimensão do “local”, mas que se encontram estruturados a partir de um forte

enraizamento social e cultural em torno dos atores envolvidos nos processos de produção, beneficiamento e consumo de alimentos. É nessa perspectiva que se compreende o papel cumprido pelo Circuito Sul de comercialização de alimentos ecológicos. Mesmo percorrendo distâncias regionais e estaduais, as relações que se dão no âmbito desse circuito orientam-se e fortalecem a perspectiva construída a partir dos mecanismos alternativos de mercados na Rede Ecovida, justamente por estar estruturado com base no estabelecimento de relações em rede, entre atores que partilham dos mesmos princípios e que se propõem, nos termos de Ostrom (*apud* SABOURIN, 2009), a seguir as mesmas regras, coletivamente acordadas.

(b) A constituição de sistemas agroalimentares alternativos e a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional

Outro aspecto a ser considerado quando da preocupação com a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional refere-se ao abastecimento. Nesse sentido são grandes as dificuldades enfrentadas pelas iniciativas em andamento. Uma comparação entre as formas convencionais de acesso a mercados, na perspectiva do nicho do mercado de orgânicos, com os mecanismos alternativos em questão, aponta para uma condição favorável desses últimos em relação à ampliação do acesso e, portanto, garantindo maiores e melhores condições de abastecimento. No entanto, ao se tratar da comercialização de alimentos como um todo, dentro do sistema agroalimentar hegemônico, a participação dessas iniciativas ainda é muito reduzida, significando, em muitos casos, esforço e motivação particulares das pessoas interessadas para acessar o produto ecológico.

Essa realidade varia muito entre as realidades pesquisadas. Muito provavelmente a iniciativa da AFRUTA, de feiras pulverizadas em vários

bairros da cidade durante praticamente toda a semana e, neste caso, localizadas em um município de pequeno porte, tem facilitando o acesso, exigindo menos esforço por parte dos consumidores, para se adquirir os alimentos ecológicos. No entanto, em realidades de municípios de maior porte, com ofertas de feiras pontuais, torna-se desigual a relação entre a facilidade na aquisição de produtos convencionais, distribuídos por grandes superfícies comerciais, como as redes supermercadistas, e a 'busca' pelo produto ecológico em espaços ainda bastante confinados. Para a representante da cooperativa de consumidores e também técnica de uma das organizações de assessoria,

A opção pelo produto ecológico, a compra do produto ecológico, o acesso, é muito difícil, né!? Então você chega lá no supermercado, tá tudo ali, o tempo todo. Tem dia que tem promoção de batata a trinta e nove centavos, eu pago três o quilo da batata na Coopet, três e pouco. [...] Então esse grande shopping center onde a gente vive hoje, onde tudo é fácil. E a vida que as pessoas tem construído pra si, é uma vida muito corrida, grana apertada... Então sair desse mundo é muito difícil, é muito dolorido você consumir produto ecológico, produto orgânico. E eu to falando de um lugar onde tem uma feira sábado de manhã e uma cooperativa durante a semana toda [...] e aí é que eu acho que mora um dos limites. Você pode até convencer alguém, ali no início, pessoa vai duas, três vezes, na terceira ela não encontra batata e 'eu gosto de comer batata todo dia'. [...] Então, incorporar a coisa do consumo do produto ecológico, ela também prevê outras opções na vida, de você não consumir tudo o que você quer... (Representante de cooperativa de consumidores. Núcleo Litoral Solidário).

A perspectiva apresentada por essa fala retrata a dificuldade neste acesso, que compreende questões de maior oferta, de concorrência de preços e, principalmente, de mudança de perfil de vida por parte dos consumidores. A superação de muitos desses limites claramente foge do

alcance e das possibilidades das famílias em estudo, bem como da Rede Ecovida em sua totalidade. Trata-se de questões estruturais que têm a ver com o próprio modelo de desenvolvimento, para além, inclusive, da organização do sistema agroalimentar. Os relatos tomados a campo dão conta de observar mudanças nesse comportamento no âmbito dos mecanismos alternativos identificados, podendo, portanto, ser vistos como espaços onde esta realidade é enfrentada e transformada. Mas esta leitura deve ser compreendida na perspectiva apresentada no início deste trabalho, de um olhar sobre as possibilidades que essas alternativas apresentam para o enfrentamento da realidade atual, ou seja, na perspectiva de uma “sociologia das emergências”, tal qual defendido por Santos (2007).

Ainda no que se refere à questão do abastecimento e aos limites enfrentados pelas iniciativas em questão, destaca-se a leitura elaborada por Wilkinson (2008) em relação aos mercados das pequenas agroindústrias familiares. Para o autor, em uma leitura a partir de Granovetter (2007), os mercados dessas agroindústrias, centrados no âmbito local e a partir de redes de relações pessoais e familiares, evidenciam a perspectiva do enraizamento social apontada por aquele autor, favorecendo inclusive a desobrigação em relação ao atendimento de normas sanitárias e fiscais. No entanto, esse enraizamento também se configura como o próprio limite desses mercados, por se esgotarem no âmbito destas relações mais próximas, ou seja, “o mercado coincide com a rede social que exhibe fortes características de redundância no sentido de Granovetter. Os atores estão imersos em circuitos sociais que simplesmente replicam conhecimentos já existentes” (WILKINSON, 2008, p. 94).

A solução possível para essa situação poderia ser, conforme analisa Wilkinson, a promoção de formas de adaptação dos produtos e a capacitação dos agricultores para se adequarem aos padrões e às exigências dos mercados hegemonicamente estabelecidos. Porém,

essa suposição, contraria a própria perspectiva do fortalecimento do enraizamento proposta pela nova sociologia econômica, que tem em Granovetter uma de suas principais referências. A questão que se coloca, então, passa pela busca de meios para estender a rede social de forma a possibilitar a construção de novos mercados (WILKINSON, 2008), ou seja, restabelecer a ideia da “força dos laços fracos”, apontada por Granovetter (2007), de forma a ampliar as relações pessoais estabelecidas, mesmo que em níveis de intensidade e proximidade menores (RAUD-MATTEDI, 2005).

Considera-se que a realidade observada a campo mescla elementos dessas duas condições. Por um lado, algumas organizações encontram-se restritas aos circuitos de proximidade construídos, estabelecendo reduzidos vínculos sociais e econômicos para além das estratégias já determinadas. Em alguns casos observa-se certa “acomodação” em torno das estratégias instituídas, reproduzindo a ideia de “redundância” das relações estabelecidas na construção de mercados, notadamente naqueles grupos e associações mais antigos e com mercados mais assentados. De alguma forma, a criação de cooperativas regionais, tais como a ECONATIVA (Litoral Solidário e Serra) e a COMSOL (Planalto Norte), tem buscado ampliar o leque de relações estabelecidas, principalmente pelo acesso ao mercado institucional, e, a partir disso, novas possibilidades de relações vão se abrindo nos municípios onde se participa.

Essa é uma questão a ser problematizada no âmbito dos mecanismos em construção. Por um lado, muitas organizações encontram-se estagnadas nos espaços de mercados já construídos e, dessa forma, apesar de garantir uma condição suficiente para as famílias envolvidas, restringem-se as possibilidades de inclusão de novas famílias e organizações e, conseqüentemente, de expansão da proposta. Por outro, na composição da estratégia geral de construção de mercados, muitos dos canais convencionais acessados são espaços em disputa, onde, no

momento, a relação é favorável aos grupos da Rede Ecovida, mas tudo indica que a pressão e a concorrência nesses espaços devam se acirrar, conforme destaca um dos gestores do Núcleo Serra.

Porque o Zaffari precisa colocar, até por uma questão de marketing, que tem produto orgânico dentro do mercado, produto ecológico dentro do mercado. [...] O que acontece a partir do momento que uma Ravip [*empresa produtora de maçã da região*] começa a produzir maçã orgânica? E tem lá 100 ha de maçã orgânica. Ela vai ocupar esse espaço do mercado, que hoje 25 produtores de Ipê estão atacando lá no Zaffari. A partir do momento que tem os dois, quem que vai manter esse mercado? A Ravip e não mais o pequeno, e é por isso que eu critico. Hoje tá bom, mas até quando vai tá bom? Porque hoje não tem a Ravip, que tá entrando com maçã, só tem os pequenos, a partir do momento que esse mercado for interessante... Ele é interessante, mas tecnicamente ele vai ser ocupado pela grande produção, de novo o pequeno vai ter que se sustentar no mercado local, e aí o mercado local é de quem chegar primeiro. Eu acho que quem ocupar o espaço do mercado local primeiro se mantém (Gestor. Núcleo Serra).

Nesse sentido, considera-se haver uma questão a ser tratada como Rede Ecovida, ou seja, como processo de organização em rede, e não de forma isolada ou regional: como será possível ampliar o número de famílias que participam deste processo? Da mesma forma, se é possível e como escoar maiores volumes de produção das famílias atuais e de novas famílias, no âmbito dos mecanismos alternativos de mercados em construção. Os depoimentos reunidos nesta pesquisa são desconstruídos nesse sentido.

Por um lado, acredita-se que não é possível no âmbito desses mecanismos absorver grandes volumes, precisando estabelecer meios de manter uma relação mais autônoma com os mercados convencionais,

conforme muitas situações hoje vivenciadas. Em outro sentido, notadamente entre os gestores, acredita-se ser possível fortalecer as redes locais e multiplicar os mecanismos alternativos de mercados, tais como as feiras, pontos fixos e a aliança com o pequeno varejo. Porém, o que é consenso na visão das organizações e gestores é que se faz necessário aprofundar esse debate internamente à Rede Ecovida e, principalmente, investir na criação de estratégias inovadoras e na qualificação dos processos de gestão e logística. Essa abordagem encontra-se bem explicitada na fala de um dos gestores do Circuito Sul de comercialização:

Nós estamos sendo incapazes de desenhar um sistema que consiga fazer esses produtos chegar na mão do consumidor, é só isso! Ela só existe [*a dificuldade em colocar grandes volumes*], porque nós somos incapazes de criar um sistema, dentro desses nossos princípios, dentro da ética, dentro da nossa visão de comercialização, um sistema eficiente, só por causa disso, senão, tem como fazer. Nosso problema é que nós temos que ousar, nós temos que botar mais dinheiro nesse troço, nós temos que criar estrutura. (Gestor. Circuito Sul).

O próprio Circuito Sul surge como resposta a essa situação. Muito provavelmente a estratégia mais inovadora em andamento na Rede Ecovida, o Circuito Sul tem por finalidade ampliar as possibilidades de escoamento da produção em uma ponta e aumento da oferta e, portanto, do acesso, na outra. Tudo isso visando fortalecer os mecanismos alternativos de mercados construídos, ou seja, seu funcionamento se dá, primeiro, a partir da troca de produtos entre as regiões e, em segundo lugar, visando ampliar e qualificar o abastecimento nas estratégias estabelecidas em cada região. Não se observa na circulação de produtos no âmbito do Circuito a preocupação com o atendimento a mercados convencionais, como grandes redes supermercadistas ou indústrias.

Uma de suas dificuldades, no entanto, está no fato de que a proposta, apesar de agregar diversos Núcleos, ainda está sendo conduzida a partir do interesse e da motivação pessoal de seus membros, não sendo institucionalmente assumido pela Rede Ecovida em sua totalidade, de forma a ampliar sua atuação e tê-lo como referência para problematizar o debate em torno da comercialização na rede como um todo. O Circuito tem possibilitado uma ampliação das redes sociais nas quais os mercados da Rede Ecovida se encontram enraizados, aproximando-se da perspectiva da “força dos laços fracos” proposta por Granovetter (2007), apesar de suas limitações em termos de estrutura, logística e do próprio debate político-estratégico no âmbito da Rede Ecovida.

Papel central e estratégico tem cumprido no sentido do estabelecimento e ampliação dos “laços fracos”, a abertura do mercado institucional. Inicialmente com o PAA, e nos últimos dois anos por meio do PNAE, o mercado institucional tem-se configurado como mecanismo fundamental no redesenho das estratégias de mercado das organizações. As formas de construção e acesso a estes mercados variam enormemente, bem como o grau de dependência das organizações em relação a este mecanismo. Nesse sentido, as formas de organização e gestão desenvolvidas pelos grupos para participação no mercado institucional estão sendo e serão fundamentais para que estes assumam um caráter de fortalecimento ou não de uma estratégia geral alternativa de construção social de mercados.

As observações realizadas a campo, bem como os relatos feitos nas entrevistas e conversas com os atores vinculados à Rede Ecovida, dão conta de que, ao incorporar o mercado institucional como um mecanismo a mais que compõe a estratégia geral de construção de mercados, faz-se possível manter e fortalecer os mecanismos alternativos em construção. Um aumento na dependência deste mecanismo, assim como a organização dos processos de comercialização em função deste mercado, poderia,

conforme avaliação de alguns gestores, desestruturar outros mecanismos, entre outras questões, pelo desabastecimento em função do atendimento ao mercado institucional, pela redução da diversidade produtiva e pelo esforço burocrático e de gestão que este demanda, em detrimento da gestão dos demais mecanismos. Essa situação, no entanto, pode variar de acordo com as diferentes realidades. O perfil produtivo de determinada região, bem como a distância dos espaços de comercialização, a formação cultural e educacional das famílias, a disponibilidade de mão de obra, são fatores que pesam fortemente no momento de priorizar, ou não, um ou outro mecanismo de mercado, com vistas a fortalecer uma estratégia geral mais autônoma de construção social dos mercados. A ausência de uma discussão mais aprofundada nesse sentido dentro da Rede Ecovida fica evidente na reflexão realizada abaixo por um dos gestores de comercialização:

Eu acho que tem muitos poréns aí para a gente observar. Pensando no início, eu acho que a Rede deveria focar a construção desses mercados alternativos. Eu te digo assim, a questão da alimentação escolar, hoje, a Econativa entre litoral e serra fornece ali mais de 200 escolas, por que? Não é à toa que isso aconteceu, não é porque todo mundo gosta do V. [*gestor da cooperativa*]... É porque os núcleos estão trabalhando juntos em fazer, conversam com a prefeitura, e vai lá marca reunião, leva a cooperativa lá... Então nesse sentido sim, só que eu acho que ela deveria apontar melhor como fazer isso, né? Como fazer essa questão dos mercados alternativos. E aí entra a alimentação escolar, entra a questão das feiras, entra a questão dos mercados locais que não se falava absolutamente nada, ou pra mim agora é surpresa... Eu já via o pessoal de Praia Grande [*Acevam*], mas não sabia em que nível estava. Isso não é feito na Rede só ali. Acho que é um ponto importante a ser trabalhado. As lojas têm forte aqui em Caxias, mas acho que tem muitos municípios que poderiam... Aqui no

núcleo acho que é muito forte a questão da loja, tá? Eu acho que isso deveria ser estimulado mais, a gente ouviu críticas até no fato do A. [*dono de loja de produtos ecológicos*] fazer parte da coordenação geral da Rede Ecovida: “como é que pode um atravessador, um comerciante?”. Então sabe, essas coisas tem que quebrar um pouco. A questão da feira, tá, eu acho que o processo da feira deveria ser pensado melhor. A questão de um sistema, sei lá, de tele-entrega, de cesta, bah! As cooperativas de consumo estão indo pro buraco... Nesses pontos que a Rede Ecovida peca muito nisso. (Gestor. Núcleo Serra).

Por fim, uma das abordagens que interessa à consecução dos objetivos da soberania e segurança alimentar e nutricional está ligada à valorização e ao resgate dos saberes e da cultura alimentar local e regional. Os mecanismos alternativos de mercados em construção têm se consolidado como importante espaço para a emergência dessas questões. O diálogo e a informação interpessoal possibilitados nesses espaços levam a um resgate de produtos característicos da cultura alimentar local. Da mesma forma, o estímulo à diversificação da produção motiva a valorização desses alimentos, bem como sua difusão no âmbito desses mecanismos de mercado. Particular potencial é observado no caso do mercado institucional, em especial a alimentação escolar, em que as entregas de produtos ecológicos têm, em muitos casos, motivado ações de educação alimentar e nutricional e de educação ambiental, a partir da inserção dos alimentos ecológicos na merenda dos estudantes.

De forma mais ampla, a adequação dos mecanismos de mercados à dinâmica social, cultural, ambiental e econômica da agricultura familiar e camponesa, tem aberto espaços para a reconstrução de sua racionalidade e, portanto, para uma retomada e revalorização de sua história e cultura. A Tabela 1 apresenta uma sistematização dos aspectos promotores, ausentes e as fragilidades no âmbito da construção social de mercados desenvolvidos pelas organizações da Rede Ecovida, no que se refere aos

objetivos da soberania e segurança alimentar e nutricional em suas diferentes dimensões.

Podem-se denotar vários aspectos do atendimento aos objetivos da soberania e segurança alimentar e nutricional, necessários ao redesenho e à reconstrução dos sistemas agroalimentares. Assim, a práxis agroecológica desenvolvida pelas organizações que compõem a Rede Ecovida pode ser considerada como estruturadora da perspectiva apontada por Sevilla-Guzmán e Soler (2010), da construção de sistemas agroalimentares alternativos, de forma a reequilibrar as relações de poder entre produção e consumo e fazendo uma aproximação entre agricultores e consumidores.

Pode-se ainda falar na constituição de Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL) proposta por Walter e Wilkinson (2011), pelos quais se busca compreender e articular a ação dos atores tendo como foco o território. Entende-se aqui a abordagem de território apresentada a partir de Souza (1995)⁵, sendo este compreendido não somente como o espaço físico, mas também como espaço social e delimitado politicamente como território de um grupo, constituindo suporte material de existência e de construção de uma identidade cultural e simbólica comum. Ou seja, a dimensão do território significa construir uma nova territorialidade sobre o espaço em questão, onde relações sociais, econômicas e culturais são redesenhadas a partir das emergências de novos e diferentes atores sociais.

5. Como síntese dessa perspectiva, toma-se como referência a definição proposta pelo autor nos seguintes termos: "Em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas as trocas com o exterior. O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico - e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia" (SOUZA, 1995, p. 108)

TABELA 1 – A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS NA REDE ECOVIDA EM FACE DOS OBJETIVOS DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

continua

SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL			
Dimensão	Aspectos promotores	Aspectos ausentes ou a serem problematizados	Fragilidades
Sociopolítica	<ul style="list-style-type: none"> - Produção alimentar baseada na agricultura familiar e camponesa - Comercialização coletiva, a partir de processos de organização social e política - Informação interpessoal/transparência - Construção social de padrões de qualidade - Construção de processos sociais orientados pela busca da autonomia - Participação e controle social - Reconstrução de relações de reciprocidade e solidariedade - Ampliação do acesso no âmbito dos mecanismos alternativos de mercados - Geração de credibilidade (certificação participativa) 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção política em relação às perspectivas futuras dos mecanismos alternativos de mercados - Construção política e estratégica em torno da participação no mercado institucional - Mudança de hábitos e perfil dos consumidores - Articulação social e política de consumidores 	<ul style="list-style-type: none"> - Relação com o poder público - Dificuldade do público amplo em acessar os produtos - Capacidade de expansão da proposta - Esvaziamento do campo (evasão da juventude)
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Manejo ecológico dos sistemas de produção - Diversificação dos sistemas de produção - Promoção da saúde entre agricultores e consumidores - Prioridade aos mercados locais (redução de deslocamentos) 	<ul style="list-style-type: none"> - Conversão total das unidades de produção - Especialização da produção em função das demandas de mercado 	<ul style="list-style-type: none"> - Dispersão das unidades familiares de produção

ABELA 1 – A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS NA REDE ECOVIDA EM FACE DOS OBJETIVOS DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

conclusão

SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL			
Dimensão	Aspectos promotores	Aspectos ausentes ou a serem problematizados	Fragilidades
Econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Formas de gestão adequadas à realidade da agricultura familiar e camponesa - Geração de renda e melhoria da qualidade de vida (agricultores) - Diversificação dos canais de comercialização - Ampliação da capacidade de negociação em mercados convencionais - Eliminação do intermediário externo 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação e ampliação das redes de relações interpessoais (laços fracos) - Escocamento de grandes volumes <i>versus</i> alternatividade dos mercados 	<ul style="list-style-type: none"> - Formalização dos processos de gestão - Investimento em formação de pessoal para gestão - Complexidade da gestão coletiva - Penosidade da mão de obra na produção e comercialização - Formação de preços
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Resgate e reconstrução de identidade e autoestima - Resgate e valorização da cultura alimentar local e regional - Promoção da educação alimentar e nutricional (alimentação escolar) - Troca e intercâmbio cultural entre agricultores e consumidores - Associação entre diversidade produtiva, alimentar e cultural 	<ul style="list-style-type: none"> - Papel da mulher e questão de gênero 	

Fonte: Perez-Cassarino (2012).

Nesse sentido, pode-se falar da constituição de sistemas agroalimentares alternativos ou localizados, que se estruturam a partir de novas territorialidades desenvolvidas nos espaços de construção de mecanismos alternativos de mercados, por parte das organizações que integram a Rede Ecovida de Agroecologia. É a partir do que aqui se denomina “espaços de criação” que essas novas territorialidades se constroem e manifestam, abrindo espaço para o surgimento de novas sociabilidades, do resgate e reconstrução de valores e princípios, centrados na confiança, reputação, ética e solidariedade, bem como na busca pela maior sustentabilidade ambiental no interior da ação econômica e pela constituição de territórios geradores de processos de autonomia.

Assim reconfiguram-se as relações agroalimentares que delimitam as possibilidades de ação e de conquista de maiores ou menores níveis de autonomia por parte da agricultura familiar e camponesa. De uma forma geral, o que se observa é uma pressão constante e progressiva exercida pelo sistema agroalimentar hegemônico, comprometendo a autonomia, o acesso aos recursos naturais e a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e, conseqüentemente, a condição de reprodução social do campesinato, configurando-se como um dos principais “bloqueios”, nos termos de Wanderley (2009), ao desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa, conforme observado na Figura 2.

O esquema abaixo busca apresentar de forma gráfica a condição da agricultura familiar e camponesa de exercer a sua autonomia de acordo com as condições sociais, econômicas, culturais e ambientais que se lhe apresentam na história de sua unidade familiar de produção. A família pode, ao longo de sua trajetória social e econômica, tomar decisões que lhe propiciem uma maior ou menor condição de acesso aos recursos, de garantia de sua segurança alimentar e nutricional, mas sempre buscando preservar sua condição básica no que tange à sua autonomia

na tomada de decisão, conforme afirma Gervais (*apud* WANDERLEY, 2009, p. 159):

Sua linha de conduta não pode ser ditada do exterior. Só ele pode apreciar as circunstâncias que sua ação deverá levar em conta. Ele deve poder a todo momento modificar os seus projetos, seu programa de trabalho, para enfrentar um fato novo. Ele tem, assim, a necessidade de ser plenamente responsável. Enfim, e sobretudo, ele é o único que pode impor a si mesmo esta terrível disciplina, estes cuidados minuciosos, esta sujeição de todos os instantes.

A dinâmica econômica, política e ideológica perpetrada pelos segmentos que representam os dilemas do sistema agroalimentar hegemônico, tende a reduzir esta capacidade e “empurram” a família no sentido de uma cada vez menor disponibilidade de recursos, uma situação de insegurança alimentar e, fundamentalmente, a uma redução das possibilidades e capacidade de decisão em relação ao desenvolvimento de sua unidade. A Figura 2 procura expressar essa dinâmica, sendo que, por outro lado, a construção social de estratégias e mecanismos alternativos de mercados possibilita a ampliação de espaços de autonomia para as famílias agricultoras, em contraposição à pressão exercida pelos padrões do sistema agroalimentar hegemônico. Da mesma forma, esta construção, ao estruturar sistemas agroalimentares alternativos ou localizados, constitui novas territorialidades que expressam uma nova racionalidade em seu interior (espaços de criação), com potencial de influência e expansão no âmbito do sistema agroalimentar hegemônico.

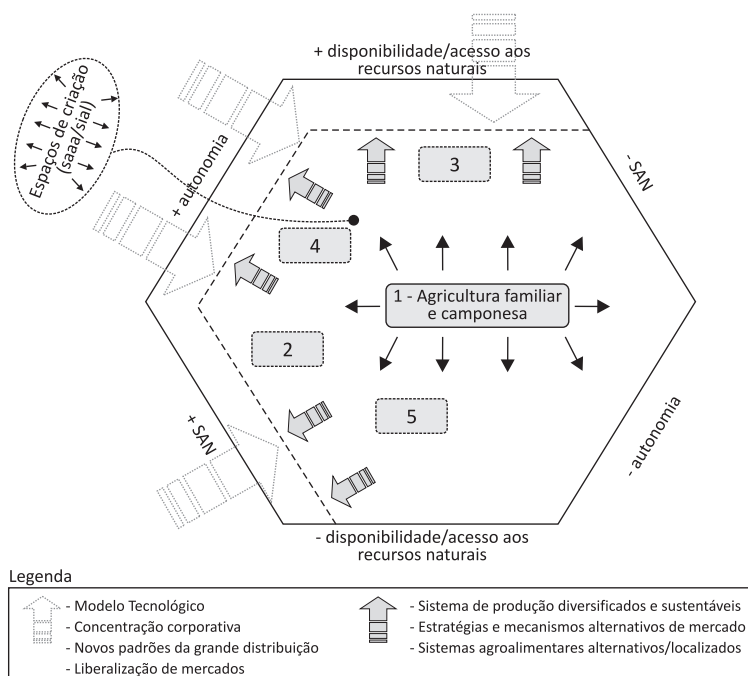


Figura 2 – Representação gráfica da ampliação das possibilidades de movimentação da unidade familiar a partir da construção social de mercados e de SAAA/SIAL.

Fonte: Perez-Cassarino (2012).

Compreende-se assim que, a partir da estruturação de uma estratégia geral alternativa de construção de mercados, se amenizam e contrapõem os efeitos deste sistema agroalimentar hegemônico junto à agricultura familiar e camponesa. Possibilita-se a abertura de espaços de criação, onde são construídas estratégias e mecanismos centrados na reconstrução da autonomia deste grupo social, favorecendo suas condições de reprodução social e econômica. Os estudos aqui relatados mostram a viabilidade destas experiências e reafirmam a existência deste campo de possibilidades a serem construídas (FERREIRA, 2005).

Para além do âmbito das relações internas à agricultura familiar e camponesa, esses espaços de criação, que configuram sistemas agroalimentares alternativos (SAAA) ou localizados (SIAL), carregam em seu interior uma racionalidade baseada em valores e princípios alternativos que se manifestam e se expandem no âmbito da própria hegemonia a que se contrapõe. Mesmo enfrentando os limites que tal alternatividade lhes acarreta – o que frequentemente desarticula ou debilita iniciativas que se criam neste espaço – estão construindo possibilidades que podem ser ampliadas e consolidadas por novos patamares de organização e por políticas públicas de suporte às suas ações.

Referências

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.3, n.3, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: CONSEA, 2004.

FERREIRA, A. D. D. Agricultores e agroindústrias: estratégias, adaptações e conflitos. *Reforma Agrária*, v.25, n.2 e 3, 1995.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE-Eletrônica*, v.6, n.1, 2007.

GRAVINA, H. Democratizando el mercado agrícola: mercados locales y participación social. In: CANUTO, J. C; COSTABEBER, J. A (Org.). *Agroecologia: conquistando a soberanía alimentaria*. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar; Pelotas: Embrapa, 2004.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.3, n.1, 2002.

MARQUES, P. E. M. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, v.17, n.2, 2010.

PEREZ-CASSARINO, J. Agroecologia e mercados locais: o caminho através da economia popular solidária. In: KÜSTER, A; MARTÍ, J. F; FICKERT, U (Orgs.). *Agricultura familiar, agroecologia e mercados no Norte e Nordeste do Brasil*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

PEREZ-CASSARINO, J. *Oficina de seleção de experiências e construção de metodologia de sistematização realizada*. Curitiba: Agosto de 2010. Relatório Técnico-Produto 2 para o Projeto PNUD/CONAB BRA/03/034. 16p.

PEREZ-CASSARINO, J. *A construção de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Curitiba: UFPR, 2012.

RAUD-MATTEDI, C. Análise crítica da sociologia econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. *Política & Sociedade*, n.6, 2005.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. *Normas de Organização e Funcionamento*. Lages: Rede Ecovida, 2000 (mimeo).

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. Uma identidade que se constrói em Rede. *Caderno de Formação*, n.1. Curitiba: Rede Ecovida de Agroecologia, 2007.

SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, B. de S. *Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. 2007 (mimeo).

SCHMITT, C. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, v.8, n.3, 2011.

SCHMITT, C.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar e base ecológica. *Revista Agriculturas*, v.5, n.2, 2008.

SEVILLA GUZMAN, E.; SOLER, M. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. *PH Cuadernos*, v. 26, 2010.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re”construcción de la soberanía alimentaria. *Revista Agroecología*, v.1, p. 7-18, 2006.

SOLER, M.; CALLE, A. C. Rearticulando desde la alimentación: canales cortos de comercialización em Andalucía. *PH Cuadernos*, v. 26, 2010.

SOLER, M. *El contexto socioeconómico de la agricultura ecológica: la evolución de los sistemas agroalimentarios*. Master en Agroecología: un enfoque sustentable de la agricultura Ecológica. Universidad Internacional de Andalucía/Universidad de Córdoba. Texto Inédito. 2009.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

VIA CAMPESINA. *Soberanía Alimentaria*. Disponível em www.viacampesina.org. Acessado em 10 de outubro de 2009.

WALTER, T.; WILKINSON, J. Fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal no Baixo Sul baiano. *Revista Agriculturas*, v.8, n.3, 2011.

WANDERLEY, M. de N. B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

AGROECOLOGIA, MERCADOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS INSTRUMENTOS DE AÇÃO GOVERNAMENTAL

Claudia Job Schmitt

Catia Grisa

Introdução

O Brasil vivenciou na última década uma série de transformações importantes relacionadas à construção de dispositivos jurídicos e políticas públicas voltados ao fortalecimento da agricultura familiar¹. Na esteira do processo iniciado em meados da década de 1990 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foi desenvolvida, sobretudo a partir de 2003 com o Governo Lula, uma

1. Tomamos como referência a definição de “agricultor familiar” utilizada pelas políticas públicas no Brasil e consolidada na Lei nº 11.326/2006. Não desconhecemos, no entanto, o rico debate existente no campo político e no universo acadêmico relacionado ao tema. Ao longo do texto, quando não estivermos nos referindo à categoria utilizada pelas políticas públicas, usaremos a expressão agricultura camponesa e familiar para chamar atenção para a existência de uma pluralidade de expressões sociais da produção de base familiar. Esses atores sociais constroem sua história, como observa Wanderley (2003, p. 58), no “emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna”, acionando distintas identidades e mantendo graus variados de proximidade com uma “agricultura camponesa” ou uma “agricultura familiar modernizada”, nos termos descritos pela literatura. Ver: Abramovay (1992), Wanderley (2009; 2003), Neves (2007), Picoletto (2011), entre outros.

série de instrumentos de intervenção governamental dirigida a esta categoria de produtores. Neste novo ciclo de formulação e implementação de políticas direcionadas aos agricultores familiares destaca-se a estruturação de mecanismos de suporte à comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), entre outros.

Este artigo tem como objetivo principal discutir os limites e as possibilidades inerentes a essas políticas públicas de apoio à comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar na promoção de estilos de agricultura de base ecológica². O texto toma como objeto central de discussão os instrumentos de política pública direcionados à comercialização da agricultura familiar em sua interface com a agroecologia, esta compreendida aqui como uma abordagem sociotécnica dirigida ao estudo, desenho e manejo dos agroecossistemas e do sistema agroalimentar, com base em uma perspectiva social e ecológica, mas também como um campo social, técnico e político que vem sendo

2. Utilizamos, aqui, o conceito de estilos de agricultura para referir ao fato de que os instrumentos de apoio à comercialização e programas e ações de política pública dirigidos à agricultura camponesa e familiar incidem sobre uma pluralidade de combinações específicas de recursos, práticas e modos de estruturação dos sistemas produtivos e de suas relações com seu entorno, desenvolvidas ao longo do tempo pelos agricultores. Um estilo de agricultura constitui-se em “*um padrão específico de articulação entre a terra, o trabalho, o gado, as máquinas, as redes, os conhecimentos, as expectativas e as atividades, de acordo com determinados objetivos, com base em conhecimentos e de forma coerente*” (PLOEG, 2010). A partir do Pós-Guerra, com a intensificação do processo de modernização da agricultura, a heterogeneidade de estilos de agricultura existentes tornou-se um reflexo, também, das diferentes respostas adotadas pelos agricultores às tecnologias e aos mercados (PLOEG, 1994). Entende-se, aqui, que as políticas voltadas à promoção de uma agricultura econômica, social e ambientalmente sustentável deveriam ser analisadas levando-se em conta a diversidade das trajetórias percorridas pelos agricultores na estruturação de seus arranjos produtivos e os diferentes caminhos a serem trilhados na incorporação de princípios ecológicos ao manejo dos sistemas produtivos.

construído por meio de uma articulação entre práticas, atores e conhecimentos³. Para tanto, o quadro de interpretação construído busca estabelecer conexões entre enfoques desenvolvidos no campo da agroecologia e do estudo dos processos de mudança tecnológica na agricultura, os debates relativos à construção social dos mercados e à análise de políticas públicas.

Discutiremos, inicialmente, algumas temáticas que dialogam com o objeto de análise proposto, incluindo as relações que se estabelecem entre tecnologias, mercados e políticas públicas nos processos de transição sociotécnica na agricultura – com especial atenção para a transição rumo a uma agricultura de base ecológica – e diferentes abordagens relacionadas à construção social de mercados e às possibilidades de relação entre atores, mercados e instituições na estruturação de “mercados encaixados”.

Em seguida, tomando com referências o estudo do PAA, do PNAE e da PGPM-Bio, analisaremos a relação entre políticas públicas para a agricultura familiar e agroecologia a partir de três entradas analíticas. Inicialmente, busca-se compreender o modo como ideias vinculadas a uma abordagem agroecológica foram incorporadas nas políticas analisadas. Procura-se evidenciar, principalmente, os grupos de atores portadores dessas ideias e sua participação na construção das políticas públicas. O segundo aspecto analisado diz respeito à própria conformação do instrumento de intervenção proposto, suas normas de funcionamento e seu desenho de implementação. Nesta perspectiva busca-se compreender as distintas modalidades de coordenação entre atores, recursos, produtos

3. Diversos autores têm chamado atenção para os múltiplos significados da agroecologia, sendo esta ciência, movimento e prática. Optamos por não reduzir a agroecologia a um único termo desta equação, evidenciando a estreita relação entre o enfoque agroecológico e o campo de relações em que ele se constitui. Diferentes perspectivas sobre o tema podem ser encontradas em: Wezel *et al.* (2009); Francis *et al.* (2003); Molina (2012); Altieri (2009), Ploeg (2011b)

e processos que o instrumento propõe ou possibilita, fomentando novas formas de inserção dos agricultores familiares nos mercados já existentes ou a construção de novos mercados. Parte-se da ideia de que o desenho do instrumento e suas possibilidades de apropriação pelos atores envolvidos nas iniciativas locais de produção agroecológica figura como um aspecto fundamental a ser considerado na análise dos efeitos gerados por esses diferentes dispositivos de apoio à comercialização no fortalecimento das bases sociais e ecológicas de reprodução da agricultura familiar e camponesa. O trabalho procura, por fim, apontar algumas considerações acerca dos limites e desafios do PAA, do PNAE e da PGMP-Bio no fortalecimento de uma agricultura familiar de base ecológica.

Tecnologias, mercados e políticas públicas: perspectivas de análise sobre os processos de transição sociotécnica na agricultura

A análise dos processos de mudança tecnológica na agricultura e suas inter-relações com os mercados e as políticas públicas tem sido um tema recorrente na literatura relacionada à agricultura e ao desenvolvimento rural. Os modelos difusionistas desenvolvidos sobretudo nos Estados Unidos, notadamente a partir dos anos 1940, centraram sua atenção na adoção de inovações agrícolas pelos agricultores com base em uma visão bastante linear do processo de disseminação de tecnologias⁴. A mudança tecnológica na agricultura é vista como o resultado da difusão de novos conhecimentos derivados da pesquisa básica e aplicada, tornados

4. A publicação do livro “A Difusão das Inovações” de Everett Rogers, no início dos anos 1960, surge como um desdobramento de todo um ciclo de pesquisas relacionadas à difusão de tecnologias na agricultura e que teve, como referência importante, os estudos desenvolvidos por Ryan e Gross no estado de Iowa, nos Estados Unidos, tendo como foco a disseminação do milho híbrido. Para uma reconstituição da trajetória da pesquisa sobre difusão na sociologia rural, ver Fliegel (1993).

acessíveis por meio do mercado e dos programas de transferência de tecnologias, em que o Estado assume um papel importante no financiamento da pesquisa e na estruturação de sistemas públicos de extensão.

Esforços de pesquisa desenvolvidos a partir deste marco de interpretação foram direcionados, principalmente, para a análise dos fatores estruturais (normalmente associados às características das explorações agrícolas), econômicos ou culturais, que limitariam a adoção de novas tecnologias pelos agricultores. Mediante a incorporação de novas tecnologias, os agricultores buscam se posicionar, da melhor maneira possível, em um mercado de produtos agrícolas cujas regras de funcionamento já se encontram, de certa forma, definidas, tornando-se, também, importantes consumidores de insumos⁵. Políticas de apoio à comercialização visam fundamentalmente corrigir falhas de mercado, contribuindo na construção de um ambiente favorável ao bom funcionamento dos circuitos mercantis e à disseminação do progresso tecnológico. Cabe sobretudo à extensão rural romper com a resistência dos agricultores às novas tecnologias, fomentando a adoção de inovações com base em estratégias centradas, de um lado, na utilização de determinados insumos ou práticas específicas e, de outro, no agricultor e na sua capacidade de responder aos estímulos gerados por uma determinada tecnologia.

Essa visão sobre o processo de mudança tecnológica na agricultura foi, de certa forma, complexificada nos modelos neoclássicos desenvolvidos nas décadas de 1960-70 no campo da economia, os quais explicaram o “progresso técnico”⁶ na agricultura com base em fatores estruturais e critérios de racionalidade econômica que determinariam o

5. Sobre esse tema ver: Rogers (1995), Godin (2006), Guivant (1993).

6. O termo “progresso técnico”, refletindo uma visão bastante linear do desenvolvimento tecnológico na agricultura, é frequentemente utilizado nesta literatura.

comportamento dos agricultores. Para Schultz, a agricultura camponesa dos países pobres representava uma forma particular de equilíbrio econômico, mostrando eficiência na alocação de fatores produtivos e em um contexto caracterizado por uma baixa taxa de retorno para novos investimentos, uma vez mantida a utilização de fatores agrícolas tradicionais. A introdução de novos fatores de produção dependeria da disponibilidade e do preço dos fatores agrícolas modernos (“não tradicionais”) e de elementos intangíveis (aprendizado e estruturas de suporte à mudança) (SALLES FILHO, 2005; SCHULTZ, 1965).

No modelo analítico de Hayami e Ruttan (1980), conhecido como a Teoria da Inovação Induzida, as inovações na agricultura são explicadas fundamentalmente por fatores endógenos ao sistema econômico, estando voltados, fundamentalmente, ao aumento da produção e da produtividade. Condições relacionadas à disponibilidade de fatores e à demanda por produtos influenciam a incorporação, pelos produtores, de determinadas tecnologias, levando a uma substituição de determinados recursos. Os autores chamam atenção, no entanto, para o complexo encadeamento entre demandas de mercado, disponibilidade relativa dos fatores de produção, mudanças tecnológicas e inovações institucionais. Avanços tecnológicos podem gerar demandas por novas instituições de mercado ou novas formas de propriedade. Em outros casos, para dinamizar a mudança tecnológica na agricultura, torna-se necessário mobilizar instituições que não possuem uma relação direta com os mercados, como forma de organizar o suprimento de bens públicos (RUTTAN e HAYAMI, 1985).

Esse breve resgate de alguns modelos clássicos que tiveram um peso importante na formulação de políticas de apoio à disseminação de tecnologias geradas pela Revolução Verde, nos permite recolher, em linhas gerais, as conexões estabelecidas entre tecnologias, mercados e políticas públicas nestas abordagens. A incorporação de novas práticas

tecnológicas à agricultura, nos termos propostos pelo paradigma da modernização, encontra-se informada por uma estratégia centrada em aumentos progressivos de escala, tendo como objetivos principais a elevação da produção e da produtividade. A incorporação de princípios de justiça social e sustentabilidade ambiental – temas que emergem com mais força na arena pública, sobretudo a partir da década de 1980, e que hoje alimentam as controvérsias relacionadas à constituição de um novo paradigma tecnológico de desenvolvimento da agricultura e de organização do atual sistema agroalimentar – estão ausentes nestas formulações.

A racionalidade que orienta esse modelo, vigente sobretudo a partir do Pós-Guerra, encontra-se associada a mudanças profundas nas formas de produção e disseminação do conhecimento na agricultura, bem como no ambiente econômico, político e institucional em que se encontrava inserida, nas diferentes partes do mundo, a atividade agrícola. Destacam-se, como dimensões importantes nesta transição: (i) o desenvolvimento de diferentes instituições jurídicas e políticas, como os direitos de propriedade intelectual, que possibilitaram a apropriação privada de determinadas inovações, entre elas as sementes⁷; (ii) a estruturação, por meio das políticas agrícolas, de fluxos de recursos e sistemas de incentivos voltados à adoção das chamadas tecnologias modernas, conformando um modelo de competição tecnológica, subsidiado pelo Estado, capaz de possibilitar a estruturação de um mercado de insumos e de prover produtos agrícolas, a custos reduzidos, para o processamento industrial e abastecimento do consumo urbano; (iii) “a intervenção governamental nos mercados de *commodities* removendo incertezas nos preços e absorvendo excedentes, institucionalizando, de forma efetiva, a superprodução e criando condições favoráveis ao

7. Para uma abordagem histórica e da economia política sobre o tema, ver: Kloppenburg Jr. (2004).

crescimento sustentado da produção e da produtividade” (GOODMAN e REDCLIFT, 1991, p. 109).

Além disso, como observam Morgan e Murdoch (2000), o modelo convencional de desenvolvimento da agricultura estruturou-se com base em formas específicas de articulação entre conhecimento, poder e inovação. Em algumas poucas décadas a atividade agrícola tornou-se crescentemente vinculada a uma complexa cadeia de atores e instituições, tornando-se dependente de conhecimentos e inovações desenvolvidos para além do universo de atuação dos agricultores e suas redes sociais⁸. Conhecimentos tácitos, assentados em repertórios culturais e formas historicamente construídas de articulação entre processos sociais e processos ecológicos passaram a ser substituídos por formas padronizadas e codificadas de conhecimento, controlado por “grandes e poderosas instituições, situadas a jusante e a montante da exploração agrícola” (MORGAN e MURDOCH, 2000, p. 165). Estabelece-se uma descontextualização dos processos de produção do conhecimento agrícola em relação ao seu entorno socioambiental.

A emergência de um movimento de crítica ao paradigma produtivista que alimentou o processo de internacionalização das tecnologias da Revolução Verde, e que se intensifica, sobretudo, a partir do final dos anos 1970, irá coincidir com um crescente domínio das grandes corporações sobre o setor agrícola e a produção de alimentos. Desse modo, o cenário em que se encontram os debates contemporâneos acerca da transição para uma “agricultura sustentável”, nesse início de século XXI, é marcado por tendências contraditórias. As crescentes preocupações sociais com os impactos sobre a saúde e o ambiente gerados pelo atual sistema de produção de alimentos, juntamente com

8. Os autores tomam como principal referência em sua análise, o caso inglês. Compreende-se, aqui, que esse mesmo processo foi vivenciado, ainda que com variações, em outras partes do mundo.

um significativo engajamento de diferentes atores sociais na construção de novos conceitos de qualidade, convivem, lado a lado, com cadeias produtivas que operam em nível mundial, produzindo grandes volumes de mercadorias, por meio de processos standardizados, sob o controle de um número reduzido de atores econômicos, com destaque para as grandes corporações.

Como observam Morgan, Marsden e Murdoch (2006), coexistem no atual sistema agroalimentar diferentes mundos⁹ que se constituem não apenas a partir de uma racionalidade econômica, mas também em função de lógicas culturais e político-institucionais distintas. O “Mundo Industrial” opera com base em processos e culturas de consumo padronizadas e por meio da substituição e apropriação de fatores ecológicos. No “Mundo dos Recursos Intelectuais” ou “Mundo do Conhecimento”, a trajetória dominante parece apontar para o fortalecimento do processo de industrialização da agricultura com a engenharia genética e as biotecnologias. No “Mundo dos Mercados”, a diferenciação das culturas alimentares possibilita a emergência de diferentes nichos de mercado. No “Mundo das Relações Interpessoais”, “processos produtivos, culturas de consumo e ecologias regionais encontram-se fortemente imbricados, compondo um mosaico de pequenos mundos (...) nos quais as práticas de consumo tornam-se bastante sensíveis às ecologias de produção, seja na forma das comidas típicas ou dos alimentos orgânicos” (MORGAN, MARSDEN e MURDOCH, 2006, p. 23).

A articulação entre atores, mercados, tecnologias e instituições na conformação de um novo arranjo capaz de incorporar da produção ao consumo princípios de justiça social e sustentabilidade ambiental,

9. O termo utilizado pelos autores é “worlds of food” e foi incorporado ao título da publicação “*Worlds of food: place, power and provenance in the food chain*”. Poderia ser traduzido para o português, possivelmente, como “mundos alimentares” (MORGAN, MARSDEN, MURDOCH, 2006).

possibilitando a emergência de regras, rotinas e modos de fazer orientados por um enfoque agroecológico implica, necessariamente, em tensões e conflitos entre atores sociais situados em diferentes mundos e cujas ações se desdobram em distintas escalas de intervenção.

A transição para uma agricultura de base ecológica envolve um “processo complexo e não linear de incorporação de princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas, mobilizando múltiplas dimensões da vida social, colocando em confronto visões de mundo, forjando identidades e ativando processos de negociação entre distintos atores” (SCHMITT, 2009). Concordamos aqui com diversos autores, que chamam atenção para o fato de que as práticas e iniciativas locais que hoje se distanciam das perspectivas hegemônicas de desenvolvimento rural, construindo um conjunto heterogêneo e diversificado de respostas ao paradigma da modernização, são indicativas da emergência de um novo paradigma que busca reconfigurar terra, trabalho, natureza, animais, plantas, conhecimentos, redes e mercados em novos arranjos técnicos, econômicos, políticos e institucionais voltados ao fortalecimento de uma agricultura camponesa e familiar (MILONE, 2009; BRUNORI, 2007; PLOEG *et al.*, 2000).

Essas ações e experiências incorporam um conjunto bastante variado de saberes, práticas e relações, com forte imbricação em contextos locais e nos sistemas agrícolas e extrativistas complexos e de uso múltiplo, desenvolvidos ao longo das gerações por camponeses, agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais, em uma diversidade de contextos sociais e ecológicos. Incluem também: iniciativas voltadas ao processamento e à comercialização de produtos agrícolas e de origem extrativa; formas associativas de gestão de recursos comuns; sistemas locais de geração e intercâmbio de conhecimentos e inovações; diferentes tipos de atividades não agrícolas associadas à conservação das paisagens e dos ecossistemas; circuitos de proximidade vinculando

produtores e consumidores; e novos arranjos institucionais de relação com os mercados e as políticas públicas. O desenvolvimento de sistemas produtivos ecologicamente sustentáveis, ricos em biodiversidade, menos dependente de energia e nutrientes de origem externa, capazes de contribuir para a conservação dos ecossistemas envolve também a construção de uma série de relações com os mercados, as políticas públicas e redes de produção e intercâmbio de conhecimentos (GLIESSMAN, 1997; ALTIERI, 2009).

Mas é importante observar que a configuração de redes identificadas com a agroecologia não avançam em um terreno vazio no espaço rural ou em ambientes institucionais de formulação e implementação de políticas públicas. Os modos de organização característicos da agricultura moderna continuam operando e ordenando, material e simbolicamente, as redes do social, potencializando, como sugere Scott (1998), padrões específicos de distribuição dos poderes e das competências e reduzindo, em diferentes contextos, a autonomia dos agricultores e suas comunidades diante de um conjunto centralizado de instituições.

As tensões existentes entre o “alternativo” e o “convencional”, “saberes locais” e “conhecimentos científicos”, “regras de mercado” e “princípios de sustentabilidade e justiça social” foram captadas, de diferentes maneiras, no discurso político de crítica à agricultura moderna e na literatura relacionada às transformações contemporâneas da agricultura e do sistema agroalimentar. Abordagens mais complexas buscaram fugir de esquemas dualistas, nos quais as fronteiras entre o “alternativo” e o “convencional” estariam rigidamente definidas (GOODMAN *et al.*, 2012; SONNINO e MARSDEN, 2006).

No enfoque proposto pela Perspectiva Multinível, por exemplo, as transições sociotécnicas são analisadas como processos complexos e multiescalares. Como mostra Geels (2002, p. 1259), “a estabilidade de configurações sociotécnicas já consolidadas resulta de vínculos

estabelecidos entre um conjunto heterogêneo de elementos. Os elementos e seus vínculos são o resultado das atividades dos grupos sociais que os reproduzem”. Ideias, tecnologias e modos de fazer inovadores precisam interagir com as regras (gramáticas) que conformam o regime sociotécnico dominante, e que estão incorporadas aos processos produtivos, às práticas dos atores, ao modo como estes definem problemas e buscam soluções, às características dos produtos, e à infraestrutura previamente existente. Inovações radicais são, frequentemente, desenvolvidas em nichos, espaços protegidos onde novidades podem amadurecer por meio de ciclos sucessivos de aprendizado e onde as regras, normas e rotinas possuem um maior grau de flexibilidade (BRUNORI *et al.*, 2007; PLOEG *et al.*, 2004). Mas as inovações desenvolvidas nos nichos não amadurecem naturalmente, desdobrando-se, de forma linear, na conformação de um novo regime sociotécnico. Mudanças em nível de regime são resultado de trajetórias bem-sucedidas de inovação incubadas no âmbito dos nichos e também de uma série de outros fatores, incluindo “a exaustão das oportunidades do regime dominante, crises políticas e societárias, mudanças radicais nas políticas governamentais, a emergência de um novo conjunto de valores que passa a incorporar a sustentabilidade” (WISKERKE, 2003, p. 433).

Abordagens dessa natureza agregam complexidade à análise das relações estabelecidas entre atores sociais, mercados e políticas públicas nos processos de transição sociotécnica. Novos circuitos de mercado e (ou) políticas públicas podem fortalecer espaços de inovação contextualmente situados, reforçando suas dinâmicas internas e seu raio de atuação. Mas podem contribuir também para tensionar regras institucionalizadas pelo regime sociotécnico dominante, possibilitando o exercício de novas gramáticas, redefinindo, ainda que de forma parcial, as regras do jogo.

Mercados de nicho, redes alternativas e mercados encaixados: a construção social dos mercados

A construção de novos mercados e definições de qualidade capazes de fortalecer processos de transição rumo a uma agricultura de base ecológica e processos de localização do atual sistema agroalimentar configuram-se hoje como um campo extremamente rico de experimentação social e debate. Esta discussão tem mobilizado diferentes leituras acerca das relações que se estabelecem entre a agricultura camponesa e familiar e circuitos de produção, processamento e consumo, não apenas de alimentos, mas de um conjunto diversificado de produtos e serviços, em um contexto econômico marcado, em nível macro, pela emergência do que alguns autores identificam como um regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2009; BURCH e LAWRENCE, 2009).

Como observa Wilkinson (2008), as configurações que emergem como resultado das transformações desencadeadas pela liberalização dos mercados de produtos agrícolas e da implementação dos novos marcos regulatórios que passaram a governar o setor agroalimentar em nível mundial, sobretudo a partir dos anos 1990, assumem formas complexas e contraditórias, introduzindo mudanças profundas nas formas de intermediação que se estabelecem entre a produção familiar e o mercado, passando a exigir maior autonomia e capacidades próprias por parte dos agricultores familiares. O que está em jogo não é apenas o acesso aos mercados de *commodities* em condições mais favoráveis, mas a estruturação, mediante o engajamento de diferentes atores, de novos circuitos de produção e consumo, incluindo os mercados de produtos orgânicos, solidários, artesanais, com certificação de origem e institucionais.

A construção desses diferentes mercados, “como extensões e desdobramentos de redes sociais em produtos e processos” (WILKINSON, 2008, p. 17), não é resultado, unicamente, da mobilização de “atores privados”. Implica também a atuação do Estado na formação, manutenção

e regulação desses circuitos de troca, envolvendo também, em muitos casos, “atores não-econômicos” (ONGs, movimentos sociais, associações de consumidores, entre outros), mediante redes e formas organizacionais híbridas: econômicas e não econômicas, públicas e privadas, diretamente envolvidas em operações de mercado ou atuando como agentes intermediários, na coordenação ou regulação desses distintos circuitos de produção e consumo.

Existe hoje um amplo conjunto de estudos que abordam a emergência de redes alternativas¹⁰ que buscam conectar produtores e consumidores, promovendo novos parâmetros de qualidade e novas práticas de produção, distribuição e consumo no âmbito do sistema agroalimentar. Encontra-se fortemente presente nessa literatura a ideia de que as redes alternativas possibilitam a criação de novos espaços econômicos e sociais, fortalecendo práticas portadoras de novos valores (sustentabilidade, solidariedade, justiça social), ampliando a capacidade dos atores de controlar o seu ambiente e possibilitando, ao mesmo tempo, novas formas de distribuição do poder econômico. Segundo Brunori (2011), uma importante característica desses circuitos é a sua alta densidade simbólica, ou seja, a sua capacidade de construir identidades, influenciando os sentidos que os atores atribuem a sua ação: seu papel, suas regras de comportamento, seus princípios e seu estilo de vida.

Parte da literatura relacionada às redes alternativas vincula o caráter inovador desses arranjos e sua capacidade de incorporar princípios de justiça e sustentabilidade ambiental à sua imbricação local. Essa posição tem sido, entretanto, questionada por diversos autores, que chamam atenção para as conexões existentes entre as redes alternativas e os circuitos convencionais de comercialização, criticando, ao mesmo tempo, uma visão despolitizada das relações que se configuram no

10. Ver: Hinrichs (2000); Sonnino e Marsden (2006); Sonnino (2007); Wilkinson (2007); Goodman et al. (2012); Radomsky (2010); Perez-Cassarino (2012).

espaço local, reivindicando a necessidade de uma leitura mais atenta dos processos sociais e políticos que se configuram nesse espaço e de sua vinculação com a construção de uma agricultura alternativa (WINTER, 2003). Criticando também uma defesa apriorística do local, e sua naturalização como um espaço virtuoso em sua essência, Goodman *et al.* (2012) introduzem a ideia de um “localismo reflexivo”, capaz de analisar, com base em uma abordagem crítica e investigativa, as imbricações locais das redes alternativas, desvendando a natureza das conexões estabelecidas nos diferentes arranjos, os princípios de justiça e sustentabilidade que embasam sua construção e o modo como princípios, práticas e mecanismos de distribuição dos valores materiais e simbólicos gerados pelas redes são vivenciados pelos diferentes atores. Destaca-se a importância da construção de uma agenda política alternativa voltada à transformação do atual sistema agroalimentar, de processos democráticos e participativos de articulação envolvendo o âmbito local e suas conexões com outras escalas de decisão e intervenção.

Outro ponto de debate no que tange à construção de novos mercados e novas definições de qualidade diz respeito à construção dos mercados de nicho – a exemplo dos mercados orgânicos, de especialidades e dos produtos com certificação de origem – e suas potencialidades no estímulo à transição para estilos de agricultura de base ecológica. Os mercados de nicho podem ser descritos como mercados ou segmentos de mercados, dirigidos a um conjunto específico de consumidores, no qual vigoram noções compartilhadas de qualidade, que agregam valor ao produto. As certificações são uma ferramenta importante na construção desses mercados, com reflexos significativos nas formas de produção, processamento e consumo e na conformação dos preços dos produtos envolvidos nesses mercados. Não se definem, apenas, como instrumentos de natureza econômica, configurando-se como mecanismos complexos, que mobilizam identidades, formas culturais, trocas mercantis e não mercantis (RADOMSKY, 2010).

No caso do brasileiro, a legislação que regulamenta os sistemas orgânicos de produção agropecuária (Lei n.º 10.831/2003 e dispositivos infralegais) abriga diferentes formas de certificação, como a Certificação por Auditoria, os Sistemas Participativos de Garantia e a garantia da conformidade orgânica via Organizações de Controle Social (OCSs). As organizações ligadas ao campo agroecológico e aos movimentos de agricultura orgânica com maior proximidade com a agricultura camponesa e familiar tiveram um papel importante no desenho de uma legislação mais flexível (se comparada a de outros países) no que tange aos seus mecanismos de certificação. As noções de qualidade estabelecidas por essa legislação estabelecem um marco regulatório que influencia, de forma muito direta, a construção de princípios e normas de qualidade relacionadas ao produto orgânico ou agroecológico no âmbito do mercado institucional.

A constituição da agricultura orgânica como um nicho de mercado¹¹, com o suporte de diferentes esquemas de certificação, tem sido objeto de intenso debate no campo político e acadêmico. Atores e autores chamam atenção à convencionalização da produção orgânica – pressionada pela influência de atores “intensivos em capital” (sobretudo processadores e distribuidores) – e aos riscos de que ela seja recapturada, de diferentes maneiras, não apenas por lógicas produtivas e de mercado, mas também por formas de produção e circulação do conhecimento muito semelhantes às da agricultura empresarial (JAFFEE e HOWARD, 2009; STASSART e JAMAR, 2008). Essa discussão encontra-se em aberto, inclusive no que se refere às possibilidades e tendências de coexistência entre uma agricultura orgânica de mercado e uma agricultura orgânica mais afinada com os princípios originários do movimento de agricultura orgânica.

11. Julgamos desnecessário apresentar aqui uma definição de agricultura orgânica. Reportamo-nos àquelas formas de agricultura em que os agentes envolvidos se identificam como praticantes de uma agricultura orgânica, mantendo diferentes tipos de interações com regulamentos, públicos ou privados, que buscam normatizar a prática deste tipo de agricultura.

Considerando os objetivos deste trabalho, torna-se importante explorar os potenciais vínculos estabelecidos entre os processos de transição sociotécnica na agricultura, instrumentos de políticas públicas e a construção social dos mercados, dialogando também com os acúmulos alcançados nas últimas décadas no debate sobre as redes alternativas de produção, processamento e consumo e sua potencial influência nos processos de transição para uma agricultura de base ecológica.

Entende-se que os mecanismos de intervenção pública analisados neste trabalho podem ser percebidos como “mercados encaixados” (*nested markets*), ou seja, segmentos diferenciados de mercado que se encontram imbricados em um mercado mais amplo, possuindo fronteiras mais ou menos permeáveis¹². Trata-se de um “conceito heurístico que busca explorar arranjos situados em uma zona de fronteira entre os mercados e o gerenciamento hierárquico” envolvendo sistemas de coordenação estruturados por meio de determinadas instituições de governança (POLMAN *et al.*, 2010). As transações que se operam nesses mercados são compreendidas não como sendo regidas por uma racionalidade abstrata, mas tomadas em sua imbricação com redes e lugares específicos (POLMAN *et al.*, 2010). Os “mercados encaixados” estão conceitualmente associados a determinadas especificidades conferidas aos produtos (preço, qualidade, entre outras) e que são construídas mediante trocas materiais, simbólicas e um processo iterativo de construção de definições sociais de qualidade (OOSTINDIE *et al.*, 2010; PLOEG, 2011). O fluxo desses produtos no tempo e espaço e a infraestrutura

12. Um mercado de nicho pode representar um tipo específico de “mercado encaixado”, caracterizado por fronteiras em boa medida estabelecidas em função de características associadas a determinados produtos. Mas, como observam Polman *et al.* (2010), os mercados encaixados não precisam ser necessariamente pequenos ou restritos à circulação de bens privados, podendo potencializar a circulação e a apropriação de recursos explorados em comum.

material envolvida nessa circulação também se diferenciam dos mercados convencionais, permitindo articular produção, processamento, distribuição e consumo em circuitos que são relativamente independentes das redes globais (PLOEG, 2011).

Neste artigo interessa-nos a influência das políticas públicas na constituição destes “mercados encaixados”, conectando determinados produtores (agricultores familiares) a certos circuitos de distribuição e consumo (entidades socioassistenciais, escolas etc.). O quadro institucional que possibilita a emergência desses novos fluxos encontra-se alicerçado em um conjunto de ideias, princípios e justificativas institucionalizado por meio de determinadas normas e instrumentos, cuja emergência busca-se analisar. As estruturas híbridas de governança estabelecidas envolvem uma série de dinâmicas relacionais, mobilizando diferentes atores sociais situados no campo governamental e na sociedade civil. Explora-se, ao mesmo tempo, a potencialidade destes novos ambientes sociais e de mercado no fortalecimento de uma matriz produtiva de base ecológica, considerando o modo como ideias vinculadas à matriz de pensamento da agroecologia foram traduzidas em instrumentos de políticas públicas, possibilitando a emergência de determinados arranjos institucionais e potencializando a estruturação de uma grande diversidade de redes de produção e consumo.

Agroecologia, mercados e políticas públicas: a institucionalização de ideias e a construção de instrumentos das políticas públicas

Desde o início do Governo Lula, em 2003, um novo tema ganhou espaço na agenda das políticas públicas de desenvolvimento rural: a construção de mercados institucionais para a agricultura familiar no Brasil. Em termos conceituais restritos não se trataria de algo novo ao considerar

que todos os mercados estão imersos em regras, normas e estruturas de governança, ou seja, os mercados são permeados por instituições (PLOEG, 2011; NIEDERLE, 2011; NEE e INGRAM, 1998). A especificidade da definição de mercado institucional no contexto das políticas públicas brasileiras refere-se ao papel do Estado na construção de mercados, particularmente na realização de compras governamentais de alimentos para serem utilizados em programas e ações públicas (MALUF, 1999; MACIEL, 2008; VOGT, 2009). No entanto, os mercados institucionais também não são uma exclusividade do período recente da história brasileira. A aquisição e a queima de café na década de 1930, as Aquisições do Governo Federal (AGF) desde a década de 1940 por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), as aquisições para a alimentação escolar desde a década de 1960, e o Programa de Racionalização da Produção de Alimentos Básicos (PROCAB) em meados da década de 1970, são alguns exemplos de mercados institucionais de alimentos no Brasil. A particularidade do período recente deve-se à orientação dos mercados institucionais para a agricultura familiar e a sua relação com a construção da segurança alimentar e nutricional do país e com a temática da sustentabilidade. O PAA, o PNAE e a PGPM-Bio figuram como exemplos importantes nesse contexto.

O PAA foi criado em 2003 como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero. O Programa articula a compra pelo poder público de alimentos produzidos pelos agricultores familiares com ações de segurança alimentar e nutricional. Trata-se da interseção entre elementos da política agrícola e componentes da política de segurança alimentar e nutricional (DELGADO, CONCEIÇÃO e OLIVEIRA, 2005; SCHMITT, 2005). O Governo Federal compra alimentos de agricultores familiares mediante mecanismos simplificados de aquisição, com dispensa de licitação, e esses alimentos são distribuídos a pessoas em situação de vulnerabilidade social, repassados para a rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de

alimentos), fornecidos para instituições socioassistenciais e escolas da rede pública ou filantrópica de ensino, destinados à formação de estoques públicos de alimentos, ou outras finalidades definidas pelo Grupo Gestor do Programa. Organizado atualmente em seis modalidades que atendem a finalidades específicas¹³, o PAA possibilita: (i) o estímulo a redes locais de produção e distribuição de alimentos oriundos da agricultura familiar para populações em insegurança alimentar; (ii) a regulação de preços por meio da compra de produtos específicos destinados à formação de estoques públicos; (iii) a aquisição de alimentos e formação de estoques pelas próprias organizações sociais (associações e cooperativas), visando sustentação de preços e agregação de valor; (iv) a compra e doação de leite a famílias em situação de vulnerabilidade social por meio de um circuito público de distribuição; e (v) o abastecimento de hospitais, presídios, restaurantes universitários e outros estabelecimentos públicos com produtos da agricultura familiar.

13. Essas modalidades são: a) Compra com Doação Simultânea: destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional (escolas, creches, albergues, asilos, hospitais públicos, bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias). Essa modalidade também é conhecida como Compra Direta Local da Agricultura Familiar, quando é operacionalizada por governos estaduais e municipais, ou por Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, quando executada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar: viabiliza a formação de estoques pelas próprias organizações da agricultura familiar, visando à sustentação de preços e agregação de valor; c) Compra Direta da Agricultura Familiar: objetiva a aquisição de alimentos pelo Governo Federal para constituição de reserva estratégica de alimentos ou a garantia de preços à agricultura familiar; d) Incentivo à Produção e Consumo do Leite (IPCL ou PAA Leite): executada apenas nos estados da região Nordeste e no norte de Minas Gerais, essa modalidade visa incentivar a produção familiar de leite por meio da aquisição governamental deste produto e promover o consumo deste produto, viabilizada por meio de doações para pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social; e) Compra Institucional: destina-se ao atendimento das demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, estados, Distrito Federal e município, beneficiando a agricultura familiar.

Diferentemente do PAA, o PNAE apresenta uma longa trajetória nas políticas públicas brasileiras, tendo suas raízes inscritas na Campanha de Merenda Escolar iniciada em 1955 e sua institucionalização ainda em 1979. A sua inclusão neste artigo deve-se a uma importante mudança realizada no Programa em 2009. A partir da Lei n.º 11.947 de 16 de junho, o governo federal ampliou a alimentação escolar para o ensino médio e alfabetização de jovens e adultos e estabeleceu um “elo institucional entre a alimentação oferecida nas escolas públicas e a agricultura familiar local ou regional, mediada pela valorização da diversidade de hábitos alimentares.” (MALUF, 2009, p.1). A partir dessa data, no mínimo 30% dos recursos totais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as secretarias estaduais de educação, prefeituras e escolas federais de educação “deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (BRASIL, Presidência da República, 2009). Trata-se da aquisição de alimentos da agricultura familiar para o atendimento da alimentação das escolas públicas. Essa mudança veio a somar na construção de mercados institucionais para a agricultura familiar, contribuindo igualmente na promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil.

Por sua vez, a PGPM-Bio foi criada em 2008, garantindo um atendimento específico para os extrativistas no interior da PGPM, instituída em 1945¹⁴. Por meio da Lei nº 11.775 estabeleceu-se a modalidade de

14. Segundo Wedekin (2005), a PGPM foi criada com alguns de seus principais instrumentos de intervenção em 1945, tendo sido modificada em 1965 pelo Decreto nº 57.391, sofrendo reformas profundas em 1966, por meio do Decreto-Lei nº 70. Diversos trabalhos chamam atenção para as reformulações ocorridas nessa política ao longo do tempo. Como um reflexo do processo de liberalização da economia ocorrido nos anos 1990 e das orientações de política agrícola adotadas naquele período, a formação de estoques governamentais foi drasticamente reduzida, verificando-se a criação de instrumentos de apoio à comercialização

Subvenção Direta, que assegura ao extrativista o recebimento de um bônus caso efetue a venda de seu produto por preço inferior àquele fixado pelo Governo Federal. Diferentemente do PAA e do PNAE, não se trata aqui de aquisições pelo poder público e sim de uma complementação financeira repassada diretamente aos extrativistas ou suas organizações até atingir o preço mínimo de comercialização estabelecido pelo Governo Federal.

Segundo Cerqueira e Gomes (2012), a PGPM-Bio diferencia-se em vários aspectos da PGPM “tradicional”. Em primeiro lugar, por direcionar o apoio governamental a um universo específico de produtores: os Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares. O Título 35 da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que orienta a Subvenção Direta aos extrativistas define como beneficiários da política os extrativistas ou grupos de extrativistas portadores da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ou listados na Relação de Extrativistas Beneficiários instituída pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ou seja, a Subvenção Direta é direcionada a extrativistas enquadrados como “agricultores familiares”. Um segundo elemento a ser destacado é o fato de que a Política e o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (no âmbito do qual a PGPM-Bio se encontra inserida)¹⁵ trabalham com o conceito de produto

voltados à garantia de preços sem necessidade de aquisição de estoques (DELGADO e CONCEIÇÃO, 2005). A Subvenção Direta, com base na qual se estrutura a PGPM-Bio, opera dentro desta lógica, ou seja, o Governo Federal paga a diferença entre o Preço Mínimo e o preço de mercado, mas não se responsabiliza pela aquisição e (ou) estocagem do produto.

15. O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade contém diferentes ações voltadas ao fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade considerando a produção, o processamento industrial, a estruturação e o fortalecimento de mercados, a organização social e produtiva dos agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais ligados ao extrativismo e diversas ações complementares. O Plano também ressalta a importância do PAA na estruturação de novas oportunidades de mercado para os produtos da sociobiodiversidade, apontando ainda para a necessidade de ampliação da participação dos produtos extrativistas nas compras governamentais (BRASIL, 2009).

da sociobiodiversidade¹⁶. Essa definição, embora não apareça nos diplomas legais que regulamentam a política, figurou como um elemento importante no debate sobre a focalização da PGPM “tradicional”, visando atender às especificidades desses produtos e de seus produtores. Merece atenção, por fim, o arranjo institucional de coordenação e implementação da política que inclui, além dos órgãos tradicionalmente envolvidos na implementação da PGPM “tradicional”, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o MDA.

Como sinalizado na introdução, esta seção busca analisar as interfaces entre estes mercados institucionais e a agroecologia, enfatizando três dimensões-chave: os atores e as ideias que contribuíram para esta articulação; as ideias sobre agroecologia institucionalizadas nos instrumentos das políticas públicas; e alguns limites e desafios desta articulação entre as ideias e os instrumentos.

Atores e ideias vinculadas à matriz de pensamento da agroecologia na construção dos mercados institucionais

Uma característica importante da construção dessas políticas públicas refere-se à participação neste processo de segmentos da sociedade civil que se identificam com os princípios da agroecologia, algo que não é trivial na administração pública brasileira (CAPORAL e PETERSEN, 2012; WEID, 2006). Embora o Governo Lula seja considerado um

16. O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade define os produtos da sociobiodiversidade como os “bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem” (BRASIL, 2009, p. 6).

elemento fundamental na trajetória de construção dessas políticas, por permitir a participação de novos atores e novas ideias nas arenas públicas, é importante ressaltar que esses instrumentos derivam do acúmulo de debates, análises e proposições de políticas públicas de um conjunto de atores que há algumas décadas vinha buscando fortalecer sua posição neste campo de intervenção (GRISA, 2012). Alguns desses atores atuavam mais no campo político-partidário, outros em ONGs, no sindicalismo ou nos movimentos sociais rurais e certos na academia, não sendo rara a participação concomitante em dois ou mais desses espaços. De um modo geral, esses atores compartilhavam e compartilham ideais mais progressistas em termos da atuação do Estado e das políticas públicas, preocupando-se com os temas da segurança alimentar, do abastecimento alimentar, do desenvolvimento rural sustentável e da agricultura camponesa e familiar, geralmente articulando-os. De modo analítico (considerando o sombreamento entre eles), ao menos três grupos de atores podem ser destacados neste trabalho como fundamentais na construção destes mercados institucionais: as organizações e os atores do campo agroecológico; as organizações sindicais e movimentos sociais da agricultura camponesa e familiar; e as organizações e os atores vinculados ao debate da segurança alimentar e nutricional no Brasil.

Em relação ao primeiro grupo, este reúne um conjunto de agricultores, profissionais, organizações sociais e não governamentais, movimentos sociais, acadêmicos e pesquisadores que desde a década de 1980 debatiam o tema da “agricultura alternativa” e que, no final da década de 1990, discutiram a necessidade de construir uma articulação em âmbito nacional que pudesse se estabelecer como uma das possíveis expressões do “campo agroecológico”, materializada na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), constituída em 2002¹⁷. Cabe ressaltar

17. A ANA reúne movimentos, redes e organizações engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de

que o ano de criação da ANA coincide com o ano de eleições para os poderes executivos e legislativos estaduais e nacional e, segundo Petersen e Almeida (2006, p. 44), “A perspectiva de eleição de um governo federal democrático e popular reafirmava a importância da articulação de uma expressão organizada do campo agroecológico capaz de participar de forma ativa nos processos de elaboração e de execução de políticas públicas orientadas para a democratização do mundo rural e a promoção da sustentabilidade socioambiental.”

Com efeito, após a eleição do Presidente Lula, em seu primeiro mandato, esses atores encontraram maior espaço para apresentar e discutir suas ideias sobre “modelos de desenvolvimento rural alternativos”, seja por meio de espaços consultivos e deliberativos (por exemplo, CONSEA e CONDRAF), seja em negociações diretas com os gestores públicos. Elucidando a influência desses atores, citam-se, por exemplo, a construção das linhas PRONAF Agroecologia e Semiárido, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e sua orientação para a agroecologia, e o sobrepreço de 30% para os produtos agroecológicos ou orgânicos no PAA e no PNAE (CAPORAL e PETERSEN, 2012; GRISA, 2012; WEID, 2010; 2006).

alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. Seu papel, nos termos propostos pela organização, “não é o de formular e executar, nem o de substituir, se sobrepor, coordenar ou interferir na autonomia das diferentes redes e organizações. A existência da ANA se exprime e se justifica pela necessidade de interação e mútua fecundação entre essas redes e organizações para que, juntas, possam construir crescentes capacidades de influência nos rumos do desenvolvimento rural no Brasil”. Julgamos importante resgatar esse posicionamento, extraído do sítio da organização na internet, na medida em que ilustra o caráter descentralizado da ANA, que se define como uma “rede de redes”. Essas referências nos ajudam a compreender os processos marcadamente descentralizados e capilarizados de elaboração e circulação das ideias no campo agroecológico e para além dele. Além da Articulação, destacam-se ainda, em âmbito nacional, como espaços importantes de formulação, debate e presença pública de atores vinculados a abordagens e proposições inspiradas pela agroecologia, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), que se constitui como uma associação científica, e a rede de organizações envolvidas na construção das Jornadas de Agroecologia realizadas no Paraná.

Quanto aos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar, é notável que as políticas de comercialização para os produtos dos “pequenos agricultores” compõem as suas pautas de reivindicações desde a década de 1970 (CONTAG, 1979; 1973). Em 2003, já no governo Lula e no ensejo do Programa Fome Zero, representantes das organizações da agricultura familiar articulados no Grito da Terra Brasil-2003 reivindicaram, dentre outros elementos, Empréstimo do Governo Federal (EGF) com opção de venda e AGF para produção familiar visando à formação de estoques reguladores e estratégicos e ao atendimento do Programa Fome Zero (Grito da Terra Brasil, 2003). Todavia, desde meados da década de 1990, a prioridade das organizações da agricultura familiar em termos de política agrícola dirige-se ao PRONAF, sendo que os mercados institucionais foram adentrando com maior expressividade nas suas pautas de reivindicações à medida que expandiram os recursos do PAA e manifestaram-se seus resultados em todo o Brasil (GRISA, 2012; MULLER, 2007).

É importante destacar que, ao longo desse período, as organizações sociais e sindicais da agricultura familiar também construíram críticas à matriz tecnológica da modernização da agricultura e ressaltaram a necessidade de promover um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e a agroecologia. Todavia, demandas mais diretamente relacionadas à agroecologia e à construção de um novo modelo tecnológico encontram ainda pouca expressão (ainda que crescente) em termos de proposição e reivindicação de políticas públicas, não obstante a temática do desenvolvimento rural sustentável seja constantemente mencionada em documentos e intervenções públicas dos representantes dessas organizações (PICOLOTTO e BRANDENBURG, 2012; GRISA, 2012; CAPORAL e PETERSEN, 2012).¹⁸

18. Em seu III Congresso, realizado em 2010, a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul) realizou a seguinte avaliação: “Podemos colocar que foram nas políticas públicas que nos destacamos e

No que concerne ao terceiro grupo, este é composto por atores que contribuíram com a elaboração da proposta de uma “Política Nacional de Segurança Alimentar”, em 1991, durante o Governo Paralelo, em que reivindicaram ações de estímulo à produção e comercialização de alimentos, combate à fome por meio de ações emergenciais, e criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); atores que participaram do movimento “Ação da cidadania contra a fome e a miséria e pela vida”, em 1992, e da “Campanha Nacional de Combate à Fome” em 1993; atores que atuaram no CONSEA em 1994 e 1995, reivindicando, por exemplo, a inserção do tema da fome na agenda pública, a municipalização e a aquisição de alimentos regionais e “não formulados” para a alimentação escolar, o fortalecimento da agricultura familiar, e ações emergenciais de distribuição de alimentos; atores e organizações que estão articulados em torno do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, criado em 1998, o qual vem contribuindo na construção de uma visão ampliada de SAN, na proposição e no acompanhamento de políticas públicas, e na mobilização social em diferentes níveis da federação e internacionalmente; atores que construíram o projeto Fome Zero em 2001, em que se destacou a necessidade de fortalecimento da agricultura familiar, dos mercados institucionais, bem como a necessidade de ampliação da alimentação escolar e articulação com os alimentos regionais; e, desde 2003, grande

avancamos neste período. Mas devemos reconhecer também que deveríamos ter qualificado mais algumas políticas (...). E poderíamos ter insistido mais em outras, como por exemplo, de estímulo à transição agroecológica. A agroecologia neste período não evoluiu nada, nem da parte do governo, nem da parte da FETRAF-sul, que a defende, mas não conseguiu ser mais atuante e propositiva e influenciar uma política no âmbito do governo federal. (...) Por enquanto o que se nota é um bonito discurso de agroecologia, mas que tem distância da realidade de agricultores acostumados ao modelo dos pacotes tecnológicos e tem enormes dificuldades em mudar.” (FETRAF-Sul, 2010, p.5 e 13). Cabe considerar, no entanto, o recente processo de construção da Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção, aprovada em 2012, e que envolveu um passo adiante na articulação de diferentes organizações em torno do tema.

parte desses atores intervêm no CONSEA e mobiliza-se em torno das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional. Para esses atores, a agricultura familiar e a agroecologia são elementos fundamentais na construção da segurança alimentar e nutricional no Brasil (BRASIL, CONSEA, 2011; 2007a).

Cabe também destacar a atuação de muitos gestores públicos na construção do PAA, do PNAE e da PGPM Bio. Muitos desses possuem trajetórias de vida vinculadas às organizações da agricultura camponesa e familiar, da segurança alimentar e nutricional, e do campo agroecológico. Essa circulação dos atores em diferentes espaços institucionais favorece a participação social na construção das políticas públicas e a institucionalização de ideias identificadas com estes três grandes temas – agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional, e agroecologia – e a articulação entre eles.

É relevante ressaltar que o CONSEA constituiu-se como um espaço importante de encontro e articulação desses grupos de atores e também de construção de políticas públicas. Representantes governamentais, movimentos sociais rurais, organizações religiosas, ONGs, órgãos de defesa do consumidor, intelectuais, organizações vinculadas à segurança alimentar e à agroecologia, e associações empresariais fazem-se presentes neste espaço, onde apresentam, disputam e constroem concepções sobre segurança alimentar e o papel da agricultura familiar e da agroecologia neste processo. Tão logo o CONSEA foi restabelecido em 2003, ele começou a discutir diretrizes para as ações nas áreas de alimentação, nutrição e agricultura familiar, tendo sido vital na criação do PAA, na articulação da alimentação escolar com a agricultura familiar e no monitoramento e aperfeiçoamento destes Programas e da PGPM-Bio (ZIMMERMANN e GRISA, 2012; MENEZES, 2010). Merece ênfase ainda a construção, no âmbito do CONSEA, de um conceito da alimentação saudável e adequada – que contempla a referência a “formas de produção

ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes químicos, físicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados” (BRASIL, CONSEA, 2007b) – e de propostas de diretrizes para o desenvolvimento de um programa intersetorial de promoção da alimentação adequada e saudável.

Foram as ideias desses diferentes grupos de atores, favorecidas por um contexto político de maior participação social na construção social das políticas públicas e pela emergência de determinadas agendas de políticas, que desencadearam a estruturação desses mercados institucionais orientados para a agricultura familiar e para a construção da segurança alimentar no país.¹⁹ A próxima seção busca apresentar como as ideias sobre agroecologia manifestaram-se em instrumentos das políticas públicas analisadas.

Ideias e enfoques da agroecologia institucionalizados nos instrumentos das políticas públicas

Mais que analisar os resultados da ação pública, esta seção visa destacar os instrumentos do PAA, do PNAE e da PGPM-Bio estruturados pelo Estado e que contribuem para a construção da agroecologia. Diferindo, aqui, das interpretações que compreendem os instrumentos

19. Não há espaço neste trabalho para discutir mais detalhadamente o processo de construção de cada uma das políticas analisadas. Deve-se mencionar, no entanto, que a construção do PAA emergiu no interior do CONSEA, em meio às discussões de articular a subvenção ao consumo do Programa Fome Zero com as necessidades de mercado para a agricultura familiar. A mudança no PNAE em 2009 também teve como elemento fundamental o CONSEA, particularmente a sua proposta de criação de um Grupo de Trabalho de Alimentação Escolar, composto por representantes do Conselho e do FNDE para discutir a evolução política-institucional do PNAE. Por fim, a construção da PGPM Bio foi influenciada pela agenda internacional relacionada à conservação e ao uso da biodiversidade, e envolveu a realização de seminários regionais, nos diferentes biomas brasileiros, contando com a participação de vários segmentos da sociedade civil, incluindo representantes dos agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais.

das políticas públicas como dispositivos dados, “naturais” ou basicamente funcionais na resolução dos problemas públicos, parte-se da interpretação neste trabalho de que estes portam representações sobre o mundo e o problema social visado, organizam as relações entre o Estado e a sociedade²⁰, e produzem efeitos em decorrências das escolhas que foram realizadas na sua conformação (LASCOUMES e LE GALÉS, 2007; 2004). Os instrumentos não são neutros, eles portam valores alimentados por interpretações do social e concepções precisas do problema visado, enquadrando e nutrindo as interações sociais. Como afirmam Lascoumes e Les Galés (2004, p. 13), “os instrumentos de ação pública se constituem como dispositivos, ao mesmo tempo técnico e social, que organizam as relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários em função de representações e significados dos quais são portadores”. Desse modo, o objetivo desta seção consiste em evidenciar a relação desses mercados institucionais com a agroecologia, mediada por instrumentos que dialogam com esta abordagem e com as práticas a ela associadas.

É importante reforçar que os valores e princípios da agroecologia incorporados aos instrumentos não são por si mesmos indutores de práticas agroecológicas. As interações que se estabelece, entre estes instrumentos com atores sociais e instituições governamentais e não governamentais engajadas no fortalecimento da agricultura camponesa e familiar, do extrativismo sustentável, na disseminação de práticas agroecológicas, na promoção de uma alimentação mais saudável e da segurança alimentar e nutricional, são de grande relevância para que estes instrumentos passem a se constituir como elos importantes na construção de arranjos sociais, político-organizativos e de mercado, nos quais emergem princípios de justiça e de relação com a natureza que se

20. Cabe assinalar ainda, no caso dos instrumentos analisados, que eles influenciam também as relações entre a sociedade e a natureza por meio da agricultura e do extrativismo, em seus distintos contextos de implementação.

distanciam, em graus variados, do modelo produtivista. Mas é importante ressaltar que os mecanismos, na forma como foram desenhados, além de focalizar agricultores familiares e extrativistas, reforçam, de diferentes maneiras a participação das organizações da agricultura camponesa e familiar no processo de implementação dos programas, impedindo, por exemplo, que agentes privados comercializem produtos da agricultura familiar por meio do mercado institucional com dispensa de licitação. Trata-se aqui de uma opção importante, relacionada ao desenho da política, que não pode ser subestimada.

Um primeiro aspecto comum ao PAA, PNAE e PGPM-Bio refere-se ao suporte à produção extrativista (mediante a aquisição de alimentos ou subvenção ao preço) possibilitando o fortalecimento dessas práticas e da reprodução social de quem vive delas, em uma perspectiva de sustentabilidade. A castanha do Brasil, o coco babaçu, o pequi, a mangaba, o açaí, o urucum e o cupuaçu são alguns produtos contemplados por essas políticas públicas. Ao subvencionar ou adquirir produtos derivados do coco de babaçu, por exemplo, esses programas, por um lado, valorizam os recursos naturais, o trabalho de muitas mulheres das regiões Norte e Nordeste Brasileira que lutam pelo livre acesso e preservação dos babaçuais, geram renda e garantem mercado às famílias extrativistas e, por outro, permitem que crianças, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade social tenham acesso a alimentos com elevado valor nutricional. Mais que a preservação e o uso sustentável da biodiversidade, este exemplo elucida também a reconexão, a refundação ou a “co-produção” da agricultura e do sistema agroalimentar com a natureza e os processos ecológicos (PETERSEN, 2009; PLOEG, 2008, 2006). Contrariamente ao modelo de produção agrícola da modernização da agricultura em que o processo produtivo e os ecossistemas foram se desconectando, fragilizando os vínculos entre a atividade agrícola e sua base ecológica, social e cultural – alguns autores chegam a falar, até mesmo, de uma

industrialização da agricultura (KAGEYAMA, 1987; GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1990; GRAZIANO DA SILVA, 1996) –, percebe-se nesses casos a possibilidade de um novo tipo de articulação entre processos sociais e processos ecológicos na conservação e no manejo da biodiversidade agrícola e alimentar.

Além dessa coprodução com a natureza, esses produtos extrativos e outros alimentos adquiridos pelo PAA e PNAE apresentam enraizamento cultural nos territórios. Os três programas têm contribuído para resgatar e valorizar muitos alimentos locais que vinham sendo esquecidos ao longo de gerações ou não apresentavam valor comercial. Neste processo, conhecimentos tracionais, práticas culturais e alimentares, identidades, pessoas e objetos são revalorizados e resignificados. Diferentes práticas e alimentos regionais estão sendo revigorados com o suporte dos Programas em todo o país, a exemplo da canjica, do mesocarpo de babaçu, das cucas, do azeite de coco, da farinha de baru, do maxixe e do jambu. Em vez da comida de “nenhum lugar”, cultivada por produtores desconhecidos, embalada e transportada através de longas distâncias por grandes corporações, ganham visibilidade por meio desses programas outras práticas – antigas, novas ou renovadas – sinalizadoras de um jeito diferente de produzir, preparar, distribuir, escolher, valorizar e consumir o alimento (SCHMITT, 2011).

Outro elemento comum ao PAA e PNAE na promoção da agroecologia refere-se ao espaço atribuído aos alimentos produzidos segundo tais manejos nestes mercados institucionais. O PAA traz como uma de suas finalidades “promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional” (BRASIL, Presidência da República, 2012). Por sua vez, o PNAE afirma que nas aquisições da agricultura familiar devem ser priorizados, sempre que possível, os alimentos orgânicos e (ou) agroecológicos (BRASIL, Ministério da Educação, 2009). Ambos os programas possibilitam também o acréscimo de 30%

nos preços de referência para os alimentos produzidos de modo agroecológico ou orgânico.²¹ Mesmo quando os agricultores não chegam a alcançar o reconhecimento da qualidade orgânica ou agroecológica de seus produtos, a garantia de comercialização oferecida por estes Programas e a existência de uma oferta diversificada, que se estrutura localmente – desenhada, em muitos casos, em diálogo com as organizações dos agricultores – contribuem para ampliar as margens de manobra dos agricultores e extrativistas na diversificação de seus sistemas produtivos e de suas atividades, ampliando as possibilidades de aplicação de princípios e práticas agroecológicas no manejo dos agroecossistemas. No caso das regiões mais fortemente afetadas pelo processo de modernização, esses novos arranjos produtivos e de mercado ajudam a minimizar os processos de externalização e o “squeeze” aos quais a agricultura foi submetida com o advento do modelo agrícola do Pós-Guerra, reduzindo os impactos ambientais das práticas agrícolas e favorecendo a reconstrução da autonomia da agricultura camponesa e familiar (PLOG, 2008; 2006).

Ademais, a ênfase na produção agroecológica e orgânica deriva também da preocupação em fornecer alimentos saudáveis às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional ou vulnerabilidade. Esse debate tem ganhado impulso especialmente no PNAE, quando

21. Vale mencionar a existência de uma Nota Técnica publicada em 2010 pela Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), reforçando a validade do mecanismo de Controle Social para venda direta de produtores familiares orgânicos na comercialização de alimentos através do PAA e do PNAE. As vendas de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar por meio do mercado institucional são consideradas como “venda direta”, não exigindo, necessariamente, a garantia da conformidade orgânica mediante a certificação por auditoria ou dos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs). Nos termos propostos na Nota Técnica, o agricultor precisaria apenas estar vinculado a uma OCS cadastrada no MAPA. A aceitação de formas mais simples de garantia da qualidade orgânica deveria ampliar as possibilidades de acesso dos agricultores familiares ao preço diferenciado oferecido pelos Programas, mas este mecanismo, ao que tudo indica, ainda encontra uma série de entraves em sua disseminação.

em 2006 foram estabelecidas as diretrizes para promoção de uma alimentação saudável nas escolas (BRASIL, Ministério da Educação, 2006). Nesta discussão destaca-se a questão dos agrotóxicos que, por sua vez, está diretamente relacionada com a agroecologia.²² Desse modo, a construção da segurança alimentar e nutricional e a promoção da alimentação saudável são indissociáveis da discussão sobre modelo de agricultura e o estímulo a uma agricultura de base ecológica.

É preciso ressaltar igualmente o papel que o consumo e o consumidor têm na modificação da matriz produtiva e das práticas de produção agrícola e, nesse sentido, ganham importância a construção e o estímulo a hábitos alimentares coerentes com um modelo de produção sustentável, mediado pela agroecologia (MORGAN e SONNINO, 2010). Ao promover o consumo de alimentos da agricultura familiar e agroecológica nas escolas, em instituições socioassistenciais, em restaurantes populares, em espaços político-institucionais ou por meio da distribuição direta para populações em situação de vulnerabilidade social, contribui-se para a conformação de um consumo político que reconhece e valoriza a agricultura familiar e preocupa-se com a forma como o alimento foi produzido e seus valores intrínsecos. Como afirmam Morgan e Sonnino (2010, p.72), referindo-se à alimentação escolar – em uma assertiva que pode ser igualmente estendida para os outros mercados institucionais analisados neste trabalho –, “quando empregadas adequadamente, as compras públicas podem produzir um serviço de alimentação escolar sustentável que proporciona dividendos sociais, econômicos e ambientais, ao mesmo tempo em que promove a cultura da sustentabilidade”.

22. Conforme avaliação recente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), um terço dos alimentos consumidos cotidianamente pelos brasileiros está contaminado pelos agrotóxicos. Sessenta e três por cento das amostras analisadas consideradas no estudo apresentaram contaminação de agrotóxicos, sendo que 28% apresentaram ingredientes ativos não autorizados no Brasil para aquele cultivo e (ou) ultrapassaram os limites máximos de resíduos considerados aceitáveis (ABRASCO, 2012).

No caso específico do PAA, outro aspecto deve ser destacado na relação deste mercado institucional com a agroecologia. Trata-se da aquisição e doação de sementes locais, tradicionais/crioulas e comerciais (preferencialmente não híbridas) produzidas por agricultores familiares. Esse mecanismo resgata e preserva a biodiversidade, estimula a produção, o intercâmbio e a comercialização dessas sementes mais adaptadas às condições locais, e promove a autonomia da agricultura camponesa e familiar. Essas sementes trazem histórias de gerações, práticas e símbolos culturais e significam a autonomia diante de relações comerciais que geram dependência de pacotes tecnológicos, conhecimento técnico e circuitos de comercialização (LONDRES e ALMEIDA, 2009). Na Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia, as organizações presentes afirmaram que “O domínio das sementes locais por famílias e comunidades é uma condição para que elas estruturam e mantenham sistemas agroecológicos de produção. Sementes são bens culturais que integram o patrimônio dos povos a serviço da humanidade. Nesse sentido, não podem ser confundidas como um mero insumo agrícola regulado por interesses de empresas privadas” (ANA, 2006, p.12). Várias organizações sociais, em diferentes regiões brasileiras, buscam nesse mercado institucional continuar o trabalho de resgate de sementes tradicionais locais e a formação de Bancos de Sementes Comunitários (PANTALEÃO e FREITAS SOBRINHO, 2007; LONDRES e ALMEIDA, 2009).

Outro elemento que deve ser mencionado na relação entre as políticas públicas analisadas (particularmente o PAA²³ e o PNAE) e a agroecologia consiste na construção social de mercados capazes de viabilizar novas formas de produção e de consumo. Além da coprodução,

23. Aqui nos referimos fundamentalmente às modalidades que articulam a aquisição de alimentos com a doação simultânea ou o suporte ao consumo institucional (modalidades Compra Com Doação Simultânea, Compra Direta Local da Agricultura Familiar e Compra Institucional).

da valorização dos produtos locais e agroecológicos, o PAA e o PNAE incitam a diversificação da produção comercializada (MEDEIROS *et al.* 2011; GHIZELINI, 2010). Esses programas articulam uma demanda diversificada de alimentos, oriunda das entidades socioassistenciais, equipamentos públicos e escolas, com a oferta de produtos pelos agricultores familiares, incitando a diversificação produtiva e comercial. A diversificação produtiva, por sua vez, difere da monocultura suscitada com a modernização da agricultura e conflui com os princípios da agroecologia e da promoção da autonomia da agricultura camponesa e familiar (PLOEG, 2008, 2006; ELLIS, 2000).

Em termos de consumo, esses programas incitam o consumo de alimentos regionais e locais, que prezam pela cultura alimentar, práticas de produção e relações sociais do lugar, que respeitam a sazonalidade dos produtos e que valorizam os atores dos territórios. Esse modelo de produção contrapõe-se àquele assentado em grandes corporações ou “verdadeiros impérios alimentares” que valoriza a distância, a padronização, a durabilidade dos produtos, a impessoalidade e subordina o tempo e o lugar à acumulação de capital (PLOEG, 2008; TRICHES e FROELICH, 2008; FRIDMAN, 2000). Como já mencionado acima, ganham importância nesse contexto as relações e as reconexões entre produtores e consumidores e as ressignificações de ambos. Em pesquisa realizada em assentamentos rurais que acessam o PAA, por exemplo, Medeiros *et al.* (2011) observaram que, em alguns contextos específicos, o Programa tem contribuído para o reconhecimento da importância desses atores no abastecimento alimentar local e tem incitado a construção de novos arranjos organizacionais e laços de solidariedade. O acesso aos alimentos mediado pelo programa auxiliou à desconstrução de conceitos preestabelecidos e à ressignificação do assentado como categoria social e de seu lugar no desenvolvimento regional.

Avanços, limites e desafios dos mercados institucionais para a promoção da agroecologia

Esta seção, que busca organizar as considerações finais do trabalho, tem como objetivo refletir acerca dos avanços, limites e desafios envolvidos construção de instrumentos públicos de apoio à comercialização da agricultura familiar, considerando seus efeitos atuais e potenciais na promoção de estilos de agricultura de base ecológica. As trajetórias dos três programas analisados evidenciam as distintas formas pelas quais ideias vinculadas à agroecologia, à segurança alimentar e nutricional e à agricultura familiar ganharam força em diferentes arenas, influenciando na formulação e implementação, no Brasil, de novos instrumentos de ação governamental e, particularmente no caso do PAA e do PNAE, a construção de novos mercados²⁴.

Um primeiro elemento a ser destacado refere-se ao fato de que os princípios que orientam a construção e crescente aperfeiçoamento desses mecanismos de intervenção pública trazem em si um reconhecimento da agricultura familiar não apenas com base na sua capacidade de produzir alimentos e fibras, alcançando determinados níveis de produção e produtividade, mas também pelo cumprimento de outras funções econômicas, sociais e ambientais, entre elas, a garantia da segurança alimentar e nutricional e da qualidade dos alimentos²⁵, a conservação dos

24. No caso da PGPM-Bio não se trata, necessariamente, da constituição de um mercado específico, mas do fortalecimento da posição ocupada pelos extrativistas nos circuitos mercantis já existentes. Concebe-se, ao mesmo tempo, que este mecanismo pode também contribuir, em determinados contextos, para o fortalecimento de redes alternativas de processamento e comercialização de produtos extrativistas que já se encontram em construção. No caso do PNAE, verifica-se o ingresso, em condições diferenciadas, de um determinado conjunto de produtores, reconhecidos como produtores familiares, em um mercado já existente. O PAA pode ser visto, por sua vez, como uma experiência de construção de um mercado específico para a agricultura familiar.

25. Considerando, aqui, tanto o estímulo à produção para o autoconsumo nas áreas rurais como o abastecimento às escolas e a diferentes programas sociais.

ecossistemas e preservação das paisagens, o uso e conservação da biodiversidade e a dinamização social e econômica dos espaços rurais²⁶. Torna-se relevante, portanto, como opção de política pública, não apenas a produção de bens privados para o mercado, mas a capacidade da agricultura familiar de prover bens e serviços de interesse público. A institucionalização dessas ideias em instrumentos de política – e que foi resultado de processos políticos complexos, envolvendo diferentes atores e cadeias de mediação – representou, sem dúvida, uma ruptura importante no que se refere aos princípios que haviam orientado, até então, as compras públicas de alimentos e as intervenções governamentais de apoio à comercialização executadas, por exemplo, por meio da PGPM.

Nos instrumentos analisados, o fator-chave que define o acesso dos produtores ao PAA, PNAE e à PGPM-Bio é a sua identificação como agricultores familiares, evidenciada mediante a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)²⁷, o que faz com que todos os processos relacionados à obtenção deste documento tornem-se cruciais para os extrativistas, camponeses e agricultores familiares. Dificuldades de acesso à DAP, frequentemente apontadas em seminários de avaliação dos programas e diferentes trabalhos de pesquisa, podem se constituir como efetivas barreiras de acesso a esses novos mercados e instrumentos de políticas públicas.

Importante destacar, ainda, que tanto no PAA como no PNAE, o produto que é reconhecido como um produto diferenciado é o produto oriundo da agricultura familiar, ainda que o produto orgânico ou

26. Essa visão dialoga, sem dúvida, com a noção de multifuncionalidade da agricultura. Para uma discussão sobre multifuncionalidade e agricultura familiar no Brasil, ver: Maluf e Carneiro (2005), Cazella *et al.* (2009).

27. Consideradas aqui as possibilidades de inclusão mediante a emissão de uma DAP Provisório ou, no caso dos extrativistas, por meio da inscrição na Relação de Extrativistas Beneficiários.

agroecológico seja, também, incentivado ao receber um acréscimo de até 30%. A opção dos referidos programas por critérios mais abrangentes de acesso, contribui, no nosso entender, para reforçar as potencialidades destes instrumentos no fortalecimento das bases sociais e ecológicas de reprodução da agricultura camponesa e familiar, possibilitando a inclusão de um número mais amplo de produtores nesses circuitos de comercialização, o que não ocorreria se o critério de acesso fosse única e exclusivamente a conformidade dos produtos com os critérios estabelecidos pela legislação que hoje regulamenta os sistemas orgânicos de produção. Cumpre dizer que a possibilidade de reconhecimento do produtos orgânico ou agroecológico por meio das Organizações de Controle Social por vezes não é utilizada, nem mesmo por agricultores vinculados a redes de agroecologia (PEREZ-CASSARINO, 2012).

O PAA e o PNAE trabalham, atualmente, com uma grande diversidade de produtos reforçando, ainda que não exclusivamente, circuitos locais de produção e consumo de alimentos. Particularmente no caso do PAA, os arranjos institucionais construídos por meio do Programa são bastante diversos. As distintas modalidades de aquisição oferecidas pelo Programa contribuem, em vários contextos, para que os instrumentos de execução da política sejam adaptados às diversas realidades locais. No caso do PNAE, a demanda por uma pauta bastante diversificada de alimentos figura como um estímulo à diversificação dos sistemas produtivos dos agricultores vinculados a esse circuito de abastecimento.

O desenho atual desses programas oferece barreiras à intermediação de produtos da agricultura familiar por meio dos mercados institucionais, com dispensa de licitação, por empresas privadas, instituindo também limites para o valor comercializado pelas famílias agricultoras a cada ano. Esses dispositivos são ferramentas importantes na garantia de que tais programas cumpram também uma função redistributiva, em contraposição às tendências de concentração que hoje caracterizam o sistema

agroalimentar. Importante considerar, no entanto, que os “mercados encaixados”, a exemplo do mercado institucional, encontram-se inseridos em mercados mais amplos. Os riscos de que suas lógicas de funcionamento, baseadas em princípios que não são exclusivamente mercantis, sejam colonizadas pelos modos de organização hoje dominantes nos grandes mercados não devem ser desconsiderados, cabendo reforçar aqui o importante papel das organizações da sociedade civil na construção participativa desses mercados. Vale lembrar, além disso, que o funcionamento dos mercados institucionais encontra-se ancorado, em maior ou menor grau, em marcos regulatórios que foram construídos com base em regras e normas instituídas pelo atual regime sociotécnico, com defasagens importantes no que tange, por exemplo, às normas de vigilância sanitária legalmente estabelecidas e sua aplicabilidade aos sistemas produtivos e formas de organização social da agricultura familiar. Destaca-se aqui, mais uma vez, o papel dos atores sociais na construção de um ambiente técnico e institucional mais favorável à reprodução da agricultura e camponesa e familiar. A intervenção dos atores sociais revela-se também fundamental no sentido de conectar a participação nesses mercados com um conjunto mais abrangente de ações, em diferentes níveis, voltadas à promoção de uma agricultura de base ecológica.

Cabe observar, por fim, que os dados relativos à execução desses distintos programas são bastante diferenciados. Em 2011, segundo dados da Secretaria de Comunicação da Presidência da República mais de 204 mil famílias agricultoras forneceram alimentos para o PAA, atendendo a um universo composto por 2.856 municípios e milhares de pessoas em insegurança alimentar (BRASIL, Presidência da República/SECOM, 2012). No caso do PNAE, em pesquisa realizada pelos gestores públicos federais em 2010 a partir do envio de questionários para as secretarias municipais e estaduais de educação, observou-se que, do total de 3.071 questionários

respondidos, 51% municípios já estavam realizando aquisições de alimentos da agricultura familiar (SILVA, 2011). No caso da recentemente implantada PGPM-Bio, foram atendidos nos anos de 2009, 2010 e de janeiro a junho de 2011, 23.739 extrativistas (CONAB, s/d). Trata-se, sem dúvida, de um processo extremamente rico, que hoje envolve uma grande diversidade de atores e contextos socioambientais. Coloca-se como um desafio não somente a ampliação do alcance desses instrumentos em números de beneficiários, mas sua articulação com um conjunto mais amplo de instrumentos de política pública capazes de potencializar processos democráticos e socialmente justos de fortalecimento da agricultura camponesa e familiar, com base em um enfoque agroecológico. A recente aprovação de uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Decreto nº 7.794/2012) aponta, ao que tudo indica, nessa direção.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec – Campinas: Editora UNICAMP, 1992.

ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. *II Encontro Nacional de Agroecologia*. Carta Política. Recife (PE): ANA, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na Saúde*. Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). *III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional*. Fortaleza (CE), 2007a. Relatório final.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). GT Alimentação Adequada e Saudável – Documento final. Brasília-DF: CONSEA, 2007b.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). *Relatório final da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Salvador (BA): CONSEA, 2011.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). *Diretrizes de segurança alimentar e do desenvolvimento agrário para o Plano Safra 2003-2004* (Subsídios técnicos do CONSEA). Brasília (DF): CONSEA, 2003.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Resolução FNDE/CD n.º 32 de 10 de agosto de 2006*. Estabelecer as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE. 2006.

BRASIL. *Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade*. Brasília, 2009.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Decreto n.º 7.775 de 4 de julho de 2012*. Regulamenta o art. 19 da Lei n.º 10.696 de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei n.º 12.512 de 14 de outubro de 2011 e dá outras providências. 2012.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei n.º 11.497 de 16 de junho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. 2009.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO. *Em Questão*, n. 1465, 7 de fevereiro de 2012.

BRUNORI, G. Alternative trade or market fragmentation? Food circuits and social movements. *Quaderni Simondi*, n.13, marzo 2011, Pisa, Italia.

BRUNORI, G. Local food and alternative food networks: a communication perspective. *Antropology of food*. Número especial: From local food to localized

food, 2007. Online. Disponível em: <<http://aof.revues.org/430>>. Consultado em: dezembro de 2012.

BRUNORI, G. et al. *Deliverable n.º 1 - Towards a conceptual framework for agricultural and rural innovation policies (WPI Synthesis Report)*. Insight Project, University of Pisa, 2007.

BURCH, David; LAWRENCE, Geoffrey. Towards a third food regime: behind the transformation. *Agriculture and Human Values*, Apr. 2009, p.

CAPORAL, F.R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. *Agroecologia*, v.6, p. 63-74, 2012.

CAZELLA, A. A. et al. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. IN: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P. e MALUF, R. S. *Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 47-70.

CERQUEIRA, E. B.; GOMES, J. M. A. *Extratativismo, conservação ambiental e política de preços mínimos para sociobiodiversidade*. VI Encontro Nacional da ANPPAS, 18 a 21 de setembro de 2012, Belém-PA.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). *Anais I Congresso nacional extraordinário dos trabalhadores rurais*. Brasília (DF): CONTAG, 1994.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). *Anais - 3.º Congresso nacional dos trabalhadores rurais*. Brasília (DF): CONTAG, 1979a.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). O trabalhador rural. *Boletim periódico*, n. especial, ano 11, 1979b.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). *Anais - II Congresso nacional dos trabalhadores rurais*. Brasília (DF): CONTAG, 1973.

DELGADO, G.C.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; OLIVEIRA, J.J. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). *Texto para a discussão n.º 1145*, Brasília (DF): IPEA, 2005.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. Políticas de preços agrícolas e estoques de alimentos: origens, situação atual e perspectivas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n.108, jan.-jun. 2005, p. 25-32.

ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR. *III Congresso da FETRAF-SUL/CUT*: documento base. Erechim (RS): FETRAF-Sul, 2010.

FLIEGEL, F. *Diffusion research in rural sociology: the record and prospects for the future*. Westport-Connecticut / London: Greenwood Press, 1993.

FRANCIS, C. *et al.* Agroecology: the ecology of food systems. *Journal of Sustainable Agriculture*, n.22, 2003, p. 99-118.

FRIEDMANN, H. Uma economia mundial de alimentos sustentável. In: BELIK, W.; MALUF, R.S. *Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização*. Campinas, SP, IE/UNICAMP, 2000, p. 1-22.

GEELS, F. W. Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: a multilevel perspective and a case study. *Research Policy*, n. 31, 2012, p. 1257-1274.

GHIZELINI, A.A.M. *Atores sociais, agricultura familiar camponesa e o espaço local: uma análise a partir do Programa de Aquisição de Alimentos*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPR). Curitiba (PR), 2010.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecology: ecological processes in sustainable agriculture*. Chelsea-MI: Ann Arbor Press, 1997.

GODIN, B. The linear model of innovation: the historical construction of an analytical framework. *Science, Technology and Human Values*, v. 31, n. 6, Nov. 2006, p. 6390667.

GOODMAN, D.; REDCLIFT, M. *Refashioning nature: food, ecology and culture*. London and New York: Routledge, 1991.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Editora Campus: São Paulo (SP), 1990.

GOODMAN, D.; DUPUIS, M.; GOODMAN, M. K. *Alternative food networks: knowledge, practice and politics*. Oxon: Routledge, 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas (SP): Unicamp/IE, 1996. GRITO DA TERRA BRASIL. *Pauta do Grito da Terra Brasil 2003*. Brasília (DF): CUT, CONTAG, 2003.

GRISA, C. *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. Tese (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

GRITO DA TERRA BRASIL. *Pauta nacional de reivindicações*. Brasília (DF): CUT/DNTR, CONTAG, MST, MAB, MONAPE, CNS, CAPOIB, 1994.

GUIVANT, J. Parâmetros tecnológicos para a análise e a difusão de práticas agrícolas sustentáveis. IN: VIEIRA, P. F.; MAIMON, E. D. (Org.). *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinariedade*. Belém-PA: Aped Editora/NAEA, 1993. p. 277-298.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. *Agricultural development: an international perspective*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1980.

HINRICHS, C. Clare. Embeddedness and local food systems: notes on two types of direct agricultural market. *Journal of Rural Studies*, n.16, 2000, p. 295-303.

JAFFEE D.; HOWARD, P. H. Corporate cooptation of organic and Fair Trade standards. *Agriculture and Human Values*, v. 27, 2010, p. 387-399.

KAGEYAMA, A. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas (SP): Unicamp/IE, 1987.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. *Agricultura e políticas públicas*. Brasília (DF): IPEA, v.1, 1990, p. 113-223.

KLOPPENBURG Jr., J. R. *First the seed: the political economy of plant biotechnology*. Madison: The University of Wisconsin Press, 2004.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. Introduction: Understanding Public Policy through Its Instruments—From the Nature of Instruments to the Sociology of Public Policy Instrumentation. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, v.20, n.1, p. 1-21, 2007.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. *Gouverner par les instruments*. Paris: Presses de Sciences Po, 2004.

LONDRES, F.; ALMEIDA, P. *Impacto do controle corporativo no setor de sementes sobre agricultores familiares e sistemas alternativos de distribuição: estudo de caso do Brasil*, Rio de Janeiro, ASPTA, 2009.

MACIEL, L.R. *MIA de Alimentos: potencialidades e limites para a agricultura familiar*. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócio. Brasília (DF), 2008.

MALUF, R.S. *Alimentação, escola e agricultura familiar*. Boletim do OPPA, n.26, maio de 2009.

MALUF, R. Ações públicas locais de Apoio à Produção de Alimentos e à Segurança Alimentar. *Polis papers 4*. Instituto Polis, São Paulo, 1999.

MALUF, R.; CARNEIRO, M. J. Multifuncionalidade da agricultura familiar. *Cadernos do CEAM*, Ano V, n.17, fev. 2005. p. 43-58.

McMICHAEL, P. A food regime genealogy. *The Journal of Peasant Studies*, v.36, n.1, Jan. 2009, p. 139-169.

MEDEIROS, L.S. *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em assentamentos de reforma agrária: implantação, impactos e perspectivas. Rio de Janeiro (RJ), 2011. (Relatório de pesquisa).

MENEZES, F. Participação social no Fome Zero: a experiência do CONSEA. In: GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.E.; FRANÇA, C.G. *Fome Zero: a experiência brasileira*. Brasília (DF): MDA, 2010, p.247-264.

MILONE, P. *Agriculture in transition: a neo-institutional analysis*. Assen – The Netherlands: Van Gorcum, 2009.

MOLINA, M. G. D. Algunas notas sobre Agroecología y Política. *Agroecología*, v.6, 2012, p. 9-21.

MORGAN, K.; MURDOCH, J. Organic vs conventional agriculture: knowledge, power and innovation in the food chain. *Geoforum*, n.31, 2000, p. 159-173.

MORGAN, K.; MARSDEN, T.; MURDOCH, J. *Worlds of food: place, power and provenance in the food chain*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

MORGAN, K.; SONNINO, R. Repensando a alimentação escolar: o poder do prato público. In: ASSADOURIAN, E. *Estado do mundo: estado do consumo e o consumo sustentável*. Salvador, BA: Uma Ed., 2010, p.72-78.

MÜLLER, A.L. *A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Porto Alegre (RS), 2007.

MULLER, G. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. *Revista de economia política*, v.2, n.6, abr./jun., p.47-77, 1982

NEE, V.; INGRAM, P. Embeddedness and beyond: institutions, exchange, and social structure”. In: BRINTON, M. C.; NEE, V. *The new institutionalism in sociology*. New York: Russel Sage Foudation, 1998.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! IN: FERNANDES, B. M. *et al. (org.) Geografia agraria: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.

NIEDERLE, P.A. *Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França*. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2011.

OOSTINDIE, H. *et al.* The central role of nested markets in rural development in Europe. *Rivista di Economia Agraria*, v. 65, n. 2, Giugno, 2010.

PANTALEÃO, M.J.; FREITAS SOBRINHO, J.D. Sementes da vida: camponeses resgatando as sementes crioulas em Goiás, *Revista Agriculturas*, v.4, n.3, pp. 10-12, 2007.

PEREZ-CASSARINO, J. *A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), UFPR, 2012.

PETERSEN, P. Introdução. In: PETERSEN, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 05-15.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S.G. *Rincões transformadores: trajetórias e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória)*. Rio de Janeiro (RJ), 2006.

PICOLOTTO, E. L. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2011.

PLOEG, J. D. van der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. *Sociologias*, v.13, n.27, 2011a.

PLOEG, J. D. The drivers of change: the role of peasants in the creation of an agro-ecological agriculture. *Agroecologia*, v.6, 2011b, p. 47-54.

Ploeg, J. D. *Newly emerging, nested markets: a theoretical introduction into their strengths and relevance*. III Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 17 a 18 de novembro de 2011.

PLOEG, J. D. van der. *Farming styles research: the state of the art*. Key-note lecture for the Workshop on “Historicizing farm styles”. Melk-Austria, 21 to 23th of October, 2010.

PLOEG, J. D. van der. *Camponeses e impérios alimentares: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2006, p.13-54.

PLOEG *et al.* In regimes, novelties, niches and co-production. IN: WISKERKE, J. S.C. and PLOEG, J. D. van der. *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen – The Netherlands: Van Gorcum, 2004. p. 1-30.

PLOEG, J. D. van der *et al.* Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, v.40, n.4, Oct. 2000. p. 391-408

PLOEG, J. D. van der. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. *Born from within: practice and perspectives of endogenous rural development*. Assen – The Netherlands: Van Gorcum, 1994.

POLMAN, N. *et al.* *Nested markets with Common Pool Resources in Multifunctional Agriculture*. International Society for New Institutional Economics, Stirling, 2010.

RADOMSKY, G. F. W. *Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, 2010.

ROGERS, E. M. *Diffusion of innovations*. New York: Free Press, 1995.

RUTTAN, V. W.; HAYAMI, Y. *Toward a theory of induced institutional innovation*. Center for Economic Research, Department of Economics, University of Minnesota, Discussion paper n. 200, February, 1985.

SALLES-FILHO, S. Apresentação. *Revista Brasileira de Inovação*, v.4, n.1, jan.-jun. 2005.

SCHMITT, C. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. *Agriculturas*, v.8, n.3, p.04-08, 2011.

SCHMITT, C. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. IN: SAUER, S.; BALESTRO, M. (Orgs.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 177-203.

SCHMITT, C. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. *Revista de política agrícola*, ano XIV, n.2, p. 78-88, 2005.

SCHULTZ, T.W. *A transformação da agricultura tradicional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SILVA, M.L. *Encontro dos pontos focais do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB)*. Junho, 2011. (Power point).

SCOTT, J. *Seeing like a State: how certain schemes to improve the human condition have failed*. Haven and London: Yale University Press, 1998.

SONNINO, R.; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. *Journal of Economic Geography*, n.6, 2006, p. 181-199.

SONNINO, Roberta. Embeddedness in action: Saffron and the making of the local southern Tuscany. *Agriculture and Human Values*, n.4, 2007, 61-74.

STASSART, P.; JAMAR, D. Steak up to the horns! The conventionalization of organic stock farming: knowledge lock in the agrifood chain. *GeoJournal*, n.73, 2008, p. 31-44.

TRICHES, R.M.; FROELICH, E. Reconectando o consumo à produção: a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. In: Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, 2, 2008, Porto Alegre (RS), *Anais...* Porto Alegre (RS): PGDR, 2008.

VOGT, S.P.C. *A construção social do mercado institucional de alimentos: estudo de caso do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Celeiro-RS*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Santa Maria (RS), 2009.

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. *Agronomy for Sustainable Development*, n.29, 2009, 503-515.

WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

WILKINSON, J. Dynamics and dilemmas of a market oriented social movement. *Journal of Consumer Policy*, n.30, 2007, 219-239.

ZIMMERMANN, S.A.; GRISA, C. Estado e sociedade civil construindo mercados institucionais: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Brasil. In: *Anais IV Seminário Nacional Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, 2011.

ZIMMERMANN, S.A.; FERREIRA, A.P. El programa de adquisición de alimentos de la agricultura familiar em Mirandiba-PE. In: SCOTTO, G. *Aun hay tiempo para el sol: pobrezas rurales y programas sociales*. Rio de Janeiro (RJ): Actionaid, 2008.

WANDERLEY, N. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.21, out. 2003, p. 42-61.

WANDERLEY, N. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 33-45.

WEDEKIN, I. Issues on Brazil agricultural policy. *Revista de Política Agrícola, Especial Edition: OECD Exclusive Review of Agricultural Policies in Brazil*, Out., 2005, p. 17-32.

WEID, J.M. Agricultura familiar: sustentando o insustentável. *Agriculturas*, v.7, n.2, p.07-07, 2010.

WEID, J.M. Construindo políticas públicas em apoio à agroecologia. *Agriculturas*, v.3, n.1, p.04-06, 2006.

WINTER, M. Embeddedness, the new food economy and defensive localism. *Journa of Rural Studies*, v. 19, n. 1, 2003, p. 23-32.

WISKERKE, J. S. C. On promising niches and constraining sociotechnical regimes: the case of Dutch wheat and bread. *Environment and Planning A*, 2003, v. 35, p. 429-448.

O CONSUMO POLITIZADO COMO RESPOSTA À CRISE SOCIOAMBIENTAL: AS JUSTIFICATIVAS SOCIAIS DA COMPRA DE PRODUTOS ORGÂNICOS EM FEIRAS-LIVRES DE CURITIBA

Patrícia Betti

Eduardo Feniman

Thaís Schneider

Paulo André Niederle

Introdução

Temática ainda pouco estudada no Brasil, mas de essencial importância em virtude de sua transversalidade à problemática do desenvolvimento, o consumo pode ser entendido sob diferentes pontos de vista no debate contemporâneo sobre a crise socioambiental. Por um lado, há quem o defina como vilão dos efeitos deletérios do modelo de crescimento econômico. Essas análises acentuam as externalidades negativas geradas por mecanismos que, visando a uma solução para reaquecer economias estagnadas, criam incentivos fiscais e creditícios que acabam acentuando as sequelas da sociedade de consumo.

Por outro lado, algumas abordagens heterodoxas destacam a emergência de novas atitudes e identidades de consumo, as quais parecem torná-lo o centro de uma nova utopia social capaz de responder criativamente às crises econômica, ecológica, energética e alimentar. Nessa perspectiva, a sociedade reflexiva sensibiliza-se em face dos riscos da

ideologia do progresso e reposiciona-se criticamente a partir de novas formas de consumir. Entre elas, destacam-se formas inovadoras de ação de distintos movimentos sociais que passam a usar o consumo politizado para realizar objetivos sociais (PORTILHO, 2009).

Neste capítulo analisamos a emergência desse tipo de consumo a partir de informações oriundas de estudo conduzido entre abril e setembro de 2012 junto a consumidores de produtos orgânicos/agroecológicos em duas feiras livres de Curitiba.¹ Por meio da aplicação de questionários semiestruturados, a pesquisa busca verificar como as características dessa modalidade emergente de consumo aparecem nas justificativas e motivações dos entrevistados para consumir produtos orgânicos nesses circuitos de troca.

Para contextualizar a discussão, partimos de uma revisão sobre a noção de identidade como base de significados para a tomada de decisão e atitude do consumidor-ator (FONTANELLE, 2007), o qual assume uma posição proativa na transformação das práticas de consumo em práticas políticas – uma análise que implica olhar para as transformações que a noção de identidade enfrenta nas sociedades de capitalismo tardio. A condição pós-moderna abre espaços para propostas contra-hegemônicas, mas não rompe com seus pressupostos fundamentais (HARVEY, 2007). Em seguida, o capítulo discorre sobre algumas dimensões que permitem caracterizar consumo e consumidor como elementos inseparáveis no cenário socioambiental, para, em seguida, interpretar o posicionamento destes diante de tal problemática.

O artigo argumenta que o consumo politizado ainda não é um movimento consolidado nos espaços pesquisados, mas revela alguns traços característicos nas justificativas que alguns consumidores oferecem

1. Os resultados aqui apresentados são parciais, uma vez que o estudo continua sendo realizado junto a outras feiras livres do município. Os autores agradecem a colaboração de Carolina Mergen, Ivana Iwamura e Maria Otávia Loureiro na realização da pesquisa.

a respeito de suas escolhas por produtos orgânicos, pelo local onde os adquirem e por sua origem, refletindo posicionamentos políticos acerca da temática socioambiental.

As novas identidades de consumo

Nas últimas décadas, um amplo processo de mudança social está deslocando as estruturas das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que estabilizavam os indivíduos no mundo social. O aparente declínio de algumas identidades culturais, como aquelas ligadas aos Estados-nação, assim como o surgimento de outras novas, indica que o indivíduo contemporâneo se encontra perante uma proliferação de identidades híbridas, fluídas e transitórias (HALL, 2005; BAUMAN, 2003). Assim emerge o consumidor contemporâneo: fragmentado, composto de múltiplas identidades, que acompanham diferentes quadros estruturais e institucionais. Com a multiplicação dos sistemas de significação e representação cultural, fragmentam-se também as identidades que os atores mobilizam em diferentes espaços sociais, levando, não raro, à personificação de identidades contraditórias.

Essa explosão de identidades produzidas pela sociedade contemporânea, continuamente reinventadas em projetos de renovação política e social, postula o surgimento de um novo tipo de sujeito político e de novas figuras de cidadania. “A identidade não é, pois, o que é atribuído a alguém pelo fato de estar aglutinado num grupo – como na sociedade de castas – mas, sim, a expressão daquilo que dá sentido e valor à vida do sujeito” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 65). Ela se estabelece não como uma essência ou algo inato, mas como um posicionamento; um espaço entre o “eu” (consumidor) e a sociedade, preenchido por valores culturais que proporcionam segurança, fornecem argumentos e localizam o sujeito para a tomada de decisão no cotidiano. Na condição pós-

moderna, esses locais não são fixos, mas se alteram continuamente de acordo com o contexto de relações travadas pelo sujeito – assim, a identidade, neste momento histórico, deixa de ser una e se torna múltipla (HALL, 2005).

No seio dessas novas identidades, concebidas como verdadeiros posicionamentos políticos, é possível identificar novas formas de mobilização social, inclusive em relação ao consumo. Do mesmo modo que as identidades estão sendo dinamicamente (re)construídas, também as formas de consumo têm se modificado rapidamente, consideradas não apenas sob a perspectiva econômica, mas sob o olhar sociológico e antropológico que as entende como uma das muitas formas de comunicação de valores e visões de mundo, de indivíduos e grupos, na construção e exposição de suas culturas. Como prática fundamental que conforma a identidade dos indivíduos e grupos sociais, o consumo acompanha esse conjunto de transformações societárias. Segundo o conceito apresentado por Warde (2005), o consumo é um ato de apropriação de itens que ocorre no curso do engajamento em práticas sociais.

Desse modo, na medida em que constroem e expõem culturas e, por isso, são carregadas de valores, pode-se afirmar que as diferentes maneiras de consumir compõem identidades igualmente diversas. No contexto que impele as mudanças de identidade, também se observam novos valores e novas formas de se relacionar com o mercado por meio das ações dos consumidores, as quais passam a compor novas identidades de consumo.

A discussão acadêmica sobre o consumo se tornou particularmente importante a partir da década de 1980. No Brasil, a produção científica sobre o tema tem recebido um impulso significativo nos últimos anos²,

2. Talvez o principal exemplo nesse sentido sejam as discussões realizadas no âmbito dos Encontros Nacionais de Estudos do Consumo - ENEC (<http://estudosdoconsumo.com.br>), os quais têm reunido os principais pesquisadores que estão se dedicando ao tema no Brasil,

em estreita ligação com os esforços de pesquisa desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos (MILLER, 2001; WARDE, 2005). Portilho (2009) ressalta a importância da construção de novas abordagens interdisciplinares sobre tal fenômeno, ultrapassando, por um lado, a visão economicista da teoria da escolha racional e da teoria da demanda, baseada em um indivíduo isolado e autocentrado, e, por outro, as abordagens marxistas e frankfurtianas que tendem a minimizar as complexas variações individuais e coletivas. De outro modo, a autora destaca o consumo com significações socioculturais mais do que econômicas, funcionando como instrumento de reprodução social e mediador das relações de grupo. Trata-se igualmente de um meio de comunicação, na medida em que materializa os valores e representações de seus usuários.

Uma vez que as escolhas e posses materiais carregam significação social, tais bens são necessários para dar visibilidade e estabilidade às categorias da cultura. As escolhas de consumo fundamentam-se nas experiências de pertencimento a um determinado grupo, no sentido antropológico, cujos indivíduos partilham uma mesma base normativa, podendo-se considerar o consumo, portanto, uma área de comportamento cercada de regras e valores morais que determinam as decisões de como e o que comprar, quanto gastar ou economizar. Dessa forma, ele se torna um meio de expressão e produção de cultura (DOUGLAS e ISHERHOOD, 1990, BOURDIEU, 2009).

Uma dentre as identidades emergentes associa-se ao questionamento político da economia por parte de novos movimentos sociais que vêm incorporando em seus discursos, escolhas e hábitos de produção e consumo valores como solidariedade, ética e responsabilidade. Economia solidária, agroecologia, comércio justo, produtos orgânicos, indicação

geográfica, turismo comunitário e *slow food* estão entre esses movimentos sociais econômicos que, de diferentes maneiras, visam redefinir as relações entre produtor e consumidor. As práticas desses movimentos têm sido usadas como forma inovadora de ação política e participação ao questionarem as desigualdades e a hegemonia do modelo econômico. Polêmicas na medida em que passam a ter o mercado, e não o Estado, como objetivo central e espaço de atuação, essas mobilizações estão construindo uma nova cultura de ação política, ao buscar uma reapropriação da economia a partir de seus valores próprios (WILKINSON, 2007).

No interior desses movimentos sociais e econômicos se dá a atuação dos grupos de consumidores ante o mercado. Eles são agrupados por Portilho (2009) em três esferas. A primeira se refere aos movimentos de defesa dos direitos do consumidor, cuja preocupação está na acessibilidade ao consumo, principalmente quanto ao preço e à qualidade. A segunda diz respeito aos movimentos anticonsumo, que veem na lógica de mercado da sociedade de consumo o desastroso caminho da degradação socioambiental. A terceira esfera compreende os movimentos pró-consumo responsável, que projetam na prática do consumo uma possibilidade de construir uma cultura de ação política.

Dentre os movimentos de ampliação da cidadania, os movimentos pró-consumo responsável percebem os consumidores como atores importantes e decisivos, enfatizando a autoatribuição de responsabilidades individuais. Nesse sentido, “a ideia de ‘soberania do consumidor’ pode estar movendo-se em direção à ‘cidadania do consumidor’, em que os indivíduos constituem o consumo como uma ativa prática social, política e ecológica” (PORTILHO, 2009, p. 209).

As formas de participação e ação política relacionadas ao consumo individual, o qual tem sido chamado de consumo político, são inovadoras e não institucionalizadas, podendo ser analisadas como politização da vida privada, ampliando o espaço da política. Trata-se de uma forma mais

autônoma e menos hierarquizada de se colocar diante dos problemas da sociedade de consumo (TEIXEIRA, 2011). O consumo político enfatiza “aqueles atores sociais ‘não-organizados’ e difusamente politizados que se situam entre o anonimato e a vontade de exercer um papel político, entre as preocupações cotidianas da esfera privada e a vontade de participar de uma esfera pública mais ampla” (PORTILHO, 2009, p. 210). Os indivíduos, assim, percebem-se sujeitos políticos não mais apenas por participar de instituições e movimentos coletivos, mas também ao exercer sua cidadania e agir individualmente por meio de ações de boicote, compras responsáveis e a utilização racional de recursos como água, energia e transporte.

Em sua análise, Portilho (2009) observa que algumas abordagens afirmam haver nas propostas de consumo responsável transferência de responsabilidades do Estado e do mercado para o indivíduo. Nesse caso, o problema ocorre quando a crítica social e a posição moral do pesquisador aparentemente prevalecem sobre a pesquisa empírica e a análise da realidade concreta, por adotar uma postura teórica universalizante sobre o consumo, sem fazer a distinção entre os seus múltiplos significados e usos sociais feitos pelos diferentes grupos, e por não considerar a percepção dos agentes sociais sobre seus próprios atos. Por outro lado, as diferentes linhas de pensamento baseadas em dados empíricos, na tentativa de analisar e entender como se dá o processo de autoatribuição de responsabilidades por parte dos consumidores, afirmam que essa tem sido uma forma de ação política na esfera privada, podendo “ser compreendida como consequência de alguns fatores que têm transformado práticas locais e experiências sociais nas últimas quatro ou cinco décadas, como a globalização, a destradicionalização e a reflexividade social” (PORTILHO, 2009, p.213).

Nessa perspectiva de uma sociedade pós-tradicional, os indivíduos e a humanidade coletiva, até então acostumados a viver em um mundo

definido pelos costumes e pela natureza, são levados a refletir sobre o que é essa natureza e escolher a forma de organização da vida em relação a ela em todos os seus aspectos rotineiros e cotidianos, já que estão se perdendo as referências até então dadas pela tradição. Dessa forma, a reflexividade social e a autoatribuição de responsabilidades são entendidas como novas formas de ação política, uma vez que os consumidores passam a buscar autonomia na esfera privada e afirmação de sua identidade (GIDDENS, 1991).

O consumo no enfrentamento à crise socioambiental

Os efeitos das transformações globais estão incidindo para além das transações econômicas; eles estão interferindo na formação de novas identidades sociais, condicionando novas formas do indivíduo consumidor-ator se relacionar com a natureza (FONTANELLE, 2007; STASSART, 2010). O surgimento de novas identidades de consumo é reflexo do modo como a sociedade reage diante dessa nova realidade, alterando práticas cotidianas de produção e consumo. Alguns sociólogos denominam esse momento histórico como a emergência da “sociedade de risco”, um novo período da modernidade em que a industrialização incorre em uma série de problemas de ordem socioambiental, cujas soluções extrapolam a capacidade de previsão da ciência (BECK, 2010). Essa perspectiva tem gerado uma série de questionamentos sobre a possibilidade de continuidade do modo de produção atual e da crença nas tecnologias futuras como provedoras de soluções que inibirão os impactos sobre o planeta e proporcionarão uma distribuição de riquezas mais equitativa.

A economia capitalista – que exige para sua manutenção altos níveis de produção e consumo em ritmo crescente – depara-se com os desafios impostos pelos limites do planeta. A problemática socioambiental

se consolida como uma crise civilizatória que questiona a racionalidade econômica do modo de produção capitalista e dos padrões tecnológicos dominantes (LEFF, 2007). O potencial ambiental de uma região é determinado pelos diferentes processos produtivos ali desenvolvidos e não apenas por sua estrutura ecossistêmica. As práticas de uso dos recursos dependem de sua significação cultural, do sistema de valores das comunidades, da lógica social e ecológica de suas práticas produtivas e de sua capacidade para assimilar conhecimentos científicos e técnicos modernos. Sendo assim, é possível analisar modelos de desenvolvimento observando as visões de natureza implícitas (produto a ser explorado à exaustão, fornecedora de recursos naturais, detentora de direito de preservação intrínseco, entre outras) e suas formas de consumo como prática cultural, política e econômica.

A palavra consumo advém do latim *consumere*, que significa esgotar, destruir, usar até o fim. Antes de assumir um caráter econômico, o termo era utilizado nos séculos XIX e XX para se referir à pessoa tuberculosa, no sentido de que *estava sendo consumida pela doença*. Na economia capitalista parece que o termo continua fazendo menção à sua origem médica. A sociedade de consumo exaure os recursos naturais em uma velocidade muito maior do que a de regeneração do meio ambiente (BARBOSA e CAMPBELL, 2006). O modo de vida urbano contribuiu para o estabelecimento de uma cultura de consumo. Esse processo se deu de um lado pela perda do espaço de produção substituído pelo emprego na indústria e comércio, e de outro, por meio da dinâmica da cidade, que promove o entretenimento, a moda e a obsolescência geradoras de novas necessidades de consumo (CORTEZ e ORTIGOZA, 2009).

Illich (1979) aponta que a sociedade de consumo é constituída a partir da substantivação dos verbos que faziam parte dos afazeres tradicionais das famílias e designavam suas necessidades básicas, como transportar, cozinhar e costurar. Trata-se de uma substituição do fazer

por adquirir, alimentando um mercado insaciável de bens de consumo e tornando a população cada vez mais dependente de estruturas como o Estado e o Mercado. Possuir um grande número de bens é um símbolo de sucesso nas sociedades capitalistas – mas o consumismo, entendido como uma compulsão, é objeto de críticas e considerado um dos principais problemas da atualidade.

Por outro lado, a sociedade tem se sensibilizado cada vez mais com os riscos da manutenção da lógica hegemônica que determina o aumento constante do consumo e, sabendo-se que as possibilidades de fixar limites a isso são politicamente problemáticas, está se posicionando diante da crise justamente a partir de diferentes formas de consumir. No contexto das grandes transformações que incluem a globalização dos mercados, a transnacionalização dos agentes econômicos e a centralidade do consumo na sociedade, coexistem formas inovadoras de ação política de vários movimentos sociais, que passam a usar, também, mecanismos econômicos para cumprir objetivos políticos (PORTILHO, 2009).

No centro das disputas ideológicas, o consumidor, como sujeito participante da discussão, visto como objeto pelo mercado, tem um papel preponderante no processo de mudança social. Se, por um lado, ele alimenta uma cadeia produtiva que o estimula a adquirir cada vez mais bens, por outro, é responsabilizado pelo excesso, pela compulsão e pelo estímulo à produção, e por isso tem uma posição-chave no processo de mudança social, com o poder de questionar essa lógica. Podemos analisar como algumas das novas identidades de consumo se aproximam de três diferentes dimensões de abordagem da crise socioambiental: econômica, ambiental e social.

A partir de uma dimensão eminentemente econômica, podem-se destacar duas linhas de pensamento. Na primeira estão aqueles autores conhecidos como cornucopianos, os quais rejeitam a existência de uma crise, relacionando eventos como aquecimento global ao próprio ciclo

ecológico normal do planeta. Na segunda linha estão os ambientalistas moderados, que defendem a continuidade do crescimento econômico industrial, adotando tecnologias limpas que minimizem a degradação ambiental, sem interferir na produção e circulação de mercadorias. Mais recentemente apresentada sob uma rotulagem de “economia verde”, essa é a proposta dominante no cenário mundial, amplamente referendada por organizações internacionais de desenvolvimento (FOLADORI, 2001).

Em tal perspectiva o consumidor não questiona a continuidade e a quantidade da oferta de bens, mas passa a dar preferência ao “selo verde”, que utiliza os conceitos de desenvolvimento sustentável, consumo consciente, produto ecológico e outros adjetivos para agregar valor aos produtos, mantendo os níveis de produção com uma política de compensação de danos ambientais, como créditos de carbono, tecnologia limpa e suporte a comunidades extrativistas locais. Essa lógica do consumo verde transfere ao consumidor uma responsabilidade social inédita. A autonomia da tomada de decisão do consumidor é alimentada pela colocação de necessidades, que o levam a não deixar de consumir, excluindo a discussão do consumismo, mas mantendo a mesma matriz de produção de necessidades e sustentando, ainda, um novo nicho de mercado (PORTILHO 2009).

O consumidor se constitui, desse modo, como o ator que responde aos problemas ambientais nas suas decisões de compra, optando por produtos “ecologicamente corretos”, certificados como tendo menor impacto ambiental. Não se discute a necessidade do consumo, mas sim sua modalidade. Trata-se de trocar um produto por outro levando em conta a garantia aferida por múltiplos sistemas de certificação ambiental que atestam que aquela se trata de uma “escolha ética” (CORTEZ e ORTIZOGA, 2009). Dados apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente demonstram que este perfil de consumidor é maioria no Brasil. O relatório revela que 87% dos brasileiros não colocam em sua lista de preocupações

o meio ambiente, mas 85% se mostram inclinados a adquirir produtos fabricados de forma ambientalmente correta (BRASIL, 2012b).

A segunda dimensão destacada é a ambiental. Aqui emergem grupos de defesa do meio ambiente, que o consideram acima de qualquer necessidade ou desejo humano. Nesse caso, a capacidade de desenvolvimento está limitada ao impacto diretamente gerado sobre a natureza, sem se esperar por soluções tecnológicas. Não significa que a tecnologia é descartada, mas relativizada (FOLADORI, 2001). O consumo, nessa perspectiva, é fortemente questionado, gerando uma discussão sobre o que são necessidades reais e o que é criado pela demanda de mercado. Surgem movimentos anticonsumo que questionam as grandes empresas em relação ao processo de produção e utilização de recursos naturais, exploração de mão de obra e imposição de bens de consumo via obsolescência programada (CORTEZ e ORTIZOGA, 2009). Desse ponto de vista, o consumidor se torna um militante, que questiona o sistema capitalista de produção, faz frente e procura renunciar à sua lógica. Verificamos esse perfil de consumidor entre os adeptos a movimentos na linha do “faça você mesmo”, que resgatam práticas de produzir itens essenciais com as próprias mãos, como vestuário, alimentos, energia e utilidades domésticas.

Em uma ordem mais radical estão, por exemplo, os consumidores adeptos ao movimento da permacultura, que migram das cidades para o campo em busca de uma vida mais frugal e de subsistência, limitando-se ao comércio local e a trocas com a vizinhança. Em geral, esse consumidor está articulado em redes nas quais compartilha experiências e cria grupos de suporte para viabilizar seu projeto “anticonsumo”. Isso não significa deixar de comprar, mas fazê-lo o mínimo possível, além de privilegiar os pequenos produtores e adquirir matérias-primas para autoprodução. Um exemplo desse tipo de atitude encontra-se em segmentos do movimento *slow food*, que se opõe às redes de comida pronta e rápida (*fast food*) ao

propor uma alimentação mais balanceada, feita em casa, com produtos adquiridos de pequenos agricultores de produção orgânica (COMASSETO *et al.*, 2001; BRUNORI *et al.*, 2012).

Finalmente, desde uma abordagem social da crise ambiental, temos os proponentes de um ecodesenvolvimento, que buscam um equilíbrio entre o suprimento das necessidades humanas e o meio ambiente. Aqui observamos um foco no papel participativo da sociedade civil, construindo soluções práticas e questionando a indústria, principalmente aquela de bens supérfluos. Trata-se de uma redistribuição do poder de consumo, associado a tecnologias de baixo impacto, regionalizadas e que empoderam as populações locais (SACHS, 2007).

Essa proposta parte de saberes locais e tecnologias apropriadas a cada contexto, respeitando o limite ambiental com maior importância em relação à constituição da economia na maioria dos países desenvolvidos. O consumo parte de uma posição mais crítica, adotando o comércio local, fomentando redes de comercialização solidária entre produtores e consumidores e até mesmo, em alguns casos, promovendo uma militância acerca do tema, como ocorre junto às associações de consumidores, vegetarianos, permacultores e agroecologistas, entre outros. Surge aqui um outro consumidor, que toma decisões a partir de uma análise do contexto, levando em conta implicações econômicas, sociais e ambientais em uma perspectiva local e coletiva. Para ele, não basta adquirir o produto, é importante conhecer sua origem e as implicações ambientais e sociais de sua produção (PORTILHO, 2009).

A abordagem dessas três dimensões e a relação com determinados perfis de consumidores remete e questiona a qual discurso ideológico, do ponto de vista produtivo, o consumidor estaria se aproximando. Porém, do mesmo modo como não podemos afirmar a legitimidade de um sobre o outro ou mesmo delimitações claras entre eles na prática, tampouco podemos encontrar limites rígidos entre as identidades dos consumidores.

A partir da lógica das identificações múltiplas e transitórias, tanto a tipologia dos movimentos ambientalistas quanto o perfil dos consumidores que se mobilizam ante o mercado, representam variadas identidades às quais cada um pode recorrer em diferentes momentos e contextos, resultando em uma hibridização dos conceitos e ideologias aqui tratados.

O consumidor nas feiras de produtos orgânicos

Diferentes valores interferem na conformação das práticas de consumo. Um dos argumentos que vimos sustentando ao longo deste capítulo é que, cada vez mais, muitos desses valores associam-se a uma posição proativa dos consumidores na transformação das práticas de consumo em práticas políticas. Com o objetivo de aproximar a discussão teórica acima apresentada da realidade concreta do consumo de orgânicos, e focalizando a percepção dos próprios consumidores, doravante apresentamos alguns resultados de pesquisa conduzida em duas feiras-livres de Curitiba: a Feira Agroecológica do Campus de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no bairro do Juvevê, e a Feira Orgânica da Praça da Ucrânia, no bairro do Bigorrrilho.

A primeira é realizada toda terça-feira por dois agricultores que representam um grupo de onze produtores dos municípios de Colombo e Rio Branco do Sul, ambos na Região Metropolitana de Curitiba. A organização dessa feira é resultante de um projeto de extensão desenvolvido, desde 2009, pela UFPR em parceria com o IFPR e a Rede Ecovida de Agroecologia. O foco do projeto é a capacitação de agricultores e estudantes em relação às técnicas de produção para agriculturas de base ecológica e a abertura canais de comercialização para os produtos, que incluem hortifrutigranjeiros e alimentos processados (IWAMURA *et al.*, 2012).

Por sua vez, a Feira da Praça da Ucrânia teve início em 2007, e é realizada aos sábados por oito feirantes oriundos de diferentes municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Trata-se de um ponto de comercialização que faz parte do Programa de Feiras Orgânicas organizado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, o qual possibilita a participação de feirantes produtores e não produtores. Para obter a licença de comercialização na feira, eles precisam comprovar a origem dos produtos por meio da renovação anual dos certificados de produção orgânica ou selos dos produtos orgânicos. Entre os inscritos para ocupar novos espaços ou vagas de desistência de outros feirantes, a preferência é dada àqueles com menor número de licenças efetivas no programa, dentre outros critérios estabelecidos em edital.

A escolha da Feira da UFPR vem ao encontro dos objetivos do próprio projeto de extensão que a originou, qual seja, a realização de estudos a partir de metodologias de pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011) que permitissem compreender o funcionamento desse circuito de comercialização de forma a contribuir para sua organização.³ Já a Feira da Praça da Ucrânia, realizada em um bairro distante da primeira, em outro dia da semana, e com um público distinto, foi selecionada para servir como uma espécie de “amostra-testemunha”, a partir da qual seria possível cotejar as informações recolhidas e verificar similaridades e diferenças nas justificações dos consumidores.

A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de questionário semiestruturado. Na Feira da UFPR, 38 consumidores foram entrevistados entre os meses de maio e junho de 2012. Na Feira da Praça da Ucrânia, a

3. Nesse sentido, cabe notar que, embora os resultados apresentados neste estudo estejam mais restritos à aplicação de questionários semiestruturados em um período relativamente curto de tempo, a pesquisa insere-se nas reflexões que vêm sendo conduzidas por um grupo de pesquisadores e extensionistas há cerca de dois anos, envolvendo uma diversidade de metodologias e técnicas de pesquisa-ação.

coleta de dados foi feita no mês de setembro de 2012, com a participação de 31 entrevistados. As questões buscaram caracterizar o perfil dos consumidores quanto a gênero, faixa etária, renda média, bairro de residência, escolaridade e ocupação profissional, além do tempo de consumo de produtos orgânicos, frequência de compra na feira e hábitos de compra de produtos orgânicos. Outras perguntas buscaram captar a maneira utilizada pelos consumidores para se certificar da origem orgânica dos produtos, bem como as motivações e dificuldades desses atores para consumir orgânicos e frequentar as feiras. Dentre o conjunto de informações coletadas, a análise empreendida a seguir busca apreender a emergência de justificações políticas associadas ao consumo de produtos orgânicos nas feiras livres.

Contudo, antes de focalizar as justificativas de consumo, cabe uma breve caracterização do perfil dos consumidores em ambas as feiras. Em relação ao gênero, faixa etária, renda média e escolaridade, os públicos são semelhantes, como revela a Tabela 1. De todo modo, destacamos a presença de uma maioria de entrevistados do sexo feminino, acima dos 50 anos de idade, com renda entre 4 e 20 salários mínimos e escolaridade superior, inclusive com índice relativamente alto de pessoas com pós-graduação. No caso da Feira da UFPR, isso poderia ocorrer em virtude da circulação de acadêmicos no ambiente da feira; contudo, os números são praticamente iguais àqueles encontrados na Feira da Praça da Ucrânia.

TABELA 1 - PERFIL DOS ENTREVISTADOS NAS DUAS FEIRAS DE ORGÂNICOS ESTUDADAS

continua

CATEGORIAS		FEIRA UFPR		FEIRA UCRÂNIA	
		N	%	N	%
Gênero	Mulheres	24	63,2	21	67,7
	Homens	14	36,8	10	32,3

TABELA 1 - PERFIL DOS ENTREVISTADOS NAS DUAS FEIRAS DE ORGÂNICOS ESTUDADAS

CATEGORIAS		<i>conclusão</i>			
		FEIRA UFPR		FEIRA UCRÂNIA	
		N	%	N	%
Faixa etária	De 20 a 35 anos	8	21,1	5	16,1
	De 36 a 50 anos	12	31,6	12	38,7
	Acima de 50 anos	17	44,7	14	45,2
Renda	Até R\$ 1.244,00	2	5,3	2	6,5
	Entre R\$ 1.244,00 e R\$ 2.488,00	6	15,8	6	19,4
	Entre R\$ 2.488,00 e R\$ 6.220,00	12	31,6	14	45,2
	Entre R\$ 6.220,00 e R\$ 12.440,00	13	34,2	7	22,6
	Acima de R\$ 12.440,00	4	10,5	3	9,7
	Não informou	2	5,3	1	3,2
Escolaridade	Fundamental	0	0,0	4	12,9
	Médio	6	15,8	0	0,0
	Graduando	6	15,8	2	6,5
	Graduado	15	39,5	16	51,6
	Mestrado	6	15,8	5	16,1
	Doutorado	5	13,2	4	12,9

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

No que tange às demais variáveis, focalizamos principalmente a motivação dos entrevistados para consumir produtos orgânicos e adquiri-los nas feiras, a assiduidade nas feiras, as diferenças entre produtos orgânicos e convencionais e o relacionamento entre produtores e consumidores. Na Feira Orgânica da Praça da Ucrânia, dos 31 entrevistados, 28 indicaram como motivação principal para a compra de orgânicos aspectos funcionais dos produtos relacionadas à saúde, qualidade e ausência de agrotóxicos. Os demais citaram justificativas

relacionadas à agricultura familiar, meio ambiente e preço. Contudo, os aspectos que podem ser mais diretamente associados a motivações políticas – sustentabilidade, ecologia, compra direta, confiança e ajuda ao produtor – foram identificados entre as justificativas secundárias. Ou seja, ainda que a principal motivação esteja eminentemente ligada à qualidade do produto e à preocupação com a saúde (duas justificativas reconhecidamente mais relevantes no caso do consumo de produtos orgânicos), outras justificativas são trazidas à tona quando os consumidores são incitados a refletir sobre um conjunto mais amplo de razões para consumo desses produtos. É o que aparece, por exemplo, na fala de uma consumidora que frequenta a feira há cinco anos. Quando questionada sobre os motivos mais importantes para comprar orgânicos, ela diz que se trata de uma postura cidadã, que implica menor impacto ao planeta, além da valorização do pequeno produtor. Como principal diferença entre um produto orgânico e um convencional, ela aponta a questão política relacionada aos efeitos das decisões de consumo de cada tipo de produto.

O mesmo acontece no caso da Feira da UFPR, onde apenas um dentre os 38 entrevistados não mencionou saúde, qualidade ou ausência de agrotóxicos entre as principais motivações para o consumo de orgânicos. Por sua vez, dentre as justificativas secundárias aparecem elementos como pureza, procedência, meio ambiente, “ser mais natural”, “não acreditar no supermercado” e filosofia de vida, que também revelam traços de postura política perante o consumo. Ademais, é quase unânime a percepção de que os produtos orgânicos são mais saudáveis, uma representação que, em alguma medida, expressa o modo como este público tem se deparado com as discussões cada vez mais recorrentes nos meios de comunicação sobre as consequências do uso de agrotóxicos e transgenia.

A diferença entre produtos orgânicos e convencionais também é caracterizada por aspectos funcionais por grande parte dos entrevistados:

na Feira da Praça da Ucrânia, 27 deles declararam que a principal diferença está no sabor, na ausência de agrotóxicos, na aparência ou no valor nutritivo – mesma resposta dada por 36 entrevistados da Feira UFPR. Para os demais, a principal diferença seria a durabilidade e a maneira como os orgânicos são produzidos, o que é evidenciado na fala de um casal que frequenta a Feira da Praça da Ucrânia desde sua abertura. Para eles, além da saúde, o diferencial dos orgânicos se dá na forma de plantio, que respeita o meio ambiente e o contexto social. Além disso, afirmam que a participação nas feiras proporciona a formação de uma rede social e o encontro com pessoas que têm interesses em comum.

A Figura 1 resume um ensaio de quantificação dessas motivações. Os eixos foram construídos a partir da valoração conferida pelos próprios consumidores para diferentes razões que eles associam à compra de produtos orgânicos. Embora a quantificação desse tipo de análise seja um recurso limitado, sobretudo quando empregado isoladamente, os dados contribuem para corroborar as informações coletadas nas questões abertas, algumas das quais já analisadas acima. Primeiro, sobressai a importância da saúde do consumidor, do sabor e frescor dos produtos, da proteção do meio ambiente e da nutrição como aspectos mais relevantes às escolhas de consumo. O suporte à agricultura familiar, o contado direto com o produtor e a possibilidade de aumento da renda deste, em virtude da venda direta que elimina os intermediários, também são motivações valoradas pelos consumidores.

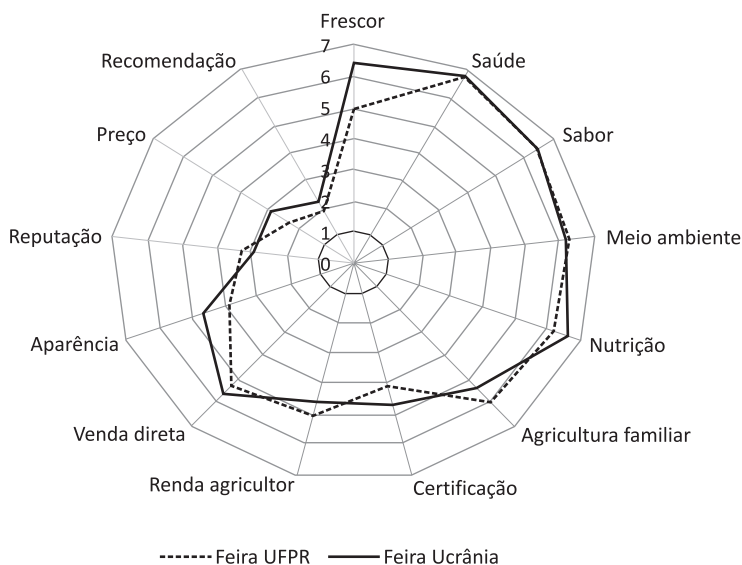


Figura 1 - Motivação para o consumo de orgânicos nas duas feiras estudadas.
Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Por sua vez, o aumento da demanda associado à notoriedade dos produtos orgânicos não se mostra um aspecto tão central como determinante das escolhas, ainda que, cabe sublinhar, os efeitos da reputação sejam difíceis de ser apreendidos e mesmo reconhecidos pelos consumidores. Nesse sentido, uma variável que também demonstra menor relevância é a motivação da compra associada à recomendação de algum “perito” (médico, nutricionista etc.). Também neste caso é necessário ter em mente que, frequentemente, essa motivação não é objeto de reconhecimento pelos consumidores, embora sejam cada vez mais notórias as campanhas empreendidas por esses profissionais para a promoção de uma alimentação saudável, mas sem uma referência explícita a esse tipo de produto.

A maioria dos entrevistados (76% na Feira da UFPR e 90% na Feira da Praça da Ucrânia) frequenta as feiras todas as semanas, principalmente em virtude de essas estarem localizadas próximas às suas residências. Como razões secundárias para a escolha do local de compra, estão aspectos como estacionamento disponível, qualidade e menor preço dos produtos em relação aos supermercados. No entanto, a declaração de uma consumidora da Feira da Praça da Ucrânia chama a atenção ao expressar que, inicialmente, consumia na feira em virtude da qualidade dos produtos, mas que, após três anos de convivência e visitas frequentes à propriedade de um dos produtores, sua principal motivação passou a ser a amizade que tem com os feirantes. Nesse sentido, ratifica-se a importância da sociabilidade como elemento diferencial das feiras, não apenas por aproximar pessoas com interesses em comum, mas também por possibilitar aos consumidores uma relação mais próxima com os produtores que sustenta laços de reciprocidade e confiança.

Esse tipo de relação também parece ser o fator fundamental que garante aos consumidores a “qualidade orgânica” do produto. Em vista do desconhecimento da certificação por muitos consumidores – mas também para aqueles cientes da atuação dos órgãos de controle da qualidade –, são os vínculos de confiança entre produtor e consumidor que atuam como a garantia mais efetiva da qualidade do alimento (haja vista que, mesmo com a certificação, sempre há o risco do comportamento oportunista). Isso é evidente em ambas as feiras, com a diferença que, no caso da Feira da UFPR, a garantia da qualidade também aparece no discurso dos consumidores diretamente associada ao local de realização da comercialização. Desse modo, a confiança no produtor mescla-se com o renome da instituição. A referência ao aval da universidade para realização da feira foi mencionada por 35% dos informantes como fator decisivo para eles confiarem na qualidade do produto. Aqui se abre uma

discussão importante sobre o papel que este tipo de projeto/parceria, envolvendo universidades e outras instituições públicas, pode desempenhar na construção social de novos mercados para produtos orgânicos.

Sobre as dificuldades encontradas para o consumo de orgânicos, muitos entrevistados disseram não haver nenhuma. Outros indicaram a existência de poucas feiras, o preço dos produtos, a falta de apoio aos produtores, o hábito de compras em supermercados e, inclusive, a presença de insetos nos vegetais. Alguns demandaram, neste momento da entrevista, a organização de mais feiras, com a devida divulgação, como possibilidade de apoio aos produtores e ampliação do consumo. Cerca de um quarto dos entrevistados da Feira da UFPR e um terço da Feira da Praça da Ucrânia apontam que o acesso aos produtos orgânicos ainda é restrito em virtude da existência de poucos pontos de venda. A falta de variedade de produtos também é uma dificuldade apontada, a qual pode ser decorrência da sazonalidade ou de dificuldades de articulação de redes de comercialização entre os agricultores, a exemplo do que busca fazer a Rede Ecovida de Agroecologia.⁴ O preço também é apontado como obstáculo para a expansão desse mercado: 47% entrevistados da Feira da UFPR indicaram o preço mais elevado dos produtos orgânicos em relação aos convencionais como uma dificuldade, assim como 23% dos consumidores da Feira da Praça da Ucrânia.

Finalmente, os consumidores também referem críticas em relação à visibilidade das feiras e ao suporte dado aos agricultores pelo governo. Essa posição demonstra como algumas pessoas estão atentas à relação sistêmica entre produção e consumo e aos diferentes aspectos nela envolvidos (poder público, modelo de desenvolvimento, contexto social). Tais colocações mostram que, para esses consumidores, a responsabilidade

4. Para uma análise da experiência da Rede Ecovida, veja outros capítulos inseridos nessa coletânea.

pela falta de variedade, dificuldade de acesso ou preço não pode recair apenas sobre o produtor, pois visualizam as falhas do poder público, dos apoios institucionais e da divulgação para a melhoria desse mercado.

Considerações finais

A globalização tem feito surgir novas identidades, que não são rótulos exclusivos sobre o indivíduo. O consumidor lança mão de múltiplas identidades nas decisões tomadas no cotidiano em busca de satisfazer suas necessidades, inclusive éticas e políticas. Por vezes, suas opções são conflitantes, como na escolha entre diferentes produtos, que pode se dar a partir da preferência por uma marca ou função, ou então por seu apelo ambiental. As duas podem fazer sentido dependendo do contexto da escolha.

A partir dos resultados de pesquisa junto a consumidores de feiras orgânicas, buscamos apreender diferentes motivações de compra na tentativa de identificar se esses atores revelam posturas políticas relacionadas às decisões de consumo. Observamos que o consumo politizado é uma postura emergente dentro deste universo de consumidores, expressando-se de diferentes maneiras. Em ambas as feiras, embora a maioria dos informantes tenha apontado aspectos funcionais dos produtos orgânicos, entre as justificações de consumo também aparecem elementos como o suporte à agricultura familiar, à defesa do meio ambiente, o conhecimento da procedência e a confiança no produtor. O que leva o consumidor às feiras é a qualidade dos produtos, compreendida não apenas em relação ao frescor, sabor e saúde, mas também aos aspectos valorativos que associam esses produtos a novas formas de consumo ético e solidário.

Diante das diferentes faces que definem a relação entre a crise ambiental e o consumo, não podemos afirmar a existência de um “consumidor político ideal”, mas é notável como a soma das práticas desses “consum-atores” constrói uma postura crítica acerca do modo com que as necessidades humanas são providas. O conceito de consumidor politizado apresenta um ativista individualizado que, inserido em um espectro mais amplo, se conecta a grupos que lhe fornecem identidades e, conseqüentemente, influenciam suas escolhas como consumidor.

Analisar diferentes motivações do consumo de produtos orgânicos significa reconhecer assimetrias nas formas de apropriação de bens, algumas das quais estão diretamente associadas às inequidades econômicas e, em especial, à desigualdade do poder aquisitivo da população. Embora o foco da discussão deste capítulo tenha recaído sobre outros condicionantes, visando justamente romper com o determinismo economicista que marca grande parte das análises sobre o comportamento do consumidor, não se pode ocultar a centralidade do fator renda. Como demonstram dados apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2012b), o custo mais elevado dos produtos com selo verde ainda é um fator que inviabiliza o acesso de muitos grupos sociais, o que foi corroborado pela pesquisa de campo. Neste sentido, é fundamental que uma abordagem socioantropológica atente igualmente para as condições de renda e meios de vida na formação das práticas e representações de consumo.

Seria precipitado afirmar que o consumidor politizado constitui uma identidade consolidada na sociedade contemporânea. No entanto, os elementos cotejados a partir dessa pesquisa nos permitem identificar a construção dessa identidade e, ao menos, apontar como esse processo pode contribuir na construção de uma economia alternativa. Como propõe Boff (2012),

Não sejamos ingênuos: o negócio da economia vigente é o negócio. Ela não propõe uma nova relação para com a natureza, sentindo-se parte dela e responsável por sua vitalidade e integridade. [...] Como alternativa a esta economia de devastação, precisamos, se queremos ter futuro, opor-lhe outro paradigma de economia de preservação, conservação e sustentação de toda a vida. Precisamos produzir sim, mas a partir dos bens e serviços que a natureza nos oferece gratuitamente, respeitando o alcance e os limites de cada biorregião, distribuindo com equidade os frutos alcançados, pensando nos direitos das gerações futuras e nos demais seres da comunidade de vida. Ela ganha corpo hoje por meio da economia biocentrada, solidária, agroecológica, familiar e orgânica. Nela cada comunidade busca garantir sua soberania alimentar. Produz o que consome, articulando produtores e consumidores numa verdadeira democracia alimentar.

A identidade desse consumidor é formada na relação com outras pessoas e no diálogo contínuo com diferentes mundos culturais. A forma individual de consumo pode ser igualmente entendida como uma resposta da sociedade para a sociedade. Não há como vivenciar uma identidade cultural específica se esta não for incorporada à identidade de cada agente social. O consumo politizado pode não ser a solução para a crise socioambiental, mas alterar hábitos de consumo é um passo fundamental para pressionar a mudança. Rejeitamos a inércia de um consumidor impotente em face do império da oferta. Tampouco o vemos como soberano, determinando o que e quanto deve ser produzido. Mas a abordagem sobre o consumidor politizado pretende indicar o surgimento de uma nova identidade de consumo estreitamente conectada à emergência de novas formas de produção.

Referências

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (Orgs.). *Cultura, Consumo e Identidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BARBOSA, L.; PORTILHO, M. F. F.; VELOSO, L. H. M. *Consumo: Cosmologias e Sociabilidades*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: editora 34, 2010.

BOFF, L. *Economia verde versus economia solidária*. Disponível em: <<http://envolverde.com.br/sociedade/artigo-sociedade/economia-verde-versus-economia-solidaria/>>. Acessado em: 17/06/2012.

BOURDIEU, P. *O senso prático*. Petrópolis: vozes, 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Orgânicos*. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos>> Acessado em 01/10/12.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. *O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável*. Brasília, 2012b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/O%20que%20os%20brasileiros%20pensam%20sobre%20a%20biodiversidade.pdf>. Acessado em 08/06/2012.

CASTELLS, M. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

COMASSETO, B. H.; SOLALINDE, G.; SOUZA, J. V.; TREVIZAN, M.; ABDALA, P. R. Z.; ROSSI, C. A. V. *Nostalgia, anticonsumo simbólico e bem estar: a agricultura urbana e o resgate da tradição*. In: ENCONTRO DA ANPAD, 35. *Anais...* Rio de Janeiro, 2011.

CORTEZ, A. T.; ORTIGOZA, S. A. G. (Org.). *Da produção ao consumo: impactos socioambientais no espaço urbano*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, D. *El mundo de los bienes: hacia una antropología del consumo*. Cidade do México: Editorial Grijalbo, 1990.

FLORIANI, D. *Conhecimento, meio ambiente e globalização*. Curitiba: Juruá, 2004.

FOLADORI, G. Una tipologia del pensameinto ambientalista. In: FOLADORI, G.; PIERRI, N. (Ed.). *Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable*. Montevideo: Trabajo y capital, 2001.

FONTENELLE, I. A. *Consumo Ético: construção de um novo fazer político?* Revista Psicologia Política, v. 6, p. 1-21, 2007.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

ILLICH, I. *O direito ao desemprego criador: a decadência da idade profissional*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1979.

IWAMURA, I.; MERGEN, C., LOUREIRO, M. O. B.; NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. O consumidor político como ator social no mercado de produtos orgânicos: uma análise do perfil dos consumidores das feiras agroecológicas de Curitiba. In: Seminário Nacional de Sociologia e Política, 4. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2012.

LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTÍN-BARBERO, J. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, D. (Org.). *Sociedade mediatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. *Política & Sociedade*, v.8, n.15, p. 199-224, out 2009.

ROSA, G. C. *A discussão do conceito de identidade nos estudos culturais*. Porto Alegre: PUCRS, s/d.

SACHS, I. Sustentabilidade social e desenvolvimento integral. In: VIEIRA, P. F. (Org.). *Rumo à ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007. pp. 285.

STASSART, P. M. Le rôle des “consommateurs” dans la construction d’un accord entre agriculteurs et environnementalistes. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2010.

TEIXEIRA, C. M. *Os valores pessoais associados ao consumo político: um estudo exploratório com estudantes universitários*. Monografia (Graduação em Administração). Porto Alegre: UFRS, 2011.

THIOLLENT, M. J. M. *Metodologia de pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

WARDE, A. Consumption and theories of practice. *Journal of Consumer Culture*, v.5, n.2, p. 131-153, 2005.

WILKINSON, J.; RANGNEKAR, D. (New) borders of consumption. *Environment & Planning A*, v.43, p. 2007-2011, 2011.

Parte 3

AGROECOLOGIA E **CERTIFICAÇÃO**
DE PRODUTOS ORGÂNICOS

CERTIFICAÇÕES, SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA E AGRICULTURA ECOLÓGICA: ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE AGRICULTORES E CONSUMIDORES

Guilherme F. W. Radomsky

Introdução

A certificação participativa, intitulada no âmbito normativo de sistema participativo de garantia, é um fenômeno que cresce em escala mundial. Em termos analíticos, a importância que assumem as certificações, nos seus diferentes formatos, para as formas de regulação econômica, normatização de processos produtivos e organização do comércio global tem despertado expressivo interesse por pesquisadores em distintas partes do mundo e, como resultado, emergem múltiplas interpretações sobre o assunto.

Em outro contexto (RADOMSKY, 2010), analisei o modo como os processos de certificação são teorizados em perspectivas que assumem, *grosso modo*, quatro posições. Num primeiro ponto de vista o foco centra-se em aspectos tais como marketing, concorrência e informação ao consumidor. É uma abordagem que privilegia o aspecto de diminuição da assimetria nas relações compra/venda para o qual os selos seriam ferramentas de transparência (ZARRILI *et al.*, 1997; RUBIK e FRANKL, 2005). Num segundo, há os autores que não concordam com a interpretação dos primeiros e a entendem como despolitizante, pois importa mostrar um conjunto de questões em disputa (quem certifica, como ocorre a certificação e como os padrões são definidos) que não aparecem ao

consumidor e nem todos os atores podem ter poder de estabelecer critérios (RENARD, 2005; BOSTRÖM e KLINTMAN, 2008). No entanto, se o mero papel de marketing não parece explicar a complexidade das certificações, apenas uma redução a um dispositivo de poder apresenta-se também como insuficiente, embora importante. A assertiva está em entender os tipos de conexões e sentidos partilhados quando produtos passam a circular com selos (RENTING *et al.*, 2003; BOWEN e VALENZUELA ZAPATA, 2009; ILBERY *et al.*, 2005). Essa terceira percepção é acionada por pesquisadores que sugerem estar na noção de relacionalidade um dos atributos dos selos. Por fim, uma gama de outros autores aponta que quaisquer reduções podem ser prejudiciais ao entendimento do tema, argumentando que as certificações possuem funções múltiplas (construção de mercados, disciplinamento e normatização das cadeias alimentares, sinalização de diferenças e efeitos na consecução de políticas públicas), tais como abordam Fonseca (2005) e Hatanaka *et al.* (2005).

As diferentes interpretações brevemente mencionadas aqui sublinham aspectos concorrentes, embora se observe que existem algumas sobreposições analíticas e questões de ênfase ou ponto de vista. Cabe, no contexto da análise que realizo neste capítulo, dar visibilidade às interações entre agricultores ecológicos e consumidores e, para tanto, a noção de que os selos exercem efeitos em termos de conexões de sentido possui determinada importância – sem, no entanto, deixar de observar as articulações de poder que surgem no campo. Sob esses prismas, elucidam-se os distintos nexos acionados em práticas e discursos sociais, tanto por parte de produtores como pelo engajamento ativo de consumidores, tais como as relações entre rural e urbano, consumo e produção, participação e solidarismo, redes e mercados alternativos.

A finalidade deste capítulo é analisar práticas e discursos em torno da certificação participativa, tanto por parte de agricultores ecológicos como por consumidores organizados. Da parte dos agricultores, examino o caso do sistema participativo de garantia da Rede Ecológica de

Agroecologia no Oeste de Santa Catarina descrevendo o processo coletivo que concretiza e sustenta o selo. Do lado dos consumidores organizados em grupo, mostro que, embora escassos, estes têm tido preocupações que envolvem certificação, agricultura ecológica, economia solidária e, por extensão, assumem posicionamentos sólidos acerca de segurança e qualidade dos alimentos.

A pesquisa que originou este texto foi realizada no oeste catarinense no município de Chapecó (e arredores) onde há atuação da Rede Ecovida de Agroecologia. A partir de investigação de caráter etnográfico, acompanhei os trabalhos de agricultores familiares ecológicos por cerca de quatorze meses entre fim de 2007 e meados de 2009 (com interrupções). Também compartilhei momentos com um grupo de consumidores ecológicos organizados durante um período aproximado de cinco meses. Episódios políticos, eventos sociais e situações cotidianas são descritos de maneira a apresentar ao leitor os desdobramentos do processo de interação entre agricultores ecológicos e consumidores, e a experiência etnográfica é simultaneamente inserção em campo, posicionamento do autor, narrativa e diálogo (TAUSSIG, 2011; GOLDMAN, 2008). Ao longo do capítulo, apresento primeiramente um balanço sobre as certificações e, logo depois, passo para os sistemas participativos de garantia na perspectiva dos agricultores. Após, descrevo e analiso a organização de consumidores, as questões sociopolíticas envolvidas e sua relação com agricultores ecológicos. Ao final, algumas considerações são tecidas.

Certificações

Appleton (2001) distingue três tipos principais de certificações. Primeiramente, existem os selos *single-issue* nos quais apenas um atributo é referido, por exemplo, “produto biodegradável” ou “reciclável”. Em

segundo lugar, as certificações negativas, que alertam sobre perigos ou riscos contidos em produtos, tais como indicativo de substância venenosa. Por fim, Appleton (2001, p. 237) define o terceiro tipo como o referente a selos ecológicos ou ambientais, também conhecidos na literatura internacional como ecocertificações. Usualmente voluntárias, as certificações ambientais são dadas a produtos que passam por análise de seu processo de fabricação ou cultivo e destacam a superioridade quanto a impactos no ambiente ou como produtos amigáveis com a natureza.

Os processos recentes de globalização, com diversos acordos internacionais em direção ao aprofundamento das relações econômicas entre os países, sugerem que o terceiro tipo de certificação analisado por Appleton (2001) é o que necessita de maiores esclarecimentos. As ecocertificações, eventualmente denominadas de selos verdes, possuem um papel significativo também para a mercantilização de produtos.

Observam Boström e Klintman (2008, p. 3) que os selos verdes (*green labels*) são “marcas que são apresentadas aos consumidores ou compradores profissionais e que ajudam a distinguir benefícios ambientais nas escolhas de consumo [comparados aos] convencionais”. Os autores sustentam que os selos, como “tipos de eco-padronização, são baseados em standardização de princípios e critérios prescritivos. Este tipo de eco-padrão é fundamentado no mercado e orientado ao consumidor e [sua eficácia] recai na diferenciação simbólica” (id., p. 28). Por serem instrumentos que visam informar ao consumidor as características e especificidades de produtos, as certificações acabam se materializando em marcas ou etiquetas e Boström e Klintman concluem que estas “traduzem complexidades sociais e ambientais em simples selos” (id., p. 175), isto é, informam atributos em um único símbolo-marca.

O período pós-1945 pode ser considerado crucial para os processos que envolvem certificações. Terminada a guerra, um conjunto de agências

internacionais e organismos multilaterais são criados. Neste caso, é a ISO (Organização Internacional da Padronização, em português), criada em 1947, que terá papel capital para a emergência de critérios e padrões. Cabe sublinhar que, no mesmo ano, o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) foi assinado por diversas nações do globo. As certificações ecológicas e orgânicas surgem nos diferentes países de modo a controlar e servir como instrumento de verificação de conformidades ambientais e estão ligadas ao aparecimento da sustentabilidade como preocupação global. O *Blue Angel* foi criado na Alemanha em 1977 e é considerado por muitos o primeiro selo de certificação para produtos e serviços de caráter “amigável com a natureza”, embora algumas referências citem o caso de entidades em atividade na Califórnia desde o princípio dos anos setenta (GUTHMAN, 2004).

A partir dos anos noventa do século XX as exigências de certificação se tornam mais efetivas para um rol variado de produtos. Com a criação da Organização Mundial do Comércio, em 1994, e a assinatura de tratados acerca de barreiras técnicas, os países membros procuraram destituir barreiras comerciais desnecessárias ao mesmo tempo em que criaram regras globais para padrões de qualidade de produtos e processos, para as quais as certificações passaram a ter papéis cruciais. Com a expansão da globalização, Hatanaka *et al.* (2005) demonstram que as nações passaram a delegar a organismos privados a função de inspecionar e certificar, fundamentados em normas harmonizadas internacionalmente¹.

Embora seja verdade, parece insuficiente entender que os selos ecológicos ou orgânicos tenham aparecido somente por efeito de uma

1. Para a atuação precisa e efetiva dos organismos certificadores, cujos Estados delegaram a função de emitir pareceres, laudos e selos de conformidade, criaram-se os mecanismos e organizações de fornecimento de acreditação. Acreditação é o procedimento pelo qual uma organização, geralmente com autoridade em âmbito transnacional, ministra reconhecimento que uma dada entidade certificadora possui competência para a sua atividade. Sobre as relações entre acreditadoras e certificadoras, ver Hatanaka e Busch (2008).

crescente preocupação com o ambiente, as práticas agrícolas, o uso incessante de agroquímicos, a informação aos consumidores e a qualidade dos produtos. Deve-se enfatizar que o mecanismo possui efetividade porque se ampara em parâmetros de controle, disciplina, normatização da vida cotidiana e inspeção de processos. Estados atribuíram a agências privadas a competência para realizar a certificação e, com isso, gerou-se um modelo considerado “exemplar” na concessão de selos. Esse modelo oficializou como “acreditada” para o comércio internacional a certificação que se faz por meio de inspeção criteriosa, burocrática e imparcial, fundamentada no conhecimento científico e na divisão técnica do trabalho, portanto, a denominada inspeção de terceira parte. Nesse esquema, verificados e verificadores precisam estar em instâncias separadas e a confiança advém disto, além de prescrever responsabilidade documental e objetividade dos métodos.

Particularmente para o caso das certificações de alimentos orgânicos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil advogam que o sistema de verificação por terceira parte não concede reais condições de mudança social e pedagogia ambiental, e instituem o sistema de garantia participativo como sustentáculo da concessão de selos – tema que abordo na próxima seção.

Selos, participação e práticas de agricultores ecológicos

O sistema participativo de garantia mostra-se, em muitas de suas características, antagônico ao modelo amparado em inspeção por terceira parte. Nele, não há repartição entre verificados e verificadores e as garantias dão-se na forma de responsabilização coletiva e controle participativo por parte daqueles que estão diretamente envolvidos e de atores sociais parceiros (agricultores, consumidores, mediadores) (RADOMSKY e LEAL, 2012).

Cada organização segue princípios gerais, mas há condições para adaptações e formas de inovação. Neste caso, como se constitui o sistema de garantia da Rede Ecológica de Agroecologia? A partir da leitura dos documentos publicados pela Rede (REDE ECOVIDA, 2007), pode-se afirmar que a certificação de uma dada propriedade rural pertencente à Rede compreende distintas fases. A família que deseja “se converter” começa a compartilhar das reuniões do grupo local e permanece um ou dois anos no processo de transição. Nesse período, deve seguir as normas da Ecológica. A própria família faz um mapa da propriedade e preenche um cadastro descrevendo-a com detalhes. Então, um agrônomo da prefeitura ou do serviço de extensão deve acompanhar a propriedade periodicamente fazendo visitas e depois elaborar um laudo. Logo após, o coordenador local encaminha à comissão de ética para esta realizar visita na propriedade. Feita a visita, a avaliação é encaminhada para a coordenação regional. Caso não haja problemas, a instância fornece o aval e a família pode obter o selo.

A propriedade pode ter apenas uma parte certificada, porém a condição é a família se propor a ampliar gradativamente até possuir toda a área sob inspeção. A certificação é sem custo ao agricultor, ainda que haja um pagamento anual pouco dispendioso. O “custo” real sempre mencionado por todos é o das pessoas se deslocarem e participarem da efetivação do sistema de garantia. Pois é essencial, pelas características do método de concessão dos selos, que os membros conheçam e visitem periodicamente as propriedades dos pares como forma de controle e, em especial, a comissão de ética, que faz visitas eventuais aos estabelecimentos.

O que observei *na prática* durante pesquisa de campo é menos esquemático. O sistema de garantia funciona e o selo é fornecido desde que os agricultores presenciem as reuniões nas propriedades dos membros do grupo, “abram” a sua propriedade de forma transparente

para os outros e tenham na agroecologia uma opção de vida, como relatado muitas vezes. Notei igualmente que emerge a importância do acompanhamento como uma forma de garantia. Os participantes da Ecovida justificam tal prática e contrapõem isto ao processo de certificação por terceira parte, que realiza a avaliação somente em um momento do ano. Embora não haja uma vigilância ininterrupta das propriedades para avaliar se os produtores estão sendo sinceros (e a certificação de terceira parte tem menos controle ainda), sustentam que, além do acompanhamento monitorado coletivamente (que de fato ocorre), também recorrem a dar confiabilidade ao agricultor. De algum modo, reinventam a própria noção de controle ao direcioná-lo para o espaço do acompanhamento, ao invés de um procedimento formal e burocrático. Em um dos relatos que obtive, ouvi de um agricultor que “muito passa pela crença, desde o consumidor que acredita no selo da Ecovida – como em qualquer outro”, e seguiu dizendo “mas também na crença do agricultor para ele transformar sua propriedade e apostar na ecologia”.

Na interpretação de Byé *et al.* (2002), o que a Rede Ecovida executa é uma transferência de dispositivos com apropriação do que se realiza nos EUA e na Europa para certificar produtos de origem animal e vegetal. Sob certo ponto de vista, é verdade que há esta transferência; no entanto, a interpretação de Byé *et al.* não valoriza a possibilidade de inovação que existe nos sistemas participativos. É certo que formas de controle atualizam relações de poder no panorama político-econômico internacional – no qual as formas de garantia participativa são menos prestigiadas no âmbito global. Mesmo assim, no caso da Rede Ecovida, observo que houve uma elaboração programática bastante vinculada àquilo que se deseja defender e promover.

Vejamos, assim, qual o resultado deste dispositivo coletivo. Por fundamentar-se na ideia de rede de credibilidade, o selo da Ecovida

pressupõe dois princípios contrários, porém complementares. De um lado, demanda a “palavra” do agricultor, ou seja, sua seriedade quanto ao processo produtivo ser feito sem uso de agrotóxicos; de outro, institui os comitês de ética locais (compostos por pessoas também agricultoras, junto a técnicos e consumidores) que zelam pelos princípios e podem fazer inspeções eventualmente. Assim, além de requisitar uma confiança que não deve ser colocada em questão, a mesma demanda um selo que chancela a mercadoria, fato que poderia isentá-la da força da palavra do agricultor. Contudo, os atores envolvidos reconhecem que colocar um selo pode não ser tão difícil para alguém munido de vontade de burlar o sistema², portanto a crença no *modus operandi* do agricultor (por parte do consumidor e dos outros agricultores que nele depositam confiança) jamais é dispensada; essa simetria é constitutiva da Rede e o constante acompanhamento dos trabalhos dos pares pelos agricultores e técnicos participantes (por meio dos encontros nas feiras, eventos, reuniões e visitas às áreas plantadas) consolida a certificação no mesmo momento em que sintetiza a diferença intrínseca desse modelo comparado ao de terceira parte.

Os processos de acompanhamento das propriedades rurais ecológicas vinculadas à Rede ocorrem ao longo do ano. A cada certo tempo (um ou dois meses) são realizadas reuniões que circulam entre propriedades rurais. Esses eventos são mais ou menos rotinizados: marcada a visita para uma propriedade rural de um participante (ou aspirante ao selo), as pessoas se encontram no início da tarde neste lugar e conversam livremente por cerca de alguns minutos até todos chegarem. A reunião então é coordenada por um agricultor que traz a pauta, sempre aberta a inserções momentâneas. Logo após, acontece a visita aos cultivos e criações da família que recebe o grupo. Os convidados

2. Apesar desses depoimentos, cumpre recordar que os selos emitidos são controlados.

caminham e observam os cultivos, conversando e trocando informações, perguntando ao dono do estabelecimento sobre suas práticas e dando opiniões durante o percurso. A caminhada dura cerca de uma hora, ainda que possa tomar mais tempo dependendo do número de pessoas e da geografia do terreno.

Retorna-se e inicia a avaliação da propriedade visitada com perguntas, opiniões, conselhos e conversas paralelas. É comum que os agricultores mais experientes tomem a palavra primeiro e sejam mais diretos e francos nos seus argumentos, críticos ou elogiosos. Porém, o diálogo não é um procedimento estandardizado, pois assuntos se somam e novas questões aparecem sem que o estabelecimento do agricultor que recebe o grupo seja necessariamente o foco da conversa. Quando é finalizada essa discussão, sempre envolvida em tentativas de cooperação, mas também marcada por pequenos conflitos e visões discordantes, o encontro se volta para a discussão dos problemas e desafios da Rede. Frequentemente debate-se acerca das famílias que “estão em cima do muro”, conforme relatos (não vão às reuniões ou atuam como atravessadores).

Depois de algumas observações percebi que a reunião é mais que um encontro para conversar sobre agricultura. Cada evento destes funciona como uma avaliação com vistas a garantir a continuidade da certificação para as famílias. Mas, mais que isso, é também um modo de garantir a coesão do grupo (uma interpelação em torno da agricultura ecológica) e cumprir normas da Rede Ecológica. Em muitas situações, entendi que havia uma cobrança crucial em torno da potencial participação de consumidores nas reuniões. Previsto na estrutura do sistema participativo de garantia, contar com consumidores se mostrava como um desafio. Dos rumores que eu ouvia em eventos ou nas feiras sobre as tentativas de organizar grupos de consumidores por parte de mediadores urbanos, parecia surgir um outro prisma sobre as conexões entre

consumidores e agricultores ecológicos e que possuía efeitos importantes na certificação. Não apenas sugerir que consumidores devem ser atores da certificação de alimentos, mas criar uma organização que consiga incrementar a produção e o consumo de produtos ecológicos ao engajar atores urbanos em redes para que isso tenha consequências, dentre as várias possíveis, na certificação.

Consumidores ecológicos organizados: expectativas, problemas e articulações

Quando iniciei a pesquisa com agricultores, soube que no ano de 2008 alguns poucos colaboradores da Ecovida haviam conseguido experimentar um sistema compra/venda de alimentos ecológicos por meio de entrega de cestas em locais específicos e sob demanda. Naquele ano, conseguiram concretizar três entregas de cestas de alimentos ecológicos, uma por mês. No mês em que obtiveram o número máximo de compradores este atingiu a marca de 45 cestas vendidas. Ao iniciar o ano de 2009, líderes de grupos consumidores retomaram o debate para reorganizar o processo e consolidar as entregas.

A primeira reunião do grupo de consumidores em que estive presente, já em 2009, agrupou também alguns agricultores líderes para discutir a proposta – somados a professores, técnicos da Epagri (Empresa de pesquisa agropecuária e extensão rural de Santa Catarina), estudantes, representantes da fundação para o meio ambiente de Santa Catarina e sindicalistas. Os esforços para os diálogos foram visíveis, porém não era fácil chegar a um acordo devido às diferentes propostas e desejos que expressavam consumidores e agricultores. Agricultores manifestavam que os preços deviam ser altos para compensar deslocamentos e entregas; consumidores sustentavam que isso podia assustar novos ou potenciais participantes.

Apesar disso, a proposta da reunião que juntou apenas doze pessoas era a criação formal da organização que oficializasse um sistema de compras coletivas. As demandas dos consumidores se amparavam no fato de que com o número atual de produtores na região a oferta de alimentos era pouco diversa, por conseguinte o consumo poderia estimular a vinda de produtos de fora ou o crescimento dos agricultores ecológicos locais. Agricultores defendiam que mais importante é utilizar o instrumento para proporcionar maior volume de alimentos orgânicos *produzidos localmente*; consumidores acham que isso demora e que a compra de produtos de outras regiões, *certificados pela Rede*, se tornaria um atalho.

À medida que participava dos encontros do grupo, entendia que a proposição da organização consiste em tentar fazer o consumidor “se movimentar”³. O grupo de compras coletivas não tem o objetivo de facilitar as coisas para as pessoas no dia a dia, ao contrário, a repetida preocupação era fazê-las se *mobilizarem* (retirar este sujeito da sua comodidade). Essa proposição política assumiria diversas formas sobre as quais retomarei adiante, no entanto, cabe ressaltar que o grupo confere ao consumo um poder de transformar comportamentos, contra um tipo de consumidor pouco preocupado, que raramente conhece o que ocorre no âmbito da produção e do sistema alimentar em geral.

Da parte dos consumidores, o formato da organização poderia ser associação ou cooperativa, alguns ainda mencionando a possibilidade de se constituir uma loja permanente. As compras acabaram funcionando da seguinte maneira: o Grupo de Agricultura Orgânica (GAO) da Unochapecó

3. A passividade do consumidor é um tema que eventualmente aparece em resultados de pesquisas recentes na área. Não vou examinar a literatura sobre estudos de consumo nesta oportunidade. Remeto o leitor aos trabalhos balizadores de Sahlins (2003), Bourdieu (2007) e Douglas e Isherwood (2006), cujos originais foram publicados nos anos 1970. Para análises mais recentes, ver Miller (1997), Guivant (2003), Portilho (2012), Pratt (2007), Howard e Allen (2006), apenas para citar alguns.

elaborou uma planilha eletrônica que foi enviada para consumidores antigos do grupo e aqueles em potencial. Foi pedido que cada consumidor que a recebesse fizesse divulgação da mesma na sua lista de contatos ou na vizinhança onde mora. Cada interessado deveria marcar os produtos requeridos, colocar seu nome e solicitar onde gostaria de buscar a cesta de alimentos (se na universidade ou no centro da cidade), e reenviar a planilha preenchida para o GAO. Este se responsabilizou por organizar os pedidos e repassar para os membros da cooperativa dos produtores, que fariam as compras nos agricultores nos diferentes municípios e separariam os alimentos para sua entrega no dia marcado.

O assunto certificação desde o início foi central para a experiência. Em todos os encontros que presenciei, a exigência de garantia formal da Ecovida por parte dos consumidores era expressiva. Para as entregas, foi acordado que *todos* os alimentos tivessem o selo, fato que não foi cumprido por parte dos agricultores. Esse assunto também foi pivô de problemas, uma vez que alguns agricultores presentes insinuaram que seria bom para o grupo receber produtos não orgânicos apenas no começo, possibilidade que foi resistida com convicção.

Os encontros foram estipulados para obedecer a dois pontos. Primeiro, estabelecer formas de trabalho menos onerosas entre os agricultores para a entrega das cestas e, segundo, criar mecanismos para mobilizar mais consumidores, criando redes capilarizadas. Conseguiu-se articular esse segundo ponto na quarta reunião do grupo, que contou com representantes de organizações, tais como sindicatos, o banco popular local, uma cooperativa de crédito atuante na região, uma associação de bairro, a pastoral da juventude da Igreja Católica, além do grupo costumeiro. Novamente, um dos dilemas que mais detêm as pessoas no debate é a certificação. Durante a reunião, consumidores que há tempos compram dos agricultores da Rede procuram atestar a confiança no selo. No entanto, um dos participantes sugere que um

agricultor da Ecovida estava vendendo na feira em que possui banca produtos não encontrados na região. Observo que muitos dos presentes têm atenção aos cultivos, são consumidores que realmente se envolvem para ter familiaridade que um comprador desatento não possuiria – e ainda demonstram conhecer alguns pilares do processo de concessão de selos orgânicos. Depois de alguma polêmica e explicações das partes, chegam à conclusão que este agricultor traz alimentos certificados de outra região do Estado, o que acalma um pouco os ânimos. Mas a desconfiança é somente atenuada: “A certificação é algo muito sério”, alerta um professor universitário que participa pela primeira vez do encontro. A pequena discussão parece servir mais ao reforço do que ao enfraquecimento do selo da Rede, com a salvaguarda de que a verificação e o controle não podem esmorecer.

Apesar de alguns problemas enfrentados, a primeira entrega do ano de 2009 ocorre cerca de dois meses e meio após o reinício da discussão sobre a organização dos consumidores ecológicos. No dia, quando chego ao local da entrega noto pouquíssimo movimento de pessoas. Os alimentos estão em cestas e reconheço algumas pessoas do próprio grupo, os quais eu já imaginava que seriam os primeiros a fazer as compras – pelas intenções explícitas de promover a agricultura ecológica no município. No total, são 21 pedidos e, se a entrega de 45 cestas no final de 2008 havia sido considerada insuficiente para os agricultores e precisaria chegar pelo menos a 150 para compensar, a marca de 21 é claramente frustrante.

Os pedidos estão separados em cestas de vime e parecem bem arrumados, embora não foram raras as reclamações, após a entrega, de que faltaram produtos ou os cálculos foram feitos de forma errada. Percebo que faltam rótulos e selos nos produtos, porém soube mais tarde que até mesmo a qualidade de alguns dos alimentos estava prejudicada, além dos preços colocados pelos agricultores ter sido um pouco acima do

esperado. Permaneço um tempo observando as pessoas que vinham buscar as cestas conversando com os mediadores cujos semblantes não são convidativos.

O que está em questão para consumidores ecológicos?

Faço uma breve pausa na descrição processual das atividades do grupo de consumidores para esclarecer dimensões que estão envolvidas no interesse e preocupação dos consumidores. Em campo, algumas vezes escutei que entre os agricultores havia uma preocupação ética sobre o esforço de seu trabalho, caso os produtos que cultivam sejam vendidos para destinatários que também compreem alimentos convencionais e que ambos os conteúdos se direcionem para mesmo fim e se tornem indistintos. A referência a esta possibilidade sensibiliza agricultores e implica a tentativa de manter puro e evitar o perigo do contágio do ecológico com o indistinto, fato que os termos “pureza e perigo” (DOUGLAS, 1991) expressam com precisão. Entre os consumidores, essa condição também aparece, porém de modo particular. Funciona como se aos alimentos naturais fossem atribuídas características de puros e que, portanto, entre as pessoas que os adquirem, o predicado de naturalidade evita colocar algo poluído para dentro do corpo.

A menção à saúde humana associada ao alimento ecológico apareceu constantemente durante a pesquisa. Menasche (2003, p. 180-181) mostra que a oposição puro e impuro (ou sujo e limpo) serve de referência no que diz respeito a escolhas de alimentos. No seu estudo, parte desses alimentos é associada aos riscos ocasionados por transgênicos e, de outro lado, cultivos em que foram administrados agrotóxicos. A seguir ilustro o fato com três menções pontuais encontradas em campo que afirmam essa preocupação.

Num primeiro relato, dado por um vegetariano e frequente comprador de alimentos ecológicos, aparece a percepção da *alimentação ser a maior fonte de intoxicação* para o corpo. Essa é uma razão expressiva do porquê mantém uma alimentação diferenciada. No segundo, um agrônomo da prefeitura de Chapecó salienta durante uma entrevista que o tomate é o *produto no qual mais consumimos veneno*. Nessa mesma conversa, fala que o pimentão também é cultivado que absorve em demasia os produtos químicos no campo, no entanto sua preocupação com o tomate é crucial, em razão de este ser um alimento comum na mesa do brasileiro e utilizado para diversos fins. Finalmente, durante o primeiro encontro do grupo dos consumidores em que estive presente, houve a discussão já aqui aludida sobre a possibilidade de que se pudessem iniciar as compras coletivas com alimentos orgânicos junto aos convencionais sendo uma maneira de aumentar a produção e conseguir angariar mais clientes. Artur⁴, um dos propositores do coletivo, manifesta-se absolutamente contra, dizendo que concede total apoio à organização caso o grupo permaneça comprando somente ecológicos; fez uma observação acerca dos alimentos comercializados na organização da seguinte maneira: “o produto da cesta tem que ser ecológico, porque se não for, *contamina*”. Em todos os casos chama a atenção ao problema da pureza e do perigo que é administrado ao corpo – na forma de qualidade e certeza de que os produtos sejam produzidos e processados naturalmente.

Com os produtores ecológicos, o perigo se situa “fora” (da propriedade rural e do controle da família), depois da comercialização, pois eles sabem que consomem seus alimentos cultivados de modo seguro. Ao contrário, com os consumidores o perigo está “dentro”, especialmente na ingestão. Ademais, não é menos relevante ressaltar

4. Como é de costume, os nomes dos entrevistados foram alterados para fins de não identificação.

que, entre os consumidores, natureza e cultura se confundem – caberia indagar: alimentos convencionais são “mais” cultura e alimentos ecológicos são “mais” natureza (e, contraditoriamente, resultado de atores mais “politizados”)? – e o gradiente do “menos natural” ao “mais natural” marca com maior clareza a distinção.

A qualidade também surge nos diálogos, porém de outros modos. O particular é que os consumidores realmente engajados e que entendem minimamente da agroecologia relacionam qualidade e aparência de modo inverso: quando o produto tem aparência muito bonita há desconfiança. Notável é isso inverter os termos comuns do consumo na sociedade capitalista ancorada no poder da imagem e da aparência. Embora o aspecto físico seja também importante, saber as origens dos produtos é exercício mais poderoso para que a dimensão da qualidade seja comprovada. Origem, palavra salientada pelos que responderam às suas preocupações, expressa claramente a localização, a identificação e o controle sobre os produtos (e sobre os produtores) que o sistema de garantia opera.

Na discussão sobre a proposta da criação da organização dos consumidores o tema qualidade surgia repetidamente. Arílson, técnico que trabalha com assuntos ambientais no Estado de Santa Catarina, era dos mais enfáticos. Interpelando os colegas do grupo de que a grande vantagem da feira é que os produtos são frescos, teme que as compras coletivas podem declinar essa característica. No prosseguimento de sua fala diz que:

[...] é preciso distinguir mercadorias de alimentos; alimento é uma coisa, outra coisa é *sucata alimentar*. Mercadoria é feita pra durar na prateleira do supermercado. [...] Até as crianças sabem o que é bom e o que é ruim nos produtos. Essa iniciativa [organizar os consumidores] dá trabalho e compromisso, mas eu topo. Eu me entusiasmo.

Observe-se que, mesmo sem verbalizar, alimento é entendido como dádiva, como um dom. Mercadoria é necessariamente ruim, sucata, pois é produção em massa apenas para que possa permanecer com bom aspecto nas prateleiras de supermercados, em seu entendimento. O aspecto físico do alimento conta menos que sua essência intrínseca. Novamente, inverte-se a percepção na relação consumo-mercadoria em que alimento (no caso, agroecológico) não pode ser comparado à imagem-fantasmagoria (“sucata alimentar”) resultado da massificação de um bem por ele considerado como precioso.

Certamente, este tipo de consumidor é minoritário. Em diversos momentos em que estive entrevistando ou acompanhando o grupo, percebi implícito um entendimento de que havia disputas de um modo mais amplo que apenas no interior do próprio grupo, ou certas posições antagonicas entre consumidores e produtores ecológicos. Saliento essa perspectiva como importante para se poder enxergar que o grupo se percebia quase como uma ilha, uma vez que os antagonismos da sociedade em geral são expressos nela (consumidores ecológicos vs. consumidores “não-preocupados” e produtores convencionais) e as dinâmicas de poder são claramente desiguais. Sob este ponto de vista, demarcar diferenças também é atraente, um assunto sensível no capitalismo para o qual o consumo se constitui em “arma” eficaz:

Quando a tendência a padronizar valores é forte, é porque alguma forma importante de controle social está sendo exercida: é um sinal de que estamos perto do centro quente de um sistema competitivo em que as pequenas diferenças fazem grande diferença (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2006, p. 208).

A possibilidade de construir um canal alternativo de comercialização com as compras coletivas do grupo – e igualmente as feiras – são formas de converter a relação econômica, tão desgastadas nos atributos impessoal e alienada, em situações de proximidade e cuidado (com o

outro, o corpo e o ambiente). A certificação faz sentido para consumidores quando eles percebem que ela pode atestar a presença dos atributos “puro”, “não contaminado” ou “saboroso”, embora reconheçam que ela é um mecanismo de mercado e de controle, talvez hoje difícil de escapar.

Na organização de compras coletivas sinto que um dos objetivos principais é despertar o consumidor de um “sono” e fazê-lo compreender que suas escolhas têm consequências. O consumidor em geral não se interessa por realizar este esforço, não tem tempo para ir a mercados alternativos (ou não quer) e é “acomodado”, na forma como escutei muitas vezes. O coletivo organizado propicia uma conduta que procura romper com a equação “produtor = ativo; consumidor = passivo”. No caso, o despertar tem predicados definidos, tais como promover a produção livre de pesticidas, a sustentabilidade ambiental e as economias alternativas (fora do circuito de grandes empresas e intermediários).

Posicionar o coletivo no centro da ação e como modo de tomar decisões é artifício que busca desconstituir a naturalidade que as sociedades contemporâneas criaram, sob a égide da razão moderna e com o desenvolvimento do capitalismo, ao tornar o consumo a ativação de um prazer individual e evento que seria o ápice da escolha pessoal (exercício de liberdade). O texto seminal de Hanna Arendt sustenta que a modernidade deslocou as posições seguras do público e do privado do mundo antigo; ao “inventar o social” despolitiza o “polo” público, tornando-o um espaço de busca de anseios econômicos que condiz com a apatia política dos indivíduos na mesma medida que os submete aos ditames do Estado e do controle (ARENDR, 2010). A crítica do grupo sinaliza a vontade de acumular uma energia para movimentar a sociedade de maneira que se organizem formas alternativas de economia (redes menores, busca de produtos locais, menos apelo à imagem e às aparências) e que haja consequências políticas.

Particularmente, as ações do grupo recuperam o que o selo da Ecovida proporciona: mais que apenas comunicar sanidade e uso sustentável do ambiente, ele condensa e agrega atributos complexos (BOSTRÖM e KLINTMAN, 2008) e o conjunto de conexões geradas no lugar extravasa o sentido original que o consumo de alimentos orgânicos ou ecológicos expressa. Da parte da organização, as compras coletivas se tornam também formas de valorizar a agricultura familiar comprometida com a agroecologia, no entanto há pormenores. Os consumidores são moradores do espaço urbano e quase todos os envolvidos no princípio da experiência participam de associações e sindicatos ou trabalham em locais que os permite refletir e atuar (direta ou indiretamente) quanto aos propósitos do grupo. As articulações do grupo com outras organizações formam-se a partir de afinidades. Para uma situação ilustrativa, menciono o caso de Paulo, um dos meus frequentes interlocutores.

Consumidor convicto de produtos ecológicos, conta-me que havia participado (poucos dias antes dessa nossa conversa) de um curso de duração de uma semana com vistas à desintoxicação alimentar. Durante sete dias, apenas se alimentou no ambiente do curso com quase todos os alimentos fornecidos pelo ministrante, relatou. No início da conversa, notei que ele se sentia bem e queria falar sobre o assunto. Deixei-o livre para discorrer e comentou muito sobre o ânimo e a felicidade que sentia, argumentando a importância de um esforço de sua parte para mudar o estilo de nutrição e também sobre os efeitos que a ingestão de alimentos “corretos” fazia para seu estado corporal e espiritual. Ele incorporava uma espécie de cuidado de si com alegria – o que coloca novamente a questão da relevância da saúde e do corpo para impulsionar o consumo de alimentos compreendidos como saudáveis.

Em um momento anterior, ele havia me dito que considerável percentual dos consumidores de produtos ecológicos fazia isso, em sua interpretação, por um cuidado com o corpo e a saúde apenas, o que

Guivant (2003) denominou de *ego-trip* – característica que salienta uma atitude egocêntrica na qual pouco importa quem produz. Relevante para este tipo de consumidor é seu corpo e sua aparência física. No entanto, ele sublinhou haver um outro tipo de consumidor preocupado com o agricultor, a natureza e o lugar de produção. O particular é que, durante a entrevista, quando menciono existir um grupo de consumidores buscando organizar compras coletivas ele logo me interrompe entusiasmado dizendo que, quando iniciaram o curso, a todos foi transmitidos o folder e a lista de alimentos ecológicos preparados pela organização de consumidores. Ou seja, já havia um trabalho de articulação na qual o ministrante do curso de desintoxicação alimentar era a pessoa-chave para fazer circular a proposta das compras entre os alunos. Soube, algumas semanas depois, que o professor já era antigo conhecido de alguns membros da organização.

Esse mero exemplo de conexão em rede, dentre outros que presenciei, desenha contornos da maneira como a experiência coletiva, que procura despertar consumidores, agia politicamente, menos como uma rede ou estrutura rígida, mais como uma teia de relações pluridirecionais e sendo atualizada a cada instante.

Todavia, um problema a ser resolvido diz respeito à certificação participativa e o papel do consumidor. O sistema de garantia da Ecovida prioriza olhares externos associados ao do próprio agricultor como modo de controle da agricultura ecológica, o que configura, com dificuldades, dilemas e impasses, a criação de uma comunidade. A comunidade procura a observância das normas e igualmente uma condução pedagógica da agricultura ecológica. Incluir o consumidor no rol de atividades e no debate sobre a produção/consumo parece ter sido mais fácil no início das atividades da Ecovida, relatos não faltam sobre essa característica que assumiu a Rede no oeste catarinense e que no curso do tempo foi perdendo.

Entretanto, uma indagação legítima é: como se constitui a rede para que ela possa contar com a participação dos consumidores? Vejamos. As preocupações do grupo de consumidores são relativas à produção e à oferta de alimentos. Caso o núcleo de Chapecó obtenha para consumo apenas o que se produz nele (e é o que acontece, com raras exceções) a diversidade de alimentos será sempre baixa e dificultará a ampliação do círculo de consumidores no lugar, haja vista que estes querem algum volume para não fracionar demais suas compras. A certificação realizada para a produção local e consumida no próprio espaço funciona, mas, na percepção de um dos entrevistados (professor universitário e mediador do grupo), isso é insuficiente. Embora já seja um passo crucial, produzir e consumir no lugar expressa um localismo no qual a ampliação e a generalização possuem inibições. Agricultores não expandem variedades de cultivos por temores de não haver mercados suficientes e pelas condições naturais de produção (o clima e o solo); consumidores não agem para multiplicar o número de produtos e produtores, porque não é atrativo investir tempo e dinheiro em alimentos pouco diversificados. Segundo apreendo, os consumidores têm uma função adicional ao fato de verificar os alimentos que eles mesmos consomem: seu papel será significativo ao *realizar a certificação para outros*, isto é, acerca de alimentos que se direcionam a outros lugares. Em contrapartida, esses consumidores do oeste de Santa Catarina receberão alimentos que são certificados por outros produtores, mediadores e, sobretudo, consumidores, insistiu. Resume assim seu raciocínio:

A relação entre regiões [compra e venda de produtos ecológicos] solidifica a certificação por parte essencialmente dos consumidores. É porque os consumidores [do município] de Lages comem a maçã orgânica e 'certificam' que nós de Chapecó vamos comer; é porque nós certificamos e comemos, enquanto consumidores, a laranja

daqui que os consumidores de Lages também vão consumir essa laranja. [...] Isso é o que possibilita uma comercialização solidária.

A partir dessa situação retoma-se a suspeita de que a garantia participativa não terá eficácia caso não inclua consumidores no processo de controle. Apesar da relevância disso, a comercialização solidária associada à certificação é o ponto-chave de seu argumento. Durante o mesmo encontro, alguns momentos antes, o mesmo comentava que se os consumidores não se organizarem estarão consumindo produtos orgânicos trazidos pelos grandes supermercados a preços que nem eles nem agricultores querem. Além disto, o processo que propicia a participação dos consumidores fornece credibilidade de fato à certificação da Ecovida. Sem a mobilização perde-se a capacidade de gerar economias alternativas e redes informais de trocas que envolvam selos.

Quais trocas? Aqui a proposta se torna sedutora. Na associação entre comercialização solidária e certificação um dos efeitos é não depender dos selos por terceira parte, um tipo de relação econômica e social em rede que isenta o pagamento do controle, entendido também como uma espécie de transferência para fora (externalização) do processo de verificação. Ademais, o que sempre traz atrativos para aqueles interessados em promover economias alternativas, recupera o poder de realizar trocas não monetárias. *A certificação dos consumidores é local*, mas o produto pode ser permutado, vendido para outros, ou seja, *circular em rede*, o que caracterizaria um *sistema de reciprocidade* entre lugares. A circulação afronta a lógica da mercadoria e dos selos mercantilizados e põe em movimento alimentos ecológicos com grande diversidade e volume de produção, recebendo dos consumidores organizados nas suas regiões o dinamismo e a confiança necessários. Esses consumidores não são necessariamente vinculados à Ecovida, embora se identifiquem com a Rede e é por ela que os fluxos se concretizam.

Atestando atributos, criando conexões, narrando a ruralidade contemporânea: algumas considerações finais

Interpretações de caráter positivo sobre a enorme gama de selos de certificação emergem no cenário social e acadêmico contemporâneo, procurando sustentar que diferentes tipos de *eco-labels* podem favorecer atores empobrecidos e distantes dos principais mercados consumidores, uma vez que as funções dos selos neste caso residiriam em fazer estes bens aparecerem na economia mundial. Experiências de identificação e certificação de café e cacau de comunidades africanas e da América Central, vendidos com forte apelo simbólico nas nações europeias e na América do Norte, são exemplos típicos. Na outra face da moeda, a dependência das agências certificadoras e da chancela que estas fornecem aos produtos e processos pode ser pouco habilitadora. Portanto, é verdade que Estados e organizações sucumbem à lógica do disciplinamento das cadeias produtivas e da normatização de processos produtivos, cada vez mais por meio de acordos globais que harmonizam legislações nacionais. No entanto, algumas das práticas coletivas e que expressam organização local assinalam novidades coletivas e expressão social.

Pelo menos em parte, isto tem sido constante na vida dos agricultores ecológicos vinculados à Rede Ecovida de Agroecologia. Suas práticas têm despertado interesses e reconhecimento, o que não os torna imunes a problemas, disputas e conflitos. Mesmo assim, construção de mercados convencionais ou alternativos, obtenção de políticas públicas que contemplem agricultores certificados nos sistemas participativos de garantia, poder para mobilizar valores e símbolos e reconhecimento dos consumidores (e do selo gerado coletivamente) são trunfos obtidos. Com todas as vicissitudes e problemas, parece estar em curso o aprofundamento do debate em torno da sustentabilidade, do caráter social da agricultura

ecológica e da conexão produção-consumo nas sociedades. Estudos recentes apontam para uma visão menos estática do mundo rural, indicando um “rural relacional” (HELEY e JONES, 2012) em que se performatizam ações e ligações, espaço este que é desejado pelos atores a ele vinculados: um lugar vivido, simbolizado e narrado.

Até o momento que pude acompanhar os trabalhos da organização de consumidores concluí que esta entidade perdeu força ao longo dos meses de 2009. Ocorre que as feiras já eram expressivamente consolidadas em Chapecó e novos espaços haviam sido obtidos por produtores (ecológicos e convencionais). O sistema de entrega de cestas via pedidos na internet teve pouca adesão, embora muitos conhecessem experiências de sucesso em outras cidades do Brasil. Para um dos entrevistados, houve uma quebra da confiança entre os atores na medida em que os preços das cestas ficaram encarecidos, o que não ocorre nas feiras.

Se o sistema participativo de garantia depende dos consumidores, argumento dos articuladores da organização, a legitimação dos selos e dos processos de verificação têm sido atestados e referendados por maneiras diversas. Em grande medida, os núcleos da Rede parecem contar com poucos consumidores em rituais de concessão de selos ou visitas de rotina em propriedades rurais certificadas. Embora sua presença seja demandada e sua participação entendida como elo crucial nesta rede, não significa que, de algum modo (nas feiras, nas redes diversas, nas relações cotidianas), os consumidores não estejam demonstrando senso de avaliação e recomendação dos alimentos – e do selo – aos seus pares.

Vale enfatizar *en passant* que os selos têm características e papéis que extravasam as intenções originais, isto é, um significado ampliado acaba sendo condensado nos selos, tal como explorei em outro momento (RADOMSKY, 2010, p. 149 e ss.). Isso significa que embora muitas certificações

obedeçam a padrões e a normas específicas, atores utilizam as credenciais para aglutinar e simbolizar mais atributos: os aditivos simbólicos, tais como o modo de vida rural, e ainda procuram atestar – neste jogo de poder – o trabalho do “autêntico” agricultor familiar.

Contudo, os consumidores atestam isso? Há indícios que confirmam isso, embora novas investigações devam esclarecer com mais exatidão como e quando isso acontece. Em minha experiência, em muitas ocasiões apareceram discursos e práticas orientados a estas relações e aqui recupero somente um depoimento que presenciei numa reunião do grupo dos consumidores, numa fala espontânea de um dos membros mais ativos:

Temos que resgatar aquele saber, aquele *conhecimento desinteressado*. Antes o agricultor fazia o vinho para tomar e se ele fosse te vender ele ia na pipa pegar. O salame a gente quer agora, mas tem que preparar e avisar o agricultor [sublinhando que os produtos demandados pelos consumidores são resultado de um processo de cultivo, criação e trabalho da família]. Não é qualquer salame. Daí ele [o agricultor] tem que criar o porco, alimentar *sem milho híbrido*, fazer o salame com a tripa do porco invertida, queremos aquele salame que ficou famoso. Depois o agricultor tem que deixar o produto na fumaça para as moscas não colocarem ovos. E o controle da qualidade? É no cheiro [gesticulando com os dedos próximo ao nariz], é assim que eu compro salame.

O interlocutor sugere estar relacionado ao alimento algo que consiste em um emaranhado de significados culturais, econômicos e políticos: a biodiversidade, os conhecimentos tradicionais e a valorização do saber desinteressado, que utiliza os sentidos, vale-se dos objetos antigos (pipa de vinho), dos processos típicos da agricultura colonial do Sul do Brasil que aproveita as matérias-primas desenvolvidas no espaço rural. O pertencimento, que nos impele a refletir sobre seu caráter cultural, adquire o tom relacional, pois é *aquele* saber que não aparece em outro

contexto, isto é, tem na própria experiência sua autenticidade; e é um agricultor específico (quicá imaginado) recuperando as forças de um passado idílico.

Referências

APPLETON, A. E. Environmental labeling schemes revisited: WTO law and developing country implications. In: SAMPSON, G. P. (Ed.). *Trade, environment, and the millennium*. United Nations University Press, 2001. pp. 235-266.

ARENDT, H. *A condição humana*. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BOSTRÖM, M.; KLINTMAN, M. *Eco-standards, product labelling and green consumerism*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOWEN, S.; VALENZUELA ZAPATA, A. Geographical indications, *terroir*, and socioeconomic and ecological sustainability: the case of tequila. *Journal of Rural Studies*, v.25, n.1, p. 108-119, 2009.

BYÉ, P.; SCHMIDT, V.; SCHMIDT, W. Transferência de dispositivos de reconhecimento da agricultura orgânica e apropriação local: uma análise sobre a Rede Ecovida. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n.6, p. 81-93, 2002.

DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

FONSECA, M. F. de A. C. *A institucionalização dos mercados de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação*. 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2005.

GOLDMAN, M. Os tambores do antropólogo: antropologia pós-social e etnografia. *Ponto Urbe*, v.3, p. 1-11, 2008.

GUIVANT, J. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida *ego-trip*. *Ambiente e Sociedade*, v6, n.2, p. 63-81, 2003.

GUTHMAN, J. *Agrarian dreams: the paradox of organic farming in California*. Berkeley: University of California Press, 2004.

HELEY, J.; JONES, L. Relational rurals: some thoughts on relating things and theory in rural studies. *Journal of Rural Studies*, v.28, p. 208-217, 2012.

HATANAKA, M.; BAIN, C.; BUSCH, L. Third-party certification in the global agrifood system. *Food Policy*, v.30, n.3, p. 354-369, 2005.

HATANAKA, M.; BUSCH, L. Third-party certification in the global agrifood system: an objective or socially mediated governance mechanism? *Sociologia Ruralis*, v.48, n.1, p. 73-91, 2008.

HOWARD, P. H.; ALLEN, P. Beyond organic: consumer interest in new labeling schemes in the Central Coast of California. *International Journal of Consumer Studies*, v.30, n.5, p. 439-451, 2006.

ILBERY, B.; MORRIS, C.; BULLER, H.; MAYE, D.; KNEAFSEY, M. Product, process and place: an examination of food marketing and labelling schemes in Europe and North America. *European Urban and Regional Studies*, v.12, n.2, p. 116-132, 2005.

MENASCHE, R. *Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre os cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MILLER, D. *Capitalism: an ethnographic approach*. Oxford; New York: Berg, 1997.

PORTILHO, F.; CASTANEDA, M. Certificação e confiança face-a-face em feiras de produtos orgânicos. *Revista de Economia Agrícola*, v.58, p. 11-21, 2012.

PRATT, J. Food values: the local and the authentic. *Critique of Anthropology*, v.27, n.3, p. 285-300, 2007.

RADOMSKY, G. F. W. *Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre: UFRGS, 2010.

RADOMSKY, G. F. W.; LEAL, O. F. From production of rules to seed production: global intellectual property and local knowledge. *Vibrant*, v. 9, n. 1, p. 451-472, 2012.

REDE ECOVIDA. *Uma identidade que se constrói em rede*. Lapa, PR, Julho de 2007. p. 1-46. (Caderno de Formação 01).

RENARD, M. Quality certification, regulation and power in fair trade. *Journal of Rural Studies*, v.21, n.4, p. 419-431, 2005.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning*, v.35, p. 393-411, 2003.

RUBIK, F.; FRANKL, P. *The future of eco-labelling: making environmental product information system effective*. Sheffield: Greenleaf Publishing, 2005.

SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

TAUSSIG, M. *I swear I saw this: drawings in fieldwork notebooks, namely my own*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

ZARRILLI, S.; JHA, V.; VOSSENAAR, R. (Ed.). *Eco-labelling and international trade*. London: MacMillan Press, 1997.

OBSTÁCULOS À CONSTRUÇÃO SOCIAL DA QUALIDADE: O CASO DA TENTATIVA DE IMPLANTAÇÃO DE UM SPG ANDALUZ¹

Nádia Velleda Caldas

Flávio Sacco dos Anjos

Apresentação

Foi com entusiasmo e alegria que acolhemos o convite para participar desta obra coletiva levada a efeito pelos colegas do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia da Universidade Federal do Paraná (NEPEA-UFPR). Esse sentimento deriva da possibilidade de estabelecer um diálogo a respeito de temas sobre os quais vimos trabalhando há alguns anos, como é precisamente o caso da certificação de produtos orgânicos², de que trata o presente capítulo. Ele surge como

1. Os autores agradecem à Capes pelo apoio financeiro concedido no marco do Acordo CAPES-DGU existente entre o Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas e o Departamento de Antropologia Social da Universidade de Sevilla, ao CNPq e à FAPERGS (PRONEM), bem como à confiança, depositada em nós, por inúmeros agricultores e entrevistados, que gentilmente disponibilizaram tais informações. Sem essas ajudas e apoios este trabalho não poderia ter sido realizado.

2. Existe ampla controvérsia sobre a terminologia utilizada: produtos orgânicos e produtos ecológicos. Trata-se de um terreno de disputas tanto no plano acadêmico quanto político-ideológico. Como é sabido, o adjetivo orgânico foi consagrado na nova legislação brasileira, e é por esse motivo que optamos por dele fazer uso, muito embora saibamos de suas limitações. A bem da verdade, produtos derivados de petróleo podem ser considerados como de natureza orgânica (hidrocarbonetos), apesar de se encontrarem diametralmente

resultado de nossas pesquisas junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar da Universidade Federal de Pelotas (NUPEAR-UFPel) e de outros estudos sobre estratégias de diferenciação de produtos agroalimentares.

Um modo de apresentar esse texto é dizer que ele reflete o cruzamento de duas estórias, que no nosso entendimento, merecem ser narradas neste livro. A primeira delas trata de uma imersão feita pelo primeiro autor na Comunidade Autônoma da Andaluzia, a propósito da tese de doutoramento desenvolvida entre os anos 2008 e 2011. A segunda estória refere-se à trajetória que acompanhou a tentativa de implantação de um Sistema Participativo de Garantia (SPG) de produtos orgânicos nessa parte da Espanha, entendida aqui como expressão exemplar de um contraditório processo de construção social da qualidade.

Com esse tipo de assertiva queremos deixar claro que entendemos a certificação muito além de uma simples etiqueta aderida a uma embalagem que contém um produto orgânico, seja ele qual for. Consideramos a certificação tanto como a culminação de um processo social liderado por produtores, consumidores e suas organizações, moralmente legitimados pela sociedade mais ampla, quanto um objeto da reflexão científica reivindicado pelos mais distintos campos do conhecimento (sociologia, antropologia, ciências agrárias, economia etc.). Aos leitores e leitoras deste capítulo caberá julgar se efetivamente nosso esforço poderá contribuir a esse debate, oferecendo um outro olhar sobre um tema “naturalmente” controvertido.

Além dessa apresentação, o capítulo contempla outras quatro seções. A primeira delas consiste numa breve introdução ao tema, ao

opostos aos fundamentos da produção em bases ecológicas. Não é nosso propósito entrar no terreno desse debate. Na Europa se utiliza o termo ecológico, de modo que, no presente trabalho, adotamos esse termo para ser sermos fieis às fontes de informação, sejam elas primárias ou secundárias. Nas alusões ao caso brasileiro faremos uso do termo orgânico.

passo que a segunda expõe o marco teórico e metodológico da pesquisa. Se a terceira seção é dedicada a uma análise sobre a situação atual da produção orgânica na Espanha, e dos sistemas de certificação existentes na Andaluzia, na quarta seção, objetivamente, discute-se o processo de implantação de um SPG andaluz a partir dos depoimentos colhidos junto aos protagonistas e demais atores sociais implicados nesse processo. A quinta e última expõe as conclusões.

Introdução

As três últimas décadas coincidem com um crescimento incessante e vigoroso da produção orgânica ou ecológica em escala mundial, tanto do ponto de vista da superfície cultivada quanto do número de agricultores identificados com essa forma de produzir. Tal incremento responde a um conjunto de circunstâncias e aspectos bastante conhecidos, sobretudo os que derivam do interesse dos consumidores, cada vez mais orientados ao consumo de produtos de qualidade diferenciada e que não ofereçam riscos à saúde das pessoas.

Nesse sentido, há que ter em mente os efeitos produzidos pela crescente incorporação de novas tecnologias aos sistemas agroalimentares, cujos impactos se fizeram sentir no crescente distanciamento entre o consumidor e a elaboração de sua própria comida, ampliando-se as suspeitas acerca da manipulação dos alimentos, as quais acabam por converter-se em certezas em face dos recentes episódios mundiais (doença das vacas loucas, intoxicações por dioxinas, febre aviária e suína etc.). O resultado converge para a preocupação constante dos cidadãos pela segurança e qualidade dos produtos que consomem (BECK, 1998; DÍAZ e GÓMEZ BENITO, 2001; CALLEJO, 2005; AGUILAR, 2007).

Entretentes, trata-se de um fenômeno que assume ritmos diferenciados nos distintos países, imprimindo contornos que refletem não somente o nível de consciência dos consumidores, mas sobretudo a capacidade dos produtores agrícolas de adotarem estratégias que lhes permitam ampliar o acesso aos mercados para que essa produção se viabilize. Todavia, a dinâmica que rege o funcionamento desses mercados impõe certas regras e procedimentos, como é precisamente o caso da certificação dos produtos de natureza orgânica.

O fato é que tais artigos, como advertem Barbosa e Lages (2006), devem ser vistos como “bens de crença”, uma vez que reúnem atributos de qualidade que não são identificáveis à primeira vista, mediante simples observação. É, portanto, por meio da implementação de processos de controle e de certificação que vemos assegurada a existência dessas singularidades, que em grande medida, são intangíveis, verificando-se que o produto se ajusta a normas técnicas determinadas, possuindo os atributos de valor sobre os quais se assenta seu caráter distintivo (ALLAIRE e SYLVANDER, 1997; MINETTI, 2002).

De um modo geral, pode-se dizer que a certificação consiste num instrumento cuja aplicação visa assegurar ao consumidor não somente a qualidade do produto agroalimentar, mas dos processos que lhes originam, do ponto de vista do respeito ao meio ambiente e de outras garantias (bem-estar dos animais, comércio justo etc.). No caso dos produtos orgânicos, existe a necessidade³ de que uma entidade externa

3. A existência de regimes de certificação de orgânicos se justifica diante desses fatores e circunstâncias. Mas também é certo que esta questão não pode ser vista como uma condição essencial para o funcionamento desse tipo de mercado. Queremos deixar claro que o comércio de orgânicos, não raras vezes, se apoia em outras lógicas e valores pautados por relações de confiança e de reciprocidade e por contatos face a face entre produtores e consumidores, os quais dispensam totalmente a existência de selos e dispositivos de controle e certificação. No trabalho que realizamos em Pelotas pudemos comprovar que entre as feiras convencionais e as feiras agroecológicas havia diferenças marcantes que

certifique que tais artigos foram obtidos em consonância com os critérios estabelecidos pela legislação (LOZANO, 2009).

Tais regimes de certificação, de caráter público ou privado, multiplicaram-se nos últimos anos como resultado dos fatores mencionados anteriormente. Não obstante, também é certo que cresce o grau de opacidade acerca dos procedimentos adotados pelas empresas certificadoras, cuja atuação nem sempre é capaz de gerar credibilidade e confiança para os atores implicados (produtores, consumidores, comerciantes etc.). Some-se a isso o fato de a certificação acarretar custos adicionais aos agricultores, os quais variam enormemente segundo o tipo de produto, a dinâmica adotada nesses processos e o destino da produção certificada (mercado interno, venda direta, exportação *in natura* etc.).

Tais aspectos servem para compreender, ainda que parcialmente, a aparição de outros regimes e esquemas de certificação, como é precisamente o caso do Sistema Participativo de Garantia (SPG) levado a efeito pela Rede Ecológica de Agroecologia⁴ nos estados meridionais do Brasil. Resumidamente, pode-se dizer que se trata de um sistema estribado na capacidade dos próprios agricultores – de caráter familiar – em estabelecer mecanismos de controle e regulação sobre a produção de orgânicos, sem prejuízo do cumprimento das normas gerais de certificação consagradas na legislação nacional.

ultrapassavam a questão estrita do tipo de produto vendido nesses espaços. Este estudo mostrou a importância destes mercados de proximidade no sentido de forjar laços sociais e produzir sociabilidade a partir da relação direta que se estabelece entre produtores e consumidores. Ver a propósito Sacco dos Anjos, Godoy e Caldas (2005).

4. Existem, logicamente, outros fatores extremamente importantes que servem para compreender a emergência de sistemas participativos de garantia, os quais, em boa medida, se inserem no contexto de um processo mais amplo de fortalecimento das organizações ligadas ao campo da agricultura familiar, cujo protagonismo é indiscutível na interlocução com o Estado brasileiro, particularmente do ponto de vista da criação e do aperfeiçoamento de políticas públicas.

O que se pretende com esse tipo de iniciativa é estabelecer um sistema de certificação que não dependa exclusivamente do exame realizado por um técnico ou auditor externo, e em que seja dado aos produtores a oportunidade de participar de um processo cujo resultado lhes afeta diretamente. A aplicação desse sistema prevê, como o próprio nome indica, que os atores envolvidos assumam um compromisso tácito e pleno com os princípios da produção ecológica, assim como um papel ativo na supervisão de todas as etapas do processo.

Com efeito, se a certificação por terceira parte⁵ é marcada pela verticalidade dos processos e por concentrar o poder nas mãos das empresas certificadoras, no SPG a aposta recai na horizontalidade de relações que unem produtores, consumidores e técnicos/assessores (SANTOS, 2002). Não obstante, a certificação participativa enfrenta certos obstáculos decorrentes das particularidades de sua dinâmica operativa, o que faz com que seja uma modalidade de certificação cuja aplicação não pode ser estendida a todos os contextos.

A experiência brasileira representa uma referência indiscutível no plano internacional, particularmente após haver sido consagrada em lei como uma modalidade de certificação reconhecida como equivalente à certificação por terceira parte em termos dos efeitos e aplicação. Recentemente surgiram algumas tentativas de implementação de SPGs em outros países, como é precisamente o caso da Espanha. Todavia, trata-se de iniciativa que não prosperou em virtude de uma série de problemas e circunstâncias, cuja análise e reflexão remetem ao objeto central do presente trabalho.

Neste estudo partimos de uma hipótese geral de que o insucesso constatado na tentativa de implantação de SPG na Andaluzia é resultante,

5. O que aqui aludimos como certificação por terceira parte admite outras formas de referência: certificação convencional, por auditoragem ou por auditoria externa.

entre outros aspectos, da forma como se deu esse processo. Este seguiu uma dinâmica tipicamente “*top down*” (de cima para baixo) na implantação desta iniciativa, cujo exame é relevante para entender a complexidade que cerca a certificação como estratégia de acesso aos mercados, bem como o papel dos entes públicos e privados nesse processo.

O marco teórico-metodológico da pesquisa

Este trabalho se insere no contexto de um programa de cooperação e intercâmbio existente entre o Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas, a Universidade Federal de Santa Maria e o Departamento de Antropologia Social da Universidade de Sevilha, no marco do Acordo Capes DGU (2009-2011), tratando-se de tese de doutoramento centrada no estudo comparativo de processos de certificação de produtos orgânicos no Brasil e Espanha.

O presente estudo centra-se em analisar tanto a questão da certificação de produtos orgânicos existente na Espanha quanto especialmente a tentativa de implantação de um SPG num território específico (Andaluzia), a qual se considera como um processo sociopolítico singular. Nesse sentido, coincidimos com Abramovay (2006, p. 52) quando este afirma que os territórios não podem ser definidos por limites físicos, mas pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social. O território é essencialmente fruto de uma construção que expressa, concretamente, um projeto de intervenção numa determinada realidade; assertiva esta que implica descartar certas definições que se aferram a critérios demasiado rígidos e apriorísticos. O fato de essa noção ter sido amplamente incorporada tanto no estudo das regiões rurais quanto na

retórica oficial, no marco de nova agenda de desenvolvimento levada a cabo na Europa e América Latina, não pode esconder, por outra parte, o peso de uma tradição normativa que concede escassa importância à interação social como dimensão de análise.

Tal constatação deriva do fato de que se trata de uma categoria cujos contornos representam o objeto de estudo da geografia *par excellence* como campo do conhecimento. Não é por outro motivo que assistimos, na última década, ao surgimento de uma nova vertente de geógrafos, a exemplo de Haesbaert (1997; 2002), que assume a premissa de que o território não pode ser tomado simplesmente como expressão do espaço social construído onde ocorrem a produção e a interação humana, mas também como campo de forças onde atuam e operam as relações de poder e dominação. Nesse sentido, partimos da premissa de que falar de construção social da qualidade é falar de interação social.

A abordagem territorial de desenvolvimento, como ressaltou Abramovay, estimula o estudo de mecanismos de governança pública, em meio aos esforços de implantação de inovações organizativas, como a que examinaremos a seguir. Nesse contexto, fazemos nossas as palavras deste autor quando afirma:

[...] el estudio empírico de los actores y de sus organizaciones se vuelve absolutamente crucial para comprender situaciones localizadas. Está claro que estos actores provienen de varios sectores económicos y poseen orígenes políticos y culturales diversificados. Uno de los principales problemas de las organizaciones territoriales de desarrollo en el medio rural reside en su inmensa dificultad para ampliar la composición social del mismo más allá de la presencia de los representantes de la agricultura (ABRAMOVAY, 2006, p. 53).

Desvelar as circunstâncias em que se levou a cabo um projeto de implantação de uma proposta de certificação participativa e resgatar a posição de atores públicos e privados implicados nesse processo

representou um dos pontos cruciais do itinerário metodológico da pesquisa que sustenta o presente trabalho, a qual esteve simultaneamente orientada ao estudo sobre a situação geral da certificação de produtos orgânicos na Espanha e Andaluzia. Nesse sentido, realizamos 23 entrevistas no total, com agricultores (9), técnicos de empresas privadas de certificação (4), acadêmicos ligados ao tema (3), agentes de dinamização (3), representantes do Governo Espanhol (1) e Governo Andaluz (1), com membros (02) de associações de consumidores ecologistas, no período compreendido entre outubro de 2009 e junho de 2010.⁶

A evolução da produção de orgânicos na Espanha e dos processos de certificação

Os dados disponíveis mais recentes (2009) indicam a existência de 25.291 produtores dedicados à produção ecológica na Espanha. Contudo, é oportuno examinar a evolução deste processo nos últimos anos. De fato, os dados da Figura 1 não deixam dúvidas sobre o espetacular incremento constatado neste país do ponto de vista da superfície ecologicamente cultivada, que passou de 4.235 para 1.602.868 hectares entre 1991 e 2009, respectivamente.

6. Tais entrevistas foram realizadas com o uso de gravador digital, mediante prévio consentimento, com base em um pequeno roteiro de questões gerais de caráter aberto, e versavam tanto sobre o processo de certificação em si mesmo, da agricultura ecológica na Espanha, quanto sobre a experiência de implantação de SPG na Andaluzia. A transcrição das entrevistas foi realizada logo após sua realização, assim como a análise dos depoimentos, sendo que nossa atenção esteve posta não somente no cruzamento das informações prestadas pelos informantes, mas sobretudo nas avaliações acerca da certificação de produtos, suas implicações imediatas e suas conhecidas contradições.

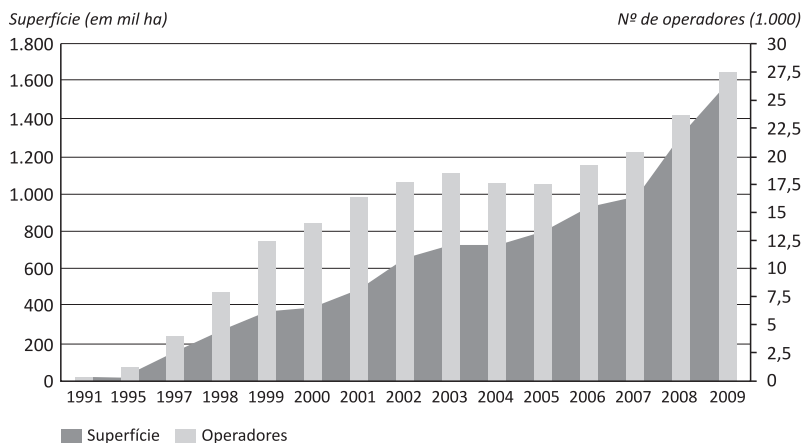


Figura 1 – Evolução da produção agrícola ecológica em Espanha, segundo superfície e número operadores, 1991-2009.

Fonte: Estadísticas 2010 (MARM).

Dentro da Espanha, a Andaluzia ostenta uma posição de indiscutível destaque (Figura 2), com relação às demais Comunidades Autônomas, já que engloba sozinha 54,1% da superfície de agricultura ecológica deste país, seguida de longe por Castilha La Mancha (15,4%), Extremadura (7,2%), Catalunha (4,5%) e Aragão (4,2%), sobre um total estimado em 1,6 milhão de hectares.

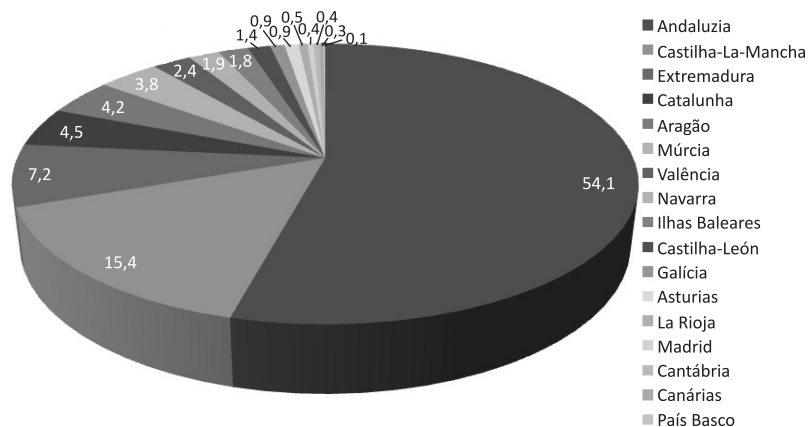


Figura 2 – Distribuição da superfície de agricultura ecológica (ha) por Comunidade Autónoma, Espanha, 2009.

Fonte: Estadísticas 2010 (MARM).

Como indicam os dados da Tabela 1, aproximadamente 52% da superfície total em hectares de agricultura ecológica na Espanha corresponde a áreas já consolidadas, ao passo que 20% se refere a superfícies “em conversão” e 28% na condição correspondente ao primeiro ano de práticas ecológicas. Com base nessa abertura, há outro dado que chama a atenção para o caso da Andaluzia. Este tem a ver com o fato de que essa Comunidade Autónoma é aquela em que existe a segunda menor proporção percentual (44,2%) de superfície em agricultura ecológica e, simultaneamente, a que apresenta a segunda maior proporção (24,8%) de áreas “em conversão”.

Esses dados evidenciam o potencial que essa região da Espanha possui do ponto de vista da expansão da produção ecológica, em que pese o fato de ser esse um processo bastante recente. Chama atenção o fato de que sozinha a Andaluzia responde por quase 75% de toda área em conversão do Estado Espanhol. Com respeito às áreas classificadas como

de “primeiro ano de práticas”, o destaque fica a cargo de Castilla-La-Mancha, onde 38,9% da superfície encontra-se nessa condição, seguida de Castilla-León (32,2%), Andaluzia (31,0%), Extremadura (29,6%), Catalunha (24,5%), Múrcia (23,8%) e Madri (21,3%).

Entrementes, o contato direto com os produtores entrevistados nos fez reagir com certa cautela diante destas estatísticas, havendo pelo menos duas grandes razões para assumir tal posição. A primeira delas tem a ver com o efeito produzido pelas ajudas diretas à produção ecológica concedidas pela União Europeia (UE) mediante sua política agrária comum (PAC). Trata-se de um diferencial de renda pago a agricultores e *ganaderos* que, em boa medida, é responsável por sobredimensionar a expressão da produção ecológica nesse país. Muitos produtores se identificam como tal, muito mais ao sabor do interesse nas ajudas, do que propriamente pela coerência e consistência de suas práticas.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DA SUPERFÍCIE (HA) ECOLÓGICA NA ESPANHA POR COMUNIDADE AUTÔNOMA, 2008

continua

Comunidade Autônoma	Superfície em hectares			Total (A + B + C)
	Agricultura Ecológica (A)	“Em Conversão” (B)	1º Ano de Práticas (C)	
Andaluzia	346.372,24	194.490,68	243.204,43	784.067,35
Aragão	56.628,08	10.349,55	3.516,25	70.493,88
Astúrias	8.180,72	1.404,00	2.238,00	11.822,72
Ilhas Baleares	17.833,84	586,30	4.587,60	23.007,74
Canárias	4.824,16	151,36	33,88	5.009,40
Cantábria	4.881,93	679,56	0,00	5.561,49
Castilha-La-Mancha	43.306,23	29.815,60	46.546,30	119.668,13
Castilha-León	11.766,98	1.058,79	6.086,88	18.912,65
Catalunha	42.569,00	4.478,00	15.284,00	62.331,00

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DA SUPERFÍCIE (HA) ECOLÓGICA NA ESPANHA POR COMUNIDADE AUTÔNOMA, 2008

conclusão

Comunidade Autônoma	Superfície em hectares			Total (A + B + C)
	Agricultura Ecológica (A)	“Em Conversão” (B)	1º Ano de Práticas (C)	
Extremadura	53.836,54	6.713,79	25.255,24	85.805,57
Galícia	10.802,11	415,22	1.677,77	12.895,10
Madri	3.829,50	196,10	1.090,45	5.116,05
Múrcia	21.418,34	7.238,84	8.942,51	37.599,69
Navarra	26.484,30	1.404,04	1.479,46	29.367,80
La Rioja	8.345,89	180,29	100,54	8.626,72
País Basco	957,60	136,25	256,66	1.350,51
Valência	29.159,02	2.301,21	4.655,86	36.116,09
Total Nacional	691.196,48	261.559,58	364.955,82	1.317.751,88

Fonte: MARM (Espanha), 2009.

A segunda razão para a cautela com estes dados refere-se à questão da superfície “em conversão”. É necessário fazer aqui uma pequena digressão para explicar esse aspecto. A conversão corresponde a um período de tempo que se exige para que se possa considerar uma área, animal ou grupo de animais como oriundos da produção ecológica. Esse período começa com o registro dos dados junto à empresa certificadora contratada, momento em que formaliza seu compromisso de produzir ecologicamente. A duração desse período é variável, dependendo do tipo de atividade produtiva. Ao iniciar o período de conversão o produtor deve pôr em prática os requisitos dessa forma de produção, mas não poderá comercializar seus produtos como “ecológicos”, o que irá ocorrer somente após o término do período e obtenção do certificado de conformidade.

As entrevistas realizadas com os produtores revelaram certa vulnerabilidade nesse processo. Durante este intervalo de tempo, não são realizadas orientações técnicas aos produtores, assim como análises de campo, as quais, em caso de serem feitas, correm às expensas do próprio produtor. Muitos dos agricultores, como aludido anteriormente, “*se apuntan a la producción ecológica*” atraídos pelas ajudas diretas concedidas pela PAC. A superfície em conversão exprime uma considerável inconsistência. O que se quer aqui sublinhar é que o espetacular crescimento na superfície sob produção ecológica responde ao efeito simultâneo destes dois fatores, cujas implicações são relevantes para refletir acerca dos limites que afetam a essa modalidade de certificação como instrumento de garantia dos produtos e processos de produção. Por meio desta breve digressão buscamos acentuar um aspecto que nos parece recorrente na Espanha, e em maior ou menor medida, em outros países onde opera a PAC. Referimo-nos à distinção entre duas lógicas contrastantes, quais sejam, a que podemos chamar de ecologismo “por convicção” e a do ecologismo “por conveniência”. No segundo caso, não é preciso insistir mais no efeito distorcivo produzido pelos instrumentos da política agrária comunitária a que aludimos anteriormente.

Os processos de certificação de orgânicos na Andaluzia

Andaluzia corresponde à comunidade autônoma⁷ mais populosa de Espanha (8,35 milhões de habitantes), possuindo a segunda maior área territorial (87,2 mil km²). É formada por oito províncias (Sevilha, Córdoba, Málaga, Huelva, Granada, Almeria, Cádiz e Jaén). A agricultura representa um setor muito importante, especialmente do ponto de vista

7. A Espanha é uma monarquia parlamentar constituída por 17 autonomias ou Comunidades Autônomas, entre as quais, Andaluzia.

da ocupação da população ativa (8,19%). A produção de azeitona, cereais, algodão e girassol consistem em atividades de expressão da agricultura andaluz, incluindo os sistemas intensivos (“*invernaderos*”) de hortifrutícolas exportados para diversos países da União Europeia.

A certificação de produtos orgânicos na Andaluzia segue as normativas e disposições do marco europeu (Regramento CEE 2092/91), o qual estabelece que cada Estado membro deve dispor de um sistema de controle da produção ecológica, administrado por uma ou mais entidades de controle, públicas ou privadas, autorizadas, para tanto, por autoridade competente. Na Espanha, a competência para definir o sistema de certificação da produção ecológica recai nas Comunidades Autônomas, sendo que na Andaluzia, essa tarefa cabe, desde 2003, à *Consejería de Agricultura y Pesca*⁸, que além de realizar uma supervisão direta das certificadoras, exige que estas empresas estejam acreditadas junto à Entidade Nacional de Acreditação (ENAC), conforme disposto na norma EN-45011 sobre requisitos gerais para órgãos de certificação (JUNTA DE ANDALUZIA, 2010). O modo de levar a efeito esse controle, denominado “avaliação de conformidade por auditoria” efetiva o que se denomina certificação por terceira parte, pressupondo a atuação de uma entidade externa ao âmbito do produtor que fiscaliza a conformidade dos procedimentos adotados. A Figura 3 ilustra a dinâmica desse processo.

A *Consejería de Agricultura* de Andaluzia, como indicado na Figura 3, autorizou a atuação de cinco empresas certificadoras, quais sejam: Agrocolor S.L., LGAI – Technological Center S.A. (Applus), Comitê Andaluz de Agricultura Ecológica (CAAE), Ceres Certification of Environmental Standards GMBH (Ceres) e Sohiscert S.A. (SHC). A mais importante delas é, sem dúvida, CAAE que, sozinha, é responsável por 74,1% do total de

8. Esse órgão, em linhas gerais, equivale ao status das secretárias de agricultura das unidades federadas do Brasil.

operadores ecológicos registrados nessa comunidade autônoma espanhola, seguida de Agrocolor (13,5%), Sohiscert (10,1%), Ceres (1,6%), Applus (0,7%), segundo dados da Junta de Andaluzia (2009).

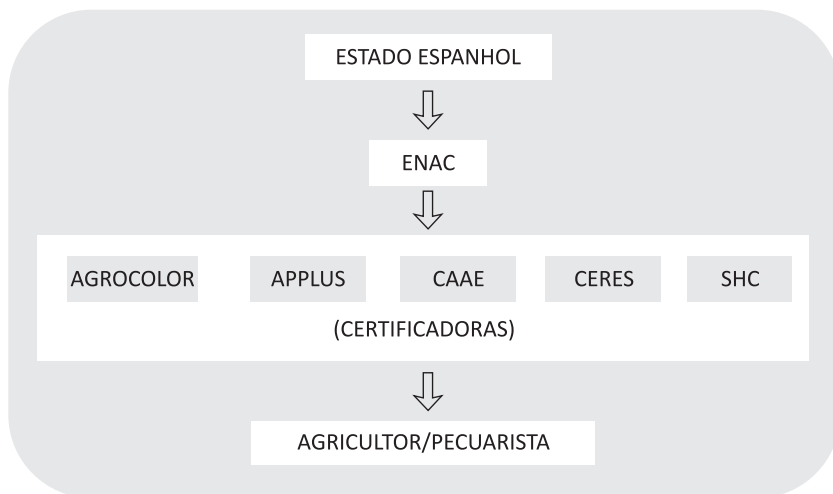


Figura 3 - Fluxograma do sistema de certificação na Andaluzia.

A trajetória do CAAE cobra importância não somente em função do protagonismo indiscutível que essa empresa certificadora adquiriu nos últimos anos, mas, sobretudo, porque revela as contradições que acompanham a questão da certificação como arena de disputa de interesses políticos (públicos e privados) na Andaluzia, bem como em outras autonomias de Espanha. Restituir, detalhadamente, esse itinerário transcende os objetivos do presente trabalho. Outrossim, para os efeitos deste estudo, importa sublinhar certos aspectos que nos parecem fundamentais para explicar as razões e circunstâncias que conspiraram para o surgimento de uma tentativa de implantação de um SPG, tal como discutiremos na próxima secção.

Atualmente o CAAE se apresenta como uma empresa (associação) sem fins lucrativos, cuja área abrangida inclui Andaluzia e, mais recentemente, Castilha La Mancha. Surgiu em 1991 como Comitê Territorial Andaluz de Agricultura Ecológica, sendo à época um sistema público (o primeiro da Espanha) de certificação, cuja aparição ocorre como desdobramento da atuação de movimentos ecologistas.

O grande divisor de águas da conversão do CAAE de ente público para privado ocorreu no começo do novo milênio, como resultado das pressões de grupos de interesse dispostos a ingressar no atraente “negócio” da certificação. Essa mudança é descrita por um dos seus diretores nos seguintes termos:

El CAEE comenzó en el año 91 [...] y desde entonces, bueno, ha sufrido una evolución muy grande, así ha habido unos cambios, unos hitos que ha marcado unos cambios muy importantes de una primera fase, una primera parte inicial que puede ir a lo mejor desde 1991 hasta 96 prácticamente. Fue una etapa en la que hubo un crecimiento muy pequeño. Había, pues hasta este momento había, no sé, cerca de 200 operadores. En un momento dado se pego un salto y se pasó a 500, 600 operadores, provocado por la aparición de las primeras líneas de ayudas agroambientales que hubo en el año 96. A partir de entonces ha ido creciendo cada año, cada año, cada año. En cada año se vio incrementando, ha sido un sector en constante crecimiento. [...]. Entonces el primero hito la evolución, la creación del CAEE en 91. Después la abertura de la primera línea de ayudas en 96. El año 2002, creo que fue, 2001, 2002, se autoriza a la primera entidad privada que empieza a trabajar en Andalucía, que fue Sohiscert, siendo todavía el CAEE un organismo público. Y después hubo un par de años de transición en que estuvieron conviviendo una entidad pública, como el CAEE, y una entidad privada, como Sohiscert, y después Agrocólor. Y después se privatizó el CAEE y pasó de ser una entidad pública a una asociación privada y actuar en régimen de libres competencias

y en igualdad de condiciones con el resto de entidades que se han ido autorizando desde aquél momento. Entonces a partir del año 2003 ya el marco jurídico cambia por completo y el CAEE lo que hace es actuar en un mercado libre, de libre competencia en que están trabajando varias entidades privadas. Y, bueno, pues desde al año 2003, hasta el día de hoy, hasta el año de 2009, el que estamos el sector ha siguiendo creciendo [...]. Y, prácticamente, nosotros ahora mismo tenemos cerca de 90 por ciento de los operadores de agricultura ecológica. Hemos empezado a trabajar en Castilla La Mancha, llevamos desde el año 2005 trabajando también en Castilla La Mancha, tenemos casi 2.000 operadores allí, en esta comunidad autónoma, y sigue creciendo el sector, sigue creciendo el sector y el CAEE sigue manteniendo su posición de liderazgo, con respecto al resto de operadores y también a nivel general en el resto de España porque seguimos siendo la entidad más importante de España con diferencia.

Desde sua aparição, essa organização é comandada por um antigo líder do *Sindicato de Obreiros del Campo* que, indiscutivelmente, é um dos grandes responsáveis pelo crescimento do CAEE, referido no depoimento anterior. Ao ser questionado sobre como se deu essa mudança na natureza jurídica dessa organização, essa liderança descreve, de forma cabal, algumas das contradições que marcaram esse processo, bem como algumas de suas principais implicações:

Yo te voy a ser muy sincero... Yo creo que la certificación tiene que responder a criterios públicos, no a criterios privados. Siempre lo he defendido y lo defiende. Nosotros nacimos con esta vocación. Lo que pasa es que con el tiempo, debido a que nosotros no permitíamos ciertos... ciertos temas, nos obligaron a privatizarnos, en contra de nuestra voluntad. Como nos obligaron... o que nosotros adoptamos fue una postura lo menos privada posible. Somos privados desde el punto de vista de gestión, pero no somos

privados desde el punto de vista de participación. Es decir, esto es una asociación sin ánimo de lucro, es decir, el beneficio se invierte en la propia asociación y quien manda son los propios productores e industriales. Es decir, adoptamos una postura lo más parecido a un ente público aunque seamos privados, entonces, no dependemos económicamente de nadie.

Mais além da certificação de produtos ecológicos, o CAAE se apresenta como um ator político de peso nos processos de interlocução, tanto com respeito à Junta de Andaluzia, como, sobretudo, com o Estado espanhol, do ponto de vista do encaminhamento de suas demandas. A força política de CAAE cresceu ao sabor do universo de possibilidades que se abrem a partir do momento em que assume esse caráter privado. O referido incremento no montante de recursos de ajudas diretas à produção ecológica trouxe consigo um lócus de atuação extremamente interessante (do ponto de vista econômico e político), para estas empresas, as quais se movem num cenário de acirrada concorrência por ampliar a clientela relativa à dinâmica da certificação.

A questão da certificação gera, por certo, diversas reações com relação aos seus objetivos e implicações. Trata-se de um debate que segue candente, em meio à busca por criar mecanismos de garantia dos princípios que regem a produção ecológica e que assegurem a qualidade dos produtos, sem que isso implique prejuízos aos produtores, sobretudo pelos custos que acarreta e pelas dificuldades adicionais no acesso a mercados que exigem tal condição.

Diversos são os argumentos esgrimidos para denunciar os limites e as contradições da certificação por terceira parte. Alguns autores (SYLVANDER, 1997) reiteram que esta supõe a renúncia a uma concepção de *sistema*, que articula produção, transformação e consumo, para uma outra lógica, centrada exclusivamente no *produto*. Ou seja, em lugar de centrar a atenção em torno da complexidade da dinâmica dos agroecossistemas,

e das relações sociais implicadas, sua ênfase se desloca para a órbita do produto que se quer etiquetar. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que não é a *finca* que se certifica, mas o produto ali obtido. Além disso, como menciona outro estudo, referido ao caso europeu:

La desarticulación del sector por un sistema de garantía que relaciona directamente a las entidades de certificación con el/la operador de forma individual se traduce, asimismo, en un distanciamiento y anonimato entre la producción y el consumo, desincentivando el fomento de las relaciones directas y de confianza entre una y otra. La relación directa de los organismos o autoridades de Control con los operadores se establece en una visita anual, a través de la cual el/la técnico inspector evalúa si la finca cumple o no con las normas establecidas a nivel de reglamento y en función de esto se le otorga o se le deniega el uso del sello (CUÉLLAR, 2008, p. 119).

Seria absolutamente impossível reproduzir, no espaço que aqui dispomos, a plenitude das críticas dirigidas contra essa modalidade de certificação, tanto por parte de organizações e movimentos ecologistas como de estudiosos deste tema. Resumidamente, pode-se dizer que a certificação por terceira parte penaliza o produtor na medida em que lhe obriga a assumir os custos desse serviço, assim como a incorporar uma série de exigências burocráticas e procedimentos de controle⁹, em relação aos quais, a agricultura convencional, que segue contaminando e consumindo recursos naturais não renováveis, está totalmente desobrigada.

9. O estudo de Cuéllar (2008, p. 117) adverte, com base em outro interessante estudo (ROURE, 2007), que o novo regramento europeu para a produção ecológica que entrou em vigor em janeiro de 2009 considera a questão da certificação e do controle com base no esquema de “análise de riscos e pontos críticos” (tradução ao espanhol da sigla em inglês HACCP), criado pelo exército norte-americano e aplicado à indústria para controlar temas de qualidade propostos na norma ISO 9000.

Parece claro que sob a égide dessa lógica torna-se quase irrelevante o papel das associações de produtores e de consumidores, em suas tentativas de propor dispositivos orientados à convergência de interesses destas esferas de interlocução. Ao fim e ao cabo, a certificação por terceira parte se impõe como uma relação estrita entre cliente e prestador de serviços (ROURE, 2007).

Desvelar as abissais diferenças entre a certificação por terceira parte e os sistemas participativos de garantia tornou-se a tônica de trabalhos (CUÉLLAR, 2008; 2009; CALDAS, 2011) que aludem ao que aqui denominamos “construção social da qualidade”. Apoiado em outros estudos (TEMPLE, 2003; SONNINO, 2007), Sabourin estabelece uma hipótese que nos parece deveras relevante para analisar esta questão, qual seja, a de que os processos de qualificação podem contribuir para estabelecer relações simétricas de reciprocidade entre produtores e consumidores. Relações estas capazes de “gerar sentimentos e valores de confiança, reputação, honra e responsabilidade” (SABOURIN, 2011, p. 1).

Segundo essa vertente interpretativa, se a certificação convencional se apoia numa conformidade de natureza estritamente tecnológica ou *protocolar*, os sistemas participativos de garantia se baseiam numa conformidade de caráter eminentemente social. E o que isso significa? Em primeiro lugar, que ela é feita com base nas reuniões periódicas dos comitês, em que a observação sistemática ultrapassa a esfera estritamente tecnológica. Em segundo lugar, que os requisitos de conformidade não se restringem ao âmbito técnico de produção, mas aos aspectos sociais que cercam sua operação. Por fim, que ela não depende de peritos treinados para inspeção, senão de técnicos com formação em agroecologia ligados diretamente aos grupos de produtores. Eis aqui um aspecto crucial que merece ser ressaltado. Se, no primeiro sistema, a função precípua do auditor é examinar o estrito cumprimento de normas técnicas e punir o que delas se afastam, no segundo caso, o profissional assume o

compromisso de orientar os agricultores, sem prejuízo do cumprimento de requisitos que convirjam para a preservação do bem maior dessa construção social da qualidade, e que recaia, ao fim e ao cabo, na reputação dos produtos que chegam à mesa dos consumidores.

Obstáculos e desafios à implantação de um sistema participativo de garantia na Andaluzia

A entrada em vigor de legislação que regulamenta o setor no âmbito europeu estabelece a certificação por terceira parte como mecanismo único e exclusivo de garantia dos produtos ecológicos. Tal fato trouxe consigo uma série de implicações, sendo determinante para suscitar a busca de alternativas, especialmente para grupos de pequenos produtores e de associações ecologistas que, desde os anos 1980, exerciam atuação destacada na defesa dos princípios dessa forma de produção. A insatisfação desses grupos converteu-se em demanda apresentada, em 2005, à *Dirección General de Agricultura Ecológica* (DGAE) da *Consejería de Agricultura y Pesca* da Junta de Andalucía. Assim, segundo Cuéllar (2009, p. 18), *“De esta forma y como caso poco frecuente en el ámbito agrario y rural andaluz, se planteaba la solución de un problema a través de un mecanismo distinto al de las subvenciones económicas o el apoyo público directo.”*

Nesse contexto, a experiência relativa à Rede Ecovida de Agroecologia dos estados meridionais do Brasil, que culminou no estabelecimento de um SPG previsto em lei, exerceu grande influência junto a alguns núcleos de apoiadores da agricultura ecológica da Andaluzia. Esses grupos enxergavam a experiência brasileira como um ponto de referência e fonte de inspiração para propor de um sistema similar nessa parte da Espanha. Mas essa reflexão não pode ser analisada

sem levar em conta um aspecto fundamental, que tem a ver, diretamente, com uma aliança, à época existente, no governo dessa comunidade autônoma espanhola, entre duas agremiações políticas, quais sejam, o *Partido Socialista Obrero Español* e *Los Verdes de Andalucía*.

O aludido pacto concede a *Los Verdes* um espaço político dentro da estrutura de cargos e funções do Governo Andaluz, como é precisamente o caso da então recém-criada *Dirección General de Agricultura Ecológica* da *Consejería de Agricultura y Pesca* da *Junta de Andalucía*. A proposta de criação de um SPG se inscreve, portanto, no universo de possibilidades que se abrem para que este partido pudesse pôr em prática muitas das medidas de promoção da agricultura ecológica, consolidando um importante campo de atuação e de afirmação de seu projeto político.

O desenho dessa proposta de criar um SPG andaluz se amparava na existência prévia de três núcleos de produtores ecologistas existentes: *Serranía de Ronda*, *Sierra de Segura* e *Castril*, respectivamente pertencentes às Províncias de Málaga, Jaén e Granada. A escolha desses três territórios não se deu de forma aleatória, dado que se tratavam de grupos com um maior ou menor grau de amadurecimento na discussão acerca de temas candentes, à exemplo do acesso aos mercados, bem como sobre problemas advindos do novo marco que instituiu a certificação por terceira parte como modelo exclusivo de regulação do setor na UE.

A estratégia adotada se apoiava no trabalho liderado por dinamizadores arregimentados pela própria Direção Geral de Agricultura Ecológica (DGAE) que, em princípio, orientavam sua atividade no sentido de fomentar a discussão sobre a importância de organização dos grupos, paralelamente ao encaminhamento da reflexão em torno à dinâmica de implantação do SPG em cada um dos três territórios. O depoimento transcrito a seguir corresponde à fala de um de nossos entrevistados,

em que ele descreve as circunstâncias em que se incorporou ao projeto, as quais coincidem com o período em que desenvolvia seus estudos acadêmicos¹⁰.

Entonces yo entro en contacto con esta historia porque empecé a hacer mi tesina, mi suficiencia investigadora en los dos primeros años de doctorado en temas de certificación participativa en comercio justo, [...] entonces este era mi tema. Y yo había oído que existía una certificación participativa, entonces, me fui a Brasil, fue mi primera viaje a Brasil, en el año 2005, principio del 2005, al Foro Social de Porto Alegre y estuve como un mes y medio conociendo la experiencia de Ecovida. Y yo de ahí hice mi tesina. Cuando aquí surge la Dirección General de Agricultura Ecológica con MG de director general... MG empieza a recibir queja, sobre todo de dos grupos, el de Ronda y el de Segura, a través de técnicos, como que en esta zona la certificación estaba siendo un problema, bien porque... sobre todo para pequeños productores que allí era la mayoría, bien porque la gente se había dado de alta y estaban pensando en darse de baja, porque no le compensaba, o bien porque había mucha gente, muy válida, muy ecológica que no se estaban dando de alta, entonces había que intentar buscar una solución. MG que venía del ámbito de agroecología, histórico y tal, que conocía algo de los sistemas participativos de garantía me llama, porque sabía que yo estaba haciendo la tesina en esto y me dice: – yo estoy planteando que aquí en Andalucía se resuelva este problema diseñando un SPG [...] y me gustaría contar contigo. Porque yo [...] creo que en este entonces era la única que conocía a la Red Ecovida, más allá de alguna visita de ES o de MG ¿vale? Entonces me dijo: Venga... Y yo planteé mi tesis en SPGs. También

10. Nosso entrevistado realizava doutoramento junto ao “Instituto de Sociología y Estudios Campesinos” (ISEC) da Universidade de Córdoba. Todo esse processo de construção social da qualidade era, em verdade, uma oportunidade única para acadêmicos ligados ao ISEC, e a outras instituições, para colocar em prática este tipo de iniciativa diretamente ligada ao campo da agroecologia.

además porque la planteaba a través de una IAP¹¹, yo había hecho un máster en IAP y había trabajado en procesos de IAP, con lo cual eso a mí era una metodología que me encantaba y fue como con ES plantear: Vamos hacer una IAP para construir un SPG en Andalucía. Eso fue un poco lo inicio ¿no? A partir de ahí, MG plantea que ET entre en el proyecto, porque bueno, era una persona muy de confianza de Manolo a nivel político, y en estas cosas siempre los políticos quieren gente un poco de confianza, y entonces ET [...] para coordinar un poco la interlocución entre el proceso y la Administración ¿no? Que eso fue duro ¿no? Y entonces, bueno, ya te digo, había dos territorios que habían expresado ese dolor o esa problemática [...] RG, MG, ES, [...] habían trabajado mucho con Castril, pensaron que Castril sería un territorio muy interesante para que también entrara en este proyecto. Pero no había sido una demanda de este territorio, si no que se estimó muy interesante como había toda una trayectoria agroecológica en ese territorio, que entrara también. Y entonces, nos situamos en septiembre, octubre del 2005, donde se habían definido tres territorios y donde empezamos hacer, ET y yo empezamos a ir a trabajar juntas para hacer un poco el estado de la cuestión de la certificación en Andalucía.

A proposta de implantação de um SPG significava não somente a oportunidade de levar a cabo um projeto territorial de desenvolvimento, que brotava das reais demandas destes produtores ecologistas, mas sobretudo da afirmação de um espaço político almejado por um grupo, a partir do aludido pacto de governo. Além disso, tal iniciativa contava com o envolvimento de uma instituição (*Instituto de Sociología y Estudios Campesinos* da Universidade de Córdoba) com uma larga experiência na defesa dos princípios da agroecologia, que havia inclusive indicado

11. A Investigação Ação Participativa é um método de intervenção na realidade, muito utilizado por técnicos identificados com os princípios da agroecologia.

doutorandos que foram, à época, chamados a atuar como dinamizadores em dois dos aludidos territórios.

A Investigação Ação Participativa (IAP) foi utilizada como uma das principais ferramentas de intervenção na realidade, a qual tem como princípios básicos a participação democrática e o incentivo ao protagonismo dos entes locais na busca de alternativas para a solução de seus problemas e demandas. Todavia, mais além do esforço por levar a cabo este projeto e do compromisso tácito com estes princípios, surgiram diversas dificuldades, especialmente no plano da articulação entre os atores dos territórios e a DGAE. Indagado sobre a existência de um certo *dirigismo* na condução do processo de implantação do SPG, o que em certa medida contraria os fundamentos da IAP, assim se expressou nosso entrevistado:

[...] el proyecto empezamos como en febrero o algo así del 2006. Lo que fue lo plantear a los grupos una IAP en cada territorio para construir una solución... claro, no se dijo: - Vamos a construir una solución al problema, se dijo: vamos a construir un sistema alternativo que nos permita quitarnos ese sistema que es un problema. O sea, que en cierta forma yo sí creo que hubo una cierta dirección en ese planteamiento, se podría haber dejado totalmente abierto y decir hay un problema, venga vamos a ver como lo resolvemos. Pero no, fue - hay un problema y vamos a resolverlo inventando otro sistema. Eso fue o que se preestableció. Ahora se tuvo clarísimo que no se iban a dar modelo porque yo había investigado el de Ecovida, había investigado otros muchos, pues ya revisando, y buscando y tal, tuvimos clarísimo que no íbamos a dar modelo, porque eso era una cosa que tenía que salir de dentro, pero sí teníamos claro que íbamos a construir un sistema participativo o colectivo ¿no? Y así empezamos a andar. Ese fue un poco el principio.

Como dissemos anteriormente, o território se lhe reconhece como espaço de interação social, mas sobretudo como campo de forças onde operam relações de poder e dominação. Nesse sentido, a abordagem territorial de desenvolvimento pressupõe o estudo de mecanismos de governança pública, como é precisamente o caso dessa proposta de montagem de um SPG Andaluz. Em seu curso, tal iniciativa viu-se diante dos mencionados obstáculos internos, em boa medida resultantes de falhas de articulação entre os atores implicados, assim como de outras dificuldades que devem aqui ser mencionadas.

Chamamos a atenção para a pressão exercida pelas certificadoras privadas, logicamente contrárias a esse sistema, mas particularmente pelo CAAE, cujo poder político era, e segue sendo, inquestionável, não somente pela capacidade de articulação com as organizações sindicais agrárias, mas sobretudo junto ao próprio PSOE e à Junta de Andaluzia. A fala abaixo é de um dos agricultores que esteve implicado nesse projeto no território “*Serranía de Ronda*”. Ela retrata não somente uma posição bastante crítica com relação ao papel exercido pelo CAAE, mas também, certo desencanto pelo fato de não haver prosperado a proposta de implantação de um SPG.

[...] lo que he escuchado del CAAE es que me suena a monopolio y me suena que esta gente, pues, cuanta más... es la mayor de Andalucía. El CAAE es la mayor de Andalucía. Cuanta más gente tenga bajo de su paraguas, pues más dinero va a ganar este señor. Y entonces, desde ese punto de vista como el objetivo no es certificar orgánicamente sino ganar dinero, pues, esto redundo en que las certificaciones ecológicas se hagan, pues, ve tú saber cómo puede llegar a ser. Una persona puede tener 30 hectáreas de tierra, certifica 5 en el CAAE y las otras 25 empieza a cultivar en convencional. A la hora de vender, coge esas 25 y las mete dentro del... como si fuera 5 y empieza a vender. Eso me consta que ocurre, eso está ocurriendo. Esas cosas están ocurriendo. ¿Porque?

Porque es bonito... - *Oye, que soy CAAE, yo soy orgánico, yo soy ecológico, y lo que quiero es vender. [...].* Y de esa manera que el agricultor puede estar actuando, a lo mejor el CAAE lo sabe, y lo deja llevar [...]. Ese tipo de controles, ese tipo de visitas. Y a parte, bueno, otra serie de cosas que ha habido con el CAAE, tal y cual, que no me han gustado para nada. Y entonces, pues, decidimos a ver que más opciones hay, nuestra opción inicial fue esta certificación social que apareció en Ronda. No sé exactamente, pues, como cuatro años una cosa así. Que era un proyecto muy bonito, muy bonito, que fue el que nos ilusionó un poco o más porque... la idea era [...] fueron tres proyectos pilotos, uno fue en Ronda, otro en Castril y otro en Segura... [...]. Y luego era nosotros mismos, tanto productores cuando consumidores, los que nos controlábamos a nosotros mismos. Eso me parece un proyecto muy bonito porque eras solidario y era de compañerismo, más que otra persona que recibe un dinero la que te controla a ti, nosotros nos controlábamos a nosotros mismos. Yo estoy hablando de que yo llegue a informarme, que nunca me metí totalmente en el proyecto, quien lo dirigía, que intereses políticos había, que los habría seguramente. Y todo este rollo. Pero bueno, como idea a mí me gustaba, y por eso empezamos a meternos ahí, y al final eso fue una pena, que no fructificó para nada. Desapareció de la misma manera que vino, nosotros ganamos muchas amistades, conocimos a gente muy guapa, y de una manera u otra estamos en contacto gracias a esto, pero este proyecto totalmente desapareció. Alguien ganaría sus dineros correspondientes por mover el tema, supuestamente y ahí se queda la cosa. Pero como proyecto era muy bonito [...].

A Serrania de Ronda representa o território onde menos se avançou do ponto de vista do amadurecimento das relações necessárias à implantação de um núcleo de SPG. Todavía, como indica esta última fala, tal experiência permitiu um momento interessante de interlocução entre

produtores, consumidores e outros atores, não obstante os problemas citados. Dentre os três territórios estudados, Castril é o que apresentou um nível de atividade mais consistente no que tange à busca de alternativas de acesso aos mercados e de organização da produção. Durante o trabalho de campo os produtores comentaram suas gestões junto ao governo andaluz no sentido de obter os meios para assegurar o fornecimento de seus produtos aos mercados institucionais (merenda escolar).

A ruptura do pacto *PSOE – Los Verdes*, em 2007, supôs o fim do projeto de criação de um SPG na Andaluzia. A extinção da DGAE e das atividades previstas no II Plano Andaluz de Agricultura Ecológica representam a face mais visível de injunções políticas, cujos desdobramentos escapam totalmente aos limites do presente trabalho. O fato é que, ao nível dos territórios, esse quadro geral resultou em um ponto de inflexão na mobilização que se estava sendo levada a cabo pelas pessoas e grupos envolvidos. Há, por certo, um sentimento compartilhado pelos indivíduos no sentido de considerar que eles foram usados nesse processo para levar a termo uma iniciativa, que ao fim e ao cabo, tratava-se de um projeto concebido ao sabor do interesse de forças políticas que disputavam um espaço de poder claramente demarcado. O depoimento de um dos produtores entrevistados ilustra objetivamente este aspecto:

Entonces este tiempo ha sido bastante fructífero, ha sido bastante positivo y justo al terminar él en su cometido, en su cargo, otra vez volvemos por intereses políticos y además, digamos, anteriormente a esto era... como una rama dentro da agricultura... bueno, eso... muy minoritaria, casi marginal y era una... digamos, un sector que no tenía gran interés para el sentido político y haciéndole falta al PSOE, que tenía la mayoría, bueno pues... se tuvo que apoyar en Los Verdes y un poco... como que de *florero*, pues se dieron esta dirección general a este hombre. Él se lo tomo bastante en serio junto con el equipo de Almunia... y la verdad que lo relanzo, bastante,

bastante. Pero, después por no sé... otra vez por interese, pues no interesaba que esta política siguiera, se ha desmantelado un poco todo el organigrama tal como existía antes... la dirección general con su... y ahora, la verdad es que no estoy muy al tanto de cómo se ha reorganizado, pero, digamos, no tiene la autonomía ni la iniciativa que tuvo anteriormente con este hombre ¿no? Yo en concreto, pues la verdad es que estoy un poquito desencantado con todo esto, porque nos lo tomamos bastante en serio y luego te das cuenta que bueno... que casi, casi, más bien nos utilizaran un tiempo y que este esfuerzo, que si tuvimos que hacer, sacrificando horas, sacrificando tiempo y yendo de viaje a diferentes sitios para reunirnos con los otros grupos... bueno, pues eso se ha quedado un poquito ahí... bastante muerto. Si plantó en programa de cinco años con bastante dotación económica también y asesoramiento y formación, pero todo esto se ha quedado completamente parado.

Reverdecer a face pública do PSOE representa o sentido da expresión “*como que de florero*” utilizada pelo entrevistado ao referir-se ao papel desempeñado pelos “*Verdes de Andalucía*” durante o período em que predominou o aludido pacto. O sentimento de frustração na tentativa de implantação de um SPG Andaluz é resultado de uma série de fatores que, em boa medida, refletem dificuldades concretas de articulação dos atores no âmbito dos territórios, e destes com a própria DGAE, encarregada de oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento da proposta. O fato de haver sido inspirada na experiência da Rede Ecovida, e de identificar-se com os fundamentos de conhecidas ferramentas democráticas de intervenção, como no caso da Investigação Ação Participativa, não impediu que as ações e iniciativas adotadas seguissem uma orientação tipicamente *top-down* que, indiscutivelmente, contribuiu, de alguma ou de outra forma, para o insucesso desse projeto.

Algumas conclusões

O propósito essencial deste capítulo esteve orientado não somente em analisar os processos de certificação de orgânicos numa comunidade autônoma com maior expressão nesse âmbito em toda Espanha, mas de investigar as circunstâncias e a diversidade de aspectos que se mesclaram numa tentativa de implantação de um Sistema Participativo de Garantia, claramente inspirado em outras experiências internacionais, especialmente na iniciativa protagonizada pela Rede Ecovida de Agroecologia nos estados meridionais do Brasil.

Parecem claras as razões de caráter geral que motivaram a concepção desse projeto que, de certa forma, se apresentava como reação lógica às imposições emanadas do marco europeu e espanhol, os quais estabeleceram a modalidade de certificação por terceira parte como via única e exclusiva de garantia para os produtores rurais interessados em associar seus produtos a esta forma de distinção. Destacamos, nesse contexto, que a produção ecológica cresceu, consideravelmente, na mesma medida em que robusteceu o “negócio da certificação”, em cujo interior reina uma forte disputa entre empresas que movimentam um volume considerável de recursos, particularmente na gestão das subvenções concedidas pela PAC à produção ecológica. Mas há outros elementos que gostaríamos de realçar nas conclusões deste trabalho.

A célebre assertiva de Kayser *et al.* (1994) “São os projetos que moldam os territórios” ilustra, com sobrada clareza, a visão hoje dominante na geografia e em outros campos do conhecimento centrados no esforço por ultrapassar a tradição normativa que imperava acerca desta categoria de análise. A abordagem territorial de desenvolvimento, do ponto de vista cognitivo, implica um compromisso por desvelar processos de governança pública e dispositivos de inovação organizacional, como é precisamente o caso da tentativa de implantação de um SPG Andaluz que elegemos como objeto de reflexão.

Nesta pesquisa adotamos esse tipo de enfoque para compreender as razões que motivaram a concepção deste projeto, assim como as circunstâncias e fatores que conduziram ao seu término, antes mesmo de haver sido implementado. O contato com a realidade fortaleceu nossas convicções no sentido de entender este cenário como desdobramento lógico das disputas travadas no campo político-partidário.

A certificação foi e segue sendo uma arena política em que atuam interesses públicos, mas sobretudo privados. A certificação por terceira parte mostra-se bastante questionável e frágil do ponto de vista de sua mecânica de operação e garantias, o que por si só reveste importância na medida em que suscita a reflexão em torno de alternativas possíveis, a exemplo do SPG desenvolvido no Brasil e em outras partes do mundo. Trata-se de matéria de renovado interesse que remete à eterna discussão sobre o papel do Estado e das contradições que regem a definição de critérios públicos para regular o exercício de uma atividade eminentemente privada.

A realização deste estudo só fez confirmar nossas convicções acerca das diferenças de orientação entre uma modalidade de certificação que se move suportada por uma orientação tipicamente centrífuga ou “*hacia fuera*”, que tende a expelir para fora do sistema os que nela não se enquadram, enquanto que a outra – a certificação participativa – aparece sustentada em outros valores (sobretudo a ética da reciprocidade), que apontam para uma orientação centrípeta, ou potencialmente, “*hacia adentro*”. Por fim, cabe dizer que a malograda experiência de implantar um SPG andaluz serviu para mostrar os dilemas em torno à criação de capital social onde ele não existe (DURSTON, 1998), se comparamos o caso em tela com a realidade da agricultura familiar do Brasil meridional, que por meio da força de suas articulações internas e externas, foi responsável por gestar uma modalidade de certificação convertida num marco inofismável para alimentar o surgimento de outras experiências internacionais.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M.; NIEMAN, G. (Orgs.). *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios*. Buenos Aires: CICCUS, 2006. pp. 51-70.
- AGUILAR CRIADO, E. Productos locales, mercados globales: nuevas estrategias de desarrollo en el mundo rural. In: GARCÍA DOCAMPO, M. (Ed.). *Perspectivas Teóricas en Desarrollo Local*. La Coruña: Netbiblo, 2007. pp. 147-169.
- ALLAIRE, G.; SYLVANDER, B. Qualité spécifique et systèmes d'innovation territoriale. *Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales*, n.44, p. 29-59, 1997.
- ANDALUZIA, Junta de Andalucía. Consejería de Agricultura y Pesca. Guia de Certificación de la Producción Ecológica, 2006. Disponível em <<http://www.juntadeandalucia.es/agriculturaypesca/portal/export/sites/default/comun/galerias/galeriaDescargas/cap/produccion-ecologica/GUIACERTFCORREGIDA.pdf>>. Acessado em 23 de Outubro de 2009.
- BECK, U. *¿Qué es la globalización?: falacias del globalismo, respuestas a la globalización*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1998.
- CALDAS, N.V. *Estudo comparativo entre sistemas de certificação de produtos orgânicos nos contextos da agricultura familiar brasileira e espanhola*. Tese (Doutorado em Agronomia). Pelotas: UFPel, 2011.
- CALLEJO, J. Modos de consumo y sociedad del riesgo. *Revista Internacional de Sociología*, n.40, p. 133-157, 2005.
- CUÉLLAR PADILLA, M. C. *Hacia un sistema participativo de garantía para la producción ecológica en Andalucía*. Tese (Doutorado em Agroecología, Sociología y Desarrollo Rural Sustentable). Córdoba: Universidad de Córdoba, 2008.
- DÍAZ MÉNDEZ, C.; GÓMEZ BENITO, C. Del consumo alimentario a la sociología de la alimentación. *Distribución y Consumo*, n.60, p. 5-23, 2001.
- DURSTON, J. Building social capital in rural communities (where it doesn't exist). Theoretical and policy implications of peasant empowerment. In: Chiquimula, Guatemala - Latin American Studies Association (LASA), The Palmer House Hilton, Chicago, IL, september, 24-26, 1998.

ESPAÑA, Ministerio de Medio Ambiente, y Medio Rural y Marino. Estadísticas 2008, Agricultura Ecológica, España, Disponível em <<http://www.mapa.es/es/alimentacion/pags/ecologica/documentos.htm#art1>>. Acessado em 23 em Outubro de 2009.

HAESBAERT, R. *Territórios Alternativos*. Niterói: EdUFF e São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

KAYSER, B.; BRUN, A.; CAVAILLÈS, J.; LACOMBE, P. *Pour une ruralité choisie*. Paris: Datar Éditions de l'Aube, 1994.

LOZANO CABEDO, C. Los atributos de los alimentos ecológicos: distinción, calidad y seguridad. In: SIMÓN, X.; COPENA, D. (Coords.). *Construyendo un rural agroecológico*. Vigo: Universidad de Vigo, 2009. pp.317-334.

MINETTI, A. C. *Marketing de alimentos ecológicos*. Madrid: Pirámide, 2002.

ROURE, K. (Coord.). *Les Systèmes de Garantie Participatifs, pour l'agriculture biologique associative et solidaire*. Uzès: Nature & Progrès Editions, 2007.

SABOURIN, E. Os mecanismos de qualificação e certificação como interfaces entre reciprocidade e troca mercantil. In: Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, 3. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SACCO DOS ANJOS, F.; GODOY, W.I.; CALDAS, N.V. *As feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências*. Pelotas: UFPel, 2005.

SANTOS, L. C. R. *Rede Ecológica de agroecologia e certificação participativa em rede: uma experiência de organização e certificação alternativa junto à agricultura ecológica familiar no Sul do Brasil*, 2002. [Mimeo].

SEPÚLVEDA, S.; RODRIGUEZ, A.; ECHEVERRI, R.; Y PORTILLA, M. *el enfoque territorial del desarrollo rural*. San José: IICA, 2003.

SONNINO, R. The power of place: embeddedness and local food systems in Italy and the UK. *Anthropology of Food* [On line]. Acessado em 28/05/2012. Disponível em: <<http://aof.revues.org/454?id=454>>.

SYLVANDER, B. Le rôle de la certification dans les changements de régimes de coordination: l'Agriculture Biologique, du réseau à l'industrie. *Revue d'Économie Industrielle*, n.80, p. 47-66, 1997.

TEMPLE, D. *Teoría de la reciprocidad*. La Paz: PADEP/GTZ, 2003.

YUSSEFI, M.; WILLER, H. (Eds.) *The world of organic agriculture: statistics & emerging trends*. 2006. Disponível em <<http://orgprints.org/5161/1/yussefi-2006-overview.pdf>>. Acessado em 10 de Novembro de 2009.

CERTIFICAÇÃO NA PRÁTICA: A REDE ECOVIDA E OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA

Marcelo Passos

Katya R. Isaguirre-Torres

Introdução

O objetivo desse capítulo final é o de desvendar os potenciais e limites da certificação participativa e questionar em que medida ela poderá manter a sua essência quando se integra na racionalidade estatal. A metodologia desenvolvida pela Rede Ecovida apresenta diferenciais quando comparada à certificação por auditoria, principalmente por se pautar por uma lógica de aprendizagem concentrada na multidimensionalidade da agroecologia, que procura valorizar a autonomia da agricultura familiar na produção e no comércio de alimentos orgânicos. No dia a dia das atividades da Rede, o reconhecimento da certificação representa uma conquista afirmativa para os atores sociais em termos cidadania como participação nos processos de tomada de decisões políticas. De outro lado, os controles impostos pela lei representam obstáculos à manutenção da fluidez que caracteriza essa metodologia, por exigir procedimentos administrativos que se distanciam da dinâmica utilizada pelos agricultores para a organização da sua produção. No entanto, entre avanços e retrocessos, a implantação dos sistemas participativos de garantia é um passo importante para a

afirmação da proposta política da agroecologia no desenvolvimento dos sistemas agroalimentares.

A Rede Ecovida foi constituída em 1998, mas o processo que lhe deu origem é ainda anterior, ambientado no movimento contestatório ao modelo tecnológico da agricultura do final dos anos setenta e início dos anos oitenta no Brasil. A procura por experiências de agriculturas alternativas do projeto PTA/FASE incentivou a criação da Rede TA-Sul (Rede de Tecnologia Alternativa do Sul do Brasil), que levou à posterior aproximação das ONGs e demais entidades de assessoria, assim como as associações de agricultores que vieram a formar a Rede Ecovida.¹

Seu surgimento no ano de 1998 decorreu de discussões, iniciadas no Estado de Santa Catarina, relacionadas à produção e ao comércio de produtos orgânicos. Tais discussões se deram exatamente sobre os passos para regulamentação da certificação da produção orgânica no Brasil. Os grupos e as organizações contrários à proposta governamental optaram por realizar, em 1998, um primeiro seminário na cidade de União da Vitória/PR, no qual foi proposta a criação de uma rede regional de agroecologia de âmbito estadual (inicialmente envolvendo apenas o Estado de Santa Catarina). Posteriormente, em um seminário realizado no mesmo ano na cidade de Caçador/SC, a proposta foi homologada juntamente com a aprovação de sua logomarca e a identificação do grupo como Rede Ecovida de Certificação Participativa.

A Rede posteriormente agregou grupos de agricultores dos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul onde já havia algumas iniciativas de certificação desenvolvidas localmente; notadamente o caso da COOLMÉIA no Rio Grande do Sul e da ASSESSOAR no Paraná (Rede Ecovida de Agroecologia, 2007). No ano de 1999 foi realizada na cidade de Lages/SC uma reunião com a presença de organizações de agricultores e

1. Nesse sentido, veja artigo de Picolotto e Brandenburg inserido nesta coletânea.

entidades de assessoria, na qual se definiu pela ampliação da atuação da Rede Ecovida para todo o Sul do país. Destaca-se que tal ampliação foi favorecida pelos trabalhos já realizados via Rede TA-Sul, que buscavam mapear experiências de agricultura alternativa, tais como o escopo definido pelo projeto PTA/FASE.

No ano 2000, foi realizado o II Encontro da Rede Ecovida, que representou um marco importante para definição de sua atuação e objetivos. As conclusões deste encontro convergiram para uma ampliação de sua perspectiva, ou seja, no sentido de não restringir a sua proposta apenas naquilo que se relacionava ao aspecto da certificação de produtos orgânicos. A partir disso, a sua denominação passou a ser Rede Ecovida de Agroecologia, no sentido de afirmar a agroecologia como um conjunto de práticas sustentáveis, de canais alternativos de comercialização e uma estratégia de ação política para a agricultura familiar. A certificação participativa passou a ser pensada como apenas um dos seus objetivos, envolvida em um todo maior de resistência ao modelo de agricultura dominante. O Caderno nº 1 da Rede Ecovida revela que a missão da Rede é “ser um espaço de articulação, interação e ação para potencializar o desenvolvimento da agroecologia, como parte da construção de um projeto de sociedade que contemple e respeite a realidade de cada povo” (Id., 2007, p. 14).

A Rede Ecovida de Agroecologia se localiza no Sul do Brasil e é constituída por 28 núcleos regionais que abrangem cerca de 170 municípios. Participam da Rede 35 ONGs, 3,5 mil agricultores ligados a 300 grupos de produção e oito cooperativas de consumo.

Linhas gerais da metodologia da certificação participativa

A organização da Rede Ecovida parte de um sistema de grupos criados a partir de uma entidade de coordenação, que pode ser uma

cooperativa, associação ou ONG, a qual é responsável pela condução da formação de um grupo de agricultores em seu município ou região (Id., 2000, p. 8). A organização do processo de certificação é realizada pelos núcleos, os quais oferecem apoio disponibilizando sua estrutura (pessoas e serviços) para suprir as demandas e coordenar as estratégias de ação e de fortalecimento da Rede. Os núcleos possuem liberdade para adaptar a metodologia de certificação à realidade local, tendo o cuidado de apenas não diminuir as exigências das normas da Rede.

A legislação atual prevê uma estrutura organizacional para a certificação participativa. Tais exigências não trouxeram muitas modificações no modelo que já era previsto pela Rede. A Rede recomendava a criação de um Conselho de Ética (formado por agricultores, técnicos e, se possível, consumidores), bem como outras estruturas, como uma Tesouraria, uma Secretaria e uma Coordenação, para o fim de melhor gerir as ações dos núcleos (Id., 2000, p. 7). O Conselho de Ética possui especial importância para a certificação, sendo seus membros responsáveis pelo controle das avaliações de conformidade orgânica.

Essa estrutura foi mantida pela legislação, que acrescentou apenas a necessidade do estatuto prever a constituição e o funcionamento de um Conselho de Recursos para análise de eventuais reclamações das visitas técnicas e de consumidores. Os prazos para recurso e outros procedimentos podem ser livremente estabelecidos no estatuto da entidade, porém a lei traz a obrigatoriedade da descrição de todo o procedimento utilizado para avaliação das reclamações (que deve finalizar em 30 dias, de acordo com a Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009). A Rede Ecovida também previa um Conselho de Recursos no estatuto de sua Associação. No entanto, como todo o encaminhamento dos problemas era dado pelas reuniões de núcleo e pelo Conselho de Ética, de forma oral, não se via necessidade de formalizar o procedimento. A exigência legal de instituir um Conselho de Recursos não gerou grandes dificuldades de adaptação

na Rede, mas sua existência não era entendida como primordial porque poderia sugerir uma suposta neutralidade ou a existência de níveis hierárquicos, situações essas que não são compatíveis com a essência das dinâmicas participativas.

O que se pode destacar, no tocante à estrutura organizacional, é que a Rede Ecovida não possui uma constituição jurídica formal. No ano 2000, já por conta das discussões em torno da certificação, a Rede Ecovida constituiu uma Associação que seria encarregada apenas da certificação. Essa associação, no entanto, não foi utilizada porque a metodologia se valia das entidades de coordenação, já constituídas localmente sob a forma de associações ou cooperativas. A Associação Ecovida de Certificação Participativa só veio a ser retomada em 2009, em razão da exigência da lei de que todos os Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPACs) adotassem uma personalidade jurídica.

No tocante à certificação, é a participação nos grupos que torna possível aos agricultores acompanhar o processo de transição e consolidação ecológica das propriedades. No núcleo Maurício Burmeister do Amaral (que compreende os municípios da região metropolitana de Curitiba) as regras da certificação tem início com a adesão da família nos grupos locais de agricultores. A família interessada é “apadrinhada” por duas outras famílias integrantes do grupo, que farão uma visita e darão as explicações de como funciona todo o sistema e a Rede. Cada grupo indica posteriormente dois representantes, um para a coordenação e gestão do núcleo, assim como para participar das discussões políticas e outro para integrar a comissão de ética. Quando chegar o momento da certificação, o grupo decide quais famílias estão prontas para receber a visita de “olhar externo”, que é como se denomina o momento de verificação da conformidade orgânica. O pedido se dá na reunião da comissão de ética em que são escolhidas três pessoas de grupos diferentes que formam o comitê que realizará a visita de inspeção. A visita pode ser para todo o

grupo ou por amostragem. As pessoas que vão fazer o “olhar externo” passam por um curso de formação para realizar a avaliação de conformidade.

Após a visita o comitê reúne-se com o grupo visitado e todos discutem os resultados da avaliação. O que é combinado nesse momento vale para todos e o grupo irá trabalhar os pontos vulneráveis em suas reuniões mensais. A avaliação da conformidade tem validade de um ano e, uma vez aprovada, a família recebe o certificado. Vale destacar que o “olhar externo” é feito com regularidade, tendo por objetivo que, ao final de um ano, todos os grupos tenham sido visitados (conforme exigência do art. 77 da IN 19/2009).

É responsabilidade do grupo manter um livro ata de suas reuniões e guardar todos os documentos exigidos pela lei, como os planos de manejo, os quais contêm dados descritivos da propriedade e da produção (planos esses que seguem os requisitos do art. 7º da IN 64/2008). Os pedidos e as datas agendadas para as visitas, assim como os nomes dos membros da Comissão de Ética e do Comitê, são registrados na ata da assembleia do núcleo.

Para receber o certificado, os grupos e (ou) famílias interessadas na certificação devem ter cumprido o prazo de 12 a 18 meses para conversão (dependendo da cultura) e estar dentro das normas da Rede (conforme as condições, por exemplo, quando a área já era destinada à produção orgânica, esse prazo mínimo pode ser reduzido para seis meses). Uma vez realizado o olhar externo, a Comissão de Ética emite um parecer favorável ou não à obtenção da certificação e autorização do uso do selo Ecovida. Em caso de parecer desfavorável a Comissão sugere possíveis melhorias na propriedade ou na agroindústria visitada. A autorização final somente ocorre após uma nova visita do conselho de Ética e nova reunião do grupo. A metodologia de certificação não vê o “olhar externo” como uma fiscalização pura e simples. Nos cursos de formação e nas regras da certificação há uma preocupação constante de

significar esse momento como um espaço de troca de conhecimentos, sendo muito importante o diálogo entre os envolvidos:

A visão que deve prevalecer é a de construção, ou seja, não devemos estar preocupados em ressaltar defeitos, mas identificá-los e dar sugestões e opiniões para superá-los. É necessário sabermos que quem está sendo visitado é uma pessoa que também tem a sua história e contribuição na construção da agroecologia, portanto a visita deve ser aproveitada como espaço para ensinar e aprender com os outros (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2004, p. 22).

A metodologia da certificação é essencialmente baseada na credibilidade e se realiza em três níveis. Pode-se dizer que o primeiro nível se subdivide em dois: (a) um subnível que corresponde à responsabilidade da família agricultora no tocante à adoção das práticas agroecológicas e; (b) um segundo que abrange todo o grupo, que é solidariamente responsável pelo acompanhamento coletivo da produção, através de reuniões mensais em rodízio nas unidades familiares. O segundo nível relaciona-se ao acompanhamento do núcleo regional e o terceiro, dado pela Rede e pela Associação. Como afirma Meirelles, coordenador da Rede Ecovida e do núcleo Litoral Solidário/RS e dirigente do Centro Ecológico no município de Torres/RS,

Assim, a primeira instância de certificação é a palavra do agricultor e de sua família. A seriedade do trabalho desenvolvido pela família é referendada pelo grupo do qual ele faz parte, através da Comissão de Ética deste grupo. Este grupo por sua vez tem seu trabalho referendado pelo Núcleo Regional do qual ele participa, através do Conselho de Ética do Núcleo. Os produtos oriundos deste Núcleo são respaldados por todos os demais Núcleos, que possuem em comum, normas de produção e patamares mínimos de funcionamento, o que os permite legitimarem-se mutuamente, através da Rede Ecovida de Agroecologia (MEIRELLES, 2004a, p. 4).

A metodologia participativa forma elos de confiança entre todas as famílias que integram o grupo, uma espécie de “aval solidário”, que pode levar à responsabilização de todo o grupo no que se refere ao acompanhamento das regras da certificação. Nessa conexão, todo o grupo responde solidariamente, podendo ser penalizado no caso de uma eventual não conformidade de um de seus integrantes.

Origens do sistema brasileiro de verificação da conformidade orgânica

As discussões em torno da IN nº 7/99 começaram por iniciativa das exigências do mercado europeu. Durante a construção do marco legal da Agricultura Orgânica (AO) ocorreram grandes momentos de tensão. Por um lado, empresas certificadoras, que tinham o foco principal na exportação e na geração de uma credibilidade internacional, exerceram pressão para que a legislação que estava sendo elaborada seguisse os seus interesses. Este grupo propunha diretrizes e regras muito semelhantes aos propostos internacionalmente, sobretudo na Europa (que reconhece a certificação unicamente por sistema de auditoria, conforme regulamento da CEE 2092/1991). De outro lado, existiam no país experiências consolidadas do que na época chamava-se agricultura alternativa, com seu foco no local e vendas em feiras. Este embate de posições chegou ao ápice em torno da efetivação ou não da IN nº 06, de 10 de janeiro de 2002, que tratava dos critérios de credenciamento de entidades certificadoras de produtos orgânicos e das diretrizes para procedimentos de inspeção e certificação.

Nesse primeiro momento de crise tomou-se a postura de recuar na efetivação da IN e criar-se um Grupo de Agricultura Orgânica (GAO) composto pelo Ministério da Agricultura, empresas certificadoras, *tradings* e grupos de certificação participativa. A partir das reuniões e discussões do GAO surgiu toda a legislação da AO. Dentro do GAO foram criados

vários grupos de trabalho (GTs) sendo um deles voltado à certificação participativa (atualmente este GT se transformou no Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia). Faziam parte deste GT, além da Rede Ecovida, pequenas certificadoras ligadas a grupos de agricultores. A afinação do discurso desse grupo ocorreu ao longo do tempo, pois muitos tinham ainda como referência os procedimentos das empresas certificadoras baseados nos padrões ISO, em que exige-se o máximo possível a neutralidade. A crítica à adoção desse modelo se dava porque a contratação de uma “terceira parte”, totalmente independente do produtor e do consumidor, chocava-se com a lógica da participação e da construção coletiva dos processo de averiguação da conformidade orgânica. A continuidade desse debate estimulou a releitura do processo em torno de estratégias que favorecessem o protagonismo dos agricultores, o que resultou na edição da Lei nº 10.831 de 2003.

Com a edição da lei, o resultado desse embate acabou refletido na normativa que traz marcadamente duas posições distintas e que merecem destaque, a saber: (a) a obrigatoriedade de alguma forma de controle/certificação e (b) o reconhecimento na lei de que a “certificação da produção orgânica de que trata o caput deste artigo, enfocando sistemas, critérios e circunstâncias de sua aplicação, será matéria de regulamentação desta Lei, considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no País” (Lei nº 10.831/2003, Art. 3º, § 2º).

A primeira posição, ao marcar a obrigatoriedade da certificação, foi concebida dentro do contexto da realidade dos grandes centros urbanos e o mercado de exportações, situações nas quais o distanciamento entre agricultores e consumidores dificulta a rastreabilidade para comprovação da origem orgânica. Essa obrigatoriedade, no entanto, simplesmente desconsiderou realidades como aquelas dos pequenos municípios, nas quais a proximidade é maior e as relações de confiança são suficientes para garantir a qualidade orgânica da produção.

A segunda posição, tratada no art. 3º § 2º da mesma lei, ao estabelecer que o sistema de regularidade orgânica no país deve reconhecer os diferentes sistemas de certificação existentes, abriu a porta para a institucionalização tanto dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) quanto dos Organismos de Controle Social (OCS). Essa necessidade de adaptação contínua às condições locais é reforçada ainda no Art. 68 da IN nº 19, de 28 de maio de 2009, o qual dispõe que “os SPGs devem utilizar métodos de geração de credibilidade, adequados às realidades sociais, culturais, políticas, territoriais, institucionais, organizacionais e econômicas”.

A Lei nº 10.831/2003 é considerada um marco para a consolidação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISOrg). Posteriormente, o Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007 instituiu definitivamente o sistema e determinou as bases de sua organização. A sigla SISORG representa um conjunto de instituições e entidades encarregadas de acompanhar e fiscalizar as práticas e procedimentos geridos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) com a finalidade de garantir a rastreabilidade dos produtos orgânicos. Além do MAPA, integram o sistema os órgãos e as entidades da administração pública federal, além das certificadoras por auditoria e as entidades encarregadas da certificação participativa. Para auxiliar o aperfeiçoamento do sistema, foram criadas pela IN nº 54, de 22 de outubro de 2008, a Comissão Nacional da Produção Orgânica (CNPOrg) e as Comissões de Produção Orgânica das unidades da Federação (CPOrgs-UF).

Os estados participam desse sistema mediante convênios firmados com o MAPA. Além disso, nos estados as Comissões de Produção Orgânica (CPOrgs-UF) estaduais encarregam-se do encaminhamento das mesmas atribuições da comissão nacional no seu estado de origem. Agregam-se a este sistema, na qualidade de órgãos fiscalizadores encarregados do controle das Organizações de Controle Social (OCSs), as Superintendências Federais da Agricultura localizadas nos Estados. Esses órgãos são

também responsáveis pelo abastecimento dos dados relativos ao Cadastro Nacional de Produtos Orgânicos e ao Cadastro Nacional de Unidades Produtivas, além da fiscalização de eventuais denúncias e irregularidades na produção e comércio de orgânicos.²

O Decreto nº 6.323 e a IN nº 19/2009 do MAPA estabelecem três mecanismos para a garantia da qualidade orgânica dos produtos: o controle social para venda direta sem certificação, a certificação por auditoria e os sistemas participativos de garantia. Destaque-se, no entanto, que o controle social não integra o SISOrg, sendo apenas uma modalidade para que os agricultores familiares possam vender os seus produtos diretamente ao consumidor. Os produtos, por não passarem por um organismo de avaliação da conformidade, devem conter a seguinte expressão: “produto orgânico não sujeito à certificação nos termos da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003” (cf. Decreto nº 6.323/ 2007, art. 21, § único). Isso porque a Lei nº 10.831 reconhece nestas hipóteses que a certificação é facultativa (art. 3º, § 1º). Para esse tipo de comércio (que ocorre, por exemplo, nas feiras e compras diretas na propriedade ou disque-entregas) o agricultor deve estar cadastrado junto ao órgão fiscalizador e integrar uma Organização de Controle Social (OCS). Essa OCS pode ser uma cooperativa ou associação, grupo de agricultores ou consórcio, e não lhes é exigida personalidade jurídica. O que deve ocorrer é que essas entidades devem cadastrar-se junto ao MAPA para ter sua regularidade comprovada.

Igualmente, ao preencher o formulário de cadastro, as OCSs devem enviar um conjunto de documentos³ e preencher um termo de compromisso.

2. O SISORG é um sistema que se encontra em processo de aperfeiçoamento e implantação. As informações foram localizadas no site <http://www.prefiraorganicos.com.br>. Acesso em março de 2012.

3. A OCS deve apresentar, além do formulário de solicitação de cadastro e o Termo de Compromisso com a Garantia da Qualidade Orgânica, os seguintes documentos: a) Descrição do processo de controle da produção e da comercialização; b) Declaração de conformidade

A IN nº 19/2009 define o controle social como um “processo de geração de credibilidade organizado a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança das pessoas envolvidas no processo de geração de credibilidade” (Art. 2º, inciso III).

Para fins de certificação, o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica se vale dos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OACs) os quais, por sua vez, realizam os mecanismos de controle por meio de Certificação por Auditoria ou por Sistemas Participativos de Garantia. Tais organismos, segundo a lei, poderão ser “pessoas jurídicas, de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos e previamente credenciadas perante o MAPA” (Decreto nº 6.323/2007, art. 36, *caput*). O credenciamento para as empresas certificadoras por auditoria envolve duas fases: a primeira, com a creditação junto ao INMETRO, e a segunda, com a solicitação do credenciamento junto ao Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG) da Superintendência Federal de Agricultura (SFA) na Unidade da Federação onde estiver situada sua sede (IN nº 19/2009, arts. 7 a 13).

A certificação por auditoria é aquela que envolve empresas certificadoras públicas ou privadas que utilizam critérios reconhecidos internacionalmente para verificação da qualidade orgânica. Seu procedimento tem início com a contratação da empresa pelo produtor interessado em possuir seu registro no Cadastro Nacional, o que autoriza o uso do selo orgânico.

O Sistema Participativo de Garantia é representado juridicamente por meio de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade

com os regulamentos técnicos de produção orgânica; c) Descrição do processo de controle social exercido sobre a produção e comercialização; d) Declaração oficial que comprove a condição de agricultor familiar dos seus membros (DAP) (MAPA, 2009).

(OPAC). Esse organismo é uma pessoa jurídica formalmente constituída (sob a forma de associação, usualmente) que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas. Suas obrigações, assim como sua composição, devem constar em seu Estatuto Social (Decreto nº 6.323/2007, art. 38). A lei prevê a hipótese de que uma pessoa jurídica já existente se torne um OPAC, desde que esta estabeleça em seu estatuto um setor específico para este fim, inclusive com gestão própria (Decreto nº 6.323/2007, art. 38). A responsabilidade do OPAC se refere a todo o acompanhamento do processo de certificação. É o OPAC que detém o poder de representação legal do SPG perante os órgãos competentes. É sua também a responsabilidade legal acerca do cumprimento dos regulamentos e das normas técnicas da produção orgânica. Entre os seus deveres estão a emissão, guarda e organização de todos os documentos relativos ao processo produtivo dos agricultores.

Esse conjunto legislativo dá legitimidade aos sistemas participativos de garantia, colocando-os, ao lado das empresas certificadoras, como capazes de comprovar a regularidade orgânica da produção. No entanto, o reconhecimento legal é apenas um primeiro passo em direção aos objetivos dos SPGs que envolvem discutir a dimensão política da agroecologia como uma estratégia que favorece a transição ecológica e social da produção agroalimentar.

Os desafios institucionais

Como já se observou, o reconhecimento dos SPGs pelo Estado aproxima-os de uma situação limítrofe, pois a simples inclusão na legislação não é suficiente para garantir que a metodologia da certificação participativa não venha a ser absorvida pela lógica dominante no sistema agroalimentar. O reconhecimento legal representa, portanto, um passo

importante para a continuidade da discussão a favor da construção de um outro paradigma produtivo e não pode ser entendido de modo a distanciar-se daquilo que ele representa, isto é, o de ser elemento constante de resistência a todo um conjunto de políticas que formam um perfil insustentável da agricultura convencional.

O debate da implementação dos SPGs envolve a agroecologia em sua totalidade. A experiência da Rede Ecovida, em conjunto com outras formas de certificação participativa, contribuiu para demonstrar que existem outras formas de produção agroalimentar igualmente viáveis além daquela delineada pelo modelo de agricultura dominante. O primeiro desafio, nesse aspecto, está relacionado à garantia de transversalidade e transparência na condução do processo. A formação do sistema de controle da produção orgânica no Brasil tem o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento como figura central da sua estrutura política organizacional. Alguns autores criticam a centralidade do sistema em torno do MAPA por “não permitir uma efetiva transversalidade entre órgãos e ministérios capazes de estimular o desenvolvimento sustentável da agricultura orgânica” (FONSECA, 2005, p. 434). A articulação dos ministérios e órgãos do Estado deve se dar de modo a garantir formas de diálogo com as entidades que representam os interesses dos agricultores, especialmente para o fim de afastar uma concepção meramente burocrática do SISORG.

Um segundo desafio relaciona-se com a própria legitimação da certificação como único procedimento válido para garantir a conformidade orgânica. Esse aspecto já recebeu críticas de autores tais como Fonseca (2005), que ressalta a necessidade de resgatar a motivação das discussões que prepararam o projeto que resultou na Lei nº 10.831/2003, no qual se pensou em aceitar diferentes ferramentas na avaliação da conformidade orgânica.

Uma alternativa viável, conforme as discussões da Rede Ecovida que se seguiram ao reconhecimento dos SPGs, pode ser a inclusão das Organizações de Controle Social (OCS) no SISOrg, ampliando assim as opções para que pequenos agricultores comprovem a origem orgânica da produção. No entanto, até o momento o papel das OCS permanece válido apenas para os casos de comercialização direta. A inclusão das OCS é uma reivindicação da Rede Ecovida, uma vez que tais organizações já se encontram obrigadas a se cadastrar junto ao MAPA, conforme o art. 96 da IN nº 19/2009. Para a Rede, a inclusão das OCS não encontra obstáculo na legislação, uma vez que a regulamentação dos arts. 96 a 102 são suficientes para aferição de responsabilidades. Um dos aspectos finais dessa inclusão é a de que “um produto considerado orgânico para um determinado equipamento não poderia nem deveria perder sua integridade apenas por ser ofertado em diferentes equipamentos de comercialização” (MEIRELLES, 2011).

Esses dois desafios precisam ser pensados de modo a assegurar que os sistemas participativos de garantia mantenham a versatilidade de sua metodologia de certificação mesmo após o reconhecimento legal. E aqui também pensa-se necessária uma mudança de mentalidade no tocante à fiscalização, para que se entenda que a melhor forma de garantir a eficiência do sistema de controle da produção orgânica pode estar no reconhecimento da necessidade de uma constante adaptação da legislação. Além disso, é preciso repensar as penalidades previstas na lei, que são as mesmas para as duas formas de certificação, o que pode conduzir o fiscal encarregado de efetuar o controle a entender que não há diferenças de fundo entre a certificação participativa e a auditada.

O argumento de fundo para redefinir os modos de agir do Estado no controle da produção orgânica parece ser a de entender o SISORG como uma das estratégias em favor da concretização do direito fundamental ao ambiente ecologicamente equilibrado. E, assim, também

compreender que esse direito, por envolver toda a sociedade brasileira, é construído cotidianamente com a diversidade das práticas sociais realizadas pelos sujeitos. Assim, é possível afirmar que o reconhecimento dos sistemas participativos de garantia pela legislação foi importante para “sinalizar novas iniciativas que revitalizam normas e práticas sociais nas redes globais de alimentos orgânicos” (FONSECA, 2005, p. 432). No entanto, ainda que torne visível as diferentes formas de agriculturas existentes no país, as dificuldades que as organizações enfrentam na prática precisam ser dimensionadas nas revisões da lei a fim de garantir a essência fluída e mutável dos processos participativos de certificação.

Os desafios na prática

No cotidiano, uma preocupação constante refere-se às exigências de controle previstas na lei, as quais possuem uma lógica que conduz a um planejamento econômico-contábil, uma formalização com a guarda e o controle de documentos que não é recorrente na forma pela qual a agricultura familiar organiza sua produção e vive seu cotidiano. A Rede Ecovida mantinha um conjunto de documentos a ser preenchido pelos agricultores, os quais eram pensados como uma forma de simplificar o registro das atividades, seguindo a lógica de controle da produção familiar. O art. 73 da IN nº19/2009 trouxe, no entanto, exigências que são mais usuais no controle empresarial: um conjunto de procedimentos detalhados que, caso não sejam adaptados à forma de pensar do agricultor familiar, pode descaracterizar e comprometer a viabilidade do processo. Deste modo, a Rede Ecovida efetuou algumas revisões e adaptações no rol de documentos que antes eram exigidos para o fim de adaptá-los às exigências da lei buscando, com isso, não perder o foco da lógica de organização familiar da produção.

O conjunto de leis, decretos e instruções, apesar de afirmar a possibilidade da utilização de “métodos de geração de credibilidade, adequados às realidades sociais”, apresenta uma exigência documental distante desta realidade. Um exemplo disso é o documento intitulado Plano de Manejo. Ao que parece, a interpretação do MAPA parece conduzir a um entendimento de que esse documento seja necessário para todas as unidades, o que não está claro na legislação, que faz uma referência a ele apenas como documento necessário para unidades em conversão (Decreto nº 6.323/2007, art. 6º, § 2º); interpretação essa que se pode fazer também do § único do art. 75 da IN nº 19/2009.

Na IN nº 64/2008, este documento acaba tendo uma importância e abrangências maiores do que se pode interpretar do Decreto nº 6.323/07 e da Lei nº 831/2003. A referida IN afirma que o plano será exigido para todas as unidades e necessita estar em constante atualização. Porém, reforça mais adiante a lógica do decreto, quando novamente vincula, em seus artigos 2 e 16, o plano de manejo como documento necessário para as áreas em conversão. Todo o capítulo III detalha como deve ser feito o plano de manejo, trazendo claramente princípios, conceitos e lógicas vinculados ao conhecimento técnico das ciências agronômicas (medidas para prevenção e mitigação de riscos, aspectos geomorfológicos, eficiência energética, bioclimatológicos etc.) que delineiam um perfil muito complexo para que os agricultores consigam elaborar por si mesmos esse documento. Por sua vez, a IN nº 19/2009 que trata dos mecanismos de controle, ao citá-lo, menciona apenas uma descrição de seus itens mínimos, sem a descrição detalhada encontrada na IN nº 64/2008, o que causa dúvidas quanto à sua obrigatoriedade e também quanto à abrangência desse documento.

Se admitido que a IN mais recente é aquela de 2009, a necessidade de um plano de manejo para todas as unidades familiares é medida

excessiva, porque desrespeita a finalidade dos SPGs no que tange a “utilizar métodos de geração de credibilidade, adequados às realidades sociais, culturais, políticas, territoriais, institucionais, organizacionais e econômicas” (previsto na mesma IN nº 19, art. 68). Ademais, o art. 69 dessa IN caracteriza os SPGs de acordo com a participação e a responsabilidade de todos os membros pelo cumprimento dos regulamentos da produção orgânica, reforçando a autonomia para criar ações coletivas de avaliação da conformidade. Dessa forma, as dúvidas quanto às finalidades do Plano de Manejo e de outros documentos complicam a liberdade da dinâmica dos SPGs, isso porque a complexidade dos mesmos vai contra a oralidade característica dos agricultores (que se forma pela confiança na palavra dada, o conhecido “fio do bigode”) na transmissão dos seus conhecimentos e práticas. As dificuldades no preenchimento desse documento crescem quanto maior o número de cultivos em cada unidade, o que pode representar um desestímulo à manutenção da diversidade produtiva.

Uma segunda dificuldade a destacar é o de que a certificação não está resumida apenas ao acompanhamento das exigências legais criadas a partir das instruções normativas do SISORG. Para uma agroindústria, por exemplo, a unidade só recebe a certificação quando atende às exigências previstas pela vigilância sanitária, o que torna o processo ainda mais complexo para os agricultores, que não possuem (via de regra, considerando a lógica da organização familiar) conhecimento e (ou) suporte técnico e jurídico adequados para esse fim.

Novos desafios têm também se apresentado na construção dos SPGs, agora extrapolando os sistemas orgânicos de produção. A adoção dos SPGs por parte da Economia Solidária já é um consenso, de modo que estudos e experiências para se usar esta metodologia para fins de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) aos agricultores que realizam

práticas sustentáveis começam a ser desenhadas⁴. Essas estratégias, no entanto, tem de ser pensadas de modo a garantir efetivas condições de acesso para a agricultura familiar, o que pode ser dificultado pelo excesso de regulação burocrática.

Uma terceira dificuldade no âmbito das práticas de certificação acontece quando se pensa na sustentabilidade econômica do SPG, exatamente quanto à maior ou menor dependência de captação de recursos financeiros externos pela entidade de apoio. A Rede Ecovida, por exemplo, se vale das realidades locais e existem diferenças na estrutura dos núcleos, alguns com um sistema de custeio das atividades administrativas já relativamente estável e que se valem, por exemplo, do pagamento de mensalidades e diárias com auxílio de combustível para técnicos e para os membros que realizam o “olhar externo”. Em outros núcleos a realidade ainda os mantém dependentes da captação de recursos externos para o seu funcionamento. O que se observa é que, seja em núcleos com maior ou menor grau de sustentabilidade econômica, as exigências de controle administrativo, especialmente com a reativação da Associação Ecovida de Certificação Participativa, podem trazer dificuldades de custeio porque exigem reforços na contratação de pessoal (contador, secretárias, técnicos) ou outros custos operacionais que, caso não sejam buscadas outras fontes de recursos, poderão implicar a inviabilidade técnica e operacional dos SPGs. Isso porque não se sabe a capacidade de suporte que esses custos terão apenas com o rateio entre os beneficiários do sistema. Algumas experiências têm surgido no sentido de internalizar estes custos para os agricultores. Os valores por família/

4. O pagamento por serviços ambientais surge no contexto das discussões em torno do que se conhece por “economia verde”. O recebimento desse serviço extrai-se por um sistema de precificação que é regulado por um contrato que estabelece obrigações para a caracterização de um serviço ecossistêmico. No Brasil existem alguns projetos de lei para regulamentar o PSA, porém, não se percebe ainda a aproximação desse debate com o contexto das agriculturas alternativas.

ano, apenas quando considerado o “olhar externo”, tem girado em torno de R\$ 60,00 a 80,00 reais, dependendo da distância, do número de integrantes nos grupos e da dinâmica de comercialização dos núcleos.

Os custos de todo o processo, antes da implantação do SISORG, eram absorvidos pelas entidades de apoio, que se valiam de técnicos que colaboravam informalmente em razão de sua identidade ideológica com a proposta agroecológica. A permanência dessa cultura de voluntariado é dificultada pela legislação, pois exige uma formalização de nomes em cargos e funções que precisam estar registrados junto ao OPAC. Esse tipo de compromisso mais formal e constante tem afastado pessoas que teriam uma disponibilidade eventual ou não programada.

Uma quarta dificuldade relaciona-se à necessidade de uma representação jurídica formal para o OPAC. Quando das discussões para criação do SISORG, a preocupação em torno da possibilidade de cerceamento da comercialização, principalmente nas feiras livres (pela falta do certificado) acabou impulsionando a constituição formal da Rede Ecovida, retomando a forma jurídica de associação, agora credenciada junto ao MAPA como um OPAC. A Rede Ecovida de Agroecologia mantém-se como uma entidade sem constituição jurídica formal. O que ocorreu, para fins de credenciamento junto ao MAPA, foi o aprimoramento do Estatuto que já existia da Associação Ecovida de Certificação Participativa, esta última, uma pessoa jurídica, credenciada junto ao MAPA como uma OPAC. Essa associação é subordinada à Rede e está localizada dentro do espaço destinado à certificação, mas a atuação da Rede não se resume a ela, uma vez que a certificação é entendida apenas como uma estratégia inserida no objetivo maior de desenvolvimento da agroecologia como estratégia de produção que favorece a transição ecológica da produção agroalimentar no país.

Essa divisão entre o que é Rede Ecovida e o que é o OPAC nem sempre foi tão clara, inclusive porque a agroecologia pressupõe, no

entendimento da Rede Ecovida, várias dimensões interconectadas. Essa integração da certificação como estratégia dentro de um objetivo maior não se dá apenas dentro da Rede Ecovida e ocorre em várias realidades latinoamericanas dos SPGs. O argumento de fundo está em apresentar a agroecologia como um movimento de resistência ao modelo instituído da agricultura convencional.

Com o advento da legislação, talvez a primeira grande “crise” da Rede Ecovida foi decidir se o procedimento seria formar um único OPAC ou vários, distribuídos em cada núcleo regional. A dúvida existiu porque, de um lado, se queria garantir as singularidades de cada um dos 23 núcleos existentes naquela época e porque, por outro lado, não se sabia quanto o credenciamento de um OPAC poderia representar em termos de aumento de gastos e burocracia. Depois de muitas reuniões, plenárias e trocas de e-mails, a Rede decidiu, sem muita certeza, pela construção de um único OPAC, que coordenaria todo o processo de certificação. A conclusão à época foi sugerir que essa construção coletiva, apesar de mais lenta, poderia servir de aprendizado para todos e capacitaria os núcleos a decidir futuramente pela criação de outros OPACs.

Esse processo, no entanto, acabou se tornando mais moroso do que inicialmente previsto, pois as entidades de assessoria, que foram essenciais na captação de recursos durante a elaboração do marco legal, passaram por dificuldades de novas captações, o que culminou em um processo de redução dos membros de suas equipes. Somada com as diferentes realidades dos núcleos, ainda hoje essa questão está como um dos pontos de reavaliação da Rede.

Essas dificuldades, na verdade, apenas confirmam que o efetivo funcionamento de um SPG, na prática, requer por parte do Estado o esforço de entendê-los como processos essencialmente dinâmicos, o que exige uma contínua adaptação da legislação. O momento atual é considerado importante para a Rede Ecovida, pois permite rediscutir se

as dificuldades já sentidas podem indicar se todo o processo de legalização não acabou por “engessar” demais a dinâmica já existente. Por outro lado, a revisão da legislação, prevista na Lei nº 10.831/2003 como medida a ser realizada “sempre que necessário e, no máximo, a cada quatro anos” (art. 11, § 2º) pode diminuir as dificuldades práticas como, por exemplo, a inclusão da OCS no SISOrg e a simplificação de registros e documentos.

Conclusões

A certificação promovida pela Rede Ecovida parte de um sistema em que os grupos de agricultores são responsáveis por visitar as propriedades e verificar se estas cumprem os requisitos para comprovar a origem orgânica da produção. Essa metodologia requer uma não estabilidade perene, de modo que as trocas de conhecimentos e experiências devem ser vistas como instrumentos de dinâmica e movimento. Segundo os participantes da Ecovida, o reconhecimento legal foi importante porque demonstrou a viabilidade de sua proposta. No entanto, o aumento da burocracia pode criar obstáculos à maleabilidade de suas estratégias no tocante à manutenção da diversidade da produção, o incentivo a estratégias de reciprocidade entre agricultores e o fomento às vias alternativas de mercado.

Aqui entram os desafios para a implementação dos SPGs. O diálogo permanente com as instituições, órgãos e ministérios do governo deve procurar favorecer a ampliação de formas de comprovação da origem orgânica para além da certificação. No tocante à avaliação da legislação, essa participação é igualmente importante a fim de evitar a permanência de uma lógica que tenda a imobilizar a metodologia dos sistemas participativos.

A pergunta constante nas reuniões da Rede é: o reconhecimento da lei valeu a pena? A resposta não é simples e direta e, nesse sentido, um “sim e não” cabe melhor do que um “mais ou menos”. Isso porque todo o processo produziu uma maior apropriação da cidadania, favoreceu a construção de outros processos participativos e promoveu a interação e reconhecimento dos trabalhos e práticas da Rede Ecovida para além do seu campo de abrangência. Esses benefícios são difíceis de ser mensurados, quantificados, mas de certa forma amadureceram muitos aspectos da rede.

Por outro lado, é preciso reconhecer que a legislação pode aprisionar a dinâmica dos SPGs, porque aproxima procedimentos comuns à lógica da auditoria e dos processos de certificação do tipo ISO, nos quais o que vale são os registros escritos e não as dinâmicas participativas. O que se observa é que a Rede ainda tem diante de si muitos desafios para manter a característica maleável e fluída da metodologia da certificação participativa que hoje é reconhecida como um sistema participativo de garantia. Uma das preocupações nesse aspecto é participar ativamente das discussões que vão envolver a revisão da legislação e fazer valer o fundamento de que o processo de certificação precisa contemplar realidades sociais distintas.

No tocante às exigências de documentação de todo o procedimento, voltando ao Plano de Manejo, talvez esse registro seja muito necessário e adequado para o controle por auditoria e à realidade de monocultivos orgânicos, porém, para a realidade dos grupos familiares, esse documento é visto como um “estorvo”, como dizem muitos, e é de pouca utilidade para o agricultor ecologista familiar. É preciso pensar que o perfil do agricultor agroecológico é principalmente aquele que faz feira, que cultiva muitas vezes mais de quarenta variedades de alimentos e possui uma dinâmica intensa de atividades e práticas, variáveis ainda de acordo com o tamanho dos lotes para cada cultura, suas épocas de plantio e

colheita. Esse agricultor deve ainda pensar na organização da produção de acordo com as mudanças nas demandas dos canais de comercialização. Fazer o registro desta riqueza é praticamente inviável quando pensada a necessidade de garantir ao agricultor a liberdade de produzir e de viver. Os desafios, portanto, não são poucos, mas eles têm despertado na Rede Ecovida a criatividade e a inovação.

Referências

BULHÕES, F. M. *A certificação ambiental de produtos agrícolas e florestais: diferentes trajetórias da relação entre ambiente e mercado*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Santa Maria: UFSM, 2001.

FONSECA, M. F. de A. Costa. *A institucionalização do mercado de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2005.

ISAGUIRRE-TORRES, K. R. *Os sistemas participativos de garantia: os sujeitos da ruralidade e seus sujeitos na sustentabilidade socioambiental*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Curitiba: UFPR, 2012.

MEIRELLES, L. *A certificação de produtos orgânicos: caminhos e descaminhos*. 2004a. Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br/artigo>>. Acessado em: 18 mar. 2011.

_____. *Agroecologia, mercados locais e soberania alimentar*. 2004b. Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br/artigo>>. Acessado em 18 mar. 2011.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. *Normas de organização e funcionamento*. Lages/SC: Rede Ecovida de Agroecologia, 2000.

_____. *Caderno de formação: certificação participativa de produtos ecológicos*. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.

_____. *Caderno de formação 01: uma identidade que se constrói em Rede*. Lapa/PR: Rede Ecovida de Agroecologia, 2007.

_____. *Curso de formação em olhar externo*. Oficina realizada nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2011, pelo núcleo regional Maurício Burmeister do Amaral. Quatro Barras, 2011.

SOUZA, M. C. M. *Certificação de produtos orgânicos*. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 2001. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=260>>. Acessado em: 12 mar. 11.

SOBRE OS AUTORES

- **Alfio Brandenburg** é professor do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Possui doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pós-doutorado pela Universidade de Paris X Nanterre. Suas pesquisas concernem temáticas relacionadas a agricultura familiar e ruralidade, desenvolvimento rural sustentável e socioambientalismo.
<alfio@onda.com.br>
- **Angela Duarte Damasceno Ferreira** é professora sênior da Universidade Federal do Paraná (UFPR), associada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) e ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia. Doutora em Sociologia pela Université de Paris III Sorbonne-Nouvelle. Desenvolve pesquisas em sociologia rural e ambiental, trabalhando, principalmente, com estratégias de reprodução de agricultores familiares, desenvolvimento rural e meio ambiente, território e desenvolvimento.
<angeladuarteferreira@gmail.com>
- **Catia Grisa** é doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). É professora do Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e pesquisadora vinculada ao Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA/CPDA). Possui pesquisas nos seguintes temas: agricultura familiar, políticas públicas, desenvolvimento rural e segurança alimentar.
<catiagrisa@yahoo.com.br>

- **Claudia Job Schmitt** é professora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atuou como assessora e consultora de ONGs e junto a organismos governamentais em temas relacionados à formulação e implantação de políticas públicas para a agricultura familiar. Tem pesquisas relacionadas a agricultura familiar, agroecologia, políticas públicas, tecnologias, redes e movimentos sociais, segurança alimentar e desenvolvimento.
<claudia.js@oi.com.br>
- **Everton Lazzaretti Picolotto** é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ com pós-doutorado em sociologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Possui experiência nas áreas de sociologia política, rural e ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, sindicalismo, identidades, direitos sociais, organização sociopolítica da agricultura familiar, desenvolvimento rural, meio ambiente, agroecologia e economia solidária.
<evpicolotto@yahoo.com.br>
- **Eduardo Feniman** é mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (PPGMADE/UFPR). É pesquisador na Associação Casa da Videira nas áreas de agricultura urbana e gestão de resíduos orgânicos.
<edufeniman@gmail.com>
- **Fabiane Machado Vezzani** é professora do Departamento de Solos e Engenharia Agrícola e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo da Universidade Federal do Paraná (PGCISOLO/UFPR). Doutora em Ciência do Solo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com pós-doutorado no The New Zealand Institute for Plant and Food Research. Atua na área de manejo ecológico do solo e tem desenvolvido suas pesquisas relacionadas ao tema da qualidade do solo.
<vezzani@ufpr.br>

-
- **Flávio Sacco dos Anjos** é professor do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (PPGSPAF) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Doutor em Sociologia pela Universidade de Córdoba, Espanha, com pós-doutorado no Departamento de Antropologia Social da Universidade de Sevilha. Tem experiência na área de sociologia rural, atuando especialmente nos seguintes temas: agricultura familiar, pluriatividade, políticas públicas, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, ruralidade, campesinato e agroecologia.
<saccodosanjos@gmail.com>
 - **Guilherme F. W. Radomsky** é professor do departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Antropologia Social pela mesma universidade. Suas pesquisas estão vinculadas a estudos sobre desenvolvimento; ruralidade e certificação de produtos orgânicos e ecológicos (eco-labels); economia, conhecimentos e propriedade intelectual; redes, reciprocidade e agricultura familiar.
<g.radomsky@gmail.com>
 - **Julian Perez Cassarino** é professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS-Campus Laranjeiras do Sul/PR). Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pelo PPGMADE/UFPR. Tem experiência na área de agroecologia, atuando principalmente nos seguintes temas: soberania e segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar, construção social de mercados, agroecologia e campesinato.
<julian.cassarino@uffs.edu.br>
 - **Katya R. Isaguirre-Torres** é professora de direito ambiental e agrário da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professora de direito civil na Faculdade Dom Bosco. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR). Desenvolve pesquisas e projetos voltados para as áreas da sustentabilidade socioambiental, práticas sociais, uso e apropriação dos recursos naturais e ensino jurídico.
<kisaguirre@gmail.com>

- **Luciano de Almeida** é professor do Departamento de Economia Rural e Extensão e do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela mesma universidade. Tem experiência na área de agronomia, com ênfase em extensão rural, atuando principalmente nos seguintes temas: meio ambiente e desenvolvimento, desenvolvimento rural, extensão rural, agricultura familiar e agroecologia.
<lucianoalmeida@ufpr.br>
- **Marcelo Passos** é agricultor ecologista, técnico em agroecologia e biólogo, atuando com organização de grupos de produtores, comercialização e certificação participativa de produtos orgânicos. Integra a coordenação geral da Rede Ecovida de Agroecologia e da Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia no Paraná (AOPA). Atualmente é secretário geral da Associação Ecovida de Certificação Participativa.
<marcelo.yukti@gmail.com>
- **Moacir Roberto Darolt** é doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo PPGMADE/UFPR. Atualmente é pesquisador no Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), atuando no Programa de Agroecologia. Tem experiência na área de ensino, pesquisa e extensão em Agronomia, com ênfase em Agroecologia. Suas atividades concentram-se nos seguintes temas: agroecologia, agroecossistemas, agricultura orgânica, desenvolvimento rural e meio ambiente, pesquisa participativa com enfoque de sistemas, metodologias para transferência de tecnologia, mercados ecológicos, consumo responsável e alimentação saudável.
<darolt@iapar.br>
- **Nádia Velleda Caldas** é professora do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (PPGSPAF) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutora em Agronomia pela mesma universidade. Tem atuação na área de sociologia rural, com ênfase em agricultura familiar. Suas pesquisas focalizam temas como políticas públicas, desenvolvimento rural, agricultura familiar, pluriatividade e segurança alimentar.
<velleda.nadia@gmail.com>

-
- **Patrícia Betti** é mestranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (PPGMADE/UFPR), especialista em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas/Universidade Federal do Tocantins. Tem trabalhado com temáticas relacionadas a turismo cultural, turismo em áreas protegidas e de base comunitária.
<patibetti@gmail.com>
 - **Paulo André Niederle** é professor do Departamento de Economia Rural e Extensão e do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (PPGMADE/UFPR). Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. Possui atuação nas áreas de sociologia econômica, economia institucional e sociologia rural. Suas pesquisas concentram-se em temáticas como desenvolvimento rural, dinâmica da agricultura familiar, mercados agroalimentares, convenções de qualidade e indicações geográficas.
<paulo.niederle@yahoo.com.br>
 - **Paulo F. Petersen** é coordenador-executivo da AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia e vice-presidente da Associação Brasileira de Agroecologia. É engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa e mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Internacional de Andaluzia. Integra o Fórum Permanente de Agroecologia da Embrapa e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Atua como editor da Revista Agriculturas: experiências em agroecologia e é membro dos conselhos editoriais da Revista Brasileira de Agroecologia e da Agroecology and Sustainable Food Systems.
<paulo@aspta.org.br>
 - **Thais Schneider** é mestranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (PPGMADE/UFPR). Graduada em Comunicação Social com habilitações em Jornalismo e Publicidade e Propaganda, tem trabalhado principalmente com programas ligados a comunicação e educação ambiental. Também participou de projetos de educomunicação junto à Associação Casa da Videira, onde atua como voluntária.
<thaisthais@gmail.com>

*Este livro foi composto em Gotham Narrow OTF e
impresso em papel Pólen Soft 80g/m².
Capa em papel Cartão Supremo 250g/m².
Tiragem: 1.000 exemplares.*